

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGÜÍSTICOS – POSLIN
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

LEI DO DIREITO AUTÓGRAFO
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NA ANÁFORA
PRONOMINAL: VARIAÇÃO E MUDANÇA
LINGÜÍSTICA NO DIALETO DA BAIXADA
CUIABANA – MATO GROSSO

RACHEL DO VALLE DETTONI

BELO HORIZONTE
2003

LIVRO DE CONSULTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

RACHEL DO VALLE DETTONI

469.798

D483c

2003

LEI DO DIREITO AUTÓGRÁFICO
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.124/96
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sem a autorização expressa
 dos titulares ou por quaisquer meios
 eletrônicos, mecânicos, fotográficos ou quaisquer outros.

**A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NA ANÁFORA PRONOMINAL:
 VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA NO DIALETO DA
 BAIXADA CUIABANA – MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
 em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da
 Universidade Federal de Minas Gerais, como
 requisito parcial para obtenção do título de
 DOUTOR em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança
 Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jânia Martins Ramos

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Marta Pereira
 Scherre

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

111104106

2003

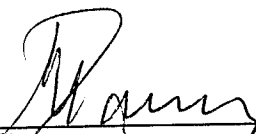
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA




283180310

Tese aprovada em 31/10/2003 pela Banca Examinadora constituída
pelos Professores Doutores:

RESERVA DE DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei nº 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



Jânia Martins Ramos - UFMG
Orientadora



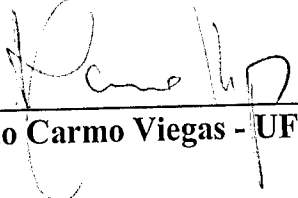
Maria Marta Pereira Scherre - UnB
Co-orientadora



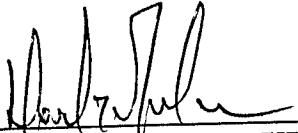
Maria Eugênia Lamoglia Duarte - UFRJ



Ataliba Teixeira de Castilho - USP



Maria do Carmo Viegas - UFMG



Luiz Carlos de Assis Rocha - UFMG

AGRADECIMENTOS

Reconhecer que um trabalho como este resulta de um longo e árduo processo de reflexão, aprendizado, amadurecimento, investimento e esforço pessoal, não me desobriga do reconhecimento das inúmeras e valiosas contribuições que o tornaram possível. Sendo assim, agradeço, de coração:

à Professora Jânia Martins Ramos, pela dedicação, pela orientação segura e, sobretudo, pela compreensão dos diversos impedimentos e contratempos que precisei superar para a realização deste doutorado;

à Professora e amiga Maria Marta Pereira Scherre, por sua dedicação durante todo o trabalho de co-orientação, pelo ombro amigo e por seu entusiasmo contagiante que me ajudou a superar momentos difíceis;

a todos os informantes desta pesquisa que, gentilmente, se dispuseram a me receber em seus lares e a me conceder minutos de uma conversa preciosa, franca e descontraída, que constituiu a base empírica deste trabalho;

a Ulisdete (Uli), Mourivaldo (Mouri) e Maria Aparecida Pagliarini da Silva por disponibilizarem, generosamente, algumas entrevistas;

à Professora e colega de trabalho da UnB, Enilde Faulstich, pelo incentivo para que eu fizesse meu doutorado e, também, pelas sugestões bibliográficas;

à CAPES, pelo auxílio financeiro que, durante dois anos, viabilizou a pesquisa;

à secretaria da POSLIN, UFMG, pelas informações, pela paciência e pela compreensão;

À amiga do coração Ana Luíza, que, além do carinho e do ombro amigo, se dispôs, muito gentilmente, a revisar o texto;

À querida Verinha, companheira fiel das idas e vindas a Belo Horizonte, bem como de cada passo dado na realização deste doutorado;

À Diléa e a seus familiares, uma amizade que nasceu nas aulas da UFMG, pelas tantas acolhidas durante as minhas diversas estadias em Belo Horizonte;

Às amigas do peito Ana Adelina (Aninha), Adriana, Cibele, Marinete, Rachel e Zara, pelo constante carinho, incentivo, torcida e tantas outras coisas maravilhosas que fazem parte do 'ter amigos';

à Eloísa, pelo carinho e pela ajuda terapêutica, e a todo o meu grupo de Pathwork, pelo acolhimento, pelo carinho, pela força e por partilharem comigo, lado a lado, o caminho do autoconhecimento e da autotransformação;

aos meus irmãos Ana Maria e Gilberto e aos meus sobrinhos Maurício, Teka e Rafael pelo apoio durante a realização das entrevistas em Cuiabá;

às minhas sobrinhas Juana e Maria Júlia e a Carol, pela colaboração na transcrição das fitas;

às irmãs e amigas do coração Anginha e Sandy, pelo apoio incondicional de todas as horas;

à minha mãe, presença constante, mesmo à distância, que, nos seus 82 anos de vida, é um exemplo de força, coragem, lucidez e sabedoria;

ao meu filho João Vítor, de quem roubei tantas horas preciosas de atenção para me dedicar a esta tese, e cuja maturidade e companheirismo, aos seis anos de idade, constituíram um apoio indescritível para a realização deste trabalho;

ao meu marido e companheiro Carlos José, pelo carinho, pelo constante apoio, pelo incentivo e por caminhar ao meu lado, a cada momento, ajudando-me a superar todos os obstáculos.

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

Dedico este trabalho a Cuiabá, lugar onde, pela primeira vez, lancei um olhar sobre mim mesma; e aos cuiabanos, vítimas do preconceito lingüístico que tem favorecido o desaparecimento gradativo de seu falar local.

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

Pra Terra

Maurício Detoni

*Quando a terra que um dia a paz tocou
Viu chegar as tais Bandeiras sem perdão
Quando alguém de Mato Grosso te chamou
A lixeira do cerrado deu razão
Minha terra de beleza, de ouro e flor
De cascatas, céu azul, Nosso Senhor
Traz o peixe, Cuiabá e Paraguai
Vêm das matas desvendar os pantanais
Senhor Divino, não existe nada igual
Do que viver entre Chapada e Pantanal.*

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| LISTA DE TABELAS..... | x |
| LISTA DE QUADROS..... | xi |
| LISTA DE FIGURAS..... | xi |
| RESUMO..... | xii |
| ABSTRACT..... | xiii |
| | |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| | |
| CAPÍTULO 1 – O OBJETO DE ESTUDO: DESCRIÇÃO E DELIMITAÇÃO..... | 8 |
| 1.1 A variedade lingüística da baixada cuiabana: características gerais..... | 8 |
| 1.2 O Gênero gramatical na variedade lingüística da baixada cuiabana..... | 14 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – O GÊNERO..... | 22 |
| 2.1 O que é gênero?..... | 22 |
| 2.2 A concordância de gênero na relação anafórica..... | 31 |
| 2.3 A pesquisa lingüística relativa à variação de gênero no Brasil e na Europa..... | 51 |
| 2.3.1 O gênero nas variedades populares do português do Brasil e da Europa..... | 51 |
| 2.3.2 Estudos variacionistas sobre a concordância de gênero no português do Brasil..... | 60 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – A MARCAÇÃO DE GÊNERO NO FALAR CUIABANO COMO VARIÁVEL SOCIOLINGÜÍSTICA..... | 78 |

| | |
|---|------------|
| 3.1 A Teoria da Variação Lingüística: pressupostos teóricos e metodológicos..... | 78 |
| 3.2 A pesquisa variacionista sobre a concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana..... | 84 |
| 3.2.1 Caracterização da variável lingüística..... | 84 |
| 3.2.2 A coleta de dados e a constituição da amostra..... | 88 |
| 3.2.3 As hipóteses de trabalho e os grupos de fatores..... | 96 |
| 3.2.4 Resultados da análise quantitativa da variação na concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana..... | 113 |
| 3.2.4.1 Análise das variáveis lingüísticas..... | 114 |
| 3.2.4.2 Análise das variáveis sociais..... | 147 |
| 3.2.5 Conclusão..... | 153 |
| | |
| CAPÍTULO 4 – A MUDANÇA LINGÜÍSTICA NO DIALETO DA BAIXADA CUIABANA..... | 157 |
| 4.1 Reflexões sobre a mudança em progresso..... | 157 |
| 4.2 A mudança Lingüística no dialeto da baixada cuiabana..... | 162 |
| 4.2.1 O problema da restrição..... | 162 |
| 4.2.2 O problema da transição..... | 167 |
| 4.2.3 O problema do encaixamento..... | 186 |
| 4.2.4 O problema da implementação..... | 193 |
| 4.2.5 O problema da avaliação..... | 206 |
| 4.3 Conclusão..... | 223 |
| | |
| 5. UMA REFLEXÃO FINAL..... | 225 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 248 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|------------|
| TABELA I - Efeito do Grau de animacidade do referente sobre o uso do anafórico ELE..... | 114 |
| TABELA II – Efeito do Grau de animacidade do referente sobre o uso de ELE (sem os dados [-humano,+personificado])..... | 119 |
| TABELA III – Efeito do Tipo de referência do antecedente sobre o uso do anafórico ELE..... | 120 |
| TABELA IV – Efeito da distância entre antecedente e anafórico sobre o uso do anafórico ELE..... | 121 |
| TABELA V – Efeito da Natureza morfológica do antecedente sobre o uso do anafórico ELE..... | 126 |
| TABELA VI – Efeito do cruzamento das variáveis Natureza morfológica do antecedente e Tipo de referência do antecedente sobre o uso do anafórico ELE..... | 127 |
| TABELA VII – Efeito da Presença x ausência de determinante junto ao antecedente sobre o uso do anafórico ELE..... | 129 |
| TABELA VIII – Efeito do cruzamento entre a Presença x ausência de determinante junto ao antecedente e do Tipo de referência do antecedente sobre o uso do anafórico ELE..... | 130 |
| TABELA IX – Efeito absoluto e relativo da variável Grau de animacidade do referente sobre o uso do anafórico ELE..... | 132 |
| TABELA X – Efeito do cruzamento das variáveis Grau de animacidade do referente e Tipo de referência do antecedente sobre o uso do anafórico ELE..... | 134 |
| TABELA XI – Efeito do cruzamento das variáveis Grau de animacidade do referente e Faixa etária do informante sobre o uso do anafórico ELE..... | 142 |
| TABELA XII – Efeito da variável Função sintática do anafórico na sentença sobre o uso do anafórico ELE..... | 146 |
| TABELA XIII – Efeito do Grau de Escolaridade do informante sobre o uso do anafórico ELE..... | 148 |
| TABELA XIV – Efeito da variável Faixa etária do | |

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.610/1998.
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sem que sejam tomados os meios
 empregados, eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

| | |
|--|------------|
| informante sobre o uso do anafórico ELE..... | 149 |
| TABELA XV – Efeito parcial da variável Informante sobre o uso do anafórico ELE..... | 150 |
| TABELA XVI – Efeito da variável Faixa etária do Informante sobre o uso do anafórico ELE..... | 151 |
| TABELA XVII – Ocorrências de construções sem Artigo em relação à Faixa etária e ao Grau de Escolaridade do informante | 190 |
| LISTA DE FIGURAS | |
| FIGURA I..... | 144 |
| FIGURA II..... | 174 |
| FIGURA III..... | 175 |
| LISTA DE QUADROS | |
| QUADRO I | 172 |

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sem a autorização dos meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a variação na concordância de gênero na anáfora pronominal, em construções da variedade do português falada na baixada cuiabana, em Mato Grosso.

O construto teórico que deu suporte à pesquisa ancora-se, fundamentalmente, na Teoria da Variação, proposta por Labov (1972, 1981 e 1982), bem como na concepção de uma teoria sobre a mudança lingüística desenvolvida, inicialmente, por Weinreich, Labov e Herzog (1968) e revista em Labov (1994 e 2001). Outras contribuições importantes advêm não só da pesquisa de base semântica de estudiosos como Tasmowski-De Ryck e Verluypen (1982, 1985), Peter Bosch (1987) e Bernd Wiese (1983) e de estudos no âmbito da teoria gerativa, como o de Menuzzi (1999), todos voltados para a discussão de problemas de concordância em casos de anáfora pronominal; mas também de estudos relativos ao gênero gramatical como o trabalho de Corbett (1979 e 1991), para as línguas em geral, e o de Câmara Júnior (1972 e 1977), o de Martin (1975) e o de Pereira (1987) sobre o português, especificamente.

A metodologia utilizada no exame dos dados foi a análise quantitativa, considerada mais apropriada para a investigação de fenômenos de variação lingüística do tipo laboviano, para a qual foi utilizado o pacote de programs VARBRUL, na versão organizada por Pintzuk (1988).

A pesquisa aqui desenvolvida apresenta uma análise da variação na concordância de gênero na fala de usuários do dialeto da baixada cuiabana, distribuídos em três faixas etárias e três níveis de escolaridade, inserindo-a na discussão do processo de mudança lingüística pelo qual vem passando a variedade em estudo.

ABSTRACT

This work has the purpose to investigate variation in gender agreement in the pronominal anaphora verified in constructions of the variety of the Portuguese Language spoken at the “*baixada cuiabana*”, in the State of Mato Grosso.

The theoretical basis which supported the research rely fundamentally in the Variation Theory proposed by Labov (1972,1981 and 1982), as well as in the conception of a theory of linguistic change developed, at first, by Weinreich, Labov and Herzog (1968) and revised in Labov (1994 and 2001). Other important contributions occur not only from the research of semantic base by experts as Tasmowski-De Rick and Verluyten (1982, 1985), Peter Bosch (1987) and Bernd Wiese (1983) and from studies developed in the ambit of the generative theory, as the one by Menuzzi (1999), all of them aiming at the discussion of problems arising from agreement in cases of pronominal anaphora, but also from studies relative to the grammatical gender as the work by Corbett (1979 and 1991), to all languages, in general, and the study by Câmara Júnior (1972 and 1977), the one by Martin (1975) and Pereira (1987) with specific focus on Portuguese.

The quantitative methodology was used for data exam, for being considered more appropriate for the investigation of linguistics variation phenomenon of the labovian kind, for which the VARBRUL programs have been used in the version organized by Pintzuk (1988).

The research developed hereupon presents an analysis of the variation on gender agreement proper of the speech of the users of the “*baixada cuiabana*” dialect, arranged in three age ranges and three schooling levels, meaning to insert the research in the discussion of the process of linguistic change which the variety under study is undergoing.

CONVENÇÕES USADAS NESTE TRABALHO

- CLN, ELN, GIG etc identificam o informante ao final de cada exemplo;
- I (após exemplo) informante iletrado;
- 4s, 8s (após exemplo) quarta série e oitava série do Ensino Fundamental;
- SU (após exemplo) nível superior;
- [inint] trechos ininteligíveis nos exemplos;
- [comentários] comentários da pesquisadora no meio da fala do informante;
- pausas curtas no meio da fala do informante;
- e:: alongamento da vogal final.
- P e E nas reproduções dos diálogos, indicam, respectivamente, pesquisadora e entrevistado.

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.610/1998.
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido por quaisquer meios
 eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

INTRODUÇÃO

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

*“Eu me orgulho de ser um cuiabano
De ‘chapa e cruz’,
Confesso e não me engano
Moro na pracinha perto da Prainha
Sento na praça para ver as moreninhas.
Gosto de amargo, ventrecha de pacu,
Mojica de pintado e bagre ensopado;
Danço rasqueado na casa de Bem-Bem,
Como bolo de arroz e de queijo também.”*

Vera e Zuleica

A **baixada cuiabana** é a região do Estado de Mato Grosso cujos limites geográficos estão definidos, ao sul, pelo portal do Pantanal mato-grossense e, a nordeste, pela portentosa Chapada dos Guimarães. Formada pelos municípios que margeiam os rios Cuiabá e Paraguai, juntamente com seus afluentes e defluentes, tem como principal pólo de desenvolvimento a atual capital do estado, Cuiabá.

Nessa região, que constituiu, outrora, o palco das primeiras investidas da colonização de Mato Grosso no século XVIII, conservam-se, ainda hoje, usos e costumes que tipificam o *modus vivendi* mato-grossense. A par das danças regionais ao som de uma típica '**viola de cotecho**', como o **siriri** e o **cururu**, das festas tradicionais de São Benedito e do Senhor Divino, e do ritual sempre presente de um **guaraná ralado**, destacam-se as marcas de um linguajar típico e especial que confere a seu usuário o caráter de um cuiabano de '**tchapa e cruz**'. Em função de ser Cuiabá o maior e o mais representativo centro urbano da região, a variedade lingüística regional da baixada é

¹ A expressão "chapa e cruz" é usada para indicar um cuiabano legítimo, aquele que nasceu na região e ali pretende morrer. Segundo Almeida (2000: 24) "chapa" simboliza a certidão de nascimento e "cruz", a de óbito.

também referida como '**o falar cuiabano**'. É esta variedade do português, que sobrevive ainda hoje no Mato Grosso e que conserva traços linguísticos muito genuínos, que constitui o objeto de investigação desta pesquisa.

Neste trabalho, além da expressão **falar cuiabano**, vou recorrer também à expressão **baixada cuiabana** para me referir ao contorno geográfico ao qual corresponde, aproximadamente, em termos linguísticos, a área em que é falado o dialeto em estudo, cuja proposta de investigação passo a expor.

O interesse em investigar a variedade falada na baixada cuiabana, em Mato Grosso, foi motivado por três razões. A primeira diz respeito ao caráter bastante marcado dessa variedade em relação a vários fenômenos fonológicos, morfológicos e sintáticos que lhe conferem características muito singulares, quando comparadas às de outras variedades regionais do português brasileiro.

A segunda razão apóia-se no fato de se tratar de uma variedade pouco explorada na literatura linguística do Brasil. No âmbito das pesquisas linguísticas realizadas nos últimos vinte anos no território nacional, destacam-se apenas três trabalhos, em nível de pós-graduação, que se dedicaram à descrição dessa variedade, todos voltados para os aspectos fonológicos: o trabalho de Palma (1984), intitulado **Variação fonológica em Mato Grosso: um estudo sociolinguístico**, apresentado como dissertação de mestrado na UFRJ; o trabalho de Souza (1999), intitulado **Fonologia do português mato-grossense: uma perspectiva crioulística**, apresentado como dissertação de mestrado na UnB; e a tese de doutorado de Almeida (2000), defendida na USP, sob o título de **Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil**.

A terceira e última razão, talvez a mais importante, reveste-se de uma certa urgência em descrever e estudar uma variedade que se encontra em processo de extinção.

A partir da década de setenta, quando se efetuou a pavimentação de rodovias que ligaram Cuiabá a Campo Grande e a outros estados do país, o que coincidiu

também com a divisão do então Estado de Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o estado do norte passou a receber um grande contingente migratório de indivíduos oriundos, sobretudo, de estados do Sul do Brasil, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como de Minas Gerais e Goiás. Essa leva de migrantes se estabeleceu ora na capital, Cuiabá, ora no norte do estado, na região da Bacia Amazônica, onde fundaram cidades até então inexistentes. Com isso, teve início o chamado processo de **re-colonização** do Mato Grosso. A esse respeito, vale destacar a seguinte observação de Siqueira (2000: 25):

“Foi, no entanto, a partir de 1970 que Mato Grosso recebeu o maior contingente migratório de toda a sua história, os sulistas que povoaram as partes norte, nordeste e noroeste do Estado tendo por base as atividades agrícolas e pastoris. Esses migrantes, em suas sagas, estenderam suas raízes até o Centro-Oeste e ali deram nascimento a inúmeras cidades, responsáveis pela quintuplicação do número dos municípios mato-grossenses”.

Desses migrantes, os que permaneceram na região de Cuiabá passaram a estabelecer um estreito contato lingüístico com o dialeto local, estigmatizando-o. Os usuários do dialeto mato-grossense, em função do estigma social e lingüístico que recaiu sobre seu linguajar local, vêm, desde então, abandonando lentamente seu modo de falar, substituindo-o por uma variedade lingüística mais neutra.

Quanto ao aspecto lingüístico, é a morfossintaxe, componente ainda não explorado dessa variedade, que será focalizada neste trabalho. De modo mais específico, esse estudo estará centrado na análise da variação na concordância de gênero, fenômeno morfossintático bastante produtivo no falar cuiabano, que ultrapassa o domínio das relações entre o nome substantivo e os determinantes e adjetivos qualificativos a ele relacionados e estende-se ao uso dos anafóricos de terceira pessoa, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho.

O processo de variação na realização morfológica do gênero gramatical constitui um fenômeno ainda pouco explorado na literatura linguística do Brasil. Considere-se também que não se trata de um fenômeno comum nem à grande maioria das nossas variedades regionais, nem a estruturas do português popular do Brasil.

Entre os trabalhos que discutem a variação na concordância de gênero, encontram-se o de Lucchesi e Macedo (1997), que analisam o português de contato do Alto Xingu, e os trabalhos de Baxter e Lucchesi (1997) e Lucchesi (1998 e 2000) que têm como objeto de estudo o dialeto falado em Helvécia, comunidade localizada no Extremo Sul da Bahia. Nestes trabalhos, a variação na concordância de gênero é tomada como um forte argumento a favor da hipótese de uma criouliização prévia do português no período colonial. No entanto, esta abordagem não será contemplada neste trabalho, cujos objetivos fogem ao debate sobre as origens crioulas do português popular do Brasil

Por outro lado, a proposta desta pesquisa vem ao encontro dos objetivos de um projeto que tem sido desenvolvido por um grupo de pesquisadores representantes de diversas regiões do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia), sob a coordenação de Ataliba T. de Castilho, no sentido de reconstruir a história social e linguística do português falado no Brasil. Este projeto, que envolve pesquisas voltadas para a constituição da história do português brasileiro, para o estudo da sintaxe diacrônica da nossa língua e para a reconstrução de sua história social (Castilho, 1998), prevê novas investigações que identifiquem questões relevantes na caracterização de variedades regionais do português do Brasil, de modo a contribuir para a construção de um perfil mais completo da nossa língua.

Considerando, assim, a atualidade e a relevância de que se tem revestido, no meio acadêmico, o estudo das diversas variedades dialetais do português brasileiro, de modo a se obter um perfil mais completo da diversidade da língua portuguesa no Brasil, proponho-me, neste trabalho, a investigar a variedade regional do português falada na baixada cuibana, por se tratar de uma variedade ainda pouco descrita e explorada pela

pesquisa lingüística. Desse modo, este estudo poderá contribuir também para oferecer uma visão mais completa da realidade sociolingüística brasileira.

Para desenvolver este trabalho, parto da hipótese de que há marcação variável de gênero na variedade lingüística da baixada cuiabana, e que esta marcação variável é condicionada pelo traço de animacidade que caracteriza o nome que funciona como núcleo em uma relação de concordância. Por se tratar de um dialeto em processo de extinção, considerar-se-á também a hipótese da ocorrência de um processo de mudança lingüística em curso nesta variedade, de modo que a fala da geração mais jovem deverá refletir um comportamento lingüístico diferenciado, com a perda gradual das estruturas com variação de gênero e o uso, cada vez mais freqüente, de construções típicas do português padrão.

Para verificação das hipóteses elaboradas, optou-se pela comunhão de duas abordagens teórico-metodológicas distintas, mas complementares, que conferem a essa pesquisa duas dimensões: a dimensão quantitativa e a qualitativa.

A dimensão quantitativa diz respeito à análise variacionista do fenômeno lingüístico sob enfoque, isto é, a realização variável da concordância de gênero na variedade estudada, tendo como base teórico-metodológica as propostas de Weinreich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972; 1981; 1982). Com a análise variacionista pretende-se não só definir os possíveis contextos lingüísticos e sociais que favorecem a emergência de estruturas com variação de gênero, mas também investigar se de fato essa variação, nesta variedade do português, se configura como um fenômeno de variação no sentido laboviano do termo, ou se se deve atribuir a ela uma outra interpretação. Os resultados da análise quantitativa fornecerão mais elementos para avaliar a hipótese relativa à possibilidade de haver um processo de mudança lingüística em curso no falar cuiabano, corroborando a análise desenvolvida na dimensão qualitativa.

A pesquisa qualitativa visa ao estudo da mudança lingüística na comunidade investigada com o objetivo de avaliar as cinco grandes questões da mudança, propostas por Weinreich, Labov e Herzog (1968), a saber: o problema da restrição, da

transição, da implementação, da avaliação e do encaixamento. Para tanto, será necessário fazer uma breve incursão pelos fatos histórico-sociais que permearam a história de Mato Grosso e, em especial, de Cuiabá, de modo a se compreender melhor o valor social atribuído à variedade em estudo, bem como sua influência no comportamento lingüístico de seus usuários. Um outro aspecto a ser tratado envolve uma reflexão teórica sobre o fenômeno lingüístico em foco e uma proposta de interpretação desse fenômeno na estrutura gramatical da variedade em estudo.

O corpo desta tese é composto de cinco capítulos. O primeiro deles traz uma descrição da variedade lingüística em estudo, com a apresentação dos principais traços lingüísticos que lhe são peculiares nos níveis fonológico e morfossintático, destacando-se a realização morfológica da concordância de gênero. Incluem-se ainda, neste capítulo, uma delimitação do objeto de estudo desta pesquisa, bem como uma apresentação das principais hipóteses de trabalho.

O segundo capítulo diz respeito ao estado da arte. Compõe-se, primeiramente, de uma abordagem teórica sobre o gênero, de modo geral, e de uma revisão de trabalhos que focalizam problemas de concordância na anáfora pronominal. Uma segunda parte apresenta uma revisão de vários trabalhos sociolingüísticos e dialetológicos sobre variedades populares e regionais do português do Brasil e da Europa, com destaque para as observações relativas ao gênero gramatical. Para finalizá-lo, são apresentadas duas resenhas de trabalhos que desenvolveram uma análise variacionista sobre a concordância de gênero em variedades localizadas do português do Brasil, de modo a se obter um perfil mais completo dos estudos que se tem, até o momento, sobre variação na concordância de gênero no português brasileiro.

O terceiro capítulo trata da análise variacionista da concordância de gênero no falar cuiabano. Nele são apresentados os pressupostos teóricos da Teoria da Variação laboviana (Labov, 1972); uma descrição do processo de coleta de dados e de composição da amostra; uma apresentação das hipóteses de trabalho devidamente fundamentadas e dos grupos de fatores que compuseram a análise quantitativa; e,

finalmente, são apresentados e discutidos os resultados da análise variacionista, considerando as variáveis lingüísticas e as sociais.

O quarto capítulo envolve a discussão sobre a mudança lingüística no dialeto da baixada cuiabana. São apresentados, separadamente, cada um dos grandes problemas referentes à mudança, de modo a explicar o processo que está em desenvolvimento na baixada cuiabana. Nesta etapa do trabalho, algumas conclusões já serão delineadas, encaminhando-nos para a etapa final.

Na conclusão, retomo três questões que ficaram em aberto ao longo de todo o trabalho e apresento uma resposta para cada uma delas, de modo a finalizar a reflexão que me propus a fazer nesta pesquisa. Neste momento, alguns novos questionamentos surgem e deixo-os como sugestões de caminhos que ainda podem ser trilhados por mim ou por qualquer outro “aventureiro” que queira mergulhar no oceano da pesquisa lingüística.

Para finalizar, faço três observações: 1. ao longo do trabalho, optei por usar um conjunto de letras na indicação dos informantes, reunidas de modo mais ou menos aleatório, a fim de preservar sua identidade; 2. nas transcrições da fala dos informantes, mantive, em alguns casos que considerei apropriados, alguns traços fonológicos do falar cuiabano, conforme foram produzidos pelo informante; 3. ao longo de todo o trabalho, uso o termo ‘dialeto’ não no seu sentido mais clássico e restrito, mas como sinônimo de variedade lingüística.

1. O OBJETO DE ESTUDO: DESCRIÇÃO E DELIMITAÇÃO

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.610/1998.
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sem que sejam tomados os meios
 empregados, eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

"Sou gente boa, cuiabano de 'chapa e cruz'
 O 'tchê' e o 'djê' não me envergonho de falar
 Não tô somando se o povo ri de mim,
 Eu sou feliz, trabalhador e sei cantar."

Edna Maciel Vilarinho

Neste capítulo, apresento uma breve descrição da variedade do português falada na baixada cuiabana, caracterizando-a a partir de seus traços mais típicos tanto na fonologia quanto na morfossintaxe. Nessa descrição, será dado um enfoque especial à marcação do gênero gramatical na variedade em questão, de modo a caracterizar melhor o objeto de estudo desta pesquisa.

1.1 A variedade lingüística da baixada cuiabana: características gerais

A variedade do português falada na região da baixada cuiabana apresenta algumas características lingüísticas muito peculiares quando comparadas às de outras variedades regionais do português do Brasil.

Considerando, primeiramente, a fonologia² deste dialeto, é possível afirmar que um de seus traços mais genuínos é a ocorrência de [ʃ] e [ʒ] como africadas, como, por exemplo, em 'feijão' - [fe'dzãw] e chuva - ['tʃuva]. Em seu trabalho, Palma (1984:23) registra que "elementos oriundos de outras regiões, em contato com esse meio,

² Para uma discussão mais detalhada da fonologia do português da baixada cuiabana, sugiro o trabalho de Souza (1999).

diziam sempre 'estranhar' essa marca regional, 'desconhecida'. De fato, a presença das africadas [tʃ] e [dʒ] como fonemas, e não mais como alofones contextuais específicos, não é fato comum no português do Brasil. Esse parece ser, portanto, o traço mais marcante da variedade falada na baixada cuiabana, por causar uma impressão acústica de estranhamento ao ouvinte, especialmente se este não é usuário do mesmo dialeto. A respeito dessas impressões, Palma (1984:24) apresenta os seguintes depoimentos:

“Logo que aqui cheguei (há dezesseis anos) não conseguia entender nada do que aquela garotada (engraxates), na porta do hotel, dizia”.

(paulista, 40 anos, comandante da VASP)

“O pessoal parecia descendente de bolivianos, era um 'chá-chá-chá' louco”.

(paulista, 39 anos, administrador de empresas)

A idéia de 'descendente de bolivianos' remete a algo que não é próprio da nossa terra, do nosso país, ou seja, a algo que é "estrangeiro". Os depoimentos dos informantes de Palma apenas confirmam o fato de que 'tchê' e 'djê', não sendo um uso comum no português do Brasil, causam estranheza, podendo acarretar também dificuldades de entendimento.

Um outro aspecto fonológico do falar cuiabano é a não-redução das vogais médias em posição átona final, contrariamente ao que ocorre na maior parte do território brasileiro. Assim, tem-se 'deste' - ['deʃte], 'distrito' - [diʃ'trito], 'ele' (pron.) - ['ele], 'ano' - ['ano]. Observe-se que a fricativa alveolar [s], em posição final de sílaba ou palavra, passa a palatal [ʃ], fenômeno semelhante à palatalização que também ocorre no falar carioca e no português europeu. Desse modo, o cuiabano fala [maʃ] para 'mas', sem a ditongação que comumente ocorre nesse tipo de sílaba final no falar carioca e em outros falares brasileiros. Também em 'dois' o ditongo é cancelado, pronunciando-se [doʃ].

Há ainda a redução do ditongo final 'ão' em 'õ', como em 'condição'-[kūdi'so] e 'irmão' - [er'mõ]. Esse tipo de redução, muito frequente no falar cuiabano, também pode ser encontrada no dialeto falado em Helvécia (Ferreira, 1994; Baxter e Lucchesi, 1997), comunidade localizada no sul da Bahia, que tem sido caracterizada, nos estudos realizados, como um remanescente de um falar crioulo de influência africana.

Um último traço curioso da fonologia do falar cuiabano é a desnasalização da vogal /a/. Segundo Souza (1999: 148), nessa variedade do português "ocorre a cisão da vogal /ã/ em /a/ + /N/ e, como resultado, a vogal é desnasalizada e o segmento nasal passa a figurar na estrutura vocabular". O fenômeno se estende aos contextos em que a mesma vogal passa a nasalizada pela proximidade com uma consoante nasal na sílaba seguinte. Assim, tem-se, no falar cuiabano, /kri'aNsa/ para 'criança', /ma'maj/ para 'mamãe'. Em um trabalho anterior (Dettoni, 2000, inédito), mostrei como este mesmo fenômeno ocorre no espanhol, que não apresenta as vogais nasalizadas do português. Tal é, por exemplo, o caso de [na'ranhəs] para 'laranjas', [er'mano] para 'irmão' e [ma'ɲanv] para 'amanhã'.

Outros aspectos também muito singulares dessa variedade do português que merecem destaque estão presentes na morfossintaxe, componente ainda não explorado nos estudos já realizados sobre o falar cuiabano.

Uma construção bastante típica desse dialeto e, certamente, estranha para o resto do Brasil, é a que se apresenta em **eu cheguei no mamãe** e **eu vou lá no Elza**, usada para indicar que se foi **à casa de alguém**. Nessas estruturas, a preposição **no** corresponde a **na casa de**, gerando construções semelhantes às encontradas no francês, com o uso da preposição *chez* (cf. '*Je vais chez Maria*' - Eu vou à casa de Maria)³. Em contatos verbais com cuiabanos de grau de escolaridade superior, fui informada de que a presença de **no**, nessas estruturas, se explica em função do apagamento da expressão **no solar de**, que ocorreu ao longo do tempo, da qual teria ficado apenas a preposição **no**

³ Segundo o dicionário da língua francesa *Petit Robert* (1986:303), *chez* é uma preposição que deriva do francês antigo *chiese*, cujo significado era "casa".

como vestígio. Com base nessa hipótese, as estruturas acima poderiam ser explicadas pelo desdobramento em 'eu cheguei no [solar de] mamãe' e 'eu vou lá no [solar de] Elza'. Embora esta explicação de que o uso de **no** advenha de um apagamento da palavra **solar** seja bastante frequente entre os cuiabanos, vale ressaltar que não encontramos, a esse respeito, nenhum registro escrito que confirmasse ter sido comum, em algum momento passado, o uso da palavra **solar** pelos falantes nativos do dialeto. Além disso, é preciso considerar que essa explicação não abarca todos os usos de **no** nesse dialeto. Em muitos contextos, **no** parece representar claramente uma variação de **em**, mas pode ocorrer em contextos nos quais se usaria, preferencialmente, **na**. Vejam-se os exemplos abaixo, retirados da fala dos informantes desta pesquisa:

- (1) **Eu cheguei no mamãe**, aí fiquei quieto, num falei nem...fiquei pensano: 'por que mamãe **no minha casa** ?

(DOM, 78, I)

- (2) Vô falá uma coisa pr'ocê, djá acunteceu muita coisa boa **no mia vida** ..."

(IRA, 75, 4s)

- (3) Mas a cana apodrece, **no tudo** aquelas junta dele ele quebra.

(IRA, 75, 4s)

A presença de **no** é comum também em construções com a forma oblíqua **mim**, nas quais, paralelamente, pode ocorrer **do** como variação de **de**. Outro contexto também favorável à ocorrência de **no** é a presença de pronomes indefinidos e interrogativos, como ilustram os exemplos abaixo:

- (4) Minha mãe era vivo, cuidou bem **do mim**.

(FLP, 84, I)

(5) As pessoa olha **no mim** fala, "o que é que você tem?"

(ELN, 34, 4s)

(6) Me fala, mia fia, **no quem** que ocê vai acriditá? (...) **Eu falei**, se eu num cunfiá em Deus, **no quem** que eu vô cunfiá?

(IRA, 75, 4s)

(7) Eu era criança, né? Num prestava intento **no nada**.

(FLP, 84, 1)

Uma outra característica da morfossintaxe do falar cuiabano muito recorrente é a ausência de artigo em certas estruturas, fenômeno presente também no dialeto de Helvécia, na Bahia (Ferreira 1994). Observem-se, a esse respeito, as seguintes construções:

(8) Mãe de meu vovô, que é pai de papai, foi índia.

(FLP, 84, 1)

(9) Daí, pai dele foi os índio que matô porque num era índio, num era é:: sangue deles, irmão dele que era; mãe dele e pai dele mataro."

(DOM, 78, 1)

As construções negativas também diferem do que é mais comum no português do Brasil em geral. Observa-se, normalmente, uma alteração na ordem, na colocação dos advérbios de negação na estrutura frasal. Em geral, os termos que indicam a negação vêm sempre justapostos, como se pode perceber nas estruturas abaixo:

(10) Prego a oração porque ela tano pregado **nada num entra**, eu tenho ela aí atrás da porta.

(IRA, 75, 4s)

Um modo de expressão também muito frequente no falar cuiabano é o uso frequente de **diz que** nas construções mais variadas, equivalendo a **dizem que**, empregado para marcar indeterminação e mais generalizado em português. **Nem sempre diz que** introduz sentenças com indicação de indeterminação. Pode aparecer no meio da construção, além de ser, muitas vezes, totalmente dispensável para a compreensão. Os exemplos a seguir ilustram essa construção na variedade falada na baixada cuiabana:

- (11) Ele começô co uma obração, **diz que** o verme comeu todo o intestino dele.
- (12) Eu num podia morá ali na Joaquim Murtinho cê sabe porque? **Diz que** porque eu era pobre.
- (13) Aí ele foi **diz que** deitô lá, saiu foi deitô lá no corredor aí fiquei que::to olhano pa ele assim.
- (14) Eu moro em Cuiabá, mudei pa lá, então falaro **diz que** eu pirdi o direito.

(IRA, 75, 4s)

O fato de todos esses exemplos pertencerem à fala de um mesmo informante não significa que a construção não esteja ocorrendo em outras falas. A seqüência de exemplos acima é bastante apropriada para mostrar, nas duas primeiras construções, o uso de **diz que** para indicar algo que foi dito por alguém sem que se saiba quem é que de fato falou, ou seja, uma indeterminação; e para mostrar, nas duas últimas falas, o mesmo uso esvaziado de conteúdo semântico. Nos dois primeiros exemplos cabe a idéia de 'falaram, disseram que' : "o verme comeu todo o intestino dele", "porque eu era pobre". Nas outras construções não cabe essa interpretação, sobretudo em "aí ele foi diz que deitô lá."

Outros exemplos semelhantes a esses na variedade da baixada cuiabana são:

- (15) Aí **diz que** vinha mandá o ônibus buscá.

(CLN, 72, I)

(16) Dona Lázara falou pra mim que **diz que** no mato do Ribeirão tem.

(ELN, 34, 4s)

Barbosa Gomes (1979), em trabalho dedicado ao estudo dos registros da fala popular brasileira feitos por Mário Andrade, aponta a expressão **diz que** ou **diz-que** como uma forma curiosa de introdução do discurso indireto, observando ser esta construção encontrada no falar dos amazonenses. Quanto à sua provável origem, afirma o autor "não se diga também que se trata de um brasileirismo: o torneio é legitimamente lusitano, veio do português arcaico e comparece ainda hoje no falar coloquial de além-mar" (Op. cit. p.103-104). Feita essa observação, o autor apresenta o seguinte exemplo:

Tinham-lhe queimado o Antonio José, porque **diz-que** não comia.

(Garret, Gil. p .156, apud Barbosa Gomes, Op. cit., p.104)

Um último aspecto a ser destacado na morfossintaxe dessa variedade do português é a concordância de gênero, que, por constituir o objeto de estudo desta pesquisa, passo a expor de modo mais detalhado na seção a seguir.

1.2. O gênero gramatical na variedade lingüística da baixada cuiabana

A marcação do gênero gramatical, na variedade lingüística falada na baixada cuiabana, é bastante oscilante. Por esta razão e também em função da abordagem teórica que vai direcionar a análise aqui proposta, passarei, a partir de agora, a tratá-la sob uma perspectiva variacionista.

Sendo assim, é possível dizer que, no falar cuiabano, a variação na concordância de gênero ocorre em três tipos de construções sintáticas distintas, com a seguinte configuração:

- (i) nas relações internas ao sintagma nominal: "**noite intero**", "**aquele argola bonito**", "**cara feio**", "**cozinheira nosso**";
- (ii) na relação sujeito/predicativo: "**minha mãe era vivo**", "**esta mão tava bobo**", "**a turma fica tudo espantado**";
- (iii) nas relações anafóricas: "**tinha uma senhora vizinho, ele era este: desquitado**", "**Esse raiz de São João curtido na pinga, esse eu usei ele**".

Vejam-se alguns exemplos nas falas dos informantes:

- (1) Uai, Nenê! Cadê A **COZINHEIRA NOSSO**? E pois tudu dia **ELE** traz água e o café pra nós! Nós tudu dia acorda com **ELE** aí com o café!

(DOM, 78, I)

- (2) Ele num podia vê eu cunversá com uma pessoa cunhicida assim, ele djá ficava de **CARA FEIO**.

(IRA, 75, 4s)

- (3) **MARIA** é a palma da minha mão. Se **ELE** sai daqui quebra **UMA PERNA MEU**.

(DOM, 78, I)

- (4) No sítio eles falam que A **CRIANÇA TÁ TORTO**, **ELES** [as parteiras] endireita, né, **ELES** tem um jeito de sacudir a mulher e:: endireitar.

(GIG, 39, 5s)

Os poucos comentários já registrados a respeito da variação no gênero gramatical no dialeto da baixada cuiabana tendem a interpretar o fenômeno como uma ausência de marcação de gênero. Drummond (1978: 86), em um dos primeiros trabalhos

que reúnem dados da fala de mato-grossenses, observa que "não se forma o feminino dos adjetivos, os quais se usam indistintamente no gênero masculino, aplicados a seres femininos e masculinos". Souza (1999:166), em sua dissertação de mestrado, também afirma que "no português mato-grossense, também não há marca de gênero. O gênero masculino designa ambos os gêneros". Segundo a autora, a ausência de flexão de gênero no falar cuiabano assemelha-se ao que ocorre em alguns crioulos de base portuguesa (cf. Souza, op.cit. p.165).

Por ora, devo dizer que as conclusões de Drummond e de Souza, de que, no falar cuiabano, não há marcação de gênero, não são corroboradas nesta pesquisa, porque há enunciados em que há concordância com nomes de gênero feminino, tal como em:

- (5) Ocê vai embatcho DUMA ÁRVORE, ELA é sua AMIGA, sua CUMPANHERA, ocê vai e conversa com ELA e faz aquela oração...

(IRA, 75, 4s)

Minha proposta, para esta pesquisa, é examinar a concordância de gênero no falar cuiabano como um fenômeno de variação linguística, cuja análise terá como base os pressupostos teóricos da sociolinguística variacionista (Labov, 1972 e 1982).

Pesquisas já divulgadas sobre outras variedades do português do Brasil também atestam a presença da realização variável da concordância de gênero no sintagma nominal e na relação sujeito/predicativo. Entre as variedades contempladas nesses estudos podem-se citar: o dialeto caipira da região de Piracicaba (Rodrigues, 1974), o português de contato do alto Xingu (Lucchesi & Macedo, 1997 e Lucchesi, 1998), o dialeto baiano de Helvécia (Baxter e Lucchesi, 1997 e Lucchesi, 1998) e variedades faladas por comunidades rurais do Vale do Ribeira (Careno, 1991) e comunidade do Cafundó (Petter, 1999), ambas em São Paulo. Como se vê, a maior parte dessas variedades se concentra em áreas rurais ou são usadas por comunidades que viveram

processos de isolamento. Embora a variação na concordância de gênero tenha sido registrada nessas variedades, não há, nos estudos mencionados, nenhuma referência quanto a uma variação na marcação de gênero no sistema dos anafóricos, como a que encontramos no falar cuiabano (vejam-se os exemplos (1), (3) e (4) acima). Na literatura pesquisada, exemplos deste tipo de variação na retomada pronominal de um antecedente feminino só se encontram registrados no trabalho de Callou (1998), que estuda uma variedade do português falada em Mato Grosso, município de Rio de Contas, no Estado da Bahia, e no trabalho de Emmerich (1991) sobre o português de contato do Alto Xingu. Callou (1998:264) informa que

“Formas enquadradas normalmente no gênero feminino passam a ser usadas também no masculino, sendo marcado o gênero pelo uso do artigo: *o hortelã-pimenta* (conhece *ele*), *o bronquite* (*meu bronquite* —tenho *ele*; depois *do bronquite*), (...)”.

Um pouco mais adiante neste mesmo trabalho (p.265), Callou apresenta, entre os dados coletados na década de 90, o seguinte exemplo: “*esse* aí não...não (respondendo a uma pergunta sobre se já tinha visto *uma cobra cascavel*) ...*ele morto*”.

Em relação ao português de contato do Alto Xingu, Emmerich (1991:69) faz a seguinte observação:

“Com referência ao gênero, ocorre no português de contato, incorporação semelhante à da flexão de número. Na fala pidginizada, sua ocorrência é ainda bastante variável, com predominância da forma masculina: ‘Ah, meu irmã, ele chorô muito. Lembrava meu pai, né, lembrava meu mãe. Ele chorô. Depois ele para’”.

Outros exemplos aparecem ainda, casualmente, no trabalho de Emmerich, em momentos em que a autora não está tratando de variação de gênero, tal como: “Então eu pegá cigarro, dona di kwarup eli deu pra mim, né” (p.67).

É interessante notar que tanto em exemplos apresentados por Callou (1998) quanto na construção registrada por Emmerich (1991), nomes que normalmente figuram como femininos no português padrão, aparecem acompanhados por um determinante na forma masculina, como em **o bronquite/ meu bronquite/ tenho ele** (Callou, 1998) e **meu irmã/ ele chorô** (Emmerich, 1991), diferentemente do que ocorre no falar cuiabano, em que os determinantes que acompanham os nomes são, em geral, todos femininos.

Neste trabalho, serão analisadas construções do dialeto da baixada cuiabana que se destacam por apresentarem nomes explicitamente femininos, isto é, usados com determinantes femininos, cuja retomada é feita por um pronome na forma masculina. Considerando os poucos registros encontrados, pode-se concluir que a variação de gênero nesse tipo de construção é um fenômeno pouco comum no português do Brasil, estando restrita a apenas algumas das variedades que apresentam variação na concordância de gênero.

Sendo assim, para a realização desta pesquisa, tomarei como objeto de estudo, no conjunto das construções que apresentam variação de gênero no falar cuiabano, estritamente as que envolvem uma relação anafórica. A opção por este recorte na análise dos dados deve-se não só ao fato de ser este fenômeno o menos comum entre as variedades já estudadas do português do Brasil, conforme demonstrado acima, mas também à própria natureza das construções sintáticas em jogo. Considere-se que a relação entre um nome e seu determinante e/ou modificador, todos na mesma construção, diverge bastante da relação entre um nome e o anafórico que o retoma em uma outra construção sintática. Considere-se, ainda, que dificilmente poderiam ser adotados os mesmos critérios de análise para examinar relações e construções tão distintas.

O que caracteriza a variação de gênero nas construções do falar cuiabano em que há uma anáfora pronominal é o uso da forma masculina **ele** para referentes tanto masculinos quanto femininos, conforme ilustram os exemplos abaixo:

(6) **UMA DOR** segura todinho o meu corpo, beleza. Quando **ELE** vai aliviano eu tô podre, criatura!

(ELN, 39, 4s)

(7) Tem **ESSE GATÃO** que entrou aqui, né, grandão, mas esse daí: já tá véio, né, já tá veio, daqui uns dia **ELE** vai morrê, né.

(GIG, 39, 5s)

Em (6), a forma **ele** refere-se ao SN **uma dor**, cujo núcleo **dor** é seguramente um nome classificado como feminino no português, como se pode ver pela presença do artigo **uma**; em (7), o mesmo anafórico retoma o SN **esse gatão**, apresentando, então, a estrutura a concordância de gênero do português padrão.

Proponho, como ponto de partida para esta reflexão, as seguintes questões:

1. A variedade falada na baixada cuiabana apresenta ou não marcação de gênero? 2. Pode esse fenômeno, nessa variedade, ser interpretado como a expressão de um fenômeno variável de concordância ou deve-se dar a ele uma outra interpretação? 3. O quê de fato está sendo marcado, nesse dialeto, nas construções em que uma forma masculina é usada pelo falante para fazer referência a nomes femininos?

Uma observação inicial dos dados motivou a postulação da hipótese de que o traço [inanimado] estaria funcionando como um divisor de águas no sistema de atribuição de gênero desse dialeto. Nesses termos, a forma masculina **ele** estaria sendo usada para substituir, em uma relação anafórica, nomes classificados como femininos, que apresentassem o traço semântico [-humano, -animado]. Considerar o traço [inanimado] como um fator determinante em relação ao gênero gramatical nesse dialeto,

levou-me a pensar na possibilidade de figurar, em sua gramática, um **gênero neutro**, além do masculino e do feminino.

A idéia de postular a existência desse terceiro gênero, o neutro, surgiu com base em outras línguas que possuem ou possuíam esse gênero, como o latim. Em um trabalho clássico, Meillet e Vendryes (1960) apontam a distinção animado/inanimado como definidora dos dois grandes gêneros do indo-europeu. Segundo Coutinho (1954: 229), em latim, de acordo com o padrão comum ao indo-europeu, “só os seres inanimados é que deveriam logicamente pertencer ao gênero neutro”. Entretanto, isso não ocorria, pois, nessa língua, “as coisas podiam também ser consideradas gramaticalmente masculinas e femininas”. Em um estudo sobre o gênero em várias línguas do mundo, Corbett (1991) afirma que, de um modo geral, os critérios mais comumente usados na atribuição de gênero são os traços animado *versus* inanimado, +humano *versus* -humano, +racional *versus* -racional, +macho *versus* +fêmea. O mesmo autor informa ainda que, em geral, pertencem ao gênero neutro os nomes com os traços [inanimado] ou [-racional]. Percebe-se, assim, que uma característica predominante do gênero neutro nas línguas é a presença do traço [inanimado].

Por outro lado, no que diz respeito ao falar cuiabano, uma dificuldade para argumentar a favor de um neutro nessa variedade é a inexistência de itens lexicais específicos para esse gênero. Não existe uma marca, um morfema, ou qualquer outro tipo de elemento formal distinto do masculino e do feminino que possa indicar um terceiro gênero. O que está sendo postulado como um possível neutro são, na verdade, estruturas com variação na concordância de gênero, que apresentam a seguinte configuração: anafóricos classificados como **masculinos** no português padrão são usados para se referir a um item lexical classificado como **feminino**. A recíproca não é verdadeira. Não são encontrados anafóricos **femininos** com referência a itens lexicais **masculinos**. Os anafóricos femininos referem-se exclusivamente a nomes femininos.

Se considerarmos a hipótese de que os anafóricos que retomam itens lexicais femininos que apresentam o traço [inanimado] são neutros, teríamos que admitir

e explicar a coincidência de formas entre masculino e neutro no falar cuiabano. Sabe-se que essa coincidência de formas lingüísticas entre masculinos e neutros não é um fato incomum. Em muitas línguas, há casos de identidade entre o neutro e o masculino. Tal é, por exemplo, o caso dos demonstrativos no russo, conforme exemplifica Corbett (1991: 132-33). Considere-se, por exemplo, o demonstrativo *ètot* (este), nas várias declinações do russo. Segundo aquele autor, os três gêneros, masculino, feminino e neutro, se distinguem no nominativo: *ètot* (masc.), *èto* (neut.) e *èta* (fem.); nos outros casos, não há nenhuma marca morfológica que possa distinguir o masculino do neutro. Esse fenômeno, comum em muitas outras línguas do mundo, é conhecido como **sincretismo** (Corbett op. cit.: 120), ou seja, a identidade entre duas ou mais formas morfossintáticas do mesmo lexema.

Uma possibilidade seria considerar, então, a identidade morfológica do anafórico **ele** para o neutro e para o masculino, no falar cuiabano, como um caso de sincretismo. Ocorre, porém, que, nessa variedade, não há nenhum tipo de construção, nenhuma função sintática específica, enfim, não há nenhum tipo de contexto sintático em que se possa identificar uma característica morfológica distinta do masculino para comprovar a existência de um terceiro gênero. Portanto, é preciso assumir desde já que, do ponto de vista da morfologia, é muito difícil encontrarem-se evidências para comprovar a existência de um gênero neutro no falar cuiabano.

Tendo em vista essas últimas considerações, a hipótese que norteará a presente análise é a de que, nas construções com variação de gênero na relação anafórica, no falar cuiabano, o anafórico **ele** será usado para retomar nomes femininos marcados pelos traços [-humano, -animado].

2. O GÊNERO

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

“Gender is the most puzzling of the
grammatical categories.”

Greville Corbett

Neste capítulo faço uma revisão da literatura relativa ao gênero gramatical. São discutidos também alguns trabalhos que tratam desse tema em relação ao português, mais especificamente. Dedico ainda uma seção para examinar os problemas de concordância de gênero que envolvem construções de anáfora pronominal, revisando vários trabalhos sobre este assunto. Uma segunda parte apresenta uma revisão não só de trabalhos de dialetologia que descrevem variedades regionais do português europeu, mas também de pesquisas sociolinguísticas sobre variedades populares do português do Brasil, com destaque para os aspectos relativos ao gênero gramatical.

2.1 O que é gênero?

A afirmação de Corbett proposta como epígrafe sinaliza a complexidade da categoria gramatical chamada **gênero**. Sabe-se que, de um modo geral, esta é uma categoria que está presente em muitas línguas, mas que pode estar ausente em outras. Além disso, nas línguas em que ela ocorre, nem sempre constitui uma parte essencial da estrutura lexical e morfossintática. Do ponto de vista do significado, é possível dizer que,

de um certo modo, todos os sistemas de gênero apresentam um núcleo semântico⁴. Em alguns sistemas, a distinção de sexo é um componente relevante; em outros, interessam mais distinções como animado/inanimado, +humano/-humano, +racional/-racional, além de critérios como a forma, a cor, a textura etc.

Segundo Lyons (1968:283), o termo gênero tem sua origem no latim *genus*, palavra de sentido bastante geral que indica **classe** ou **tipo**. A idéia de que o gênero é uma organização dos nomes em classes é, praticamente, consensual entre os lingüistas. Hockett (1958:231) já propunha que “gêneros são classes de nomes que se refletem no comportamento das palavras associadas”⁵. Gleason (1961:240) afirma que “o gênero é, em larga medida, uma classificação lingüística dos nomes em grupos arbitrários, com objetivos sintáticos”.

Além da concepção de gênero como classes em que os nomes se organizam, parecem ser consensuais também, entre vários estudiosos, as implicações sintáticas resultantes dessa classificação. Gleason (Op.cit.p.241) é categórico ao afirmar que “os gêneros são fundamentalmente categorias sintáticas, podendo, no entanto, revestir-se também de significado flexional”. Para Lyons (1968:283), na maioria das línguas, o gênero é uma classificação dos nomes necessária para dar conta da referência pronominal e da concordância.

O fato é que muito do que se encontra registrado na literatura pertinente a **gênero** tem enfatizado os reflexos dessa categoria gramatical na morfossintaxe das línguas que a possuem. Um aspecto fundamental a ser considerado é que a idéia de que gênero é uma característica inerente aos nomes não significa, necessariamente, que estes últimos tragam em si uma marca morfológica do seu gênero. Na verdade, isso raramente ocorre, de tal modo que as evidências para a existência de gêneros em uma língua são,

⁴ Corbett (1991:34) afirma que mesmo os sistemas morfológicos de atribuição de gênero apresentam sempre um núcleo semântico. Encontra-se, no original : “they always have a semantic core. There is no purely morphological system.”

⁵ Tradução minha para “gender are classes of nouns reflected in the behavior of associated words.”

geralmente, atestadas por meio das relações de concordância que se estabelecem entre os nomes e artigos e adjetivos que com eles co-ocorrem. Isto significa dizer que as evidências para a existência de gênero em uma língua devem ser buscadas fora do nome. Nas palavras de Corbett (1991:4),

“O critério determinante do gênero é a concordância.. (...) Dizer que uma língua possui três gêneros significa dizer que há três classes de nomes que se distinguem sintaticamente por meio da concordância que elas exibem. Essa é a abordagem geralmente, mais aceita sobre gênero”.⁶

Não estamos afirmando, com isso, que gênero é concordância, mas que esta última é o mecanismo sintático que explicita a presença de gêneros em uma dada língua, permitindo, inclusive, que se determine o seu número.

No que diz respeito ao português, Pereira (1987:24) informa que “a nossa tradição gramatical apresenta uma evolução progressiva no seu tratamento do gênero, no sentido de pouco a pouco tender a caracterizá-lo como um fenômeno formal, ao invés de semântico”. Assim, nossos gramáticos que, em princípio, adotavam definições semânticas para o gênero em português, passaram a definir o masculino e o feminino como duas classes gramaticais nas quais os nomes da língua estão distribuídos (cf. Rocha Lima, 1976 e Cunha & Cintra, 1985). Merece destaque, também, o trabalho de Câmara Júnior, nas revisões feitas sobre a descrição tradicional de nossas gramáticas. Afirma o linguísta (1977) que o gênero é a distribuição dos nomes em duas classes mórficas, o masculino e o feminino, não sendo cabível uma definição baseada na associação entre gênero e distinção dos sexos, uma vez que “o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas ‘coisas’” (1977: 78.). Com essas palavras, Câmara Júnior deixa claro

⁶ No original, “the determining criterion of gender is agreement; (...) Saying that a language has three genders implies that there are three classes of nouns which can be distinguished syntactically by the agreements they take. This is the generally accepted approach to gender”.

que, em português, todos os substantivos possuem um gênero determinado, fixo, independente do contexto em que são usados.

Quanto às implicações sintáticas de que falamos anteriormente, parece também haver consenso entre os estudiosos do português a esse respeito (cf. Câmara Jr. 1972 e 1977, Mattos e Silva, 1994 e Rocha, 1998). Uma vez que os substantivos portugueses nem sempre trazem, em sua terminação, uma informação morfológica sobre seu gênero, esta informação deve ser localizada nos artigos e adjetivos que estiverem em relação de concordância com o nome. Cumpre esse papel sobretudo o artigo, pois, como observa Câmara Júnior (1972:121), “pela sua presença, atual ou em potencial, numa ou noutra forma, define claramente o gênero do substantivo a que modifica”. Rocha (1998: 197) também defende que:

“O gênero do substantivo em português é caracterizado por um determinante flexionado. Trata-se de uma relação sintática. Em alguns poucos casos, o substantivo é também marcado morfológicamente. Como se trata de uma minoria absoluta, não se pode generalizar e dizer que o substantivo se caracteriza pelo fato de receber flexão de gênero”.

Um outro aspecto polêmico quanto ao gênero é definir se se trata de um processo de flexão ou de derivação. Em Hockett (1958:230), já se registrava uma preocupação em esclarecer o elo entre gênero e flexão: “os nomes pertencem a um gênero; alguns adjetivos flexionam-se em gênero. Para os adjetivos, portanto, o gênero é uma categoria flexional. Para os nomes, os gêneros são preferencialmente o que podemos chamar de categorias seletivas”⁷. Também em Gleason (1961:242), encontramos que:

⁷ No original “nouns belong to a gender; some adjectives are inflected for gender. For adjectives, then, gender is an inflectional category. For nouns, the genders are rather what we shall call selective categories”

“Nos substantivos, o gênero, normalmente, é um traço inerente a cada raiz temática. Por outras palavras, os nomes não têm flexão de gênero, mas cada nome tem um gênero característico. Nas línguas que possuem um sistema de concordância bem desenvolvido, os adjetivos têm, em geral, flexão de gênero; quer isto dizer que nenhum adjetivo tem um gênero intrínseco, podendo, no entanto, ser flectido de modo a produzir uma forma para cada gênero”.

Matthews (1991:47-49)⁸, por sua vez, afirma que, “para os nomes, o gênero é, em princípio, inerente a cada lexema. No entanto, para os adjetivos, o gênero é determinado por uma regra gramatical de natureza mais geral”. O autor toma como base alguns exemplos do italiano e observa que, quando se diz que os adjetivos fazem flexão, é porque a escolha entre ‘novo’ e ‘nova’, por exemplo, obedece a uma regra gramatical geral. Por outro lado, não há nenhuma regra geral que determine que ‘livro’ é masculino e ‘mesa’ feminino.

Embora a Tradição Gramatical tenha, de modo geral, considerado o gênero nos nomes como um processo de flexão, a lingüística moderna tem proposto novas formas de ver essa questão, sinalizando a complexidade de que se reveste o tema. Entre outros aspectos, os estudiosos partilham a conclusão de que as fronteiras entre a flexão e a derivação não são tão nítidas quanto se pode pensar à primeira vista. Spencer (1992:10) chama a atenção para o fato de que os sistemas de gênero e os sistemas flexionais, em princípio, independem um do outro, de tal modo que é perfeitamente possível existir um sistema flexional sem qualquer sinal de gênero, o que, segundo o autor, ocorre em línguas como o finlandês e o húngaro, por exemplo, tanto quanto é possível haver gênero sem flexão. A observação de Spencer deixa claro que a relação entre gênero e flexão não é obrigatória.

⁸ No original “For the Nouns, Gender is in principle inherent in the individual lexeme. For the Adjectives, however, the Gender is determined by grammatical or otherwise by general rule”.

Na tentativa de estabelecer os limites fronteiriços entre a flexão e a derivação, a distinção básica que tem sido apontada de modo recorrente é a de que a derivação está relacionada com a criação de novas palavras que passam a integrar o léxico de uma língua, enquanto a flexão diz respeito à possibilidade de uma única e mesma palavra assumir várias formas, segundo o contexto sintático, sem alterar sua classe gramatical.

Em estudos no âmbito da Teoria Gerativa, Anderson (1988) propõe que as regras de flexão e de derivação se distinguem basicamente por atuarem em níveis distintos da palavra. Segundo o autor, as primeiras são aplicadas para converter um item lexical em uma palavra flexionada na superfície, gerando a sua representação morfossintática; as segundas são aplicadas para formar novas palavras. Uma outra observação relevante feita pelo mesmo autor é a de que, quando os sufixos flexionais são adicionados à palavra, a forma derivada já está pronta. Isto significa que, considerando as diferentes transformações possíveis para uma mesma raiz, a derivação é um processo que antecede a flexão, no sentido de que a flexão ocorre quando o processo de formação de uma nova palavra já foi concluído; ou seja, a flexão ocorre fora da derivação.

Com isso, chegamos a um ponto crucial a respeito do que seja flexão. Ora, a flexão, embora tenha sido sempre vista como um processo próprio da palavra, está diretamente ligada ao mecanismo sintático da concordância. As palavras se flexionam para tomar formas adequadas que, em uma relação sintagmática, são exigidas para que se cumpra o mecanismo da concordância. Não é outra a razão pela qual Anderson (1992:74, citado por Rocha, 1998:206) propõe que “flexão é precisamente o campo em que os sistemas de regras sintáticas e morfológicas interagem”. Ao que Rocha (Op.cit.p.207) acrescenta que, com base no critério proposto por Anderson, “a flexão deixa de ser uma característica da palavra, para ser um mecanismo morfo-sintático, que se serve ao mesmo tempo de regras morfológicas e sintáticas”.

Isto posto, cabe, então, refletir se, de fato, o gênero é um processo de flexão ou de derivação.

Ora, pelas posições de vários estudiosos do assunto já explicitadas aqui, há consenso quanto ao fato de que o gênero só é visto como uma categoria flexional nos adjetivos e determinantes. Nos nomes, gênero não é flexão. O gênero é um traço inerente a qualquer nome, ou seja, é um valor fixo que já está inserido no léxico; independentemente do contexto em que a palavra seja usada, ela possui um valor pre-estabelecido para gênero. Por isso, desde Hockett (1958) já se fazia a distinção: nomes **pertencem** a um gênero; adjetivos **flexionam-se** em gênero.

Em relação ao português, a idéia de desvincular gênero de flexão, nos nomes, foi proposta por Câmara Jr. (1972). O autor deixou clara a sua posição de que, em português, não é a flexão que indica o gênero do substantivo, pois, “com efeito, quer apareça, quer não apareça a flexão, todo nome, em cada contexto, será imperativamente masculino ou feminino” (1972:121). Por outro lado, Câmara Jr. aponta, para o português, duas situações distintas. Primeiramente, ele admite que há flexão de gênero nos nomes portugueses em que ocorre a adição do sufixo flexional **-a** ao nome, com a supressão da vogal temática. Isso abarcaria casos como ‘lobo – lob-**a**’ e ‘menino – menin-**a**’. Câmara Jr. afirma também que, nesses casos, a flexão ocorre, mas trata-se de um traço redundante do gênero, pois sempre será acompanhada de concordância. A segunda situação prevista pelo autor é a interpretação de que os outros sufixos que podem também fazer uma distinção de gênero, em português, são derivacionais. Nesse caso estariam inseridos nomes como ‘galo – gal-**inha**’ e ‘imperador – impera-**triz**’.

Mesmo que tomemos como base alguns dos critérios propostos por Câmara Jr. (1977) para distinguir **flexão** de **derivação**, considerando, sobretudo, a obrigatoriedade e a regularidade de morfemas da primeira, contraposta à não-obrigatoriedade e à irregularidade de morfemas da segunda, no que diz respeito ao português, a categoria de gênero nos nomes, do ponto de vista da flexão, não apresenta uma completa regularidade que permita estabelecer padrões constantes de classificação. Considere-se que muitos nomes da nossa língua sequer possuem flexão de gênero; outros,

por sua vez, a possuem como um traço redundante. A esse respeito, vale destacar também a seguinte observação de Rocha (1998: 196):

“É preciso considerar, no entanto, que apenas uma parte insignificante dos substantivos (aqueles que se referem a seres sexuados), pode receber uma marca morfológica distintiva de gênero (*gato/gata, abade/abadessa* etc.). Segundo pesquisas já realizadas (Rocha, 1981), 95% dos substantivos referem-se a seres não-sexuados e 4,5% a seres sexuados. Mesmo assim, desses 4,5%, nem todos recebem uma marca morfológica de gênero, como *criança, cônjuge, homem, jacaré, selvagem* etc. A quase totalidade dos substantivos em português não apresenta uma marca morfológica de gênero, ou seja, a quase totalidade pertence a um gênero único (...).”

Para Rocha (1998:207), o que a Gramática Tradicional chama de flexão, nos nomes, é um processo de derivação, ou seja, aplica-se uma regra de derivação que permite formar uma nova palavra.

Na tentativa de melhor separar o que é derivacional do que é flexional, Anderson (1982) propõe que se considere a morfologia flexional como a sub-área da morfologia geral que trata dos aspectos que são relevantes para a sintaxe. O autor argumenta que a hipótese lexicalista, formulada por Chomsky (1970), de que a sintaxe não tem acesso à estrutura interna das palavras, não pode ser tomada em sentido absoluto, uma vez que há uma série de propriedades das palavras que interessam à sintaxe e que produzem reflexos diretos na estrutura da sentença. Tais propriedades, segundo o autor (1982: 571), podem ser **configuracionais**, que são as que dependem da posição da palavra na estrutura sintática; **propriedades de concordância**, cujas relações ocorrem em domínios mais amplos do que a palavra; e **propriedades inerentes**, que são próprias do item lexical individual. Entre essas últimas, encontra-se o gênero. Para Anderson, uma propriedade inerente, como o gênero, por exemplo, interessa à sintaxe pois, na medida em que exista uma regra gramatical que postule que o adjetivo deve concordar em gênero

com o nome ao qual se refere, a regra sintática de concordância tem de ter acesso ao traço de gênero do nome no qual esta relação de concordância se baseia. Assim, um tipo de informação como o gênero dos nomes, embora seja um traço inerente ao item lexical, situa-se, segundo a proposta de Anderson, no âmbito da morfologia flexional, ou seja, esta é uma informação relevante para a sintaxe. O mesmo autor enfatiza, ainda, que não é a morfologia em si que interessa à sintaxe, mas uma forma distinta, mais abstrata, que constitui a representação das propriedades flexionais de uma palavra, forma que ele (1988:30) denomina **representação morfossintática** (“*morphosyntactic representation*”).

Chegamos, então, a uma proposta de solução para o impasse entre flexão/derivação. Da distinção mais frequentemente evocada de que a derivação refere-se ao processo de formação de novos itens lexicais que passam a integrar o léxico, assim como a flexão trata das diferentes formas que um mesmo item lexical pode assumir de acordo com as exigências do contexto sintático, chegamos a uma nova posição que é a que estarei assumindo ao longo deste trabalho. Segundo a proposta de Anderson (1982:587), a morfologia divide-se em duas partes: uma **flexional**, que está integrada à sintaxe e cujas formas podem ser manipuladas por esta última; outra **derivacional**, que está localizada no léxico e é totalmente opaca à sintaxe.

Com base em todas as reflexões que foram apresentadas, neste trabalho, estarei adotando as seguintes posições:

- (i) o gênero dos nomes, em português, é um traço inerente; trata-se de um valor pré-estabelecido que já vem inserido no léxico. Por se tratar de uma propriedade inerente ao nome com reflexos diretos na concordância nominal e pronominal em português, o gênero será tratado no âmbito da morfologia flexional;
- (ii) há flexão de gênero, em português, nos artigos e adjetivos que ocorrem com o nome; os quais, por meio de sua flexão, explicitam o gênero deste último;

- (iii) a flexão é um mecanismo complexo que envolve regras morfológicas e regras sintáticas de concordância. Por esta razão, longe de ser um processo exclusivo da palavra, a flexão é a área em que a morfologia e a sintaxe estão em interação.

2.2 A concordância de gênero na relação anafórica

A literatura relativa à discussão sobre a anáfora revela, de modo convincente, a complexidade desse fenômeno que interessa tanto à sintaxe, quanto à semântica. Em geral, a abordagem tradicionalmente mais aceita sobre esse tema consiste em tratar a anáfora pronominal como uma relação gramatical entre uma expressão linguística, chamada **antecedente**, e um pronome anafórico (cf. Lyons, 1977, Wiese, 1983). A visão de que a anáfora consiste em um fenômeno de base sintática, que envolve, meramente, uma relação de substituição de um nome por um pronome, é bastante contestada em trabalhos que examinam a anáfora em uma perspectiva semântico-pragmática.

De modo bastante sucinto, pode-se definir que o debate acerca da anáfora pronominal remonta ao início dos anos 70 e resume-se, basicamente, em duas posições:

- (i) A anáfora pronominal é uma relação gramatical entre um antecedente e um pronome anafórico, sendo que todos os pronomes são controlados por fatores linguísticos (McCawley, 1970, citado em Tasmowski-De Ryck & Verluyten, 1982:323, e Tasmowski-De Ryck & Verluyten, 1982 e 1985).
- (ii) A anáfora pronominal **não** é uma relação sintática entre um antecedente e um pronome anafórico. Os pronomes, em seu uso, são sempre controlados por fatores pragmáticos (Postal, 1966,

Lasnik, 1976 e Bosch, 1983, citados em Tasmowski-De Ryck & Verluyten, 1982: 324, e Bosch 1987 e Wiese, 1983).

Os que defendem a primeira posição, em geral, baseiam seus argumentos nos seguintes pressupostos: (A) há uma série de restrições relativas à anáfora que têm de ser formuladas em termos de configurações sintáticas; (B) a anáfora pronominal constitui um fenômeno de concordância sintática, uma vez que uma condição essencial dessa relação é a de que o pronome deve concordar em pessoa, número e gênero com seu antecedente (Wiese, 1983: 374).

Entre os adeptos da segunda posição, argumenta-se que, na anáfora pronominal, os pronomes não se referem meramente a um antecedente lingüístico previamente mencionado no discurso, mas se trata de uma referência direta a seres, objetos ou situações presentes no mundo real (Lasnik, 1976, Lyons, 1977, Bosch, 1983 e 1987). Por esta razão, o uso dos pronomes não pode ser controlado exclusivamente por fatores lingüísticos, mas, sim, por fatores de ordem pragmática presentes no contexto de produção do discurso.

Para efeito desta pesquisa, cujo objeto de estudo é a concordância de gênero na relação anafórica no dialeto da baixada cuiabana, há aspectos fundamentais a serem definidos em relação à anáfora pronominal:

- (i) A anáfora será tratada aqui como um fenômeno estritamente sintático ou como um fenômeno também semântico-pragmático?
- (ii) Em que sentido está sendo tomado o conceito de concordância?
- (iii) A concordância de gênero nas estruturas do falar cuiabano pode ser explicada por fatores exclusivamente de natureza gramatical ou fatores pragmáticos também entram em jogo?
- (iv) Considerando a condição essencial para a anáfora, exposta em (B) acima, de que o pronome deve concordar em gênero com seu

antecedente, como explicar as estruturas do falar cuiabano em que esta condição essencial não é preenchida?

Com o objetivo de definir melhor os pressupostos teóricos referentes à anáfora pronominal que serão adotados na análise proposta nesta pesquisa, proceder-se-á a uma breve revisão das diferentes posições teóricas sobre o assunto, detalhando-se um pouco mais os argumentos apresentados pelas duas posições divergentes, anteriormente citadas.

Tasmowski-De Ryck e Verluyten (1982) tomam como ponto de partida as propostas de Postal (1966) e Lasnik (1976) de que os pronomes são sempre controlados por fatores pragmáticos, e assumem a defesa da hipótese de que todos os pronomes são sempre controlados por fatores lingüísticos, pois, mesmo os que são considerados como tendo controle pragmático, possuem sempre um antecedente lingüístico que é passível de ser recuperado pelo contexto. Um exemplo clássico apresentado pelos autores (1982:328) para ilustrar sua argumentação, que é retomado em muitos outros trabalhos que discutem a anáfora (Wiese, 1983; Corbett, 1991), é uma ocorrência tomada do francês, no seguinte contexto:

[John está tentando colocar uma mesa larga no porta-malas de seu carro e Mary diz:]

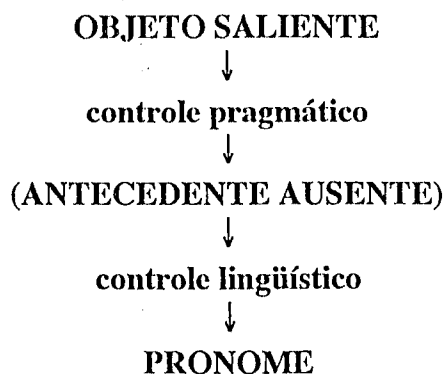
(1) "*Tu n'arriveras jamais à la faire entrer dans la voiture*" ("Você nunca vai conseguir colocá-la dentro do carro", tradução minha).

[A mesma situação, agora com uma escrivaninha (*un bureau*), masculino em francês]

(2) "*Tu n'arriveras jamais à le faire entrer dans la voiture*" ("Você nunca vai conseguir colocá-lo dentro do carro", tradução minha).

Em uma situação como a descrita acima, a única forma pronominal possível em (1) é '**la**' , uma vez que 'mesa' (*la table*) é um nome feminino em francês. A ocorrência, em (1), da forma masculina '**le**' tornaria a construção inaceitável. Em (2), a presença da forma masculina '**le**' justifica-se pelo fato de 'escrivania' (*le bureau*) ser um nome masculino em francês. Os autores argumentam que, em uma situação como essa, não há nada inerente aos objetos 'mesa' e 'escrivania' que possa justificar a escolha de um pronome ora feminino, ora masculino. Somente o fato de os itens lexicais *la table* ('a mesa') e *le bureau* ('a escrivania') funcionarem, de algum modo, como antecedentes lingüísticos dos pronomes que aparecem nas duas sentenças pode explicar a concordância de gênero.

Tasmowski-De Ryck e Verluyten assumem, então, que sempre há um antecedente lingüístico quando se usa um anafórico, mesmo que este antecedente não esteja explícito no discurso. Para esses autores, o mecanismo de controle, em exemplos como os acima, se processa em duas etapas: na situação dada, há um objeto saliente, perceptível no mundo real (no caso de (1), 'mesa' é o objeto saliente), que controla pragmaticamente um item lingüístico que o conceitua (o nome 'mesa'), mesmo estando ausente do discurso; este item lingüístico, considerado o "**antecedente ausente**"⁹, determina, por sua vez, qual pronome deve ser usado na sentença. Reproduzo, a seguir, o esquema desse processo conforme proposto por Tasmowski-De Ryck & Verluyten (!985: 343):



⁹ 'Antecedente ausente' é a tradução que proponho para "*absentee antecedent*", usada por Tasmowski-De Ryck e Verluyten (1982: 331).

Esses autores assumem que a postulação de um antecedente ausente na instância do discurso, que exerce o controle lingüístico da forma pronominal que deve aparecer no enunciado, é necessária para explicar a concordância de gênero e número em casos como os apresentados em (1) e (2). Eles assumem também (Tasmowski-De Ryck & Verluyten, 1985) que o funcionamento deste postulado foi testado preferencialmente com dados em que um item lexical (mesmo estando ausente) faz referência a seres inanimados. No caso de referência a humanos, os autores afirmam que fica difícil distinguir quando um anafórico como **ele** refere-se a um nome morfologicamente masculino ou ao macho da espécie.

Analizam, então, outros dados do francês em que nomes morfologicamente pertencentes a um gênero único, mas cuja referência pode abarcar ambos os sexos, como, por exemplo, *le ministre* ('o ministro') e *la victime* ('a vítima'), são retomados ora pela forma masculina *il* ('ele'), ora pela forma feminina *elle* ('ela'). Quando itens lexicais desse tipo estão presentes, os autores observam que o uso da forma feminina **ela** é mais freqüente à proporção que aumenta a distância entre o antecedente e o anafórico. As implicações do fator **distância** na escolha do anafórico em uma dada sentença já haviam sido discutidas por Corbett (1979) e são retomadas também em Corbett (1991). Tasmowski-De Ryck e Verluyten mantêm a mesma conclusão de Corbett: a proximidade entre antecedente e anafórico favorece a concordância gramatical e a distância entre esses elementos favorece a concordância semântica, ou seja, com o sexo do referente. A partir dessa análise, os autores concluem que o traço [+humano] confere um status especial à relação de referência, sendo que o mecanismo de concordância na relação anafórica que envolve itens lexicais com esse traço se processa a partir de uma das seguintes possibilidades (1985: 368): 1. o pronome concorda com o nome específico, considerando-se os fatores **distância** e **conhecimento prévio** dos participantes. 2. na falta de um outro nome mais apropriado, o pronome concorda com o item lexical **homem**, no caso de referência a machos, ou **mulher**, para referência a fêmeas.

Quanto aos itens lexicais referentes a seres inanimados, os autores afirmam que noções como distância ou familiaridade com o referente não desempenham nenhum papel na relação de concordância entre o anafórico e seu antecedente. Para eles, nos casos em que não há um antecedente explícito, a concordância do pronome, independente do fator distância, será feita com o nome específico do objeto ("the proper name of the object", Tasmowski-De Ryck & Verluyten, 1985: 369).

Os autores concluem seu trabalho (1985), reafirmando sua hipótese inicial, proposta em trabalho anterior (1982), no sentido de que a concordância dos pronomes, em todos os casos, se faz sempre com um item lingüístico (o antecedente) e não com uma representação conceitual dos seres e objetos do mundo real, conforme propõem outros estudiosos do assunto (Bosch, 1983).

Outro trabalho a ser destacado aqui, no qual também se examina a anáfora pronominal como uma relação sintática, é o de Menuzzi (1999). Neste trabalho, o autor discute as condições necessárias para a concordância entre um anafórico e seu antecedente na perspectiva teórica da Gramática Gerativa, ou, mais especificamente, na perspectiva da Teoria da Ligação (Chomsky, 1981 apud Menuzzi, 1999). Trata-se, portanto, de uma abordagem sintática da anáfora pronominal, que será examinada enquanto relação de concordância.

A Teoria da Ligação, segundo Menuzzi, focaliza as relações de dependência que se estabelecem numa dada estrutura e procura explicar as restrições sintáticas que condicionam as interpretações possíveis para essas relações de dependência, como, por exemplo, a relação anafórica.

Em uma relação anafórica, as relações de ligação são representadas pelo seguinte princípio: dois SNs, quando anaforicamente relacionados, devem ter a mesma interpretação. Segue-se que dois SNs têm a mesma interpretação quando há co-referência entre eles, ou seja, quando eles denotam o mesmo referente ou indivíduo. Portanto, numa relação anafórica, as relações de ligação envolvem uma condição de identidade (cf. A 'condição de identidade' discutida por Wiese, p.45) que implica serem dois SNs

co-referentes ou estarem co-indexados quando recebem o mesmo valor semântico. Menuzzi (1999:82) observa ainda que "não se pode atribuir a um SN uma referência inapropriada para sua especificação lexical".

Desse modo, nesta perspectiva teórica, uma condição necessária para a concordância é checar se a forma anafórica presente na estrutura sintática é compatível com a especificação gramatical do seu antecedente. A noção de compatibilidade de traços é a condição que permite excluir os valores semânticos não-apropriados atribuídos aos SNs. Dito de outro modo, os SNs só podem receber valores semânticos compatíveis com sua especificação lexical, conforme ilustra o exemplo abaixo, apresentado por Menuzzi (1999: 82):

(3) "*He is really stupid*" ("Ele é realmente estúpido", tradução minha)

Ok para 'ele' = Jhon, * para 'ele' = Mary

O exemplo em (3) é aceitável, desde que **John** seja considerado o referente de 'ele'. Caso **Mary** seja considerado o referente de 'ele', a construção torna-se inaceitável uma vez que é próprio da especificação lexical de 'ele' aplicar-se a entidades categorizadas como masculinas e **Mary** é usualmente empregado para designar entidades femininas.

Menuzzi observa também que, na literatura que tradicionalmente trata da Teoria da Ligação, assume-se o pressuposto de que as relações anafóricas estão sujeitas às exigências da concordância gramatical, ou seja, concordância de pessoa, número e gênero. Além disso, essas exigências de concordância estão implícitas na condição de compatibilidade. Sendo assim, tornam-se problemáticos os casos em que o anafórico não é compatível com a especificação gramatical de seu antecedente, o que ocorre sempre que o antecedente recebe uma interpretação que não condiz com sua especificação lexical. Em casos como este, a literatura tradicional (Corbett, 1991: 225-26) prevê a possibilidade de ocorrência de dois tipos de concordância: 1. a **concordância semântica** ou

ad sensum, em que o anafórico concorda com a interpretação de seu antecedente; 2. A **concordância gramatical** ou *ad formam*, em que o anafórico concorda com a especificação gramatical do antecedente.

Em português, casos de discordância entre a especificação gramatical de um nome e a interpretação que ele recebe são passíveis de ocorrer com nomes como **vítima** ou **criança**, que são gramaticalmente especificados como [+femininos], mas cujo valor semântico pode abarcar tanto machos quanto fêmeas. A esse respeito, Menuzzi (1999: 90) apresenta o seguinte exemplo:

(4) “A vítima_i disse que {**ele/ela**}_i foi agredid{-o/-a} sem motivo”.

(_i = um macho)

Neste exemplo, a presença de **ele** como anafórico ilustra a concordância semântica, no caso de o antecedente **vítima** ser interpretado como uma referência a um macho. A presença de **ela**, por outro lado, estabelece a concordância gramatical determinada pela categorização morfossintática do antecedente como [+feminino].

Menuzzi observa que, casos como este que acabamos de exemplificar, preenchem a condição de compatibilidade de traços requerida na anáfora. Há, no entanto, segundo o autor, no português do Brasil, um tipo de anáfora pronominal cujas condições de concordância violam a condição de compatibilidade de traços. Trata-se da anáfora pronominal da primeira pessoa do plural realizada pela expressão **a gente**, cujas particularidades de concordância são discutidas por Menuzzi em seu trabalho.

A primeira característica da expressão **a gente** destacada por Menuzzi (1999:91) diz respeito à possibilidade de dupla interpretação que esta expressão apresenta. No português coloquial, a expressão **a gente** é, freqüentemente, usada para se referir à primeira pessoa do plural (1pp), em detrimento da forma específica da 1pp do paradigma pronominal. Por outro lado, esta mesma expressão é também, muito freqüentemente, usada de modo arbitrário, com uma referência bastante genérica,

expressando a impessoalidade. Segundo Menuzzi, as duas interpretações de **a gente** se distinguem pelo fato de que a **interpretação arbitrária**, que expressa a impessoalidade, requer um ambiente genérico de referência, enquanto a **interpretação da 1pp** só é possível em contextos de referência a eventos específicos, conforme **ilustram os seguintes exemplos** oferecidos pelo autor (1999: 91-92):

(5) “A gente vê sempre fantasmas atrás da gente”.

A gente = as pessoas em geral (interpretação arbitrária).

(6) “A gente viu uma cobra atrás da gente”.

A gente = nós (interpretação 1pp).

Dentre as tantas outras propriedades singulares da expressão **a gente**, Menuzzi refere-se ao fato de que o gênero dessa expressão não está disponível para a sintaxe, como se dá para as especificações de número e pessoa. O autor argumenta que informações internas dessa expressão sugerem sua categorização como [+feminino]: uma delas consiste no fato de o artigo definido que acompanha a expressão ser a forma feminina **a**; uma outra aponta para o fato de **gente** ser um nome feminino em seus usos lexicais, requerendo determinantes e adjetivos qualificativos femininos em uma relação de concordância, como em '**muita gente bonita**' (Menuzzi, 1999: 93). Apesar de todas essas informações, a expressão **a gente**, em seu uso impessoal arbitrário, desencadeia uma concordância com a forma não-marcada do português, o masculino. Para Menuzzi, o fato de **a gente** ser compatível com a forma masculina indica que esta expressão não pode ser especificada como [+feminina].

Para ilustrar esse aspecto, o autor apresenta os seguintes exemplos (p.93):

(7) “A gente fica sempre surpres-o quando se é elogiad-o pelo inimigo”.

(8) “*A gente fica sempre surpres-a quando se é elogiad-a pelo inimigo”.

(9) “A gente ficou surpres-o com aquele elogio” .

(John falando dele e de Mary)

(10) “A gente ficou surpres-a com aquele elogio”.

(Susan falando dela e de Mary)

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.610/1998.
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sejam quais forem os meios
 empregados: eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

Os exemplos em (7) e (8) ilustram o uso arbitrário de **a gente**. Com eles, Menuzzi pretende mostrar que, em seu uso arbitrário, **a gente** só admite a concordância com a forma não-marcada. Embora seja indiscutível a gramaticalidade e a impessoalidade de (7), não concordo com o autor quanto à classificação que ele faz de (8) como não sendo uma boa construção. Penso ser perfeitamente cabível, pelo menos no português do Brasil, a construção proposta em (8), desde que seja enunciada por uma pessoa do sexo feminino. A diferença que vejo entre (7) e (8) é muito mais uma diferença de grau de generalidade: (7) é mais genérico porque sua referência abarca seres de ambos os sexos, ou seja, as pessoas em geral; (8) é menos genérico e, também, menos arbitrário porque sua referência envolve somente as pessoas do sexo feminino, as mulheres de um modo geral. Mas não existe, para (8), a possibilidade de especificarmos quais mulheres estão sendo referidas, pois, de fato, não se trata de algumas mulheres específicas, mas de toda e qualquer mulher. O mesmo não se pode dizer de (9) e (10) que envolvem uma referência muito mais específica. Não se trata ali de 'os homens em geral' ou 'as pessoas em geral' e 'as mulheres em geral'. A referência abarca somente o falante e mais uma ou algumas pessoas específicas envolvidas na mesma situação referida pelo falante.

No que diz respeito ao gênero, Menuzzi (1999:93) é categórico ao afirmar que "o gênero de **a gente** é essencialmente o da interpretação que essa expressão recebe"¹⁰ Se for uma interpretação arbitrária, será masculino; se for uma interpretação de lpp, poderá ser masculino ou feminino a depender das pessoas envolvidas.

Considerando que o gênero de **a gente** não é definido por sua especificação lexical, mas, sim, pelas diferentes interpretações que essa expressão recebe

¹⁰ No original, "the gender of *a gente* is essentially that of the interpretation it gets".

nas construções em que figura, Menuzzi propõe que esse é um tipo de fenômeno que ilustra bem a incompatibilidade entre a especificação gramatical e a interpretação. Um argumento que fortalece ainda mais essa conclusão consiste no fato "intrigante", segundo Menuzzi, de **a gente** poder receber a interpretação de 1pp independente da sua composição morfossintática de terceira pessoa do singular.

Diante de todas essas considerações, o autor conclui que **a gente**, em seu uso anafórico, viola a condição de compatibilidade exigida pelas relações de dependência e propõe que, por se tratar de um caso específico de incompatibilidade, essa violação deve ser tolerada (Menuzzi, 1999: 103).

Uma proposta que diverge bastante da de Tasmowski-De Ryck & Verluyten e da de Menuzzi é a apresentada por Bosch (1987), em que o autor defende a hipótese de controle pragmático para os pronomes na relação anafórica. A grande crítica que Bosch faz à proposta de Tasmowski-De Ryck e Verluyten consiste no fato de esses últimos sugerirem um tratamento uniforme para os pronomes pessoais anafóricos, contrariando a visão consensual, para a maioria dos cientistas da linguagem, de que essa classe de pronomes requer uma distinção das suas diferentes formas de funcionamento, em função dos problemas sintáticos e semânticos que decorrem da anáfora.

Peter Bosch (1987) propõe que, para dar conta dos problemas que envolvem a interpretação de pronomes pessoais anafóricos, é necessário estabelecer uma distinção entre pronomes que funcionam sintaticamente e pronomes que funcionam referencialmente. Essa distinção, segundo o autor, baseia-se sobretudo na diferença de status referencial das diversas ocorrências pronominais. A interpretação de um **pronome sintático**, segundo Bosch (Op.cit. p.66), reside na sua relação estrutural com o seu controlador. Trata-se de uma forma pronominal ligada a uma posição sintática, independente do status referencial do SN que preenche aquela posição. Por essa razão, esses pronomes comportam-se de modo semelhante a um morfema gramatical que marca a concordância sujeito-verbo. O exemplo a seguir, citado por Bosch (1987:66), ilustra esse tipo de pronome:

(11) "*Fred said he was sick*". ("Fred disse que ele estava doente", tradução minha).

[para *he* = Fred]

Um **pronome referencial**, por outro lado, não pode ser interpretado apenas com base na sua relação estrutural com seu antecedente. Sua interpretação requer a identificação de seu referente. Veja-se o exemplo a seguir, apresentado por Bosch (1987:74):

(12) "*Nobody was tired when they left*". ("Ninguém estava cansado quando eles foram embora", tradução minha)

Bosch observa que, nesse exemplo, o pronome referencial **eles** ("*They*") não está anaforicamente ligado ao quantificador **ninguém** ("*nobody*"), que não é uma expressão plural, mas refere-se a um conjunto de pessoas contextualmente envolvidas que é quantificada pela forma **eles**. Um aspecto crucial na proposta de Bosch é o entendimento, na visão do autor, de que os pronomes referenciais não fazem concordância de gênero com um antecedente lingüístico, mas concordam preferencialmente com o **gênero conceitual** da representação mental previamente estabelecida da entidade referida. Para Bosch, a compreensão do processamento de uma relação anafórica depende da forma de representação mental que é construída pelo falante no ato da referência. No que diz respeito à concordância, a idéia do autor é a de uma "concordância nocional" ("*notional agreement*", Bosch, 1987: 73), que ele explicita em termos de **concordância de traços**. Segundo o autor (Op.cit.p.74), se assumirmos o pressuposto de que o processamento de um SN resulta em uma representação que contém, entre outras coisas, os traços de concordância do SN, então, é justamente com

essa especificação de traços que o pronome deve concordar para se ligar anaforicamente ao SN¹¹.

Um exemplo apresentado por Bosch é o seguinte:

- (13) "*Nobody took {his/*her/his or her} luggage*". ("Ninguém pegou sua bagagem", tradução minha)

O comentário do autor em relação a esse exemplo destaca, para "*nobody*", o traço **pronome pessoal genérico**. Em função dessa caracterização, o pronome "*his*" (masculino no inglês), na construção acima, não pode ser tomado como uma referência a machos; é somente em virtude de a forma pronominal masculina apresentar também, implicitamente, o traço [+genérico] que permite a ocorrência de "*his*" nesse tipo contexto.

A proposta conclusiva de Bosch, então, é a de que os pronomes anafóricos concordam com a representação de traços que resulta do processamento de seu antecedente (1987: 77). Isto, segundo ele, é válido tanto para os pronomes sintáticos quanto para os referenciais. A diferença consiste no fato de que, no caso de pronomes referenciais, não se trata de uma relação de controle sintático, como a que ocorre entre um pronome sintático e seu antecedente. Trata-se de mera concordância de traços, que não precisa, necessariamente, ocorrer com o antecedente explícito, mas, freqüentemente, se dá com a descrição mais relevante do referente do pronome, a qual pode ou não ser idêntica ao antecedente explícito. É nesse sentido que Peter Bosch entende que a concordância do anafórico com seu referente ultrapassa os limites da relação sintática.

Uma outra proposta, provavelmente uma das mais categóricas na defesa de controle pragmático para a relação anafórica, é a de Bernd Wiese (1983). Wiese partilha com Bosch não só a idéia de que a relação anafórica é controlada por fatores

¹¹ Tradução minha para "If we assume that the processing of an NP results in a representation that contains, among other things, also the NP's agreement features, then it is these feature specifications with which a pronoun must agree in order to link up anaphorically with the NP."

pragmáticos, mas também a visão de que há diferentes tipos de anáfora, de modo que os pronomes pessoais anafóricos constituem uma categoria que requer um tratamento especial, adequado.

A idéia predominante no trabalho de Wiese é a hipótese de que a anáfora não é um fenômeno sintático de concordância, muito embora a literatura tradicional sobre o assunto aponte a concordância de número, gênero e pessoa como a condição essencial para a anáfora.

Para defender sua hipótese, Wiese provê uma série de exemplos de construções em que a **condição de identidade** ("*The identity condition*", Op.cit. p.376) proposta pela abordagem gerativa, no sentido de que o SN que funciona como o antecedente de um pronome anafórico tem de ser estrutural e lexicalmente idêntico ao SN que é "substituído" por esse mesmo anafórico, não é, muitas vezes, satisfeita e, mesmo assim, não resulta em sentenças agramaticais ou incompreensíveis.

Entre uma série de exemplos apresentados pelo autor, encontram-se os seguintes (Wiese, 1983: 380):

(14) "*A married couple kissed in the reception hall. He seemed to like her a lot.*"

(Um casal se beijava no hall de recepção do hotel. Ele parecia gostar muito dela, tradução minha).

(15) "*Two hotel-guests kissed in the reception hall. He seemed to like her a lot.*"

(Dois hóspedes do hotel se beijavam no hall de recepção. Ele parecia gostar muito dela, tradução minha)

Wiese observa que, nestes dois exemplos, tem-se a presença de anáforas desmembradas ("*split anaphors*"), relacionadas a antecedentes distintos quanto ao número ('um casal' em (14) e 'dois hóspedes' em (15)). Nesse caso, a condição de identidade, que é um requisito para o cumprimento da concordância, não está sendo

preenchida. No entanto, isso não afeta a gramaticalidade da construção. Outros exemplos também fornecidos por Wiese demonstram que a não-concordância de número entre antecedente e anafórico, pelo menos em Inglês, é mais comum do que o que tem sido sugerido pela literatura.

(16) "*Curval and Durcet each deflowered a girl and I knew them both*". ("Curval e Durcet violentaram cada um uma garota e eu as conhecia a ambas", tradução minha (Dougherty 1969:517 apud Wiese, 1983: 380).

(17) "*John bought a Veg-o-matic, after seeing them advertised on TV* ." ("John comprou um Veg-o-matic após vê-los anunciados na TV", tradução minha (Wason, 1979 apud Wiese, 1983:381)).

Quanto ao gênero, o autor apresenta construções do alemão, que, diferentemente do inglês, é uma língua em que o gênero é uma categoria sintática. O caso mais comum refere-se a construções com o nome *Mädchen* (garota), do gênero neutro, em que tanto o pronome neutro *es* quanto o feminino *sie* são usados como anafóricos (a esse respeito, cf. também Corbett, 1979:205).

Para Wiese, todos esses casos comprovam que a concordância de gênero e de número não é uma condição necessária para a anáfora. O autor observa que "há uma série de casos em que a anáfora não pode ser tratada em termos de relação sintática. O melhor que uma abordagem sintática poderia fazer é dar conta do tratamento de algumas relações anafóricas" (Wiese, 1983:387)¹².

Uma outra abordagem também discutida pelo autor é a que propõe tratar a anáfora como uma relação semântica de co-referência. Nesta proposta, desenvolvida por Jackendoff (1972, apud Wiese, 1983:387), a condição de concordância é substituída pela

¹² Tradução minha para "There is a range of cases where anaphora cannot be dealt with in terms of a syntactic relation. The best a syntactic approach could provide is a treatment of some anaphoric relations."

condição de consistência ("*consistency condition*", p.387), que propõe que dois SNs são considerados co-referenciais se e somente se eles forem capazes de descrever o mesmo indivíduo. Para Wiese, a condição '**ser capaz de descrever o mesmo indivíduo**' implica que os SNs envolvidos na relação de referência devem concordar em relação a certos traços semânticos. Nesse caso, o gênero passaria a ser visto como uma classificação semântica das palavras, ou até mesmo como uma classificação dos referentes, muito mais do que das expressões lingüísticas em si, e a relação anafórica, conseqüentemente, deveria ser explicada como uma relação de concordância semântica.

O autor afirma que a grande questão que se coloca em relação à anáfora diz respeito ao fato de esse fenômeno lingüístico ter sido sempre abordado em termos de **relação de concordância**, quando, na verdade, ele deveria ser examinado na perspectiva de **uso das formas pronominais**. Wiese chama a atenção para o fato de que diferentes formas pronominais podem ser usadas para fazer referência a um mesmo e único referente (cf. por exemplo, o caso de *Mädchen* no alemão, anteriormente citado)¹³, e argumenta que, na verdade, não precisamos de uma classificação mais objetiva dos referentes para solucionar possíveis problemas de concordância, mas, sim, de uma especificação do significado dos pronomes (p.392). Isso permitiria que se chegasse ao seguinte princípio: "um pronome anafórico é selecionado de modo que o referente do seu antecedente é um elemento pertencente à classe dos referentes que está associada ao pronome" (Wiese, 1983:388)¹⁴. Essa proposta requer uma classificação dos pronomes que especifique os traços semânticos que os caracterizam enquanto itens lexicais individuais. Esses traços, uma vez definidos, vão delimitar a extensão dos referentes possíveis para cada pronome e, a partir disso, como observa Wiese (p.389), "obviamente, se o significado de um pronome determina a que ele pode se referir, problemas de

¹³ Em português, situações como essa podem ocorrer quando estão envolvidos nomes tradicionalmente classificados como 'sobrecomens' e 'epicenos', que possuem um único gênero gramatical mas cuja referência abarca tanto os machos quanto as fêmeas da espécie.

¹⁴ Tradução minha para "*an anaphoric pronoun is selected so that the referent of the antecedent is an element of the class of referents that is associated with the pronoun*".

concordância não surgirão"¹⁵. Mais que isso, o autor entende que, a partir do momento em que os traços semânticos dos pronomes forem usados para delimitar a extensão dos seus possíveis referentes, será possível especificar as condições de uso dos pronomes que serão aplicadas independentemente da existência de um antecedente. O autor é categórico ao afirmar que "na verdade, não há nenhuma relação gramatical antecedente/anafórico que seja essencial à descrição dos pronomes" (p.373), mesmo porque, "o simples fato de os pronomes poderem ser usados não-anaforicamente significa que nem todo pronome possui um antecedente" (p.376)¹⁶

Segundo Wiese, dois fatores controlam o uso dos pronomes: seu **significado conceitual** ("*conceptual meaning*"), que diz respeito aos traços semânticos que definem a expressão conceitual de cada pronome, e seu **potencial associativo** ("*associative potential*"), que delimita as associações lexicais possíveis para cada pronome em função dos traços formais que os itens lexicais apresentam. Esses fatores são complementares e desempenham funções semelhantes: delimitar a extensão das associações possíveis entre um dado pronome e outros itens lexicais. Wiese entende que o termo '**concordância**' deve ser reservado para expressar as relações sintagmáticas entre os constituintes de unidades sintáticas. No que diz respeito aos pronomes, é mais apropriado dizer que estes são usados em conformidade com nomes do mesmo gênero, ou seja, com nomes aos quais é possível, para um dado pronome, se associar.

Para ilustrar a diferença entre concordância sintática e conformidade entre anafórico e antecedente, o autor apresenta o seguinte exemplo do francês:

(18) "*Le docteur est arrivé; elle est dans le salon*" ("O doutor [masculino] chegou; ela [feminino] está na sala", p.394)

¹⁵ Tradução minha para "*obviously, if a pronoun's meaning determines what it can be used to refer to, problems with agreement do not arise*".

¹⁶ Tradução minha para "*in fact, there is no grammatical antecedent-anaphor relation that is essential to the description of pronouns*" (p.373) e "*the mere fact that pronouns may be used nonanaphorically means that not every pronoun has an antecedent*" (p.376).

Neste exemplo, percebe-se que a escolha do pronome *elle* ('ela'), referindo-se a uma mulher, uma doutora, não pode ser controlada pelos traços formais de seu antecedente *le docteur* ('o doutor'), que é um nome masculino em francês. Alguns autores tratariam esse caso como um exemplo de concordância semântica (Cf. Corbett, 1991), justificando que a escolha do pronome é determinada pelo conhecimento prévio do falante sobre o sexo do referente. No entanto, Wiese (p.392) observa que nem sempre são as propriedades dos objetos, especificadas em termos biológicos ou em outros termos científicos, que levam o falante a fazer uso de um certo pronome em detrimento de outro, mas, muitas vezes, é a intenção do falante de atribuir ou destacar certas qualidades do referente que controla essa escolha. Portanto, as intenções do falante, muito mais do que as características gramaticais do antecedente, têm de ser consideradas numa relação anafórica, pois constituem um fator crucial na determinação da referência.

Nesse sentido, as abordagens tradicionalmente aceitas, que vêem um pronome como uma mera cópia sintática de um antecedente, desconsiderando a base semântica das formas pronominais, são, segundo Wiese, muito falhas, pois, "mesmo quando há um antecedente, é errado assumir que a escolha do pronome seja uma consequência automática da natureza objetiva do referente" (Wiese, 1983: 405)¹⁷

Wiese (p.395) propõe, então, que se assumam o pressuposto de que a concordância é uma relação sintática cuja violação resulta em sentenças inadequadas. Em contraposição, a não-conformidade de um pronome a um potencial antecedente não produz inadequação sintática; a não-conformidade pode, mas não precisa, necessariamente, excluir certas interpretações de uma sentença na qual ela ocorre.

A proposta final do autor é a de que uma descrição adequada dos pronomes requer que eles sejam tratados como itens lexicais normais no léxico, com entradas lexicais que especifiquem seu significado conceitual e/ou seu potencial associativo. Wiese defende a posição de que o uso dos pronomes não é determinado por

¹⁷ Tradução minha para "Even where there is an antecedent, it is wrong to assume that the choice of a pronoun is an automatic consequence of the objective nature of the referent".

um antecedente que esteja presente na sentença, mas pelas propriedades que as formas pronominais possuem enquanto itens lexicais de uma língua (p.406).

Para finalizar, é possível resumir a proposta de Wiese nos seguintes aspectos principais:

- (i) a anáfora pronominal não constitui um fenômeno de concordância sintática, nem de co-referência entre antecedente/anafórico.
- (ii) Os pronomes devem ser tratados como itens lexicais individuais, sem que se recorra, necessariamente, a uma relação com um suposto antecedente.
- (iii) Uma descrição adequada dos pronomes enquanto itens lexicais individuais deve prover uma especificação dos traços semânticos que os caracterizam, de modo a delimitar a extensão dos referentes possíveis para cada pronome.
- (iv) A escolha dos pronomes que figuram em uma relação anafórica está baseada nas especificações lexicais de cada pronome, que esclarecem o significado que eles possuem, bem como na intencionalidade do falante, no ato da referência, de ressaltar certas características do referente.
- (v) A anáfora pronominal deve ser tratada como um tipo de uso dos pronomes que requer uma explicação em termos pragmáticos.

De acordo com a proposta de Wiese, fenômenos como a expressão do gênero e do número na relação anafórica não podem ser explicados com base apenas em uma abordagem sintática. Fatores pragmáticos como a intencionalidade do falante no ato da referência ou noções do senso-comum são relevantes na definição dos aspectos formais e interpretativos da anáfora.

As várias discussões que foram aqui apresentadas sobre a anáfora pronominal espelham duas posições bem distintas sobre o tratamento a ser dado para este fenômeno. Os que vêem a anáfora como uma relação definida por fatores sintáticos não hesitam em examinar a relação antecedente/anafórico como um caso de concordância. Por outro lado, os que defendem a postulação de que a anáfora não constitui um fenômeno sintático, tendem, conseqüentemente, a examiná-la fora do âmbito das relações de concordância. A discussão entre ser ou não a anáfora um fenômeno que se dá no domínio das relações de concordância tem estado presente em vários trabalhos pertinentes a esse tema. A esse respeito, Corbett (1991:112) observa que, apesar dos diferentes pontos de vista teóricos sobre o assunto, a posição mais amplamente aceita é a de que a concordância recobre áreas como a que determina a forma que um anafórico deve assumir em uma dada construção. Portanto, para esse autor, a anáfora deve ser tratada no âmbito da relação de concordância.

Para a análise que será desenvolvida neste trabalho, proponho assumir, como ponto de partida, os seguintes pressupostos :

- (i) a anáfora, por ser uma relação de referência que o falante faz por meio das expressões lingüísticas, deve ser examinada como um fenômeno que se situa na interface entre a sintaxe, a semântica e a pragmática. Dito de outro modo, a anáfora diz respeito à sintaxe porque envolve uma série de relações sintáticas que se estabelecem na estruturação da língua; diz respeito à semântica porque envolve noções como referencialidade e significação; finalmente, diz respeito à pragmática porque envolve a interlocução falante/ouvinte, o ato de referir e a intencionalidade do falante, e o contexto em que se dá a interlocução.
- (ii) O termo **concordância** será aqui tomado, conforme proposto por Corbett (1991:105), para se referir "a uma certa co-variação entre

uma propriedade semântica ou formal de um dado elemento e a propriedade formal de outro elemento"¹⁸

- (iii) A marcação do gênero no falar cuiabano não pode ser explicada somente por fatores de natureza morfossintática.

2.3 A pesquisa lingüística relativa à variação de gênero no Brasil e na Europa

Nesta seção, que está organizada em duas sub-seções, pretende-se traçar uma visão panorâmica da pesquisa lingüística que tem sido desenvolvida no Brasil e em Portugal, focalizando, especificamente, os registros relativos à variação na concordância de gênero.

Na primeira sub-seção, será apresentada uma revisão dos diversos trabalhos de pesquisa sociolingüística e dialetológica que registram informações sobre a concordância de gênero em variedades populares e regionais do português do Brasil e da Europa.

Em seguida, serão resenhados os trabalhos mais recentes que comportam estudos variacionistas sobre a concordância de gênero no português do Brasil.

2.3.1 O gênero nas variedades populares do português do Brasil e da Europa

Um trabalho pioneiro no registro de variedades populares do português do Brasil é o de Amaral (1920), que descreve o dialeto caipira. A respeito da concordância de gênero nesse dialeto, o autor (1920: 51) registra que "o adjectivo e o particípio passado deixam, frequentemente, de sofrer a flexão genérica, sobretudo se não aparecem

¹⁸ No original, "The term agreement commonly refers to some systematic covariance between a semantic or formal property of one element and a formal property of another."

contíguos aos substantivos: *essas coisara da bunito, as criança távum queto, as criação ficárum pestiado*". Além desse registro, o autor destaca a seguinte observação no item referente aos pronomes (Op.cit.p.56):

"Um facto que merece menção, apesar de pertencer mais ao linguajar dos pretos boçais do que propriamente ao dialecto caipira: a invariabilidade genérica do pronome *êle*, junta à invariabilidade numeral. Quando se trata de indicar pluralidade, o pronome *êle* se pospõe ao artigo def. *os*, e tanto pode referir-se ao gênero masculino, como ao feminino: *osêle, zêle fôro zimbora _ êles* (ou elas) foram-se embora".

Em uma descrição mais recente do dialecto caipira falado na região de Piracicaba, Estado de São Paulo, Rodrigues (1974: 55) registra as seguintes construções com variação de gênero:

- (1) "A roupa meu nenhum servia".
- (2) "A mãe meu vinha tratar do menino".
- (3) "Sem dar dor nenhum".
- (4) "Aquele coisa estufado".
- (5) "Tenho natureza de gente novo".
- (6) "Avó meu lidava ali comigo".

Os exemplos acima mostram que, além dos adjetivos, a flutuação na concordância de gênero se estende aos possessivos e pronomes indefinidos, sempre à direita do nome, podendo, também atingir os determinantes, situados à esquerda, como em (4). Quanto aos pronomes pessoais de terceira pessoa, que, no português, seguem a regra de flexão de gênero dos nomes, não há nenhum registro de variação referente ao seu uso.

Um outro trabalho que descreve dialetos de áreas rurais é o de Veado (1982), que analisa a língua falada na região de Januária, no vale do São Francisco, no norte de Minas Gerais. Com relação ao gênero, a autora (Op.cit.p.57) informa que:

“Os dados registrados revelam que a concordância de gênero se processa no dialeto rural tal qual prevista pelos nossos gramáticos, e tal qual se processa no uso efetivo da língua em situação informal de comunicação. Isto é, o substantivo serve de referência; o artigo, o pronome, o numeral e o adjetivo assimilam o mesmo gênero do substantivo”.

Em seguida, apresenta alguns exemplos como "a água foi bonita" e "a gente que sabe lê é uma vida boa, é uma coisa boa", e conclui que, neste dialeto rural, a regra de concordância de gênero ocorre "tal qual na língua 'padrão' escrita e oral" (1982: 59).

Nascentes (1953) estuda a fala popular do Rio de Janeiro, mas não apresenta nenhum registro de variação na concordância de gênero. O autor menciona apenas uma diferença na fixação do gênero gramatical de alguns itens lexicais com relação à língua padrão. Segundo ele (Op.cit.p.83), "*cometa, sistema, fantasma, telefonema* são femininos; *alface, chaminé, cal* aparecem no masculino". Essa divergência entre o que está previsto na língua padrão e o que se encontra no linguajar popular em relação ao gênero estabelecido para alguns nomes é um fato muito comum na fala popular de comunidades européias, como se verá mais adiante neste mesmo trabalho.

Quanto à língua popular do nordeste (Alagoas e Pernambuco), Marroquim (1934:100) informa que "há perfeita concordância de gênero entre o adjetivo e o substantivo", não tendo sido constatada, por ele, nenhuma ocorrência semelhante às que Amaral (1920) apresenta como típicas da fala do matuto. O autor arrola apenas alguns exemplos de adjetivos que são, geralmente, uniformes no português, mas que apresentam

flexão mórfica de gênero no dialeto por ele estudado, tais como "*monstro- monstra*" e "*severgonha-severgonho*" (Marroquim, 1934, p.102).

Muito recentemente, a descrição/estudo de dialetos rurais brasileiros que vez ou outra tem despertado o interesse dos lingüistas, ganhou novo impulso, em especial com as pesquisas voltadas para os dialetos falados por comunidades de descendentes de negros africanos, prováveis remanescentes de quilombos.

Um desses trabalhos é o de Careno (1991,1999). A autora investigou comunidades rurais localizadas no Vale do rio Ribeira, no sudoeste de São Paulo, cuja população caracteriza-se por uma concentração demográfica afro-brasileira bastante elevada. Dada a caracterização sócio-histórica dessas comunidades, Careno trabalha com as hipóteses de que elas constituem remanescentes de quilombos e que seus habitantes seriam descendentes diretos de escravos fugidos, os quais falariam um tipo de dialeto crioulo. A autora propõe que a linguagem atual dos integrantes dessas comunidades apresenta traços desse antigo dialeto falado por seus ancestrais. Entre os aspectos morfossintáticos estudados por ela, destaca-se a redução das flexões nominais. No que diz respeito à concordância de gênero, Careno (1999: 511) observa que há "uma tendência para o uso do masculino em diversas situações, surgindo uma discrepância genérica entre o determinante e o núcleo". Em seguida, são apresentados os seguintes exemplos: "*a tia num cunversa nada coitadu*" e "...*a salada / de palmito / é cru...feito picadu pra cuzinhá vai...(mais) mistura neli*" (Op.cit.p.512).

Um outro trabalho voltado para o estudo de comunidades consideradas afro-brasileiras é o de Petter (1999), sobre a comunidade do Cafundó, um bairro rural da cidade de Salto de Pirapora, a 150 Km de São Paulo. Segundo a autora (Op.cit.p.101-02), trata-se de um núcleo de descendentes africanos, cuja fala se caracteriza pela presença de um léxico de origem banto mesclado à estrutura morfossintática do português. Entre os aspectos morfossintáticos destacados, encontra-se a indicação do gênero gramatical que, segundo a autora, é feita somente pelo artigo. Petter (1999, p.113) observa também que o adjetivo é a categoria gramatical mais

propícia à variação em gênero, pois, quando anteposto ao nome, favorece a concordância, mas, quando posposto, a desfavorece. As estruturas de não-concordância registradas pela autora são do tipo "**lenha moiado**" e "**coisa sério**" (destaques meus).

Uma terceira comunidade investigada, que tem sido também considerada remanescente de um falar crioulo de influência africana, é a vila de Helvécia, localizada no Sul da Bahia. Originária de uma antiga colônia, fundada no início do século XIX por alemães, suíços e franceses, Helvécia apresenta, nos dias atuais, uma população constituída, basicamente, de descendentes de antigos escravos que para lá teriam sido levados para trabalhar na lavoura do café. A linguagem da comunidade de Helvécia apresenta traços fonológicos e morfossintáticos que, tanto quanto as duas comunidades anteriormente descritas, estão presentes em várias línguas crioulas de base portuguesa. Essa é a razão pela qual os pesquisadores que estudam essa comunidade defendem a hipótese de que o falar de Helvécia constitui também um dialeto crioulo de influência africana. Entre os traços morfossintáticos considerados **crioulizantes** (Baxter e Lucchesi, 1997) nesse dialeto rural, destaca-se a variação na concordância de gênero, conforme ilustram as seguintes estruturas: "**terra meio moiadu**" e "**cabelo grossa**" (Ferreira, 1994:29); "**o meu sobrinha**" e "**a festa aí é bunito**" (Baxter e Lucchesi, 1997: 78) (destaques meus). Os dados de Helvécia parecem diferir um pouco do padrão apontado por Petter para a comunidade do Cafundó, na medida em que não só os elementos pospostos ao nome tendem a variar em gênero, mas também os antepostos, como se pode observar em "o meu sobrinha"¹⁹

Um último trabalho que não poderia deixar de ser mencionado aqui diz respeito a uma comunidade localizada no sertão da Bahia, cuja caracterização sócio-histórica não apresenta nenhuma relação com a presença de escravos de origem africana e seus descendentes. Trata-se da comunidade de Mato Grosso, no município de Rio de

¹⁹ Para informações mais detalhadas sobre Helvécia, sugiro o trabalho de Lucchesi (200), *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira - novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, inédita.

Contas, estudada por Callou (1964 e 1998). Segundo a autora, as origens dessa comunidade remontam à atividade de garimpeiros na última década do século XVII. O que a torna peculiar é o fato de constituir "uma comunidade portuguesa bastante característica" (Callou, 1998:260), cujo isolamento, favorecido pela dificuldade de acesso, permitiu que ali se desenvolvesse um dialeto de traços conservadores, além de traços típicos do português europeu. Nos aspectos morfossintáticos que caracterizam esse dialeto, a autora refere-se a algumas flutuações na categoria de gênero que fogem ao que se encontra gramaticalmente estabelecido. Além de algumas estruturas com variação de gênero semelhantes às que têm sido registradas em outros dialetos, como "**as coisa muito barato**" e "**esse daqui é a mulher dele**", a autora registra que algumas formas, que são geralmente enquadradas no gênero feminino, passam ao masculino, como em "**o bronquite**", "**o lebre**", "**um coisa**" (Callou, 1998: 264-65).

Como se vê, a concordância de gênero, ao contrário da concordância de número, não apresenta, em alguns dialetos populares do português do Brasil, um padrão de variação regular e estável. As pesquisas sociolingüísticas que, nas últimas décadas, têm focalizado a variação na concordância de número no português falado do Brasil, apontam para um padrão de concordância em que o primeiro elemento do sintagma nominal, ou seja, o elemento mais à esquerda do núcleo, tende a receber, com mais frequência, as marcas explícitas de pluralidade (Scherre, 1988 e 1994). Essas marcas tendem a se apagar, em índices significativos, nos elementos à direita do núcleo. Assim, são comuns aos nossos dialetos populares construções como **os livro, meus filho e umas menina bonita**. Em seu trabalho pioneiro sobre o dialeto caipira, Amaral (1920: 71) já destacava que "a pluralidade dos nomes é indicada, geralmente, pelos determinativos: *os rei, duas dama, certas hora, u'as fruta, aqueles minino, minhas ermã, suas pranta*". Esse mesmo padrão de variação é registrado por Nascentes (1922) e Marroquim (1934). Sendo assim, a extensão e a regularidade da variação na concordância de número na fala popular do Brasil fica bem definida nas seguintes palavras de Scherre (1994: 38):

“O fenômeno da variação na concordância de número no português falado no Brasil, longe de ser restrito a uma região ou classe social específica, é característico de toda comunidade de fala brasileira, apresentando diferenças mais de grau do que de princípio, (...). Dos trabalhos realizados, conclui-se, portanto, que o fenômeno da variação de número no português do Brasil pode ser caracterizado como um caso de variação inerente, tendo em vista que ocorre em contextos lingüísticos e sociais semelhantes e apresenta tendências sistemáticas de variação altamente previsíveis”.

A variação na concordância de gênero, por outro lado, não permite estabelecer um padrão comum. Alguns dos nossos dialetos sequer a possuem, como sugere o trabalho de Marroquim (1934) e o de Veado (1982); em outros, registra-se uma alteração no gênero de algumas formas lingüísticas que, sendo normalmente femininas, passam a masculinas, como registram Nascentes (1922) e Callou (1998); em outros casos ainda observa-se uma **variação na concordância de gênero**, com uma tendência para o apagamento das marcas do gênero feminino, sobretudo nos elementos à direita do núcleo, que permanecem preferencialmente na forma não-marcada, o masculino, como registram os trabalhos de Rodrigues (1974), Careno (1991, 1999), Petter (1999), Ferreira (1994), Baxter e Lucchesi (1997) e Callou (1998). Esse padrão, no entanto, nem sempre é regular em toda a extensão da variação de gênero, havendo casos em que os determinantes, que ocupam, normalmente, a primeira posição à esquerda do núcleo, também apresentam variação, conforme ilustram os dados relativos a Helvécia.

Quanto ao português popular europeu, foram examinados nove trabalhos na área de dialetologia que descrevem a fala popular de várias regiões e comunidades de Portugal: Peixoto (1968), Moura (1960), Baptista (1967), Braga (1971), Marques (1968), Saramaga Delgado (1970), Mira (1954), Cruz (1991) e Ratinho (1959). Em sua quase totalidade, esses trabalhos registram um padrão muito semelhante para a concordância de gênero nos diversos dialetos populares do português europeu. De um modo geral, o gênero é indicado pelo artigo determinante; é comum haver uma lista de palavras cujo

gênero diverge do português padrão; um outro fato comum diz respeito à intensificação do valor funcional do morfema de feminino **-a**, que, muitas vezes, por um processo de alteração do vocalismo final da palavra, é incorporado à raiz para indicar que se trata de uma forma feminina. É também bastante produtiva a presença deste mesmo morfema nos substantivos de gênero único referentes a nomes de animais (ditos **epícenos**, na terminologia tradicional), de modo a formar pares com oposição mórfica masculino/feminino. Assim é que encontramos, por exemplo, em:

(1) GERMIL - aldeia situada no extremo norte de Portugal:

"os migalhos" (as migalhas), "o febre" (a febre), "o bronquito" (a bronquite),
"a contrata" (o contrato), "a aroma" (o aroma) e "a fantasma" (o fantasma).

(Peixoto, 1968: 121-22)

(2) FAIA - povoado situado no centro-norte de Portugal:

"o febre" (a febre), "o gripe" (a gripe), "os peles" (as peles), "a gancha" (o gancho) e "a bôla" (o bolo).

(Moura, 1960: 140)

(2) ESCUSA - aldeia localizada no centro-leste de Portugal:

"o dobradice" (a dobradiça), "o tete" (a teta), "o noguer" (a nogueira), "o seludão" (a solidão), "o zangue" (a zanga), "a arrocheda" (o rochedo) e "a troça" (o troço).

(Baptista, 1967: 89-90)

(2) QUADRAZAIS - aldeia situada no centro-leste de Portugal, pertencente ao concelho de Sabugal:

"o oração" (a oração), "o amindoeiro" (a amendoeira), "a cunrata" (o contrato); "melro/melra", "pardal/pardala", "mosco/mosca".

(Braga, 1971: 133)

- (2) AZOIA - aldeia localizada no sudoeste de Portugal, pertencente ao distrito de Lisboa:

"a tuberculosa" (a tuberculose), "as possas" (as posses), "o ciúmo" (o ciúme), "o inxofro" (o enxofre); "morcego/morcega", "corvo/corva", "codorniz/codorniza".

(Marques, 1968: 50)

- (2) ODELEITE - aldeia situada a sudoeste de Portugal, próximo à fronteira com a Espanha:

"o nascente" (a nascente, a fonte), "o isco" (a isca), "a sentoma" (o sintoma), "o esmalto" (o esmalte), "o cipreste" (o cipreste).

(Cruz, 1991: 98)

- (2) LISBOA - (fala de pessoas analfabetas de bairros pobres da capital)

"uma sintoma" (um sintoma) e "uma ataque" (um ataque).

(Mira, 1954: 107)

Em Monte Gordo, uma vila de pescadores localizada no extremo sul de Portugal, Ratinho (1959) registra casos de "concordâncias anômalas" quando a concordância entre o adjetivo e o substantivo não segue o padrão geral do português: "A cedrêra é **bom** pr'a chás", "calámos a rede, depois de 'stá **calado**...".

À exceção de Monte Gordo, cujos exemplos mostram estruturas com variação de gênero semelhantes às que ocorrem em Helvécia, Cafundó, comunidades do Vale do Ribeira, etc, nas outras comunidades portuguesas não se pode falar propriamente em casos de variação. Nelas, o que se pode constatar é muito mais, como bem observa Lucchesi (2000: 168), "uma flutuação na fixação do gênero gramatical de alguns itens lexicais da categoria dos nomes". Essa mesma flutuação é registrada por Nascentes (1922) para o falar carioca e por Callou (1998) na comunidade rural de Mato Grosso, conforme já foi apresentado anteriormente.

De resto, vale acrescentar, em função do que foi visto, que a concordância de gênero, em algumas das variedades populares do português do Brasil, revela um quadro de variação mais intenso do que o das variedades do português europeu, além de apresentar aspectos mais contrastantes.

2.3.2 Estudos variacionistas sobre a concordância de gênero no português do Brasil

O trabalho variacionista mais recente sobre a concordância de gênero no português do Brasil é o de Lucchesi (2000), desenvolvido como Tese de Doutorado na UFRJ. Trata-se de uma pesquisa envolvida com o debate sobre a relevância do contato entre línguas na formação da realidade lingüística brasileira. O autor toma como ponto de partida a questão crucial que envolve a polêmica sobre as origens crioulas do português popular do Brasil (Op.cit. p.24):

“a simplificação da morfologia flexional observada na fala popular brasileira está relacionada a possíveis processos de criouliização resultantes do extenso e massivo contato do português com as línguas africanas e indígenas ou é o resultado natural da evolução interna do sistema lingüístico do português?”

Com o objetivo de demonstrar que as alterações que se verificam na morfologia flexional do português popular do Brasil não podem ser explicadas apenas pela evolução interna do sistema do português, mas requerem um exame das situações de contato entre línguas que se deram em determinados contextos históricos e sociais específicos, Lucchesi desenvolve um estudo empírico da variação na concordância de gênero registrada na variedade do português falada na comunidade de Helvécia. Esta

comunidade é formada, basicamente, por descendentes de escravos africanos e está localizada no sul da Bahia, no município de Nova Viçosa.

Segundo o autor (2000, páginas iniciais), a comunidade de **Helvécia** apresenta "uma pequena mas significativa variação na concordância nominal de gênero", que pode ser atribuída ao processo de **transmissão lingüística irregular** decorrente do contato que se estabeleceu entre o português e as línguas africanas na formação sócio-histórica da comunidade.

O autor se propõe realizar um estudo em duas dimensões: **um estudo vertical**, que abarca uma descrição da natureza e do estágio dos processos de variação e mudança lingüística na comunidade estudada; **um estudo horizontal**, no qual são comparados os padrões de fala observados entre os falantes mais idosos da comunidade de Helvécia com os de uma outra comunidade rural, também localizada no Estado da Bahia, denominada Mato Grosso e situada no município de Rio de Contas.

Ao longo de seu trabalho, Lucchesi defende a hipótese de que "o contato entre línguas, sobretudo com as línguas africanas, teve um importante papel no desenvolvimento do português do Brasil, decisivamente em suas variedades populares" (Lucchesi, 2000: 34). O autor propõe, então, a seguinte questão: "é possível estabelecer uma relação de causalidade empiricamente motivada entre o contato entre línguas e o processo de simplificação morfológica ocorrido no português popular do Brasil?" (p.42). Para desenvolver sua proposta, Lucchesi faz uma revisão da história sociolingüística do contato entre línguas no Brasil e apresenta algumas explicações para o fato de não ter ocorrido, aqui, a estabilização de um crioulo típico, como se deu no Haiti e na Jamaica. Entre essas explicações o autor aponta (i) "o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos, (ii) a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras e (iii) a miscigenação racial" (2000: 72).

Embora o autor tenha o cuidado de observar que a aquisição do português por falantes de línguas indígenas e africanas, apesar de ter ocorrido de modo bastante

irregular, não desencadeou um processo de alterações tão profundas quanto as que costumam ocorrer nos processos de pidginização e crioulização típicos, tendo sido, assim, de "tipo mais leve" (p.34), ele argumenta, em outro momento de seu trabalho, que, em áreas específicas que permaneceram isoladas, nas quais houve uma forte presença do elemento africano, as alterações oriundas do intenso processo de transmissão lingüística irregular apresentam níveis próximos ao da crioulização. Vejam-se as seguintes palavras do autor (p.73-74):

“Desse modo, num nível sociolingüístico mais representativo, deve-se pensar, não em termos de crioulização estrita, mas num processo mais amplo de transmissão lingüística irregular, que se caracteriza fundamentalmente pela simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais; ou ainda, em outras palavras, pelo aumento na freqüência de uso das formas não-marcadas, bem como a sua generalização paradigmática. Seria esse processo de transmissão lingüística irregular (que alguns chamam de crioulização leve ou de semi-crioulização) que estaria na base da formação das atuais variedades populares do português do Brasil, e a sua marca mais evidente seria a ampla e massiva variação nas flexões nominais e verbais (e *ipso facto* nas regras de concordância a elas associadas)”.

Um conceito fundamental, presente em toda a argumentação de Lucchesi, é o de transmissão lingüística irregular, que segundo ele (2000: 17),

“É um conceito mais amplo do que o de pidginização/crioulização, pois engloba tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma outra entidade lingüística, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com

outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade lingüística qualitativamente distinta”.

Tomando como base este conceito, um pressuposto fundamental para sustentar sua argumentação é a consideração do fato histórico de que, durante a colonização, em função de um processo de transmissão lingüística irregular, o português teria sido adquirido por milhões de indivíduos de etnias africanas e indígenas em condições muito precárias, dando origem a uma variedade do português bastante diferenciada da língua-alvo. Esta variedade de língua segunda, um "modelo defectivo de português", nas palavras do autor (Lucchesi, 2000:14), foi, progressivamente, se convertendo em modelo para a aquisição da língua materna por parte dos descendentes de indígenas e africanos, e transmitida de geração a geração sem que tenha havido qualquer interferência de uma ação institucional normatizadora.

Um outro pressuposto decorrente do processo de transmissão lingüística irregular que ocorreu no Brasil colonial seriam as alterações que afetaram a morfologia flexional do português popular, bem como algumas partículas gramaticais, como o artigo, as preposições e os clíticos. Dentre esses aspectos lingüísticos mais afetados, insere-se a variação na concordância de gênero que, segundo o autor, só apresenta índices significativos de ocorrência em comunidades rurais que vivenciaram um profundo contato lingüístico em sua história, dando origem a uma variedade do português do tipo **crioulizante** (o autor esclarece que 'crioulizante' deve ser tomado na acepção mais ampla do termo). Para examinar esse fenômeno, o autor propõe que a sua hipótese de trabalho é a de que "a não-realização da concordância de gênero é proveniente dessa gramática crioulizante" (2000: 141), da qual a variedade do português falada na comunidade de Helvécia é um exemplo vivo.

O autor apresenta, então, as duas comunidades estudadas e esclarece que as diferenças entre elas se situam na maior ou menor frequência de variação na concordância de gênero que elas apresentam em função das interferências mais ou menos

diretas do contato entre línguas. Assim, Helvécia se caracteriza por uma história de contato intenso e massivo, o que não se deu na comunidade de Mato Grosso, onde o contato foi mais superficial.

Para realizar a investigação, foi constituído um *corpus* a partir de uma amostra de fala de Helvécia, composta de 18 entrevistas realizadas com membros da comunidade. Foi também organizado um *corpus* de controle, gerado a partir de entrevistas com oito informantes acima de sessenta anos em cada uma das comunidades, com o objetivo de permitir o cotejo entre os padrões de variação de Helvécia com os de Mato Grosso.

Para a análise variacionista, foi proposto um recorte que restringe o exame da variação na concordância de gênero apenas à estrutura do sintagma nominal (SN), sendo descartadas, para efeito dessa análise, as estruturas com variação de gênero na relação entre o predicativo e o termo a que se refere.

Partindo do pressuposto de que a concordância nominal é um fato lingüístico que se situa na interface entre a morfologia e a sintaxe, o autor propõe examinar a variação na concordância de gênero a partir de duas abordagens distintas: uma **sintagmática** ou **não-atomística**, na qual entram em jogo as relações que unem todos os constituintes do SN, e a outra **mórfica** ou **atomística**, na qual a realização da categoria de gênero é examinada separadamente em cada constituinte do SN.

Em todo o *corpus* analisado, foram encontradas 4.023 ocorrências de sintagmas nominais femininos, das quais apenas 179 representavam estruturas em que a regra de concordância de gênero não foi plenamente aplicada. Em termos de frequência absoluta, essas ocorrências correspondem a apenas 5% do total, o que, segundo o autor, "aponta para um estágio final do processo de mudança no sentido da fixação do uso da RCG [regra de concordância de gênero] na comunidade de fala de Helvécia-Ba" (2000: 213).

Para a abordagem sintagmática foram estabelecidas 8 variáveis lingüísticas, a saber: 1. Função sintática do SN; 2. Posição do SN em relação ao verbo; 3.

Constituição sintagmática do SN; 4. Constituição morfológica do nome núcleo do SN; 5. Vogal temática do nome núcleo do SN; 6. Caracterização semântica do nome núcleo do SN; 7. Aplicação da regra de concordância de número no SN como um todo; 8. Forma fonética do SN.

Dessas variáveis lingüísticas, o grupo de fatores **constituição sintagmática do SN** foi o que se mostrou estatisticamente mais significativo, tendo sido superado somente pela variável social **faixa etária**. Os resultados obtidos com a seleção desse grupo de fatores revelaram que a estrutura mais simples, formada apenas por um determinante e um nome núcleo do sintagma é a que mais favorece a realização da concordância de gênero. Por outro lado, a presença de quantificador **todo/tudo** na construção revelou-se como o maior obstáculo à expansão da regra de concordância de gênero no interior do SN. Os outros grupos de fatores também selecionados como estatisticamente significativos foram: (i) constituição morfológica do nome núcleo do SN, (ii) vogal temática do nome núcleo do SN e (iii) forma fonética do SN. Os resultados obtidos revelaram que a presença de núcleos nominais com propriedade de flexão favorecem mais a expansão da concordância de gênero no interior do SN. Em relação aos nomes femininos sem flexão de gênero, os de tema em **-a** são os que mais favorecem a realização da concordância de gênero, enquanto os de tema em **-o** e **-ão** são os maiores obstáculos à realização dessa concordância. Além disso, os SN's com forma fonética não-padrão (p.ex. "ignorância" e "cunzinha") apresentam um grau menor de concordância de gênero do que os SN's com forma fonética padrão. Os mesmo resultados indicam ainda que a realização plena da concordância de número no SN implica também a realização plena da concordância de gênero. Por outro lado, os traços semânticos do nome núcleo do SN parecem não desempenhar nenhum papel significativo na aquisição da regra de concordância de gênero no *corpus* analisado.

Para a abordagem mórfica, além da variável classe gramatical do constituinte, foram propostas as seguintes variáveis lingüísticas: 1. Posição do constituinte em relação ao nome núcleo; 2. A saliência fônica; 3. A marcação do número

no constituinte. Nesta etapa da análise, o primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa como estatisticamente significativo foi a variável **classe gramatical do constituinte**, ficando em segundo lugar a variável social **faixa etária**. Os outros grupos também selecionados, apresentaram a seguinte ordem: posição do constituinte em relação ao nome núcleo, a saliência fônica e a marcação de número no constituinte. Na abordagem mórfica, há um total de 4.776 ocorrências no *corpus* analisado, havendo apenas 201 casos em que não se verifica a marcação do gênero. Isso indica que o percentual de marcação do gênero nos constituintes do SN, tomados isoladamente, é idêntico ao percentual de realização da concordância global de gênero no SN, 96%.

Além das variáveis lingüísticas, foram estabelecidas também as seguintes variáveis sociais: 1. faixa etária; 2. Sexo; 3. Nível de escolaridade; 4. Estada fora da comunidade. A variável **faixa etária** foi dividida em três faixas distintas de modo a caracterizar três gerações dentro da mesma comunidade, o que permite observar os prováveis processos de mudança em curso no tempo aparente (Labov, 1972).

Com a análise das variáveis sociais propostas, o autor objetivou definir o quadro de variação presente na comunidade estudada, em termos de **variação estável** ou **mudança em progresso**. Dessas variáveis, a selecionada como estatisticamente mais relevante foi a faixa etária, cujos resultados, segundo o autor, indicam um processo de mudança em progresso uma vez que a variante inovadora — a aplicação da regra de concordância de gênero — é mais expressiva entre os falantes mais jovens. As outras variáveis sociais selecionadas foram sexo, com os homens liderando a mudança, e estada fora da comunidade, que também se mostrou mais favorecedora da realização da concordância padrão de gênero.

Com base nesses resultados, o autor conclui que "o percentual de variação na ordem de cinco por cento, observado na comunidade como um todo, demonstra que o processo de mudança encontra-se em um dos seus estágios finais" (2000: 294).

Em seguida, o autor passa ao cotejo entre o quadro de variação observado em Helvécia e o da comunidade de Mato Grosso, com o objetivo de demonstrar que a

variação na concordância de gênero que, ainda hoje, pode ser encontrada em Helvécia resulta de um processo anterior de transmissão lingüística irregular produzido por um contato entre línguas mais intenso do que o que se deu em Mato Grosso. Nesse sentido, a expectativa é a de que o quadro de variação registrado em Mato Grosso seja bastante distinto do de Helvécia.

Esse cotejo tem como base somente a fala de oito informantes com mais de sessenta anos pertencentes a ambas as comunidades. No caso de Helvécia, a análise do *corpus* extraído da fala dos informantes idosos demonstrou que o processo de variação na concordância de gênero na estrutura do SN, embora se dê num nível mais elevado entre a população mais velha (índice de 10%), é condicionado pelos mesmos fatores que se aplicaram à análise da amostra como um todo, incluindo as três faixas etárias. O autor conclui ainda que "o processo de mudança aquisicional que se observa na comunidade [Helvécia] teria se impulsionado nas últimas décadas, na exata proporção em que diminuía o isolamento da comunidade no cenário sócio-econômico brasileiro" (2000: 313).

Em Mato Grosso, foram identificados, na amostra de fala dos informantes idosos, 1.456 sintagmas nominais femininos, dos quais apenas 28 não apresentavam a realização de uma concordância plena. Isso indica que o nível de variação na concordância de gênero no SN nessa comunidade de fala é de apenas dois por cento. Para a análise quantitativa dos dados da comunidade de Mato Grosso, foram propostas as mesmas variáveis lingüísticas explanatórias usadas na amostra relativa a Helvécia. Os resultados obtidos se diferenciam bastante dos de Helvécia, levando o autor a concluir (2000: 322) que:

“Portanto, o que se destaca de toda a análise lingüística da variação na concordância de gênero na comunidade de fala de Mato Grosso-BA é a sua reduzida sistematicidade, tanto no plano sintagmático, quanto no plano mórfico, se comparada com a variação estruturada que se observa em Helvécia-Ba. Dos

onze grupos de fatores que se mostraram relevantes no condicionamento estrutural da variação na concordância de gênero em Helvécia, só quatro se mostraram estatisticamente relevantes em Mato Grosso. E, mesmo assim, os seus resultados só se mostraram significativos em termos muito mais gerais, confluindo para um único ponto: a concordância de gênero tende a se realizar mais à esquerda do nome do que à direita. Portanto, diante do quadro altamente estruturado da variação na concordância de gênero em Helvécia-Ba, que permite um leque complexo e matizado de correlações sistemáticas, a variação que se observa em Mato Grosso se afigura mais como um quadro de flutuação que não tem maiores implicações para a estrutura lingüística”.

De posse de todos esses resultados, o autor entende que a análise contrastiva entre os padrões de variação encontrados em Helvécia e Mato Grosso permitiu reunir as evidências empíricas qualitativas e quantitativas necessárias para comprovar que o quadro de variação sistêmica e estruturada que se verifica ainda hoje em Helvécia, contrariamente à variação aleatória encontrada em Mato Grosso, é o resultado do contato direto e intenso do português com as línguas africanas que se deu naquela primeira comunidade no período colonial.

O autor argumenta ainda que outras evidências que fortalecem a comprovação de que a variação na concordância de gênero em Helvécia é resultante de um processo de transmissão lingüística irregular, é o fato de poderem ser identificadas, na fala dessa comunidade, outras estruturas tipicamente criouliizantes, como, por exemplo, o uso freqüente de partículas locativas (aqui, lá, ali) para expressar o nível de definitude do SN ou para realizar uma indicação dêitica. Um outro aspecto destacado como favorável ao caráter criouliizante da variação em Helvécia é a sensibilidade aos efeitos da saliência fônica na marcação do gênero gramatical revelada pelos falantes do dialeto, o que, segundo o autor, é um fato esperado nos processos de mudança aquisicional descriouliizantes.

Acrescente-se a todos esses argumentos o fato de não ter sido encontrada, na história da língua portuguesa, nenhuma evidência que permitisse postular uma tendência ao enfraquecimento da marcação morfológica do gênero presente na deriva da língua. Portanto, a idéia de que a variação na concordância de gênero seja o resultado de tendências prefiguradas no sistema do português trazido da Europa não encontra, segundo o autor, sustentação nos registros disponíveis.

Enfim, o autor conclui que os resultados da análise por ele desenvolvida permitiram definir um quadro de mudança em progresso no sentido da fixação da regra de concordância de gênero na comunidade de fala de Helvécia, além de terem permitido também comprovar que o estágio atual de variação nessa comunidade aponta para um estágio anterior, no qual se configurava um quadro mais amplo de variação decorrente de um processo de transmissão lingüística irregular que teve início com a aquisição abrupta do português pelos antepassados dos atuais membros da comunidade, quais sejam, os escravos trazidos da África para trabalharem nas plantações de café da Antiga Colônia Leopoldina (atualmente, Helvécia).

A tônica do trabalho de Lucchesi consiste em uma argumentação voltada para a defesa da hipótese de que os processos histórico-sociais e lingüísticos que deram origem às características do português popular do Brasil são os mesmos que deram margem ao surgimento das línguas crioulas, o que justificaria a aplicação dos conceitos de **crioulização** e **descrioulização** a uma série de processos lingüísticos presentes nas variedades dialetais da nossa língua. Entre outros argumentos, o autor busca nas línguas crioulas de base lexical portuguesa, como, por exemplo, no crioulo cabo-verdiano e no da Guiné-Bissau, estruturas lingüísticas semelhantes às que são ainda encontradas em algumas variedades do português popular do Brasil, em especial as que se constituíram em regiões onde o contato lingüístico se deu de modo mais intenso com as línguas africanas introduzidas no território brasileiro com a escravidão, como é o caso da comunidade de Helvécia. Não é outra a razão pela qual o autor afirma (p.258) que

"verifica-se em Helvécia-Ba o mesmo padrão descrioulizante observado em línguas cuja natureza crioula está fora de questão".

No entanto, em outro momento de sua argumentação, o autor afirma também que "não se trata efetivamente, em Helvécia-Ba, de uma língua crioula que muda em função dos modelos da língua-alvo. Na comunidade de fala de Helvécia-Ba, o que se observa é um processo de mudança que está eliminando um traço — a variação na concordância de gênero — produzido por um processo anterior de transmissão lingüística irregular" (p.271). Ora, se entendo bem, o que está sendo proposto pelo autor é que o processo de mudança lingüística que está em jogo quando uma língua crioula adquire um traço da língua-alvo é um processo distinto da mudança lingüística que ocorre em uma variedade de uma língua, quando esta variedade perde um traço lingüístico que foi anteriormente produzido com a situação de transmissão lingüística irregular e passa a fixar um novo traço, típico da variedade mais prestigiada da língua-alvo. A distinção que consigo perceber nas palavras do autor é que, no primeiro caso, uma língua crioula sofre um processo de mudança lingüística natural nas línguas de modo geral; no segundo caso, o que estaria em jogo mais diretamente é uma mudança no sentido de se completar uma aquisição. É como se tomássemos a idéia de um processo de aquisição como um *continuum* lingüístico em que os traços da língua-modelo fossem aparecendo à proporção em que fossem sendo adquiridos. Caso o contato com a língua-modelo se torne menos freqüente ou até mesmo seja totalmente interrompido, a variedade em formação permanece com as características daquele momento em que se deu a ruptura do contato, ou seja, ela "estaciona" naquele estágio da aquisição. Se, por alguma razão, o contato com a língua-modelo vier a ser retomado em algum momento futuro, o processo de aquisição é, lentamente, reacionado no sentido de ir se completando. Se a diferença for essa, não há por que falar em criouliização/descriouliização para caracterizar esse tipo de mudança lingüística, a não ser que estes conceitos estejam sendo tomados como estágios de um processo maior de aquisição.

Ao elencar os fatores que desencadearam a mudança linguística em Helvécia em direção à realização plena da concordância de gênero, como o deslocamento populacional que favoreceu o contato com outras variedades, a influência normatizadora dos centros urbanos e a influência dos meios de comunicação de massa, fica claro ser a retomada do contato com um modelo mais prestigiado da língua que aciona a mudança, mesmo que esta se dê de modo pouco consciente, "de forma assistemática e sem o apoio efetivo da escolarização", como enfatiza o próprio autor (p.272). É curioso constatar que o processo que deu origem ao traço linguístico diferenciado da língua-alvo é muito semelhante ao que favorece a sua perda em função da posterior assimilação do traço da língua-modelo, ou seja, é transmitido e adquirido de modo assistemático e natural via contato. A pergunta que me faço é: não seria a transmissão linguística irregular um processo natural e típico da aquisição²⁰ das línguas de modo geral? Não é de modo assistemático e irregular que uma criança adquire a sua língua materna, antes de entrar na escola?

Um outro aspecto sobre o qual se pode refletir diz respeito à idéia de que a sensibilidade do falante aos efeitos da saliência fônica é um fato típico e esperado nos processos de descrioulização. Independentemente de estar havendo ou não um processo de descrioulização, parece natural o fato de as formas mais salientes serem, em princípio, mais perceptíveis e, portanto, assimiladas com mais rapidez, do mesmo modo que as menos salientes serão menos perceptíveis e, portanto, mais opacas. Não vejo aí um argumento que reforce a idéia de crioulização/descrioulização.

Um último ponto a ser destacado e que causa espécie é o fato de, ao longo de todo o seu trabalho, o autor não ter levado em consideração, em nenhum momento, o provável contato linguístico entre os escravos e os colonos alemães, suíços e franceses, fundadores da antiga Colônia Leopoldina, atual Helvécia, e que eram, tanto quanto seus escravos, falantes de português como segunda língua. Não teria, o

²⁰ Estou tomando aquisição aqui no sentido em que este conceito se opõe ao de 'aprendizagem', que é considerado um processo consciente e sistemático.

português falado por esses colonos, servido também de modelo para os escravos transferidos para aquela região?

O trabalho de Lucchesi tem o mérito de ter mostrado que, pelo menos, não que diz respeito à variação na concordância de gênero, é muito pouco provável que esse fenômeno estivesse embutido na deriva da língua que foi trazida da Europa. Não estou, com isso, descartando a possibilidade de outras mudanças terem se desencadeado mais rapidamente e terem também se expandido por uma área maior pelo fato de estarem prefiguradas no sistema da língua portuguesa. Por outro lado, a questão da criouliização ou não-criouliização permanece ainda bastante nebulosa. O próprio Lucchesi tem o cuidado de observar que "a atribuição de uma natureza criouliizante a uma determinada mudança ou um fato lingüístico específico é sempre uma afirmação relativa" e, mais ainda, "quando se diz que uma mudança ou uma determinada estrutura lingüística tem uma natureza crioula, isso não significa que essa mudança ou essa estrutura não possam ocorrer em uma outra língua fora de um contexto de criouliização" (p.335). Diante de tais considerações, parece não haver, então, nada tão específico da criouliização, a não ser os processos históricos envolvidos, que justifique atribuir um fato lingüístico especialmente a um processo de criouliização. Recorro mais uma vez ao autor quando afirma que "não há características estruturais privativas das línguas crioulas" (p.117).

Creio ser consensual entre os lingüistas brasileiros o fato incontestável de que o português foi adquirido como segunda língua por milhares de indivíduos de outras etnias, e não só indígenas e africanos, em épocas diferenciadas da nossa história.

Sendo assim, é provável que a polêmica em torno das origens crioulas do português popular do Brasil tenda, cada vez mais, a sair do foco rígido da discussão criouliização/não-criouliização, para contemplar, de modo mais amplo e detalhado, as implicações decorrentes dos processos de contato lingüístico para a aquisição das línguas segundas.

Um outro trabalho variacionista sobre a concordância de gênero no português do Brasil é o de Lucchesi & Macedo (1997), que focaliza a variedade do

português falada pelos nativos do Parque Nacional Indígena do Alto Xingu, também chamada de **português de contato**.

A hipótese que norteia o trabalho é a de que, no português de contato, está em curso um processo de mudança linguística no sentido da aquisição da regra de concordância de gênero, o que costuma ocorrer nos processos de despidginização.

No Parque Nacional do Xingu, vivem grupos indígenas falantes nativos de línguas pertencentes aos troncos tupi, aruak e karib. O panorama linguístico atual do Parque, segundo os autores, caracteriza-se pela presença de índios monolíngües e falantes bilíngües que conservam a sua língua materna, mas dominam, em graus variados de proficiência, uma variedade do português como língua segunda.

Para a análise da variação na concordância de gênero no sintagma nominal presente na língua de contato, tomou-se como *corpus* um conjunto de entrevistas realizadas com 14 índios, falantes de línguas diversas, algumas das quais sequer possuem um sistema morfológico de marcação do gênero gramatical. Os informantes são todos do sexo masculino, por serem estes os únicos que apresentam um certo grau de proficiência na língua de contato, e estão divididos em duas faixas etárias: jovens e seniores (estes últimos são indivíduos mais adultos que já possuem netos e são considerados chefes de grupos familiares).

No *corpus* analisado, foram isolados 907 sintagmas nominais femininos que formam a base de dados, dos quais 728 apresentam realização plena da concordância de gênero e 179 apresentam, pelo menos, um constituinte flexionável sem marca de feminino, o que, em termos de frequência absoluta, representa um percentual de 20 % de ausência de concordância. A análise se deu em dois níveis: o sintagmático ou não-atômico, em que se considera a concordância de gênero na estrutura global do SN, e o morfêmico ou atômico, no qual cada elemento do SN é examinado separadamente quanto à marcação do gênero.

Para a análise não-atômica, foram propostas seis variáveis linguísticas independentes, das quais apenas quatro foram selecionadas pelo programa de regras

variáveis como estatisticamente relevantes, a saber: (i) configuração sintagmática do SN, (ii) função sintática do SN, (iii) vogal temática dos núcleos nominais sem propriedade de flexão de gênero e (iv) constituição morfológica do nome núcleo do SN.

Com a variável **configuração sintagmática do SN**, os autores pretendiam observar que estrutura interna do SN estaria favorecendo mais a aplicação da regra de concordância de gênero. Os resultados encontrados na análise dessa variável são semelhantes aos que Lucchesi registrou na comunidade de Helvécia, ou seja, a estrutura **determinante + nome**, por ser a mais simples, é a que mais favorece a realização plena da concordância de gênero no SN, enquanto a presença de quantificadores no SN revela-se como o maior obstáculo à aplicação da regra.

Para a segunda variável selecionada, **função sintática do SN**, os resultados, segundo os autores (Lucchesi & Macedo, 1997: 26),

“revelam notavelmente a articulação estrutural presente no processo de despigginização. OS SN's preposicionados que caracterizam o uso normal da língua-alvo apresentam os maiores índices de aplicação da regra de CG, enquanto os SN's em que o falante suprime a preposição usada normalmente na língua-alvo apresentam os menores índices de aplicação da regra. Em outras palavras, as estruturas mais pidginizantes exibem um grau menor de aplicação da regra de CG, ao passo que as estruturas despigginizantes um grau maior (...)”

Quanto à variável **constituição morfológica do nome núcleo do SN**, a hipótese que fundamentou sua escolha era a de que os nomes com propriedade de flexão tenderiam a favorecer mais a aplicação da regra de concordância de gênero em todos os elementos do SN. Os resultados obtidos confirmaram a expectativa inicial.

A última das variáveis selecionadas como estatisticamente significativas, **vogal temática dos nomes não-flexionáveis em gênero**, foi proposta com o intuito de se observar se os nomes de tema em **-a**, devido à homonímia com o morfema de feminino, tenderiam a favorecer mais a aplicação da regra de concordância de gênero. Os resultados

finais obtidos não confirmaram a hipótese inicial. Segundo os autores, a explicação para esse fato pode estar relacionada à grande quantidade de nomes masculinos de tema em *-a* presentes nas línguas indígenas do Parque, nomes esses que se mantêm na língua de contato, como, por exemplo, *caraiíba* 'homem branco'.

Na análise atomística, das seis variáveis propostas inicialmente, foram selecionadas pelo programa, com significância estatística, apenas três: (i) classe gramatical do constituinte, (ii) marcação de número no constituinte e (iii) posição do constituinte dentro da ordem linear dos constituintes do SN.

Os resultados da análise da variável **classe gramatical do constituinte**, confirmam resultados anteriores de que os nomes com propriedade de flexão constituem o contexto mais favorável à aplicação da regra de concordância de gênero.

Com a variável **marcação de número no constituinte**, buscou-se traçar um paralelo entre a marcação do gênero e a do número. Os resultados obtidos, segundo os autores (1997: 32), indicam, mais uma vez, "um notável grau de articulação estrutural observado no processo despigginizante. Ao acionar os mecanismos da concordância de número, o falante tende a acionar em paralelo os mecanismos da CG, e vice-versa".

Quanto à variável **posição do constituinte dentro da ordem linear dos constituintes do SN**, pretendeu-se avaliar se a posição do constituinte no SN estaria exercendo alguma influência no processo de marcação do gênero. Os autores informam que os resultados alcançados foram semelhantes aos que Scherre (1988 e 1994) apresentou para a marcação do número em português, ou seja, a primeira posição no SN favorece mais a marcação do que as últimas posições²¹.

Além das variáveis linguísticas, foram propostas, também, as seguintes variáveis sociais: faixa etária dos informantes, local de residência (nas aldeias ou no

²¹ Scherre (1988 e 1994) usa a terminologia "posição à esquerda e posição à direita" em vez de "primeira" e "última" posição. Neste texto, mantive a terminologia usada por Lucchesi e Macedo (1977:32) por estar tratando diretamente do trabalho desses autores.

posto da administração do Parque) e permanência fora do Parque por um período mínimo de seis meses.

A análise das variáveis sociais indica a faixa etária como a mais significativa do ponto de vista estatístico. Os falantes adultos jovens são os que mais realizam a concordância de gênero, o que, segundo os autores, sinaliza uma mudança lingüística "no sentido da fixação de uma regra sintática da língua-alvo, em detrimento de um sistema pidginizante em que a CG deve ter apresentado padrões altamente variáveis e imprevisíveis" (1997: 34).

Os autores observam, ainda, que a variável social **contato lingüístico extraparque** ratifica a idéia de uma mudança em direção à língua-alvo, uma vez que os informantes que tiveram mais contato com o português em situações comuns de uso nos contextos sociais externos ao Parque são os que apresentam os maiores índices de realização plena da concordância de gênero.

Um pressuposto que norteia toda a análise de Lucchesi & Macedo sobre o português de contato é o de que o processo de mudança lingüística que está em curso nesta variedade insere-se em um processo mais amplo e generalizado de despigginização, que está presente em outras variedades do português do Brasil. Embora a idéia de pidginização/despigginização esteja sempre presente ao longo do texto, os autores não aprofundam nenhuma discussão a esse respeito, limitando-se a apresentar uma descrição da análise variacionista realizada e os resultados obtidos. Uma questão para a qual não se apresenta uma clara explicação é, por exemplo, por que razão a língua de contato do Alto Xingu é tratada como uma variedade pidginizada do português, se os próprios autores afirmam que ela não foi gerada "numa situação típica dos processo de pidginização" (p.34). Apesar de fazerem esta observação quanto ao processo que deu origem ao português de contato, os autores concluem que

"(...) Pode-se pensar que o processo de pidginização do português ocorrido no Parque do Xingu se enquadra num tipo de pidginização leve, análogo aos

processos definidos como de semicrioulização, certamente presentes na história do português do Brasil, dos quais se observam ainda vestígios significativos no dialeto afro-brasileiro de Helvécia-Ba”.

A distinção entre processos como **pidginização**, **pidginização leve** e **crioulização** não está, ainda, muito clara nos trabalhos que defendem essas hipóteses. A idéia que permanece, em especial em relação à língua de contato do Alto Xingu, é a de que, na verdade, estamos diante de um processo ainda inconcluso de aquisição do português, cuja finalização não parece ser tão prioritária pelas seguintes razões: (i) existe uma comunicação eficaz entre os indígenas bilíngües e os falantes nativos do português, em função do grau de proficiência relativa em português já alcançado pelos primeiros; (ii) as línguas indígenas maternas são ainda amplamente usadas e conservadas pelas comunidades dentro dos limites do Parque, uma vez que o contato com o português fica restrito aos indivíduos adultos do sexo masculino. Isto indica que o português é usado estritamente para suprir as necessidades nas situações de contato.

Muito mais do que a variedade do português que se constituiu em Helvécia-Ba, a língua de contato que se desenvolveu no Alto Xingu sinaliza que a nossa atenção, como pesquisadores, deve estar voltada para as implicações decorrentes do contato entre línguas de modo geral na aquisição de uma língua segunda.

3. A MARCAÇÃO DE GÊNERO NO FALAR CUIABANO COMO VARIÁVEL SOCIOLINGÜÍSTICA

"The fundamental sociolinguistic question is posed by the need to understand why anyone says anything."

William Labov

Este capítulo será dedicado à descrição da concordância de gênero na relação anafórica, tomada como variável sociolingüística, em estruturas do falar cuiabano. Nele serão apresentados os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa variacionista, desenvolvida como uma das etapas deste trabalho, bem como a descrição detalhada da coleta e codificação dos dados, organização da amostra, hipóteses de trabalho e a descrição da análise quantitativa do fenômeno lingüístico em estudo.

Os resultados da análise quantitativa serão considerados tanto no que diz respeito à refutação ou não da hipótese principal que norteia esta pesquisa bem como quanto à sinalização do processo de mudança lingüística que tem conduzido o dialeto em estudo a uma possível extinção.

3.1. A Teoria da Variação Lingüística: pressupostos teóricos e metodológicos

O construto teórico-metodológico que orienta a coleta e a análise dos dados desta pesquisa é o da Teoria da Variação Lingüística, proposta por Weinreich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972). Nesta perspectiva teórica, assume-se que a heterogeneidade, ou variação, é inerente a todo e qualquer sistema lingüístico e que esta variação não é aleatória, mas sim governada por restrições lingüísticas e extra-

lingüísticas. Labov (1972: 203) afirma que "a existência *de variação e estruturas heterogêneas* nas comunidades de fala investigadas é certamente um fato bem estabelecido"²², pois, apesar de durante muitos anos ter imperado, entre os linguistas, o mito da existência de comunidades de fala homogêneas, o desenvolvimento constante de novas pesquisas revelou "que a heterogeneidade não é somente comum, mas é o resultado natural de fatores lingüísticos básicos"²³ (1972:203). Desde o trabalho conjunto desenvolvido por Weinreich, Labov e Herzog (1968), em que se estruturaram as bases para uma teoria da mudança lingüística, os autores já alertavam para a necessidade de se romper com a identificação entre estrutura lingüística e homogeneidade. Propuseram, como postulado básico deste tipo de abordagem, que "em uma língua que serve a uma comunidade complexa (i.e. real) é a ausência de heterogeneidade estruturada que seria disfuncional" (Weinreich et alii, 1968: 101)²⁴.

Considera-se que há variação sempre que duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, estão presentes com uma certa freqüência e sistematicidade, em uma dada comunidade de fala. Para haver variação, portanto, é preciso avaliar se as diferentes possibilidades de expressão estão correlacionadas a determinados contextos estruturais específicos ou a dadas situações de uso da língua, de modo sistemático e freqüente. A essas várias maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade, dá-se o nome de **variantes lingüísticas**; e o conjunto das variantes de um mesmo modo de dizer constitui a **variável lingüística** a ser investigada, a saber, a **variável dependente**.

À Teoria da Variação Lingüística interessa, portanto, primordialmente, estudar "a língua como usada pelos falantes nativos para se comunicarem no dia-a-dia"

²² No original, "the existence of *variation and heterogeneous structures* in the speech communities investigated is certainly well-established in fact".

²³ No original, "But we have come to the realization in recent years that this is the normal situation _ that heterogeneity is not only common, it is the natural result of basic linguistic factors".

²⁴ No original, "in a language serving a complex (i.e., real) community, it is *absence* of structured heterogeneity that would be dysfunctional".

(Labov, 1972: 185)²⁵, ou seja, o vernáculo, "o estilo em que um mínimo de atenção é atribuída à monitoração da fala" (idem, p.208)²⁶ Trata-se, portanto, de uma abordagem cujo objetivo científico é descrever e explicar os fenômenos lingüísticos em si, e não as formulações teóricas e analíticas relativas a esses fenômenos (cf. Scherre, 1998a).

Este modelo de análise lingüística proposto por Labov e pesquisadores associados prevê, entre outros, um tratamento estatístico dos dados coletados, de modo a desenvolver também um suporte quantitativo para subsidiar a análise. Em síntese, segundo Scherre (Op.cit.p.: 43):

“Ao pesquisador variacionista cabe identificar os fenômenos lingüísticos variáveis de uma dada língua, inventariar suas variantes, definindo as variáveis dependentes, levantar hipóteses que dêem conta das tendências sistemáticas da variação lingüística, operacionalizar as hipóteses através de variáveis independentes ou grupos de fatores de natureza lingüística e não lingüística, identificar, levantar e codificar os dados relevantes, submetê-los a tratamento estatístico adequado e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses levantadas”.

Por se tratar de fenômenos produzidos em situações reais de uso da língua, entende-se que estes refletem a verdadeira configuração de uma dada língua em um tempo real, sincrônico, e sinalizam também as possíveis direções de uma mudança lingüística.

Para a descrição e a análise deste tipo de fenômeno lingüístico é necessário, então, que se proceda ao levantamento de um número significativo de dados de língua falada que representem, o mais fielmente possível, o vernáculo de uma dada

²⁵ Trecho extraído do original "the basic data for any form of general linguistics would be language as it is used by native speakers communicating with each other in everyday life"

²⁶ No original, "this is the 'vernacular' _ the style in which the minimum attention is given to the monitoring of speech".

comunidade de fala. A recolha desse material de análise exige a superação de um problema metodológico central na pesquisa variacionista, conhecido como o **paradoxo do observador** (Labov, 1972:209). O problema que se coloca é: como coletar a fala espontânea dos usuários de uma dada variedade de língua que se deseja estudar, sem inibi-los com a presença do próprio pesquisador? Labov (1972: 209) afirma que "o objetivo da pesquisa lingüística na comunidade deve ser o de descobrir de que modo as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas; por outro lado, só se pode obter este tipo de dado por meio da observação sistemática"²⁷. Este conflito, que constitui o paradoxo do observador, é um dos principais obstáculos a serem vencidos para garantir uma coleta de dados de boa qualidade. Estes, por sua vez, são mais facilmente obtidos, segundo Labov, por meio de gravações de entrevistas individuais.

Para minimizar os efeitos dessa situação paradoxal, Labov (1972) sugere uma série de estratégias de entrevista que serão descritas, de modo mais detalhado, na seção referente à coleta de dados para esta pesquisa.

Outro aspecto importante da Teoria da Variação é aquele em que os padrões de comportamento lingüístico identificados em uma dada comunidade de fala resultam da ação de uma série de fatores que intervêm, de modo mais ou menos direto, na atividade lingüística concreta. Estes fatores que atuam sobre o comportamento lingüístico dos falantes podem ser de duas naturezas: de um lado, estão aqueles relativos às características sociais do falante, tais como sua idade, seu sexo, seu nível de escolaridade, a classe social a que pertence, etc, que são chamados de **fatores sociais** ou **extra-lingüísticos**; de outro, encontram-se os fatores que dizem respeito aos contextos da estrutura lingüística que condicionam a ocorrência de uma outra variante, que são chamados de **fatores lingüísticos**.

Vale ressaltar que a ação de cada um desses fatores não se dá de modo isolado, independente da ação dos demais. Trata-se, de fato, de uma combinação das

²⁷ No original "the aim of linguistic research in the community must be to find out how people talk when they are not being systematically observed; yet we can only obtain these data by systematic observation."

interferências dos diversos fatores, que podem atuar simultaneamente. Sendo assim, para mensurar a interferência de cada fator isoladamente, foram desenvolvidos, no âmbito da sociolinguística variacionista ou quantitativa, vários modelos matemáticos que permitem avaliar a atuação específica de cada fator, ou seja, o peso relativo específico de cada fator no conjunto dos fatores considerados. Atualmente, o modelo **logístico** ou **misto**, desenvolvido por Rousseau & Sankoff (1978) e implementado no Pacote VARBRUL (do inglês *variable rules*), é, segundo Sankoff (1988): "considerado mais adequado para a análise dos fenômenos variáveis". Scherre (1998a:44-45) informa que "este modelo, que trabalha na base de pesos relativos ou probabilidades, é mais adequado do que os que utilizam apenas percentagens, porque ele quantifica a influência relativa de cada variável, atribuindo pesos devidos aos seus diversos fatores". A versão do pacote VARBRUL apresentada por Pintzuk (1988) é a que foi utilizada na análise variacionista desenvolvida neste trabalho.

A análise quantitativa realizada pelo VARBRUL consiste no exame de cada ocorrência do fenômeno linguístico em estudo, ou seja, de cada escolha diferenciada e recorrente de uma estrutura ou forma linguística feita pelo falante em seu desempenho, que não seja categoricamente previsível por informações contextuais (Sankoff, 1988:984). Neste sentido é que, segundo Sankoff (1988), se pode falar em **regras variáveis**²⁸. Estas seriam a expressão dessa escolha, feita pelo falante, entre duas ou mais alternativas distintas que podem ser influenciadas por fatores como estilo, ambiente fonológico, características sócio-demográficas, contexto sintático etc. A análise quantitativa visa, assim, a examinar a relação entre essas diferentes escolhas e os fatores a elas associados, sendo que o conjunto das alternativas possíveis constitui a **variável**

²⁸ Sankoff (1988) usa a expressão '**regras variáveis**' proposta anteriormente por Labov (1972), mas esclarece que o uso presente dessa expressão não envolve necessariamente "regras" propriamente ditas (1988, p.984).

dependente, e os diferentes fatores considerados pelo pesquisador a partir das hipóteses de trabalho estabelecidas constituem as **variáveis independentes** ou **explanatórias**.

Segundo Sankoff (1988:985),

“A essência da análise está na avaliação de como o processo de escolha é influenciado por diferentes fatores cujas combinações específicas definem os contextos. Embora se aceite que a escolha não possa ser normalmente prevista com grau absoluto de certeza, é possível, todavia, estabelecer o que favorece uma dada alternativa, a força de seu favorecimento, bem como o que a desfavorece”.²⁹

Desse modo, a análise quantitativa permite obter os seguintes resultados:

- (i) a seleção, em valores estatísticos, das variáveis independentes mais relevantes na produção do fenômeno analisado;
- (ii) as frequências de uso e o peso relativo correlacionados a cada um dos valores das variáveis independentes;
- (iii) o nível de significância dos resultados obtidos.

Em relação ao item (ii), Sankoff (1988:989) observa que mais relevante do que o valor de cada fator em si, observado isoladamente, é a comparação entre os efeitos de dois ou mais fatores em um dado grupo, medida pelas suas diferenças.

Ainda com relação a este modelo matemático, considera-se que, para fenômenos **binários**, ou seja, os que apresentam apenas duas formas variantes, como o que constitui o objeto de estudo desta pesquisa, pesos relativos acima do valor de 0,50 favorecem o uso da variante tomada como base, enquanto pesos relativos com valor

²⁹ No original, "the essence of the analysis is an assessment of how the choice process is influenced by the different *factors* whose specific combinations define these contexts. While accepting that the choice cannot usually be predicted with certainty, it is still possible to ascertain what, if anything, favours a given alternative, and how strongly, and what desfavours it."

abaixo de 0,50 desfavorecem-na; e todos os pesos relativos em torno de 0,50 são considerados neutros.

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

3.2 A pesquisa variacionista sobre a concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana

3.2.1 Caracterização da variável lingüística

Conforme mencionado no capítulo 1, a marcação do gênero gramatical na variedade lingüística da baixada cuiabana difere bastante da marcação de gênero feita pela maioria dos falantes brasileiros. A observação deste fato, com base em alguns poucos registros descritivos, motivou a formação da opinião generalizada de que, no falar cuiabano, o masculino é usado indistintamente para ambos os gêneros, ou seja, não se marca gênero nesta variedade do português.

É fundamental ressaltar, porém, que este aspecto do falar cuiabano não havia recebido, até agora, uma análise sistemática e objetiva. Entre os trabalhos já desenvolvidos sobre este dialeto, não há nenhum que tenha dedicado atenção especial à morfossintaxe do gênero gramatical. Vale destacar também que no primeiro trabalho sobre o falar cuiabano de que se tem notícia, um ensaio intitulado *Subsídios para o estudo de Dialectologia em Mato-Grosso*, escrito em 1921 pelo Prof. Franklin Cassiano da Silva, o autor trata de uma série de características do linguajar matogrossense sob o rótulo de "vícios de linguagem", mas não faz nenhuma menção a estruturas com variação de gênero. Sendo assim, no que diz respeito ao objeto de estudo, a presente pesquisa constitui um trabalho pioneiro sobre esta variedade do português. A suposição de que, nesta variedade, 'o masculino é usado indistintamente para ambos os gêneros' será nossa hipótese nula e o objetivo central deste trabalho é refutar esta hipótese.

Do ponto de vista sociolinguístico, as duas principais questões que esta pesquisa se propõe responder são, portanto: 1. a marcação de gênero é um fato gramatical ausente no dialeto da baixada cuiabana, ou trata-se de uma outra forma de marcar o gênero, distinta do português em geral? 2. Este fenômeno, nessa variedade, caracteriza-se como um fenômeno variável de concordância, no sentido laboviano de variação?

Numa análise preliminar dos dados, algumas evidências favoráveis à hipótese de uma variação inerente foram encontradas. Não há, por exemplo, na fala de nenhum dos informantes desta pesquisa, ausência completa de marcação do feminino nos diversos contextos em que essa marcação esteja prevista para ocorrer. Por outro lado, essa mesma marcação nem sempre é preservada na fala de um mesmo informante. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (1) Pra que alugá um casarão, né? Vou alugar **UMA CASA MAIS PEQUENA**, só que eu quero **UMA CASA MAIS SEGURO**.

(GIG, 39, 5S)

- (2) Lá **A CASA** já era três veis melhor, porque **ERA COBERTO** de telha, né. (...) era tudo rebocado, tava caiado, **TAVA BOAZINHA A CASA**, sabe. (...) Aí ela: **ACHOU BOM A CASA** e: ela resolveu comprar a casa lá.

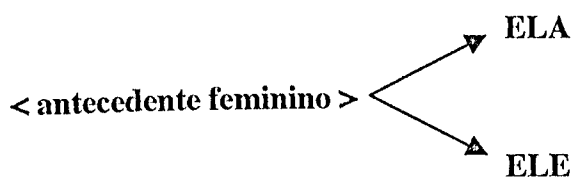
(MIS, 64, 2s)

Nas ocorrências (1) e (2), a presença constante dos determinantes femininos **uma** e **a** torna indiscutível a classificação de **casa** como um **nome feminino** neste dialeto. No entanto, a concordância com o feminino nos adjetivos qualificativos é variável, mesmo na fala de um mesmo informante, como em **mais pequena/mais seguro** e **boazinha/bom**. Por outro lado, a ocorrência de uma construção como "**uma casa mais pequena**" atesta, claramente, que a marcação de gênero é um fato gramatical que não está totalmente ausente no falar cuiabano.

Com base nessas observações, considero apropriado tratar a marcação de gênero no falar cuiabano como um fenômeno de variação linguística do tipo laboviano. Quanto à primeira questão, esta será retomada em um momento posterior neste mesmo capítulo, embora, em parte, já esteja também respondida na medida em que, com os exemplos que acabamos de discutir, percebe-se que a marcação de gênero não é um fato gramatical ausente no falar cuiabano.

Conforme já demonstrado anteriormente (cf. Cap. 1, seção 1.2), a variação na concordância de gênero abrange estruturas variadas do falar cuiabano. Para efeito desta pesquisa, vou, todavia, focalizar o estudo da variação na concordância de gênero na relação entre um anafórico e seu antecedente, um aspecto completamente inédito nas pesquisas brasileiras, mesmo naquelas que têm tratado de variação de gênero em algumas variedades do português. Sendo assim, só serão considerados como dados significativos para a presente análise as construções em que o **antecedente** do pronome em função anafórica for constituído por um **item lexical classificado como feminino** no léxico do português padrão. Esta restrição deve-se ao fato de serem somente as construções com itens lexicais femininos as que apresentam variação na concordância de gênero. Itens lexicais classificados como masculinos no léxico português são sempre retomados por um anafórico também na forma masculina, ou seja, não apresentam variação.

Isto posto, o fenômeno variável da concordância de gênero na relação anafórica no falar cuiabano apresenta a seguinte configuração:



Vejam-se os seguintes exemplos:

(3) Pregó A **ORAÇÃO**, porque **ELA** tano pregado nada num entra, eu tenho **ELA** aí atrás da porta, o que me segura é mias oração. (IRA, 75,4s)

(4) A casca [da quina], torra A **CASCA** até ficar preto como café, aí soca **ELE** e depôs penera, coa numa penera fina. (MIS, 64,2s)

(5) Uai, **MANDIOCA**, a senhora casca **ELA**, lava bem lavadinho. A senhora vai co **ELE** no ralo, se não tem caititu, rela **ELE** no ralo, daí a senhora imprensa a massa no tipiti, (...). (MIN, 44,I)

Em (3) e em (4), os itens lexicais '**oração**' e '**casca**' funcionam, respectivamente, como antecedentes dos anafóricos **ela** e **ele**. Esses itens são femininos, o que se comprova pela presença, junto a ambos, do determinante feminino **a**. Em (5), a ausência de determinante junto a '**mandioca**' pode colocar em dúvida a sua classificação como um item lexical feminino nesse dialeto, no entanto, a própria informante usa primeiramente **ela**, transitando, em seguida, para **ele**. Acrescente-se ainda que a mesma informante, em outro momento da entrevista, produz o seguinte enunciado:

(6) P_ É só pegar a mandioca e cozinhar ela?

E_ É, A **MANDIOCA RELADO**.

(MIN, 44, I)

Estes exemplos evidenciam, mais uma vez, a ocorrência de concordância de gênero no falar cuiabano e evidenciam também que esta concordância não é categórica. Ora, se a realização da concordância de gênero, no falar cuiabano, sinaliza, para alguns contextos, a presença de um **fenômeno variável** em funcionamento, cabem, ainda, as seguintes questões: o que condiciona o uso da forma masculina do anafórico para retomar nomes femininos? Que fatores de ordem interna ou estrutural favorecem o

uso da variante masculina? Que fatores de natureza externa ou social também influem na ocorrência e frequência de uso dessa mesma variante? Considerando que a relação anafórica é uma relação de referência, e que os dados que serão analisados nesta pesquisa dizem respeito exclusivamente a construções em que uma regra variável está em funcionamento em relações anafóricas, pergunta-se: que traço gramatical ou que aspecto da referencialidade estaria sendo privilegiado, pelo falante, com o uso da variante masculina?

Essas são as principais questões a serem respondidas ao longo dessa análise. Para tanto, passo a descrever o processo de coleta de dados e a constituição da amostra que compõe o *corpus* desta pesquisa.

3.2.2 A coleta de dados e a constituição da amostra:

Conforme ficou dito na seção 3.1, o problema metodológico central da pesquisa variacionista é como coletar a fala espontânea dos usuários de uma dada variedade de língua que se deseja estudar, sem inibi-los com a presença do próprio pesquisador. Para contornar as dificuldades naturalmente impostas por esta situação paradoxal, Labov (1972) sugere que se busquem estratégias para quebrar a formalidade e o constrangimento que, normalmente, estão presentes em situações de entrevista, de modo que o entrevistado diminua o seu grau de atenção ao que está sendo dito e o vernáculo possa, então, emergir.

Uma dessas estratégias é formular uma entrevista pautada em questões que propiciem um envolvimento emocional do informante com o assunto que estiver sendo discutido. Segundo Labov (1972:209), "pode-se envolver o sujeito em questões e tópicos

que recriem fortes emoções que ele tenha vivido no passado, ou envolvê-lo em outros contextos"³⁰.

O processo de coleta de dados para esta pesquisa se deu de modo lento e progressivo. Foram necessárias cinco visitas à comunidade pesquisada para que se pudesse completar a amostra estabelecida. Foram realizadas ao todo 30 entrevistas, das quais foram selecionadas 18 para compor a amostra. Isto deveu-se ao fato de que muitos dos entrevistados comportaram-se de modo muito tímido nas entrevistas; as respostas às questões propostas pela pesquisadora eram, às vezes, muito lacônicas, de modo a dificultar o afloramento de um fenômeno morfossintático como o aqui pesquisado. Com alguns jovens, especialmente, as entrevistas não ultrapassaram a dez ou quinze minutos de duração, dada a sua reserva em falar. Sendo assim, foram realizadas novas entrevistas com outros informantes que preenchessem os mesmos critérios de seleção relativos à composição da amostra. Uma vez obtidos registros com, no mínimo, 40 minutos de duração, estes foram considerados mais apropriados para compor a amostra a ser examinada na análise quantitativa. Vale observar, porém, que as outras entrevistas, mesmo não tendo feito parte da análise quantitativa, foram consideradas na dimensão qualitativa do trabalho, desenvolvida no capítulo 4, referente à mudança lingüística.

Um outro aspecto que precisou ser considerado na seleção das entrevistas é que, por mais que os critérios para a seleção dos informantes fossem sempre seguidos à risca, muitos dos entrevistados surpreenderam pela quase completa ausência, em sua fala, de qualquer característica típica do falar regional. Um caso ilustrativo desta situação é o da entrevista com AR, uma senhora de 80 anos, com apenas 4ª série, mas que possui um nível de leitura inesperado para sua condição social e seu grau de escolaridade. AR é, desde muito jovem, uma freqüentadora assídua de reuniões em um grupo espírita localizado ao lado de sua residência, tem pouca mobilidade social, é muito pobre e normalmente só sai de casa para ir às referidas reuniões. Por outro lado, é uma leitora

³⁰ No original, "we can also involve the subject in questions and topics which recreate strong emotions he has felt in the past, or involve him in other contexts".

permanente de romances e outras publicações de cunho espírita aos quais tem acesso por intermédio do grupo do qual participa. Assiste a palestras de oradores espíritas e convive, nas reuniões de seu grupo, com pessoas de diferentes classes sociais e níveis de escolaridade. Tudo isso fez com que, mesmo permanecendo restrita ao ambiente de sua vizinhança, AR tenha, ao longo dos anos, convivido também com uma variedade mais prestigiada do português. Em sua fala, não há uma ocorrência sequer de variação de gênero, como também não há ocorrências de outras características muito típicas do falar cuiabano. Portanto, o caso de AR é atípico para a composição da amostra desta pesquisa.

Como se vê, por mais que os critérios para a coleta de dados tenham sido pensados no sentido de organizar uma amostra em que se pudesse, efetivamente, captar o fenômeno em estudo, nem sempre eles nos garantiram que isso se desse como o esperado. Em decorrência disso, muitas das entrevistas realizadas não puderam ser consideradas na composição da amostra, embora sirvam como testemunho do quanto fatores de ordem externa, como o maior ou menor acesso a outras variedades do português, podem influenciar na perda de características da variedade vernacular.

Um outro caso que vale destacar opõe-se frontalmente ao caso de AR. É possível, por exemplo, encontrar pessoas que, mesmo possuindo escolaridade mais alta e pertencendo a classes sociais mais favorecidas economicamente, produzem, em sua fala, a variação de gênero sem terem disso a menor consciência. Uma senhora tipicamente cuiabana, pertencente a uma família de muitas posses, tendo cursado o segundo grau completo (Curso Normal), serviu de intermediária entre a pesquisadora e dois informantes. Ao explicar, em conversa telefônica com a pesquisadora, como fazer para se chegar até sua casa, onde se daria uma das entrevistas, ela produziu o seguinte enunciado:

A MINHA RUA é muito fácil de você achar ELE, porque ELE, bem assim na esquina, ELE tem uma obra da prefeitura, tem uns homens lá trabalhando.

Neste último caso, a pessoa que produziu o enunciado destacado acima não era uma informante desta pesquisa, uma vez que seu grau de escolaridade a excluía dos critérios estabelecidos. Mas o aspecto curioso para o qual pretendo chamar a atenção é o fato de que ainda hoje é possível encontrar, em Cuiabá, pessoas que, mesmo pertencendo a classes sociais mais favorecidas economicamente e possuindo níveis mais altos de escolaridade, conservam, em sua fala, os traços mais genuínos do vernáculo local. Trata-se da típica família cuiabana, cujos membros pertencentes a gerações mais novas estudaram fora de Cuiabá, travaram contato com outras variedades do português, e neutralizaram, no seu desempenho lingüístico, as marcas típicas do falar cuiabano. Por outro lado, as gerações mais velhas, mesmo tendo tido acesso à escolarização, viveram sempre em Cuiabá e permanecem, ainda hoje, vinculadas a sua origem regional, conservando, em sua fala, os traços típicos da linguagem local. Vale ainda ressaltar que é esta típica família cuiabana, portadora de maior status sócio-econômico e usuária da variedade vernacular, que constituía, tempos atrás, a classe alta da sociedade cuiabana. Retomaremos este assunto em outro momento mais oportuno neste trabalho.

Casos como este último e o de AR sugerem que, num trabalho futuro, possam ser examinadas, com mais critério, essas diferenças individuais que nos colocam diante de situações, muitas vezes, tão distintas dentro de uma mesma comunidade de fala.

Retomando, então, o processo de coleta de dados, é importante considerar também que a escolha de um fenômeno morfossintático como objeto de estudo, como a variação na concordância de gênero, por sua própria natureza já exigia uma porção significativa da fala de cada informante. Sendo assim, ficou estabelecido que as entrevistas teriam duração mínima de 40 minutos, podendo estender-se a até 60 minutos, a depender da disponibilidade do entrevistado.

Para garantir o registro do fenômeno variável em questão, foram estabelecidos alguns critérios básicos para a constituição da amostra, quais sejam:

- (i) os informantes teriam de ser falantes nativos do dialeto da baixada cuiabana, ou seja, teriam de ser pessoas nascidas em algum dos municípios da baixada cuiabana, e deveriam pertencer a famílias originárias da mesma região;
- (ii) os informantes não deveriam ter escolaridade superior a 8ª série do ensino fundamental.
- (iii) A amostra deveria contemplar a fala de três gerações de usuários do dialeto, a saber: idosos (acima de 60 anos), adultos (na faixa dos 30 a 45 anos) e jovens (na faixa entre 15 e 25 anos).

Pelo primeiro critério, foram descartados os informantes filhos de pessoas provenientes de outras regiões do Brasil que possam ter migrado para a região da baixada cuiabana em algum momento passado, de modo a garantir a isenção de influências de qualquer outra variedade regional do português do Brasil na fala do entrevistado. O segundo critério foi proposto no sentido de neutralizar a influência da escolarização na alteração de características do vernáculo. O terceiro critério foi estabelecido de modo a contemplar a fala de três gerações distintas dentro da comunidade pesquisada, o que permite avaliar a possibilidade de uma mudança lingüística estar em curso, no dialeto em estudo, no chamado **tempo aparente** (Labov, 1972, 1981 e 1994).

Tomando como base esses critérios de natureza mais geral, a seleção dos informantes foi, praticamente, aleatória. Vale, porém, ressaltar que nenhum dos entrevistados foi abordado de modo inesperado pela pesquisadora. Todas as entrevistas foram agendadas com o consentimento prévio do informante, por meio do auxílio de terceiros, que serviram de intermediários entre pesquisadora e entrevistado. Isto significa dizer que, de modo semelhante a o que se dá na pesquisa qualitativa de base etnográfica, a pesquisadora foi introduzida no trabalho de campo por meio de alguém conhecido do

entrevistado, que fez um trabalho de aproximação entre as partes, minimizando o grau de desconfiança e de tensão por parte do informante.

Cruzando-se os valores da variável **faixa etária** com a variável **grau de escolaridade**, foram constituídas nove células caracterizadas, em cada faixa etária, pela presença de 2 informantes representativos de cada nível de instrução, gerando a seguinte combinação:

Faixa etária 1 (15 a 25 anos):

- 2 informantes **iletrados**;
- 2 informantes com **4ª série**;
- 2 informantes com **8ª série**.

Faixa etária 2 (30 a 45 anos):

- 2 informantes **iletrados**;
- 2 informantes com **4ª série**;
- 2 informantes com **8ª série**;

Faixa etária 3 (acima de 60 anos):

- 2 informantes **iletrados**;
- 2 informantes com **4ª série**;
- 2 informantes com **8ª série**;

A amostra que constitui a base empírica dos dados a serem analisados nesta pesquisa compõe-se, assim, de um total de 18 entrevistas, com falantes tanto do sexo masculino, quanto do feminino. Embora a variável **sexo** não tenha sido pensada e proposta como um fator significativo para a produção do fenômeno em estudo, procurou-se, na organização da amostra, buscar um informante de cada sexo para compor cada célula em particular. No entanto, a dificuldade de se encontrarem informantes do sexo

masculino que consentissem em dar entrevista não permitiu que esse critério fosse seguido à risca. Sendo assim, na medida do possível, as células contemplam a fala de um homem e de uma mulher; em alguns casos, duas mulheres compõem a mesma célula.

Um outro obstáculo a ser vencido na coleta dos dados consistiu na dificuldade de se encontrarem jovens não-escolarizados. Tendo sido feita a opção por uma amostra representativa da área urbana, a possibilidade de serem localizados informantes totalmente desprovidos de instrução letrada tornou-se muito remota. Essa foi uma das razões que desencadeou tantos deslocamentos até à comunidade pesquisada, tornando a coleta de dados uma etapa bastante prolongada.

As entrevistas foram todas realizadas na residência dos informantes e foram conduzidas pela própria pesquisadora, muitas vezes acompanhada pela pessoa que serviu de intermediária entre pesquisadora e entrevistado. Uma estratégia usada para fazer a primeira aproximação e dar início à entrevista consistiu em um breve esclarecimento, por parte da pesquisadora, quanto ao tipo de interesse que motivou a entrevista e a necessidade de gravação em áudio para posterior escuta. Foi dito aos informantes que estava sendo realizado um trabalho sobre a região de Cuiabá, por isso era necessário conversar com pessoas de várias idades nascidas e criadas naquela região que soubessem falar sobre a cidade, a vida em Cuiabá, os costumes locais etc. Ficou esclarecido, também, que não se tratava de um trabalho jornalístico, e que, portanto, nem as informações, nem o nome dos entrevistados seriam divulgados em meios de comunicação. A necessidade de registrar as entrevistas por meio de gravação foi justificada pela dificuldade da pesquisadora de reter todas as informações que seriam importantes para a posterior realização do seu trabalho.

Feitos estes esclarecimentos iniciais, as entrevistas se processavam em um tom de bastante informalidade. Para todas as gravações, foram utilizados um microgravador **AIWA**, modelo **TP - VS480** e um microfone de lapela de tipo profissional marca **LE SON**, modelo **ML - 70/70-D**.

A estratégia adotada para o afloramento do vernáculo foi, de acordo com a sugestão de Labov, a proposta de temas que envolvessem narrativas de experiência pessoal vividas pelo informante. Seguindo a sugestão de Tarallo (1986), a palavra **língua** foi evitada de todas as formas, a fim de impedir que o entrevistado concentrasse sua atenção no seu próprio modo de falar. Fatos do passado, situações de dificuldades que foram vivenciadas pelo informante constituíram o tema mais frequente das entrevistas. Nesse sentido, vale destacar que os cuiabanos, de modo geral, gostam de conversar. Especialmente os mais idosos sentem-se orgulhosos em falar de Cuiabá dos tempos antigos, descrever as ruas, as praças, a vida tranqüila. Um tema de sabor especial para eles é falar das festas típicas de São Benedito e do Senhor Divino, bem como das danças folclóricas do **siriri** e do **cururu**. Recordam-se com facilidade da época (a partir de 1960) em que Cuiabá começou a receber migrantes de várias regiões do Brasil, do desenvolvimento repentino causado por essa migração e do modo como sua vida foi sendo modificada, muitas vezes de modo hostil, pela presença de tantas culturas estranhas ao seu *modus vivendi*, então bastante provinciano. Quanto aos informantes jovens, estes comportam-se de modo bastante diferenciado. Por não terem vivido este momento de transformações bruscas por que passou Cuiabá, sobretudo no início dos anos setenta, após a divisão do então Estado de Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não trazem consigo o sentimento de invasão, nem o de perda do que era antes. Falam do momento atual, do que gostam de fazer como lazer, do que vivem agora e de suas expectativas para o futuro. Quanto mais jovem o informante, mais difícil fazê-lo falar espontaneamente. As entrevistas com informantes jovens na faixa dos 16/17 anos não ultrapassaram quinze a vinte minutos de duração. Por esta razão, foram selecionadas para compor a amostra as entrevistas com jovens acima de 18 anos, com os quais a conversa fluiu de modo mais espontâneo durante um tempo mais longo.

O *corpus* da pesquisa contém 882 dados. O levantamento das ocorrências do fenômeno analisado foi feito a partir da transcrição ortográfica das entrevistas. Nessa transcrição, procurou-se preservar, ao máximo, as características tanto da língua falada,

de modo geral, como as da fala do informante, principalmente as que tipificam o dialeto da baixada cuiabana. As transcrições foram todas conferidas pela pesquisadora e rigorosamente observadas no que diz respeito à concordância de gênero e às retomadas pronominais.

3.2.3 As hipóteses de trabalho e os grupos de fatores:

Com base no meu conhecimento empírico da comunidade investigada, formulei a hipótese de que a variedade lingüística da baixada cuiabana encontra-se em fase adiantada de mudança lingüística no sentido da perda de vários traços típicos. Muitos desses traços são estigmatizados e vêm sendo substituídos por formas portadoras de maior prestígio.

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, a expectativa é a de que falantes mais idosos e de menor grau de escolaridade tendem a apresentar uma maior frequência de variação na concordância de gênero do que falantes mais jovens e de maior grau de escolaridade. Encontravam-se, assim, definidas, desde o início da composição da amostra, as duas **variáveis sociais** que seriam avaliadas em relação à produção do fenômeno em estudo: **faixa etária**, contemplando três gerações, e **grau de escolaridade**, abrangendo três diferentes níveis, a saber: falantes não-escolarizados, falantes com escolarização até 4ª série do nível fundamental e falantes com escolarização de 5ª a 8ª série.

A definição das **variáveis lingüísticas**, por outro lado, foi um processo mais lento, que foi sendo elaborado, revisto e aperfeiçoado gradativamente.

Em uma análise preliminar dos dados, durante o processo de composição da amostra, um aspecto se destacou: a frequência com que a retomada pronominal pela forma masculina era efetivada tanto com antecedentes constituídos por um nome com o traço [inanimado], quanto com antecedentes constituídos por nomes próprios.

A literatura que trata dos diferentes sistemas de gênero presentes nas línguas, em especial o trabalho de Corbett (1991), revela que, entre os principais fatores de ordem semântica que orientam a distribuição de nomes em classes de gênero, encontram-se noções como **sexo, animacidade e racionalidade**. Entre as muitas línguas investigadas por Corbett, encontram-se, por exemplo, o **Zande**, uma língua do tronco Niger-Congo, falada principalmente no Zaire, cujo sistema de atribuição de gênero baseia-se nas distinções semânticas **humano/ animal/ resíduo** (1991:14); a língua algonquina **Ojibwa**, falada em alguns estados do norte dos Estados Unidos, com dois gêneros, **animado e inanimado** (Op. cit. p. 20).; e a língua **Lak**, do norte do Cáucaso, com quatro gêneros, a saber: (I) **machos racionais**, (II) **fêmeas racionais**, (III) **animados irracionais** e alguns **inanimados** e (IV) **resíduos** (p.25). A animacidade é proposta como uma hierarquia de traços em que o **humano** preenche o ponto mais alto da escala (Comrie, 1996). Mesmo quando se trata da referencialidade da 3ª pessoa, que é considerada a não-pessoa, a hierarquia da animacidade evidencia ter o seu lugar. Dixon (1979), por exemplo, em relação à referencialidade da 3ª pessoa, propõe uma distinção hierárquica entre humanos referidos por nomes próprios > humanos referidos por nomes comuns > animais de grande porte > outros animais > inanimados.

Um fato contrastante na nossa análise preliminar dos dados é que, em princípio, a presença do pronome masculino na retomada de nomes femininos parecia estar sendo favorecida pelos dois pontos extremos da escala de animacidade: humanos referidos por nomes próprios e inanimados. Uma observação de outras construções do falar cuiabano, também presentes na fala dos nossos informantes, em que a variação de gênero ocorre no sintagma nominal, foi decisiva para a formulação da hipótese de que nomes com o traço [inanimado] estariam favorecendo a ocorrência da retomada pronominal pelo anafórico masculino. As construções referidas incluem sintagmas formados por Nome e Adjetivo, como "**barba branco**" (FEL, 84, I), "**água morno**" (GIG, 39, 5s), "**noite intero**" (IRA, 75, 4s) e "**a carne frito**" (MIN, 44, I). Em todas elas, há nomes que possuem o gênero feminino inerente e apresentam o traço semântico

[inanimado]. Com base nessas observações, decidi postular a hipótese de que o anafórico masculino é usado, com frequência, para retomar nomes femininos que apresentam o traço [-humano, -animado]. Foi elaborado, então, um grupo de fatores para avaliar o efeito do grau de animacidade do referente sobre a presença do pronome **ele**. Os dados foram codificados em [+humano, -nome próprio], [+humano, +nome próprio], [-humano, +animado] e [-humano, -animado].

Durante a codificação dos dados quanto ao grau de animacidade do referente, um novo aspecto se destacou: uma grande ocorrência de nomes de animais que estavam sendo personificados em histórias e narrativas também parecia favorecer a retomada pelo anafórico masculino. Foi acrescentado, então, ao grupo acima, o fator [-humano, +animado, +personificado]. Vejam-se, a seguir, os exemplos que ilustram esse grupo de fatores:

[+humano, +nome próprio]

(1) **MARIA** é a palma da minha mão, se **ELE** sai daqui, quebra uma perna meu.
(DOM, 76, I)

(2) Contei pa **DONA ERZA** porque **ELA** que era mia patroa.
(DOM, 76, I)

[+humano, -nome próprio]

(3) Tinha **UMA SENHORA** vizinho, **ELE** era este:: desquitado.
(FEL, 84, I)

(4) Tinha receio d'eu abandoná **ELA** [a namorada].
(FEL, 84, I)

[-humano, +animado]

(5) Um dia tava entrando **UMA COBRA** lá dentro, a gente tava assistindo, quando vê **ELE** vinha entrando, sabe.

(BEN, 41, 3s)

(6) A PIRANHA é mais boa ensopada, né, que ELA é seca.

(EIA, 18, 4s)

[-humano, +animado, +personificado]

(7) A SA CANDIMBA [a lebre] foi embora na casa da noiva, a noiva foi encontrá co ELE.

(DOM, 76, I)

(8) Aí que ELA [Sa Candimba] chegô, muntô na sa onça e foi pa casa dele.

(DOM, 76, I)

[-humano, -animado]

(9) Tira, putcha A BRASA, apaga, djoga na água, né, aí, num demora ELE tá fria.

(CLN, 75, I)

(10) ESSA BANANA MARIQUITA é só crua, ELA num frita.

(MIN, 44, I)

Uma segunda variável linguística estabelecida, **função sintática do anafórico na sentença**, foi proposta com o objetivo de avaliar se o maior ou menor encaixamento do SN pronominal na estrutura sintática exerceria alguma influência sobre a frequência de uso da forma **ele**. Em trabalhos anteriores sobre a variação na concordância de gênero em outras variedades do português do Brasil (Lucchesi & Macedo, 1997 e Lucchesi, 2000 [inédito]), esta variável também foi testada, tendo sido obtidos resultados distintos. No trabalho de Lucchesi & Macedo (1977), em que se examina a variação na concordância de gênero no SN em construções do português de contato do Alto Xingu, ficou confirmada a hipótese dos autores de que os SN's preposicionados são os que mais favorecem a realização plena da concordância de gênero. No trabalho de Lucchesi (2000), sobre a concordância de gênero no dialeto de Helvécia, a análise realizada não corrobora os resultados encontrados em Lucchesi e

Macedo (1997) e o autor conclui que nem a função sintática do SN na estrutura da sentença, nem a posição do SN em relação ao verbo (mais à esquerda ou mais à direita) não exercem nenhum papel relevante na realização plena da concordância de gênero no sintagma nominal.

No caso do dialeto da baixada cuiabana, em que foram examinadas as relações entre um pronominal e seu antecedente, definimos, inicialmente, duas hipóteses. A primeira delas decorre dos resultados alcançados por Lucchesi e Macedo (1997), e visa a verificar se funções preposicionadas tenderão a desfavorecer a presença do pronome **ele**, realizando a concordância do português padrão. A segunda decorre da suposição de que a posição de sujeito, que constitui a posição menos encaixada na estrutura sintática, favorecerá a presença da forma **ele**. Para a composição desta variável, utilizei, preferencialmente, a classificação tradicional, de modo que ficaram estabelecidas as seguintes funções sintáticas: sujeito, tópico, objeto direto, objeto indireto, adjunto e predicativo. Vejam-se os exemplos a seguir:

[sujeito]

(11) Eu tinha **UMA NAMORADA** lá no sítio, nós era de um sítio só, (...) e **ELE** encarnou no mim.

(FEL, 84, I)

(12) Eu cunvidei **ELA** [a namorada] pra nós negociá, **ELA** falô que, na festa, não.

(FEL, 84, I)

[objeto direto]

(13) Ter **UMA CRIAÇÃO** pra dar? Pra quê, né? Então não cria **ELE**.

(GIG, 39, 5s)

(14) E bunitona, tratava **ELA** [a mulher] de Nega, nome **DELA** era Deolinda.

(FEL, 84, I)

[tópico]

(15) **MIA MÃE** sofreu muito em vida, na matéria, e **ELA**, eu num queria que ela sofresse. **ELA**, como espírito, ela ia sofrê.

(IRA, 75, 4s)

(16) **BANANINHA**, dia que Rafael vim ele panha, porque **ELE**, co esse frio, **ELE** custa a madurar.

(IRA, 75, 4s)

[objeto indireto]

(17) Pode pôr aí chácara **NOSSA SENHORA DA GUIA**, porque ela que me guia (...) tudo que eu peço pra **ELA**, dá certo.

(IRA, 75, 4s)

(18) Eu digo a **ELES** [às pessoas], o que que vocês têm?

(ELN, 39, 4s)

[adjunto]

(19) Se for sair, tem que sair com **ELA** [a namorada].

(EDV, 18, 6s)

(20) Eu nunca achei **SANGRA D'ÁGUA**. Diz que ele é uma árvore que, senhora bateu faca **NELE**, pode aparar o sangue de Cristo...

(ELN, 39, 4s)

[predicativo]

(21) Aí, sabem que é **ELA**, né [uma onça] .

(ELN, 39, 4s)

(22) Siriri é lá com **DOMINGA**, né, cururu e siriri é com **ELE** lá, né.

(CLN, 75, 1)

Como se pode ver, pelos exemplos acima, a variação na concordância de gênero, na relação anafórica, ocorre nas mais variadas funções sintáticas.

A partir de uma reflexão sobre a realização gramatical da categoria de gênero em português, manifestando-se tanto por meio de processos flexionais do nome, quanto pela determinação do artigo anteposto ao nome, foi proposta a **variável natureza morfológica do antecedente**, a fim de avaliar se nomes que apresentam uma marca morfológica de gênero estariam interferindo, de algum modo, na escolha do pronome. A esse respeito, vale considerar a seguinte observação de Rocha (1998:196):

“É preciso considerar, no entanto, que apenas uma parte insignificante dos substantivos (aqueles que se referem a seres sexuados), pode receber uma marca morfológica distintiva de gênero (*gato/gata, abade/abadessa* etc.). Segundo pesquisas já realizadas (Rocha, 1981), 95% dos substantivos referem-se a seres não-sexuados e 4,5% a seres sexuados. Mesmo assim, desses 4,5%, nem todos recebem uma marca morfológica de gênero, como *criança, cônjuge, homem, jacaré, selvagem* etc. A quase totalidade dos substantivos em português não apresenta uma marca morfológica de gênero, ou seja, a quase totalidade pertence a um gênero único (...)”.

De acordo com esta variável, os nomes na posição de antecedentes foram distribuídos em duas classes: **nome variável** e **nome de gênero único**. Foram considerados nomes variáveis todos os que apresentam flexão de gênero, seja no radical da própria palavra, como **menino/menina, gato/gata**, seja na flexão do determinante anteposto, como em **o artista/ a artista, o motorista/ a motorista**. No rol dos nomes invariáveis constam todos os nomes sem flexão, que possuem gênero único, como os **sobrecomens**, os **epícenos**, os **heterônimos** e todos os nomes que designam seres inanimados. A hipótese que motivou a escolha deste grupo de fatores é a de que um paralelismo gramatical estaria atuando no sentido de que nomes que não apresentam flexão de gênero (e nesse caso estão incluídos os inanimados que encaixam-se na hipótese mais geral) estariam favorecendo o uso de **ele**. Ou seja, nomes que não apresentam marcas de flexão de gênero tendem a favorecer a retomada pela forma não-

marcada do pronome. Vejam-se, a seguir, os exemplos de construções que ilustram essa variável:

[nome de gênero único]

(23) **ÁGUA DE MANDIOCA**, **ELE** mata carregador, o formigueiro que corta a pranta..

(ELN, 39, 4s)

(24) Ocê vai embaixo D' **UMA ÁRVORE**, **ELA** é sua amiga, sua cumpanhera, ocê vai e conversa com **ELA**.

(IRA, 75, 4s)

[nome variável]

(25) Tem **MINHA MENINA** que **ELA** não gosta, **ELA** é muito caseiro, sabe.

(BEN, 41, 3s)

(26) Muita vei eu tenho que trabalhar e vou deixar **MINHA FILHA** sozinha, **ELE** vai pegar amizade, né.

(CID, 31, 5s)

Os exemplos (23) e (24) acima têm em comum o fato de que os nomes que figuram como antecedentes dos pronomes referem-se a seres inanimados e não apresentam flexão de gênero, por se tratar de nomes de gênero único. Mas em (24) está presente um outro mecanismo de marcação de gênero em português, que é a presença do artigo feminino **uma** anteposto ao núcleo **árvore**.

Uma revisão da literatura relativa à marcação de gênero em português revela haver consenso entre os estudiosos da língua (Câmara Jr. 1972 e 1977; Mattos e Silva, 1994) quanto ao fato de que, no português padrão, o mecanismo básico de indicação do gênero dos nomes não é a flexão, mas, sim, o artigo que os determina. Câmara Jr. (1972: 121) defende claramente a posição de que, em português, não é a flexão que indica o gênero do substantivo, pois, "com efeito, quer apareça, quer não

apareça a flexão, todo nome, em cada contexto, será imperativamente masculino ou feminino". O mesmo autor, no mesmo trabalho (p.121), observa ainda que

“as línguas românicas introduziram muito maior nitidez nesse mecanismo de seleção do modificador, como índice do gênero de um substantivo, com a criação do modificador nominal por excelência, que é o artigo. Essa partícula tem a flexão de gênero, opondo uma forma feminina a outra masculina, e pela sua presença, atual ou em potencial, numa ou noutra forma, define claramente o gênero do substantivo a que modifica”.

Rocha (1998: 197) também defende que "o gênero do substantivo em português é caracterizado por um determinante flexionado. Trata-se de uma relação sintática".

Sendo assim, seguindo o mesmo raciocínio que nos levou a propor a variável natureza morfológica do antecedente, foi estabelecida a variável linguística **presença x ausência de determinante junto ao antecedente**. A hipótese que subjaz à proposição desta variável é a de que, sendo o artigo (determinante) o marcador por excelência de gênero nos nomes portugueses, sua presença junto ao antecedente do anafórico, explicitando o gênero feminino, é um fator desfavorável à presença do pronome **ele** na construção. Na mesma linha, a ausência de artigo junto ao antecedente, fato muito comum no dialeto da baixada cuiabana, como se vê em (23), ou a presença de um determinante masculino tenderão a favorecer a retomada pelo pronome **ele**. Esta variável ficou composta dos seguintes valores: presença de determinante feminino, presença de determinante masculino e ausência de determinante. Vejam-se os exemplos a seguir:

[presença de determinante feminino]

(27) **ESSA CASA** aqui diz que tem:: , eu num acreditei, mas **ELA** acho que tem mais de cem ano.

(GIG, 39, 5s)

(28) **AS PARTEIRA** fazia o parto e aí **ELES** tinha que fazê aquela tar de garrafada.

[presença de determinante masculino]

(29) **TUDO ESSES BARRACA AÍ ELES** fazem domingueira.

(FRA, 40, I)

[ausência de determinante]

(30) **RAIZ DE SÃO JOÃO** curtido na pinga, esse eu usei **ELE**.

(FEL, 84, I)

(31) **ORAÇÃO DE SÃO GREGÓRIO**, eu só sei **ELA** de livro na mão.

(ELN, 39, 4s)

Em relação ao fator **presença de determinante masculino** junto a um antecedente constituído por um nome classificado como feminino, no português padrão, só foi encontrada uma única ocorrência, em todo o *corpus*, exemplificada em (29) acima. Do ponto de vista quantitativo, a presença de uma única ocorrência de determinante masculino junto ao antecedente do anafórico inviabiliza a avaliação do efeito deste fator na retomada pronominal, pelo Programa de Regras Variáveis. Por esta razão, este dado foi isolado das futuras rodadas do Programa e o fator **presença de determinante masculino** foi retirado do grupo, permanecendo apenas os fatores **presença de determinante (feminino)** e **ausência de determinante**.

Essas quatro variáveis lingüísticas, (i) grau de animacidade do referente, (ii) função sintática do anafórico na sentença, (iii) natureza morfológica do antecedente e (iv) presença x ausência de determinante junto ao antecedente, juntamente com as variáveis sociais **faixa etária** e **grau de escolaridade**, formaram, então, o primeiro conjunto de variáveis a serem avaliadas na produção do fenômeno em estudo.

Com este quadro de variáveis, foram codificados os dados disponíveis até um dado momento da composição da amostra e procedeu-se, então, às primeiras análises do programa de Regras Variáveis. Os resultados parciais dessas primeiras análises permitiram que novos aspectos fossem evidenciados. Entre eles se destacavam observações relativas ao tipo de referência que estava sendo feita pelo falante nas construções analisadas³¹. Motivada por essas novas observações, foi proposta a variável **tipo de referência do antecedente**.

Mira Mateus et alii (1994), ao tratarem dos mecanismos de referência na língua portuguesa, distinguem o uso referencial e o uso genérico dos nominais. Segundo essas autoras, "uma expressão de uma dada língua natural, quando usada num dado contexto comunicativo, tem **um dado significado e um dado valor referencial**" (Op. cit. p.51). Este valor referencial decorre do fato de **os nominais (substantivos**, na tradição gramatical), apresentarem, do ponto de vista semântico, "um **potencial de referência**, i.e., por serem, em geral, utilizados numa situação concreta de comunicação, com uma função designatória ou de nomeação" (Mira Mateus et alii, 1994: 53).

Quando, em seu uso, os nominais referem-se a um único objeto identificado, individualizando-o em relação ao conjunto de todos os objetos que se definem pela propriedade de 'ser x' (p.ex. 'ser casa', 'ser livro', 'ser criança' etc), diz-se que eles apresentam **descrições definidas** e seu uso característico é chamado **uso referencial**. As línguas, de modo geral, possuem certas formas que realizam as operações de determinação e de individuação, chamadas **expressões de individuação**, tais como os artigos definidos, os possessivos, os demonstrativos e também os pronomes pessoais e os nomes próprios. Estes últimos, segundo os autores, apresentam um referente sempre fixo e determinado, que se pressupõe ser identificável tanto pelo falante como pelo ouvinte (Mira Mateus, 1994:55-56). Com isso, pode-se dizer que seu uso mais característico é o

³¹ Agradeço esta contribuição à professora e colega do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula da UnB, Heloísa M. Salles, que me alertou para o aspecto da referência genérica nas construções do falar cuiabano.

referencial. Os nomes ditos **comuns**, por outro lado, nem sempre são usados com uma referência específica, individualizando objetos no conjunto dos que lhe são semelhantes. Podem, com frequência, apresentar um uso não-específico, ou seja, **sem uma referência** definida, mesmo que estejam acompanhados de expressões de **individuação** como os artigos definidos. Trata-se dos casos em que a expressão nominal refere-se não a um objeto único identificado, mas ao conjunto de um dado objeto encarado na sua totalidade. Em casos como este, o artigo que acompanha o nome funciona como uma **expressão de quantificação universal** e caracteriza o **uso genérico** dos nominais.

Para ilustrar estes dois diferentes usos dos nominais, Mira Mateus et alii oferecem os seguintes exemplos:

(a) Uso referencial

Não sei do livro que andava a ler. Por acaso não o viste?

O teu livro está em cima da mesa.

(Op. cit. p.61)

(b) Uso genérico

As baleias são mamíferos.

O pardal é uma ave.

(Op. cit. p.67-68)

Moura Neves (2000: 392-463) também discorre sobre a ocorrência, na língua portuguesa, de **sintagmas referenciais genéricos**, cuja referencialidade diz respeito a toda uma classe de pessoas, coisas ou sistemas, bem como sobre a propriedade dos pronomes pessoais, em especial os de terceira pessoa do plural, de fazerem referência genérica.

Isto posto, ficou estabelecida a variável **tipo de referência do antecedente** com dois fatores: referência genérica e referência específica. Com esta variável, objetivou-se avaliar se o tipo de referência (genérica ou específica) que estava sendo feita

pelo falante nas construções em que o nome antecedente está presente favorece, de algum modo, o uso de **ele**. A expectativa era a de que a referência genérica tenderia a favorecer a retomada por **ele**. Câmara Jr. (1977) argumenta que, do ponto de vista semântico, o **masculino** é a **forma não-marcada** do português, enquanto o **feminino** indica uma especialização ou uma particularização do masculino. O alerta de Câmara Jr. diz respeito ao fato de que, em português, a forma usada, quando se deseja fazer uma referência genérica, é a forma masculina. Martin (1975) também argumenta a favor da idéia de que o masculino é a forma não-marcada do português. Este autor chega até mesmo a propor que, em português, não há propriamente lugar para se falar em oposição masculino x feminino, mas, sim, em **forma marcada** *versus* **forma não-marcada**. Para ele esta é a verdadeira distinção que se pode estabelecer em nossa língua. Portanto, há razões, na literatura que trata do gênero gramatical em português, para se esperar que, na variedade da baixada cuiabana, a forma **ele** tenda a figurar, com mais frequência, nos contextos de referência genérica.

A seguir, encontram-se exemplos de construções que ilustram esta variável lingüística.

[referência específica]

(32) **MINHA MÃE** chamava Maria Bernarda de Campos, aí **ELE** casô co papai, Figueredo, e passo o nome **DELA** co nome de papai.

(DOM, 76, I)

(33) Quase todo mundo em Cuiabá tem essa oração, é magnífica, (...)aonde tem **ESSA ORAÇÃO** é muito difícil sê atingido por ladrão, época de tempestade, temporal, tudo, **ELA** é próprio pra isso.

(IRA, 75, 4s)

(34) Aí embaixo tem **UMA MENINA** que **ELA** desistiu tamém. Na sexta-feira **ELA** desistiu.

(MIG, 21, I)

[referência genérica]

(35) BANANA ROXA tem ELE aí tamém.

(MIN, 44, I)

(36) É feito com A MANDIOCA. Conzinha ELA, rela ELA e faz aquele bolo,
dá aquele bolinho bem fofinho.

(MIN, 44, I)

(37) Se A PESSOA já vem com aquela intenção de não respeitar você, você
mostra que respeita ELE.

(DAT, 63,7s)

Um outro aspecto que também se mostrou significativo para ser avaliado diz respeito à **distância** entre antecedente e anafórico. Uma observação crucial a respeito do pronome pessoal anafórico consiste no fato deste poder ocorrer em uma sentença que não é a que contém o seu antecedente. Aliás, antecedente e anafórico ocorrem, com frequência, em sentenças distintas. Esta propriedade de os pronomes pessoais anafóricos poderem ocorrer em uma outra sentença, que não a do seu antecedente, permite que eles figurem em posições muito distantes do elemento que, em geral, controla a concordância de gênero e número (Corbett, 1979 e 1991). Segundo Corbett, uma possível consequência desse distanciamento é a discordância do anafórico em relação ao gênero e ao número de seu antecedente. Corbett (1979) observa, também, que, em muitas línguas, alguns itens lexicais permitem formas alternativas de concordância em determinadas posições sintáticas. O autor propõe então uma **hierarquia de concordância**, que funciona como uma medida de **distância sintática** entre os elementos que controlam a concordância (o controlador) em uma dada estrutura sintática e as formas que exibem as marcas dessa concordância (os alvos)³². Esta hierarquia é constituída por quatro posições que são passíveis de exibir marcas de concordância:

³² Estou usando aqui expressões correspondentes às usadas por Corbett (1991), a saber: "controller gender", o controlador de gênero, e "target gender", os alvos que manifestam a concordância. A esse respeito, veja-se também Rosa (2000).

Atributo < predicativo < pronome relativo < pronome pessoal

As diferentes posições dessa hierarquia representam um aumento da distância sintática entre o alvo de concordância e o controlador. O padrão de concordância é definido pelo seguinte princípio (Corbett, 1979:204)³³

“a possibilidade de concordância sintática diminui de modo uniforme da esquerda para a direita. Quanto mais um elemento estiver à esquerda da hierarquia, maior é a possibilidade de ocorrer a concordância sintática; quanto mais à direita, maior é a possibilidade de concordância semântica”.

Como se vê, o pronome pessoal ocupa um lugar muito específico na hierarquia de concordância, a posição mais à direita, o que lhe permite estar bastante distanciado do elemento com o qual deve concordar. Em termos de estrutura sintática, Corbett (1979: 216) observa que é importante considerar que a concordância do atributo representa uma relação de concordância interna ao SN; a do predicativo vai além do SN, mas permanece no nível da oração; a do pronome relativo ultrapassa os limites da oração, mas fica restrita à sentença. A do pronome pessoal, por outro lado, não se restringe nem mesmo à sentença. Este distanciamento, segundo Corbett, favorece a ocorrência de uma concordância preferencialmente com os traços semânticos do referente e não com traços sintáticos.

Conforme visto na seção 2.2, no segundo capítulo, em um trabalho em que discutem os mecanismos de controle da anáfora pronominal, Tasmowski-De Ryck & Verluyten (1985) analisam alguns dados do francês que envolvem nomes morfologicamente pertencentes a um gênero único, cuja referência pode abarcar ambos

³³ No Original, "The possibility of syntactic agreement decreases monotonically from left to right. The further left an element on the hierarchy, the more likely syntactic agreement is to occur, the further right, the more likely semantic agreement.

os sexos, como ocorre, por exemplo, com *le ministre* ('o ministro') e *la victime* ('a vítima'). Os autores observam que itens lexicais deste tipo são retomados ora pela forma masculina *il* ('ele'), ora pela forma feminina *elle* ('ela'), e concluem, tal qual Corbett, que a proximidade entre antecedente e anafórico favorece a concordância gramatical e a distância entre esses elementos favorece a concordância semântica, ou seja, a concordância com o sexo do referente.

Embora a **hierarquia de concordância** proposta por Corbett refira-se à **distância sintática** entre os elementos da sentença, o autor (1979:220) não descarta também a possibilidade de se examinar o efeito da **distância real** entre os elementos concordantes como um outro fator interveniente na relação de concordância³⁴. O princípio que orienta a avaliação da distância real entre os elementos é o mesmo que norteia a distância sintática, ou seja, quanto maior a distância entre os elementos concordantes e o controlador, menor é a possibilidade de concordância sintática e maior a possibilidade de concordância semântica.

A fim de avaliar os possíveis efeitos do distanciamento antecedente/anafórico na realização da concordância de gênero no falar cuiabano, foi proposta uma variável para controlar a distância real entre esses elementos na fala do informante. A variável **distância entre antecedente e anafórico** foi composta pelos seguintes fatores: (i) anafórico/antecedente na mesma oração; (ii) antecedente na oração imediatamente precedente à do anafórico; (iii) antecedente na fala do pesquisador; (iv) anafórico e antecedente separados por duas orações na mesma seqüência³⁵; (v) anafórico e antecedente separados por mais de duas orações na mesma seqüência; (vi) anafórico e antecedente separados por *n* orações em seqüências distintas. Vejam-se, a seguir, os exemplos que ilustram este grupo de fatores:

³⁴ Corbett (1979:218) afirma que "the agreement hierarchy is certainly not the only factor which determines agreement" e que "Another factor which several researchers have noted is the actual distance between agreeing element and controller" (p.220).

³⁵ Estou considerando como uma seqüência cada trecho correspondente à fala ininterrupta do informante. Havendo mudança de turno do informante para a pesquisadora, muda também a seqüência.

[antecedente na mesma oração]

(38) **ESSA CASA AQUI, ELA** fica um pouco isolada do vizinho.

(GIG, 39, 5s)

[antecedente na oração imediatamente precedente]

(39) **AS PARTEIRA** fazia o parto e aí **ELES** tinha que fazê aquela tar de garrafada.

(GIG, 39,5s)

[antecedente e anafórico separados por duas orações]

(40) Nós conhece **FLOR-DE-SANTA CRUZ**, porque quando chega em maio, tá **ELES** sortano as frores.

(ELN,39, 4s)

[antecedente e anafórico separados por mais de duas orações]

(41) **MINHA MÃE** mora lá, só que ela...nóis mora quase tudo pra cá, sabe. Nós samo dez irmão, aí nós moramo tudo pra cá, só uma irmã minha que mora lá. Aí, meu pai, vai fazê dois anos que morreu, aí **ELA** [a mãe] nem fica, fica mais pra cá com a gente.

(BEN, 41, 3s)

[antecedente na fala do pesquisador]

(42) P_ **AS CRIANÇAS** já sabem fazer [chá anti-gripe]?

E_ **ELES** sabem, **ELES** sabem tratar de si. Se eu deito doente, **ELES** sabem tratar de mim. É por isso que eu tenho esse amor infinito nas minhas criança.

(ELN, 39, 4s)

[anafórico/antecedente em seqüências distintas]

(43) E_ A mia **MINHA MÃE** era:: era filha de índio.

P_ Sua mãe era filha? O seu avô era índio?

E_ Meu, meu, minha avó. É que a mãe **DELA** [da mãe] que era índia. Foi pego, diz, segundo que **ELA** [a mãe] contava né, diz que **ELA** foi pego já é:: uma minina mais ou meno (...)

(MIS, 64, 4s)

Um último aspecto que foi observado a partir dessa análise preliminar diz respeito às características dos informantes. Os resultados da análise inicial permitiram visualizar uma tendência de alguns usos específicos se concentrarem mais em alguns grupos de informantes do que em outros. Por exemplo, quanto ao primeiro grupo de fatores, **grau de animacidade do referente**, os dados caracterizados pelos traços [+humano,+nome próprio] e [-humano,+animado,+personificado] estavam concentrados na faixa dos informantes idosos com baixa escolaridade. Isso nos levou a propor um último grupo de fatores para identificar cada informante individualmente. Com este novo grupo, objetivava-se avaliar a existência ou não de diferenças significativas no comportamento lingüístico dos informantes. Sendo assim, à análise inicial foram acrescentadas mais três variáveis, a saber: **tipo de referência do antecedente**, **distância entre antecedente e anafórico** e **identificação do informante**. Na seção que se segue, apresento e discuto os resultados da etapa final de análise com todos os grupos de fatores.

3.2.4. Resultados da análise quantitativa da variação na concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana

Uma vez estabelecidos todos os grupos de fatores, procedeu-se a uma primeira análise geral, na qual o programa VARBRUL selecionou, como estatisticamente relevantes, as seguintes variáveis: (i) **grau de animacidade do**

referente, (ii) tipo de referência do antecedente, (iii) distância entre antecedente e anafórico, (iv) natureza morfológica do antecedente, (v) grau de escolaridade, (vi) faixa etária e (vii) presença x ausência de determinante junto ao antecedente.

Para a discussão dos resultados finais, proponho que sejam examinadas primeiramente as variáveis lingüísticas e, posteriormente, as variáveis sociais.

3.2.4.1 A análise das variáveis lingüísticas

Considerando a hipótese inicial de que nomes com o traço [inanimado] favoreceriam a retomada pelo pronome **ele**, a seleção da variável **grau de animacidade do referente** como primeira variável significativa na produção do fenômeno em estudo gerou uma expectativa quanto à confirmação da hipótese proposta. No entanto, isto não se deu propriamente nos termos esperados, pois os resultados relativos ao efeito deste grupo de fatores sobre o uso de **ele** sugeriram outra interpretação. Veja-se a tabela a seguir:

TABELA I

Efeito do grau de animacidade do referente sobre o uso do anafórico ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência Relativa | Peso relativo dos fatores |
|---------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| [+humano, +nome próprio] | 12/86 | 14% | 0,33 |
| [+humano, -nome próprio] | 96/483 | 20% | 0,50 |
| [-humano, +animado] | 25/86 | 29% | 0,30 |
| [-humano, -animado] | 100/174 | 57% | 0,44 |
| [-humano, +personificado] | 46/52 | 88% | 0,97 |
| TOTAL | 279/881 | 32% | 0,24 |

Ao apresentar, inicialmente, a descrição da variável **grau de animacidade do referente**, dissemos que a presença do pronome **ele** na retomada de nomes femininos parecia estar sendo favorecida pelos dois pontos extremos da escala de animacidade: humanos referidos por nomes próprios e inanimados. Esta foi a razão pela qual os dados foram codificados em [+nome próprio] e [-nome próprio]. No entanto, os resultados apresentados na tabela acima, não confirmam essa suposição inicial, no que diz respeito a humanos referidos por nomes próprios. Note-se que a medida, em pesos relativos, de (0,33) sugere justamente o contrário, isto é, um não-favorecimento de humanos referidos por nomes próprios na retomada por **ele**. O traço [+humano, -nome próprio], por sua vez, encontra-se em em ponto neutro, com peso relativo de (0,50), não tendendo nem a favorecer, nem a desfavorecer a retomada por **ele**. Por outro lado, havia uma expectativa de que o traço [-humano] favorecesse a retomada por **ele**, mas o peso relativo de [-humano, +animado], (0,30), é até mais baixo e tão desfavorecedor quanto o peso de [+humano, +nome próprio], com valor de (0,33). Além disso, as medidas referentes a [-humano, -animado], situação em que seria esperado o alto favorecimento de **ele**, embora apresentem o índice percentual de 57%, revelam peso relativo de (0,44), acima do peso de [+humano, +nome próprio], com (0,33), mas ainda abaixo de [+humano, -nome próprio], com (0,50).

Um último aspecto a ser destacado, que surpreende totalmente no que diz respeito aos resultados esperados para esta variável, são os valores apresentados para o traço [-humano, +personificado]. Em relação a estes últimos, a expectativa era a de que se comportassem como os dados com o traço [+humano], desfavorecendo a retomada pelo anafórico **ele**. No entanto, os resultados indicam que não só se comportam de modo diverso, mas também apresentam, em pesos relativos (0,97), o maior efeito sobre o uso de **ele**.

Um aspecto ainda mais problemático em relação aos dados com o traço [+personificado] consiste no fato de eles terem sido produzidos por um único informante, o que impossibilita saber se eles de fato constituem um fator pertinente na produção do

fenômeno em estudo, ou se se trata de uma característica do indivíduo. Este tipo de problema decorrente da falta de assimetria na distribuição dos dados gera o que Guy (1998) trata como sendo a não-ortogonalidade dos grupos de fatores. Segundo o autor (p.29), a não-ortogonalidade diz respeito a situações em que, devido a uma assimetria na distribuição dos dados, criam-se sub ou supercategorias na relação dos fatores uns com os outros. Guy (1998, p.30) adverte que:

“para as finalidades do programa Varbrul, não importa se tais não-ortogonalidades ocorrem por acaso (simplesmente porque você não coletou nenhuma ocorrência nos contextos de [ay] ou [bx]), ou por impossibilidade estrutural (porque [ay] e [bx] representam impossibilidades lógicas ou combinações que não ocorrem em sua língua)”.

O fato é que tais ocorrências devem ser cuidadosamente examinadas pelo pesquisador, sob o risco de falsearem os resultados da análise.

Estas observações induziram à suspeita de que os resultados relativos à variável grau de animacidade do referente estariam, de um certo modo, sendo falseados pela interferência dos índices relativos ao sub-grupo dos dados [-humano,+personificado]. Diante dessas considerações, decidi isolar esses dados das novas etapas da análise pelo VARBRUL a fim de confirmar se esta variável continuaria a ser selecionada como um fator condicionador estatisticamente relevante para a produção do fenômeno.

Mas, antes de passar aos resultados da nova etapa de análise, gostaria de registrar uma observação sobre o dialeto da baixada cuiabana referente ao uso de nomes de animais e nomes classificados como abstratos em contextos de lendas e histórias em que os seres ou entidades designados por estes nomes são personificados. No trabalho de Almeida (2000: 101-102), em que o autor analisa aspectos da fonologia do falar

cuiabano, encontra-se, na entrevista transcrita da fala de um dos informantes, o seguinte relato de uma estória em que um homem tenta driblar a morte:

- (1) “Esse cara fez uma trampolinagem com a morte, aí a morte falou: **o** rapaz, eu sou uma pessoa que, chegou dia certo, eu venho buscar **mesmo**, né, não tem nada. Ele [o cara] falou, nã:o, negócio garantido, pode **O SENHOR** vim. Então, chegou naquela época que ele [o cara] tinha combinado tudo com a morte, a morte veio, né, já faltava assim como um dia pra amanhã assim pra chegar. Ele [o cara] falou: ah, mas eu não quero ir ainda. A mulher dele falou: mas você garantiu pra **ELE** [a morte] que você ia, né? Ele falou: mas eu tô muito novo pra ir, né, não vou não, né, eu não vou , eu não vou. E aí a morte falou, a mulher falou: mas não vai ter jeito de você não ir porque **ELE** [a morte] vai te conhecer. Ele [o cara] falou: eu vou fazer uma trampolinagem pra **ELE** [pra morte]. Ele [o cara] foi num barbeiro, mandô tirar a barba e pelar a cabeça, rapar com lâmina, ficou careca. Ele era cabeludão,né, ajeitado, né, bigodudo...**ELE** [a morte] não vai me conhecer porque **ELE** conhece um cabeludo vai achar um careca, não vai mexer comigo, né?”³⁶

Nesta estória narrada por um dos informantes de Almeida, também um falante legítimo do falar cuiabano, a morte está personificada e, ao referir-se a ela na voz da outra personagem, o narrador usa o anafórico **ele** e também a expressão de tratamento **o senhor**. A presença deste tipo de ocorrência na fala de outros usuários do falar cuiabano, que serviram de informantes para outras pesquisas, sinaliza que esta pode ser, de fato, uma característica deste dialeto. Ocorre, porém, que, na amostra analisada nesta pesquisa, ela só se manifestou na fala de um único informante. Dito de outro modo, há indícios de que o contexto < referente[-humano, +personificado] > é um fator que

³⁶ Nas transcrições presentes no trabalho de Almeida (2000) não houve preocupação com a pontuação do texto oral. Ao citar, aqui, o texto transcrito em Almeida, decidi pontuá-lo para facilitar a compreensão.

favorece o uso da forma **ele**, independentemente do gênero gramatical do nome antecedente. Note-se que, na transcrição apresentada, o falante marca claramente o gênero gramatical de **morte**, antepondo-lhe sempre o determinante feminino **a**. Quanto a suas características pessoais, o informante de Almeida é um lavrador e charreteiro que sempre viveu onde nasceu, apresentava 53 anos na ocasião da entrevista e possuía instrução de nível primário incompleto. A informante desta pesquisa, em cuja fala encontramos os referentes [+personificados], também é idosa (76 anos), iletrada e, coincidentemente, é originária do município de Nossa Senhora do Livramento, o mesmo onde nasceu e vive o informante de Almeida. Não penso, porém, ser seguro afirmar que esta é uma característica específica da fala dos livramentenses. O fato é que, independentemente do município da baixada cuiabana de onde tenham se originado, quase todos os informantes desta pesquisa usam o pronominal **ele** na retomada de antecedentes femininos em vários outros contextos.

Retomando, então, a análise da variável grau de animacidade do referente, procedeu-se a uma nova etapa de análise, deixando fora da análise de pesos relativos os dados com o traço [-humano, +personificado]. Nesta, os mesmos grupos de fatores que haviam sido selecionados na análise anterior foram mantidos, mas não mais na mesma ordem. Os novos resultados apresentaram a seguinte ordenação: (i) tipo de referência do antecedente; (ii) distância entre antecedente e anafórico; (iii) grau de escolaridade; (iv) faixa etária; (v) natureza morfológica do antecedente; (vi) presença x ausência de determinante junto ao antecedente.

Como se vê, a variável grau de animacidade do referente, apontada, na etapa anterior, como primeiro grupo estatisticamente relevante, não foi mais selecionada nesta segunda etapa da análise. Quanto às outras variáveis, houve uma reorganização da sua ordem de seleção. A variável semântica tipo de referência do antecedente ficou na posição de primeira variável estatisticamente relevante, seguida da variável distância. As variáveis sociais grau de escolaridade e faixa etária apresentam-se em seguida, em

posição intermediária, e, por último, permaneceram as variáveis morfossintáticas natureza morfológica do antecedente e presença x ausência de determinante.

Com esta nova análise, os valores relativos aos fatores do grupo grau de animacidade apresentaram alterações muito pouco significativas, conforme ilustra a tabela a seguir³⁷:

TABELA II

*Efeito do grau de animacidade do referente sobre o uso de ELE
(sem os dados [-humano, +personificado])*

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|--------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| [+humano, +nome próprio] | 12/86 | 14% | (0,39) |
| [+humano, -nome próprio] | 96/483 | 20% | (0,55) |
| [-humano, +animado] | 25/86 | 29% | (0,35) |
| [-humano, -animado] | 100/174 | 57% | (0,50) |
| TOTAL | 233/829 | 28% | (0,21) |

De modo geral, foi mantida uma configuração semelhante à que se encontra na TABELA I, com pequenas alterações nos valores dos pesos relativos, em especial para o fator [+humano, -nome próprio], que passou a (0,55), e para o fator [-humano, -animado], que passou a (0,50). Observa-se que, mesmo não tendo sido selecionada, a variável não apresenta a hierarquia esperada. Os resultados dessa última análise indicam que os inanimados encontram-se no ponto neutro, não favorecendo nem a

³⁷ O uso dos parênteses nos valores expressos nesta tabela indica pesos relativos não selecionados pelo programa.

presença do anafórico masculino, nem a do feminino, o que refuta a nossa hipótese inicial de que o traço [-animado] estaria condicionando o uso do anafórico masculino.

A variável **tipo de referência do antecedente**, selecionada, nesta segunda etapa da análise, como a variável estatisticamente mais relevante, apresenta medidas sempre muito estáveis, tanto quando o grupo é mensurado isoladamente, quanto nas avaliações de seu efeito em conjunto com outras variáveis. Isto sinaliza que este é um grupo de fatores com efeitos muito fortes na produção do fenômeno em estudo. A expectativa que orientou a escolha dessa variável é a de que a referência genérica favoreceria a presença de **ele** na retomada de nomes femininos. Como ficou esclarecido na seção anterior, esta expectativa tem como base o fato de que, na língua portuguesa em geral, o masculino, que é a forma não-marcada, é também a forma usada para os casos em que se faz uma referência genérica (Martin, 1975, Câmara Jr., 1977). Os resultados relativos a esta variável podem ser visualizados na tabela abaixo:

TABELA III

Efeito do tipo de referência do antecedente sobre o uso do anafórico ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|-----------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Referência Específica | 76/589 | 13% | 0,34 |
| Referência Genérica | 157/240 | 65% | 0,84 |
| TOTAL | 233/829 | 28% | 0,21 |

Estes resultados confirmam a hipótese formulada para esta variável lingüística. Considerando ainda que as medidas relativas aos fatores que a compõem mantêm-se sempre muito estáveis, independentemente de haver uma avaliação de seus efeitos em conjunto com outras variáveis, é possível afirmar que a referência genérica

constitui o fator condicionador mais expressivo dos contextos favoráveis à retomada por ele.

A próxima variável selecionada como estatisticamente relevante foi a **distância entre antecedente e anafórico**. A hipótese subjacente à proposição desta variável assumia os resultados apresentados por Corbett (1979 e 1991) como garantidos também para o fenômeno em estudo nesta pesquisa, ou seja, quanto maior a distância entre antecedente e anafórico, menor a possibilidade de ocorrência de concordância sintática entre esses elementos (cf. seção 3.2.4). A seguir, encontram-se os resultados relativos a esta variável:

TABELA IV

Efeito da distância entre antecedente e anafórico sobre o uso de ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|--|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Antecedente na mesma oração | 3/14 | 21% | 0,50 |
| Antecedente na oração imediatamente precedente | 64/167 | 38% | 0,56 |
| Antecedente/anafór. separados por duas orações | 42/106 | 40% | 0,68 |
| Antecedente/anafór. separados por mais de duas orações | 58/183 | 32% | 0,60 |
| Antecedente e Anafórico em seqüências distintas | 47/286 | 16% | 0,35 |
| Antecedente na fala do pesquisador | 19/73 | 26% | 0,45 |
| TOTAL | 233/829 | 28% | 0,21 |

De imediato, esses resultados refutam a hipótese que norteava a proposição da variável em questão. Ao contrário do que se esperava, os pesos relativos referentes aos quatro primeiros fatores, que indicam as menores distâncias entre antecedente e anafórico, são os que mais favorecem o uso de **ele**. Note-se que o valor, em pesos relativos, para a maior distância, (0,35), indica que este fator desfavorece mais a presença do anafórico masculino do que a maior proximidade entre antecedente e anafórico, cuja medida de (0,50) é igual ao ponto neutro (0,50). Note-se ainda que, entre todos os fatores do grupo, a maior distância é o que menos favorece o uso de **ele**, pois apresenta a menor medida de peso relativo de todo o grupo, (0,35), valor que não só é desfavorecedor de **ele**, mas também é, complementarmente, favorecedor de **ela** (0,65). Com isso, chegamos a resultados totalmente opostos aos que, segundo Corbett (1979), têm sido encontrados em outros trabalhos.

Corbett (1979:220) afirma que "o pressuposto relativo ao fator **distância real** é o de que, quando este fator produz um efeito, este será sempre no sentido de favorecer a concordância semântica para os elementos que estiverem mais distantes do controlador de gênero"³⁸. Ora, o controlador de gênero é um nome que possui o traço inerente de gênero. No caso das estruturas do falar cuiabano, o controlador de gênero é o antecedente da forma pronominal que faz a retomada. Os resultados acima, relativos à avaliação do fator distância entre anafórico e antecedente, revelam que, do modo como esta variável foi concebida neste trabalho, a distância real não produz, para o fenômeno em estudo nesta pesquisa, o efeito encontrado em outros trabalhos. Ou seja, não é a maior distância entre anafórico e antecedente o fator, em termos de distância, que mais favorece o uso de **ele**.

Ao descrever a variável **distância entre anafórico e antecedente** na seção 3.2.4, esclareci que estou considerando, para esta análise, a mudança de turno entre informante e pesquisador como uma ruptura em uma mesma seqüência de fala e,

³⁸ No original, "We predict that when actual distance has an effect it will always be to favour semantic agreement for elements further removed from the controller".

conseqüentemente, como um fator de maior distanciamento. Portanto, o fator **antecedente/anafórico em seqüências distintas** é o que representa aqui a maior distância, pois implica uma ruptura na fala que vinha sendo desenvolvida pelo informante, uma intervenção do pesquisador e uma posterior retomada do turno de fala pelo informante, gerando uma nova seqüência que pode ou não ser a continuidade da anterior. Isto significa que o pesquisador pode introduzir, em seu turno, um novo antecedente. Caso isto não ocorra, o antecedente retomado na fala do informante pode ter sido explicitado por ele mesmo em uma seqüência muito anterior (duas ou três seqüências anteriores, por exemplo), o que produz uma grande distância entre o antecedente e a forma pronominal que está sendo analisada.

Por outro lado, um aspecto significativo revelado por esses resultados é a indicação da ruptura entre seqüências como um fator que altera o efeito da distância entre anafórico e antecedente. Note-se que, se considerarmos o fator distância dentro de uma mesma seqüência, os valores dos pesos relativos dos fatores aumentam todos (**0,50, 0,56, 0,68 e 0,60**), formando uma escala crescente quase perfeita, na medida em que o anafórico vai ocorrendo em posições mais distantes do seu antecedente. Nesse sentido, os resultados corroboram a hipótese da maior distância. Com a quebra em uma dada seqüência, porém, é como se o falante retornasse ao ponto inicial da retomada pronominal. Nada garante que não apareça, por exemplo, o pronome **ela** em vez de **ele**. Isto é significativo porque pode estar indicando que há um outro fator condicionador subjacente às medidas de distância, como, por exemplo, o **paralelismo formal** (cf. Scherre, 1998).

Embora o paralelismo formal não tenha sido avaliado na presente análise, considero que os resultados que estão sendo discutidos sugerem a possibilidade de este ser um aspecto significativo. Considere-se a seguinte passagem de uma das entrevistas realizadas:

(2) P_ [Esses bolos] Não é feito com a farinha, é feito com **A MANDIOCA**?

E_ É, é feito com **A MANDIOCA**..

P_ Ah, tá. Cozinha **ELA**?

E_ Cozinha **ELA**, rela **ELA** e faz aquele bolo, dá aquele bolinho bem fofinho. Bate ovo, põe nele, dá aquele bolinho bem fofinho.

P_ Humm! Mas aí não precisa fazer a farinha?

E_ Nem precisa a farinha.

P_ É só pegar **A MANDIOCA** e cozinhar **ELA**?

E_ É, **A MANDIOCA RELADO**.

P_ Ah, ralar?

E_ **RELADO**. A senhora rela **ELE**, aí a senhora espreme **ELE** assim, aí bateu ovo, vai apurano, o que a senhora tivé de fermento vai pono. Aí ele dá um bolinho fofinho.

(MIN, 44, I)

Neste trecho de uma das entrevistas, percebe-se um paralelismo formal em funcionamento tanto no que diz respeito à presença de **ela** quanto à de **ele**. A pesquisadora introduz, pela primeira vez, o SN '**a mandioca**', que é repetido pela entrevistada. Em seguida, a pesquisadora retoma sua fala e acrescenta a primeira forma pronominal **ela**, retomando '**a mandioca**'. Logo em seguida, a entrevistada, em seu turno de fala, mantém a simetria no uso da forma pronominal em duas retomadas na mesma seqüência. Três seqüências abaixo, a pesquisadora reintroduz o SN '**a mandioca**' seguido de uma retomada por **ela**. Na mudança de turno, a entrevistada acrescenta um particípio modificador de '**mandioca**' sem fazer a concordância de gênero. Isto é suficiente para, em seqüência posterior, desencadear retomadas do mesmo SN por **ele** por parte da informante, mantendo assim o paralelismo com a forma do particípio **relado**. O que está sendo tratado aqui sob o rótulo de paralelismo formal é um aspecto que tem sido observado em outras análises variacionistas (Braga e Scherre 1976; Guy e Braga 1976 e Poplack 1980, citados em Scherre, 1998: 171, e Scherre 1998), e que, conforme

argumenta Scherre (1998), tem se mostrado significativo para o entendimento de alguns fenômenos complexos de variação, como, por exemplo, a concordância variável de número no português de Brasil. Poplack (1980, apud Scherre 1998:171) sintetiza o efeito do paralelismo com a conclusão de que “**marcas conduzem a marcas e zeros conduzem a zeros**”. O que se pretende demonstrar com isso é que, em uma dada seqüência discursiva, a presença de duas ou mais marcas precedentes da mesma natureza (p.ex. marcas de concordância de número ou de gênero) favorecem a presença também de marcas no segmento subsequente. No exemplo do falar cuiabano que acabamos de citar, a informante produz, primeiramente, estruturas com concordância de gênero entre anafórico/antecedente (**‘a mandioca’/ela**), de modo semelhante às construções produzidas anteriormente pela pesquisadora. No momento em que a informante introduz, em sua fala, uma forma de particípio não-marcado (**‘a mandioca relado’**), ela passa a retomar o antecedente também pela forma pronominal não-marcada para gênero (**‘ele’**). Ou seja, a presença, na mesma seqüência, de construções marcadas para gênero levou à produção posterior de novas construções também marcadas para gênero; ao ser produzida uma construção sem marca explícita de gênero, foram produzidas construções posteriores também sem marca explícita de gênero, ilustrando, assim, a proposta de Poplack (1980) de que “**marcas levam a marcas e zeros levam a zeros**”.

Como se vê, a possibilidade de o paralelismo formal ser um fator relevante nas ocorrências das diferentes retomadas pronominais é significativa. Fica, portanto, a sugestão de se avaliar, em outra oportunidade, o efeito do paralelismo formal sobre o uso de **ele**.

Quanto ao valor, em peso relativo, de **(0,50)** para a presença de um anafórico na mesma oração de seu antecedente, menor em relação aos fatores subsequentes (ver Tabela IV), justifica-se tendo em vista que a posição muito próxima entre esses elementos desfavorece a retomada por **ele**, e isto vem ao encontro dos resultados alcançados por Corbett e outros pesquisadores, que indicam que a proximidade entre anafórico e antecedente favorece a concordância sintática.

Para concluir, devo dizer que a análise da variável distância entre antecedente e anafórico, bem como os resultados apresentados na Tabela IV nos levam a refletir sobre a configuração proposta para esta variável nesta pesquisa. Os valores, em pesos relativos, de **0,45** e **0,35** para, respectivamente, os fatores antecedente na fala do pesquisador e antecedente e anafórico em seqüências distintas, considerados, inicialmente, como as maiores distâncias, sugerem que, numa outra oportunidade, sejam repensados os critérios utilizados para avaliar o distanciamento entre antecedente e anafórico, de modo a submeter os dados a uma reanálise.

Uma outra variável lingüística selecionada como estatisticamente relevante é a **natureza morfológica do antecedente**. Com ela, pretendeu-se avaliar se antecedentes constituídos por nomes que não variam em gênero em português estariam favorecendo a retomada pelo anafórico masculino. Os resultados podem ser conferidos na tabela a seguir:

TABELA V

Efeito da natureza morfológica do antecedente sobre o uso de ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|-----------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Nomes c/ flexão | 12/169 | 7% | 0,34 |
| Nomes s/ flexão | 221/660 | 33% | 0,54 |
| TOTAL | 233/829 | 28% | 0,21 |

Os resultados expostos na tabela acima apontam, em princípio, para um discreto favorecimento dos nomes que não variam em gênero em relação à retomada pelo anafórico masculino (**0,54**). Por outro lado, a expectativa de que nomes flexionáveis em gênero inibem a presença do pronome masculino se confirma com base em valores expressivos (peso relativo **0,34**). Note-se, porém, que a diferença entre o valor atribuído a nomes sem flexão e o valor relativo a nomes com flexão de gênero é de **0,20**, o que

representa um índice significativo da diferença de atuação dos dois fatores em relação ao fenômeno estudado, além de contribuir para a confirmação da hipótese de que nomes que não apresentam flexão de gênero são mais favorecedores da retomada por **ele**.

Considerando que, em português, nomes que designam seres inanimados não se flexionam em gênero e que, como já foi demonstrado anteriormente, a referência genérica apresenta valores muito significativos em relação ao uso de **ele**, decidi proceder a um cruzamento das variáveis **natureza morfológica** e **tipo de referência do antecedente**, a fim de avaliar a possibilidade de uma sobreposição entre a referência genérica e antecedentes constituídos por nomes que não variam em gênero. O fato de o tipo de referência do antecedente ter sido selecionado como a variável mais relevante do ponto de vista estatístico e apresentar valores sempre muito regulares, mesmo quando mensurada em combinação com outros fatores, sugere que esta variável deve continuar atuando de modo significativo na produção do fenômeno sob enfoque. O cruzamento entre essas duas variáveis pode ser visualizado na tabela a seguir.

TABELA VI

Efeito do cruzamento das variáveis natureza morfológica do antecedente e tipo de referência do antecedente sobre o uso de ELE

| Natureza morfológica do antecedente | | Tipo de referência do ant. | | TOTAL |
|-------------------------------------|-----|----------------------------|------------------|------------------|
| | | Específica | genérica | |
| Nomes com flexão | ELE | 12/167 (7%) | 0/2 (0%) | 12/169 (7%) |
| | ELA | 155/167 (93%) | 2/2 (100%) | 157/169 (93%) |
| Nomes sem flexão | ELE | 64/422 (15%) | 157/238 (66%) | 221/660 (33%) |
| | ELA | 358/422 (85%) | 81/238 (34%) | 439/660 (67%) |
| TOTAL | ELE | 76/589 (13%) | 157/240 (65%) | 233/829 (28%) |
| | ELA | 513/589 (87%) | 83/240 (35%) | 596/829 (72%) |

Um aspecto que chama a atenção nestes resultados é o fato de haver apenas duas ocorrências, em todo o *corpus*, de nomes flexionáveis em gênero com referência genérica, sem que nenhum dos dois seja retomado por **ele**. Por outro lado, entre os casos de referência genérica sem flexão (238 ocorrências), 66% são retomados por **ele**. Quanto aos casos de referência específica com flexão (167 ocorrências), apenas 7% são retomados por **ele**. Todavia, se os casos de referência específica não apresentarem flexão, sobe para 15% o percentual de retomadas por **ele**.

Embora, com esses resultados, os efeitos da variável tipo de referência do antecedente, mais especificamente, do fator **referência genérica**, sejam bastante visíveis, e isso fortaleça ainda mais o caráter robusto desta variável, não se pode deixar de registrar a relevância da natureza morfológica do antecedente na produção do fenômeno em estudo. Os valores relativos ao efeito desta última variável, expostos na Tabela VI, indicam que o contexto [-flexão] tende a aumentar as possibilidades de retomada por **ele** (66% e 15% de frequência relativa), enquanto o contexto [+flexão] tende a inibi-la (7% e 0% de frequência). Neste sentido, é bastante plausível se pensar mais uma vez em um certo grau de paralelismo atuando nesses aspectos. Nomes que apresentam um morfema gramatical explícito para gênero tendem a favorecer o uso da forma pronominal **ela**, também marcada para gênero. Considere-se ainda a natureza redundante dos processos de concordância em português, reforçada, neste caso, pela provável presença de um determinante também marcado para gênero junto ao antecedente constituído por um nome variável, o que só aumenta ainda mais a motivação para um paralelismo entre as formas. Relativamente, nomes que não possuem marca explícita de gênero tendem a favorecer o uso da forma pronominal não-marcada, **ele**. Mais uma vez, confirma-se a hipótese do paralelismo lingüístico no sentido de que formas gramaticais semelhantes tendem a aparecer juntas (cf. Scherre, 1998).

Uma última variável lingüística selecionada como estatisticamente relevante é a **presença x ausência de determinante junto ao antecedente**, cujos resultados se encontram a seguir:

TABELA VII

Efeito da presença x ausência de determinante junto ao antecedente sobre o uso de ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência Relativa | Peso relativo dos fatores |
|-----------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Presença de DET | 164/689 | 24% | 0,48 |
| Ausência de DET | 69/140 | 49% | 0,61 |
| TOTAL | 233/829 | 28% | 0,21 |

Esses resultados indicam um favorecimento da ausência de determinante junto ao antecedente em relação à retomada por **ele** (**0,61**) e um discreto desfavorecimento quando há presença de determinante feminino (**0,48**).

Considerando os resultados apresentados até aqui, que revelaram a importância da referência genérica como um dos contextos que mais favorece a produção do fenômeno em estudo, decidi proceder, também, ao cruzamento da variável tipo de referência do antecedente com a presença x ausência de determinante junto ao antecedente. A hipótese a ser testada é a de que antecedentes que não estão acompanhados de determinantes tenderão mais a figurar em contextos de referência genérica, constituindo, assim, o contexto mais favorável à retomada por **ele**. Veja-se a tabela a seguir:

TABELA VIII

Efeito do cruzamento entre a presença x ausência de determinante junto ao antecedente e do tipo de referência do antecedente sobre o uso de ELE

| Presença x ausência de determinante | | Tipo de referência do ant. | | TOTAL |
|-------------------------------------|-----|----------------------------|------------------|------------------|
| | | Específica | genérica | |
| Presença de determinante | ELE | 66/527 (13%) | 98/161 (61%) | 164/689 (24%) |
| | ELA | 461/527 (87%) | 63/161 (39%) | 524/689 (76%) |
| Ausência de determinante | ELE | 10/62 (16%) | 59/79 (75%) | 69/140 (49%) |
| | ELA | 52/62 (84%) | 20/79 (25%) | 72/140 (51%) |
| TOTAL | ELE | 76/589 (13%) | 157/240 (65%) | 233/829 (28%) |
| | ELA | 513/589 (87%) | 83/240 (35%) | 596/829 (72%) |

Os resultados do cruzamento entre essas duas variáveis revelaram que a referência genérica continua sendo um fator atuante na retomada por **ele**. Note-se que mesmo com a presença de determinante feminino junto ao antecedente (689 casos), quando há referência genérica (161 casos), o percentual de retomada por **ele** é de 61%, medida bastante expressiva em relação à média de (28%). Embora isto possa indicar que a presença de um determinante feminino junto ao antecedente não constitua um fator tão decisivo para desfavorecer a retomada por **ele**, não se pode deixar de registrar, por outro lado, o papel relevante que a ausência de determinante desempenha no favorecimento ao uso de **ele**. Dito de outro modo, os resultados sugerem que, para a produção do fenômeno analisado, mais importante do que a presença de um determinante feminino, é o efeito da ausência de determinante junto ao antecedente. Este fator, aliado à referência genérica, responde por 75% dos casos de retomada por **ele**. Ou seja, dois traços mais fortes contribuem ainda mais para favorecer a retomada pelo anafórico **ele**, aspecto que pôde ser

percebido em função do modelo logístico do programa VARBRUL, concebido exatamente para dar conta deste tipo de realidade.

Constata-se, mais uma vez, a intensidade do efeito da variável tipo de referência do antecedente na retomada pelo anafórico **ele**, mas não fica descartada, também, a contribuição que a ausência de determinante junto ao antecedente acrescenta à preferência pelo uso de **ele**. De modo semelhante ao que ocorre com a variável natureza morfológica do antecedente, permanece a sugestão de um paralelismo formal atuando também neste caso. A ausência de um determinante, o marcador de gênero por excelência em português, junto ao antecedente, leva, conseqüentemente, à ausência de marca de gênero na retomada pronominal.

Concluída, assim, a discussão dos resultados relativos às variáveis lingüísticas consideradas estatisticamente relevantes na produção do fenômeno analisado, considero pertinente tecer ainda alguns comentários sobre os resultados finais.

Na primeira rodada geral, o programa de regras variáveis selecionou a variável **grau de animacidade do referente** como estatisticamente relevante, mas, na etapa em que foram isolados os dados [-humano, +personificado], esta variável não foi mais selecionada, embora os resultados tenham ficado bastante próximos dos valores considerados estatisticamente significativos. Isto significa que esta variável quase foi selecionada novamente, mesmo que, nesta segunda etapa, seus efeitos não tenham se mostrado coerentes. Em termos de análise, o programa está indicando que, de algum modo e em algum nível, esta variável tem algum significado. A pergunta é: o que, de fato, o programa de regras variáveis está querendo nos mostrar a respeito do efeito desta variável sobre o fenômeno em estudo? Qual é a relação entre os fatores que compõem esta variável e a retomada pronominal por **ele**?

Por razões que exporei quando tratar da análise das variáveis sociais, os dados foram submetidos a uma última etapa de análise, da qual foram retirados os quatro falantes de efeito categórico em relação à retomada por **ele**. A exclusão desses falantes provoca a seleção, pelo programa, da variável grau de animacidade do referente. Na

tentativa de encontrar uma interpretação plausível para o comportamento instável desta variável, decidi examinar os valores relativos aos fatores que a compõem em três diferentes níveis da análise quantitativa. O **nível 1** expressa o valor absoluto atribuído a cada fator medido isoladamente; o **nível 2** expressa os valores atribuídos a cada fator do grupo grau de animacidade quando mensurado em conjunto com a primeira variável selecionada pelo programa, **tipo de referência do antecedente**; o **nível 7** expressa os valores dos fatores do grupo grau de animacidade do referente no conjunto de todas as variáveis selecionadas pelo programa como estatisticamente relevantes, caso esta variável tivesse sido selecionada. A tabela a seguir exhibe esses resultados:

TABELA IX

Efeito absoluto e relativo da variável grau de animacidade do referente sobre o uso de ELE

| Fatores | Frequência da forma ELE | Nível 1 | Nível 2 | Nível 7 |
|--------------------------|-------------------------|---------|---------|---------|
| [+humano, +nome próprio] | 12/86 = 14% | 0,31 | 0,52 | 0,39 |
| [+humano, -nome próprio] | 96/483 = 20% | 0,41 | 0,50 | 0,55 |
| [-humano, +animado] | 25/86 = 29% | 0,53 | 0,31 | 0,35 |
| [-humano, -animado] | 100/174 = 57% | 0,79 | 0,58 | 0,50 |
| TOTAL | 233/829 = 28% | — | — | — |

Os valores relativos ao **nível 1**, apontam não só para o traço [\pm humano] como um divisor de águas no que diz respeito ao favorecimento da forma **ele**, mas também apresentam uma hierarquia perfeita. A medida bastante expressiva de (0,79) para os dados com o traço [-animado] tende, em princípio, a corroborar a hipótese inicial. Passando ao **nível 2**, o quadro dos valores se altera drasticamente. Tudo indica que a

variável tipo de referência do antecedente produz um grande efeito sobre o fenômeno em estudo, uma vez que sua presença é capaz de provocar alterações em todos os fatores da variável grau de animacidade. Neste segundo nível, o traço [\pm humano] deixa de ser um grande divisor, pois os valores relativos a [+humano, \pm nome próprio], respectivamente (0,52) e (0,50), estão muito próximos do valor de (0,58) para [-humano, -animado]; por outro lado, o traço [-humano, +animado], com a medida de (0,31), perde qualquer expressão de significância quanto ao favorecimento ao uso de **ele**. Os valores atribuídos ao traço [-animado] também se alteram significativamente, de (0,79) a (0,58), enfraquecendo, por completo, a possibilidade de confirmação da hipótese inicial.

No nível 7, aparece outra configuração. Os valores atribuídos aos traços [+humano, +nome próprio], (0,39), e [-humano, +animado], (0,35), se mantêm muito próximos e apontam, ambos, para um desfavorecimento do uso de **ele**. Por outro lado, os traços [+humano, -nome próprio], (0,55), e [-humano, -animado], (0,50), também apresentam valores próximos, sugerindo um discreto favorecimento ao uso de **ele**.

Estamos diante dos extremos da escala de animacidade: no nível 7, os fatores que possuem traços comuns ([+humano] (0,55 e 0,39) ou [-humano] (0,35 e 0,50)) não apresentam resultados consistentes, mas fatores que, em princípio, se opõem, produzem efeitos semelhantes sobre o fenômeno. Como explicar essa disparidade?

O próximo passo consistiu em um cruzamento das variáveis grau de animacidade do referente e tipo de referência do antecedente com o objetivo de buscar mais informações para elucidar essa questão. Os resultados deste cruzamento podem ser visualizados na tabela a seguir:

TABELA X

Efeito do cruzamento das variáveis grau de animacidade do referente x tipo de referência do antecedente sobre o uso do anafórico ELE

| Grau de animacidade do referente | | Tipo de referência do ant. | | TOTAL |
|----------------------------------|-----|----------------------------|---------------|---------------|
| | | Específica | genérica | |
| [+humano, +n. próprio] | ELE | 12/86 = 14% | (não há) | 12/86 = 14% |
| | ELA | 74/86 = 86% | (não há) | 74/86 = 86% |
| [+humano, -n. próprio] | ELE | 41/419 = 10% | 55/64 = 86% | 96/483 = 20% |
| | ELA | 378/419 = 90% | 9/64 = 14% | 387/483 = 80% |
| [-humano, +animado] | ELE | 8/37 = 22% | 17/49 = 35% | 25/86 = 29% |
| | ELA | 29/37 = 78% | 32/49 = 65% | 61/86 = 71% |
| [-humano, -animado] | ELE | 15/47 = 32% | 85/127 = 67% | 100/174 = 57% |
| | ELA | 32/47 = 68% | 42/127 = 33% | 74/174 = 43% |
| TOTAL | ELE | 76/589 = 13% | 157/240 = 65% | 233/829 = 28% |
| | ELA | 513/589 = 87% | 83/240 = 35% | 596/829 = 72% |

Este cruzamento entre as duas variáveis permite, primeiramente, constatar que, em termos de frequência relativa, a referência genérica se mantém como um fator bastante favorável ao uso de **ele**, preenchendo a expectativa inicial para este grupo de fatores. Para todos os fatores do grupo grau de animacidade, sem exceção, os índices mais altos de frequência relativa sinalizam o favorecimento da retomada por **ele** quando há referência genérica. Ou seja, à exceção dos nomes com o traço [+humano, +nome próprio] com referência genérica, que inexistem na amostra, (0%), em todos os outros casos de referência genérica, os valores percentuais relativos à retomada por **ele** estão todos acima da média de 28% (a saber, 86%, 35%, 67%, por exemplo) e um total

de 65%). Em segundo lugar, percebe-se que não há, na amostra analisada, nenhuma ocorrência de antecedentes com o traço [+humano, +nome próprio] com referência genérica. De fato, todas as ocorrências de nome próprio, na amostra analisada, constituem processos de individuação e envolvem, portanto, uma referência específica. Isso explica por que o índice relativo a esse fator exhibe peso relativo favorecedor do uso de **ele**, aumentando de modo significativo de (0,31), no nível 1, para (0,52), no nível 2, como se vê na Tabela IX.

Um terceiro aspecto a ser destacado nos resultados da Tabela X diz respeito ao fato de os antecedentes com o traço [-animado] com referência genérica apresentarem um percentual expressivo de favorecimento à retomada por **ele** (67%) em relação à média de 28%. Apesar de, neste último caso, o efeito não ser tão categórico quanto o que se deu com o fator [+humano, +nome próprio], os resultados não excluem um forte efeito da combinação dos fatores referência genérica com nomes que apresentam o traço [-humano, -animado]. Em um total de 174 antecedentes com o traço [-animado], 127 fazem referência genérica. Nesses 127 dados, por sua vez, há 85 ocorrências de retomada do antecedente pelo anafórico masculino, o que, como já foi visto, corresponde a 67%. Este efeito fica ainda mais visível quando se olha novamente para os resultados da Tabela IX. Os valores dos pesos relativos para o fator [-animado] diminuem drasticamente de (0,79), no nível 1 da análise, para (0,58), no nível 2, com a entrada do grupo tipo de referência. Isto fortalece ainda mais a conclusão de que o fator referência genérica tem um efeito muito significativo na produção do fenômeno em estudo. Esta frequência com que os antecedentes que designam seres inanimados são usados em contexto de referência genérica e, em sua maioria, são retomados por **ele**, explica a suposição inicial de que o traço [-animado] estaria condicionando a preferência pelo uso de **ele**.

Quanto ao fator [+humano, -nome próprio], temos visto, desde a análise em três níveis exposta na Tabela IX, que ele atua de modo diferente da sua contraparte mais semelhante [+humano, +nome próprio]. Nos resultados da Tabela IX, este fator

também tem seus valores aumentados do nível 1 (0,41) para o 2 (0,50), com a entrada da variável tipo de referência do antecedente. Mas (0,50) é o ponto neutro da medida estatística de pesos relativos e a leitura daí decorrente é a de que a referência genérica tem mesmo seus efeitos significativos, mas o traço [+humano, -nome próprio], em princípio, é neutro em relação à produção do fenômeno estudado. Note-se, a partir da Tabela X, que em 483 dados com o traço [+humano, -nome próprio], apenas 96 favorecem o uso de **ele**, sendo que, desses 96, 55 ocorrências apresentam referência genérica. Por outro lado, a análise em três níveis da Tabela IX mostra que os valores atribuídos a este fator expressam um *continuum* de crescimento do nível 1 até o nível 7 (0,41 < 0,50 < 0,55). Como o último valor da escala expressa a análise da variável grau de animacidade em conjunto com todas as variáveis selecionadas, buscou-se rastrear qual ou quais seriam as outras variáveis que estariam atuando no sentido de aumentar, com seu efeito, os valores dos fatores da variável grau de animacidade. Note-se que, com os valores referentes ao traço [-animado], ocorre o inverso do que se dá com os valores do traço [+humano, -nome próprio], ou seja, os valores decrescem significativamente do nível 1 para o nível 7 (0,79 > 0,58 > 0,50).

Reverendo os resultados gerais da última etapa da análise, percebeu-se que os valores atribuídos a [+humano, -nome próprio] aumentam gradativamente de (0,50), no nível 2, até (0,55) no nível 7, à proporção que os outros fatores vão sendo incorporados à análise, como se pode ver a seguir: [+humano, -nome próprio] (0,41) → referência genérica (0,50) → distância (0,50) → escolaridade (0,52) → idade (0,53) → natureza morfológica do antecedente (0,55) → determinante (0,55).

Processo semelhante ocorre com os valores relativos ao traço [-animado], os quais diminuem também gradativamente de (0,58), no nível 2, para (0,50), no nível 7, na medida em que as outras variáveis entram em atuação: [-humano, -animado] (0,79) → referência genérica (0,58) → distância (0,58) → escolaridade (0,55) → idade (0,51) → natureza morfológica do antecedente (0,49) → determinante (0,50). Como se vê, cada

fator contribui um pouco, mas nenhum deles produz um efeito tão significativo quanto o da variável tipo de referência.

Um exame mais detalhado dos dados com o traço [+humano,-nome próprio] revelou que grande parte dos dados desse sub-grupo em que há referência genérica é representada por antecedentes constituídos por nomes que possuem significação mais geral e menos definida, como **pessoa**, **criança** e **gente**. Num total de 483 dados em que figuram antecedentes com o traço [+humano, -nome próprio], há 31 ocorrências de **pessoa**, 29 ocorrências de **criança** e 6 ocorrências de **gente**. Nas construções em que **pessoa** é o antecedente do anafórico, à exceção de uma ocorrência, a retomada é sempre feita por **ele**, mesmo assim, trata-se de uma construção meio ambígua quanto à definição do antecedente. Antecedentes constituídos por **gente** são todos, sem exceção, retomados por **ele**. Um outro aspecto comum aos antecedentes **pessoa** e **gente** é que, em todos os casos em que eles aparecem, a referência é genérica, exceto no caso em que **pessoa** figura em uma construção juntamente com o pronome **ela**. Observem-se os seguintes exemplos:

(3) A senhora vê **UMA PESSOA** cego, ou para...ou grengrenhado, **UMA PESSOA GRENGRENHADO**, **ELE** num anda, **ELE** não se move.

(ELN,39,4s)

(4) Se **A PESSOA** já vem com aquela intenção de não respeitar você, você mostra que você respeita **ELE**.

(DAT, 63, 7s)

(5) **MINHA MÃE** é **UMA PESSOA** que **ELA** tem conhecimento.

(CID, 31, 5s)

(6) Eu fiquei naquela área que convivia com **AQUELA GENTE**, atendendo, conversando com **ELES**, falando com **ELES**.

(DAT, 63, 7s)

(7) O principal parte eu acho que é a imigração, porque assim como vem **GENTE BOA**, a maior parte é gente, **GENTE PORCARIA**, sabe. Então, muita vez vem grilar, chega aqui de qualquer jeito, aí **ELE** chega e vem invadindo, se acha um terreno aberto **ELE** vai invadindo, e vai fazendo casa. Aí o dono vai lá, **ELE** ameaça e **ELE** acaba ficando, né.

(MIS, 64, 4s)

Os exemplos (3) e (4) acima são bastante inequívocos quanto ao fato de **pessoa** ser o antecedente do pronome **ele** e de se tratar de casos de referência genérica. Quanto a (5), a ambigüidade está na ocorrência de um outro nome feminino ('minha mãe') que antecede **pessoa** e a forma pronominal e que constitui, de fato, o referente específico tanto de **pessoa** quanto de **ela**. Difícil saber, neste caso, se ao usar **ela**, a informante estava com o foco em **mãe** ou em **pessoa**, ou até mesmo nos dois nomes, que pertencem ao mesmo gênero. Retomaremos esta discussão, de modo mais detalhado, em um momento posterior deste trabalho. Por ora, permanecem estes registros das ocorrências com antecedente **pessoa** para o que se quer ilustrar neste momento.

Quanto aos exemplos (6) e (7), é curioso notar que não causam a menor impressão de haver uma possível 'variação' de gênero. **Gente** é um nome de referência tão indefinida e genérica, que seu traço de gênero [+feminino] parece não ser relevante nos diversos contextos em que este nome pode ocorrer. Aliás, é interessante observar que, nesses dois casos, independentemente do gênero gramatical, a forma **ele** mostra-se muito mais apropriada, enquanto a presença do pronome **ela** soaria bastante estranha.

Os casos de antecedentes constituídos por **criança** diferem um pouco mais desses dois anteriores. Nem todas as ocorrências de **criança** constituem casos de referência genérica, embora sejam, sem exceção, casos de retomada por **ele**. Vejam-se os exemplos:

(8) A **CRIANÇA** foi pro hospital, veio, **ELE** inchou todinho a viriia.

(ELN, 39, 4s)

(9) Eu gosto de conviver muito com **MIAS CRIANÇA**, gosto de sentar muito com **ELES**, sempre quando eu tô ali, chamo **ELES**, converso.

(VAL, 24, 2s)

(10) **A CRIANÇA** não pediu pra ninguém fazer **ELE**, não pediu pra nascer. Deus olhou pra gente, deu **ELE**, vamos assumir a responsabilidade e ter **ELE**. **ELE** é nosso sangue, é o mesmo que nós, vamos criá **ELE**.

(ELN, 39, 4s)

Enquanto (8) e (9) representam casos de referência específica, (10) ilustra uma seqüência de exemplos de referência genérica com o mesmo antecedente. Note-se ainda que, em (8), a criança a que se refere o falante é um menino, o que explica também a preferência por **ele** em função da concordância semântica com o antecedente.

Ora, nomes como **pessoa**, **gente** e **criança**, classificados como sobrecomuns na tradição gramatical, são nomes de gênero único, cuja referência abarca ambos os sexos, como se vê no exemplo (8) acima. Neste sentido, apresentam uma referência mais genérica do que nomes como **menina** ou **menino** que exibem características formais para indicar indivíduo do sexo feminino e indivíduo do sexo masculino, respectivamente. Portanto, as características morfológicas e semânticas de antecedentes como **pessoa**, **gente** e **criança**, que são nomes sem flexão de gênero, favorecem a retomada por **ele**. Isso explica também o discreto favorecimento dos nomes com o traço [+humano, -nome próprio] em relação ao uso de **ele**. Com isso, pode-se concluir que não é o traço de animacidade em si que favorece a presença de **ele**, mas o efeito conjunto decorrente do fato de que há, na amostra analisada, nomes com o traço [+humano, -nome próprio] que se caracterizam também por não apresentarem flexão de gênero e por serem usados, muitas vezes, com referência genérica.

Quanto aos antecedentes com o traço [-animado], por serem todos nomes sem flexão de gênero, tudo leva a crer que a escolaridade do informante, vista como porta de entrada de outro sistema linguístico, desempenha um papel mais significativo quando

associada à natureza morfológica do nome e à presença ou não de um determinante junto ao antecedente. Dissemos que em 174 ocorrências de antecedentes com o traço [-animado], 127 apresentam referência genérica. Este já é um fator favorecedor do uso de **ele**. Como os nomes que designam inanimados são todos invariáveis em gênero, a presença de referência genérica associada à presença de antecedentes constituídos por nomes sem marca explícita de gênero, que podem ou não estar acompanhados de um determinante, seria uma conjunção de fatores altamente favorável à retomada por **ele**. Se os valores dos pesos relativos referentes a [-animado] decrescem, é porque há outro fator atuando como inibidor desta direção. Na escala apresentada na página 135, percebe-se que as variáveis sociais grau de escolaridade e idade, depois da variável linguística tipo de referência, são as que dão uma contribuição mais significativa para o decréscimo dos valores relativos a [-humano,-animado].

Feitas todas estas considerações, cabe ainda uma última observação a respeito da variável grau de animacidade do referente, que pode explicar o seu comportamento instável apontado pelos resultados produzidos pelo programa de regras variáveis. O fato é que esta variável apresenta uma distribuição bastante específica nas diversas faixas etárias que compõem a amostra. Uma observação minuciosa dos dados permitiu perceber que a retomada pronominal por **ele** é um fenômeno muito mais generalizado, em relação aos diferentes contextos de animacidade, na faixa etária acima de 60 anos. Dito de outro modo, na fala dos idosos há ocorrências de retomada por **ele** com antecedentes marcados por qualquer traço da escala de animacidade. À medida que a faixa etária diminui, restringem-se os contextos relativos ao traço de animacidade favorecedores de **ele**. Por exemplo, não há, nas faixas etárias intermediária e jovem, nenhuma ocorrência de antecedentes com o traço [+humano, +nome próprio] que sejam retomados por **ele**. Na amostra analisada, antecedentes com este traço só são retomados por **ele** na fala dos idosos, e, mais especificamente, na fala dos **idosos iletrados**. Quanto aos casos de antecedentes com o traço [+humano, -nome próprio], já foi explicitado, anteriormente, que constituem 483 ocorrências em todo o *corpus*, das quais apenas 96

referem-se a casos de retomada por **ele**. Note-se que desses 96 casos, 66 representam ocorrências de antecedentes constituídos por nomes como **pessoa, criança e gente**, os quais, por sua vez, apresentam, em quase todas as ocorrências, referência genérica. Além disso, a maior parte dos dados cujos antecedentes são constituídos por **pessoa e criança** está concentrada na fala dos informantes adultos não-idosos e jovens de baixa escolaridade. Por outro lado, antecedentes com o traço [+animado] que são retomados por **ele**, estão presentes na fala de todas as gerações, mas a produtividade do fenômeno nestes contextos diminui à medida que se caminha em direção à faixa mais jovem, ou seja, à medida que também diminui a faixa etária. Já os antecedentes com o traço [-animado], estes percorrem o caminho inverso dos [+animados]. Também estão presentes na fala de todas as gerações, mas, ao contrário dos [+animados], figuram como o contexto de animacidade mais favorável à retomada por **ele** na fala dos jovens. Dito de outro modo, à proporção que se caminha em direção à faixa etária jovem, restringem-se, em frequência relativa, os vários contextos de animacidade que favoreciam o uso de **ele**, como se houvesse um afunilamento, permanecendo, então o contexto [-animado] como o mais resistente à mudança, ou, se se quiser, como o mais favorável ao uso da retomada anafórica com **ele**.

A fim de buscar maior suporte para a reflexão que acabo de expor, os dados foram submetidos a um novo cruzamento, desta vez entre as variáveis grau de animacidade e faixa etária.

TABELA XI

Efeito do cruzamento das variáveis grau de animacidade do referente e faixa etária do informante sobre o uso de ELE

| Faixa etária do informante | | Grau de animacidade do referente | | | | TOTAL GERAL |
|----------------------------|-----|----------------------------------|-----------------------|-------------|---------------|---------------|
| | | [+humano, +nome próp] | [+humano, -nome próp] | [+animado] | [-animado] | |
| + de 60 anos | ELE | 12/51 = 24% | 29/168 = 17% | 6/8 = 75% | 33/68 = 49% | 80/295 = 27% |
| | ELA | 39/51 = 76% | 139/168 = 83% | 2/8 = 25% | 35/68 = 51% | 215/295 = 73% |
| De 30 a 45 anos | ELE | 0/32 = 0% | 57/225 = 25% | 18/49 = 37% | 55/89 = 62% | 130/395 = 33% |
| | ELA | 32/32 = 100% | 168/225 = 75% | 31/49 = 63% | 34/89 = 38% | 265/395 = 67% |
| De 15 a 25 anos | ELE | 0/3 = 0% | 10/90 = 11% | 1/29 = 3% | 12/17 = 71% | 23/139 = 17% |
| | ELA | 3/3 = 100% | 80/90 = 89% | 28/29 = 97% | 5/17 = 29% | 116/139 = 83% |
| TOT. | ELE | 12/86 = 14% | 96/483 = 20% | 25/86 = 29% | 100/174 = 57% | 233/829 = 28% |
| | ELA | 74/86 = 86% | 387/483 = 80% | 61/86 = 71% | 74/174 = 43% | 596/829 = 72% |

Os resultados expostos na Tabela XI acima permitem visualizar, em valores numéricos, muito do que acabou de ser dito. Percebe-se, com clareza, na distribuição nas diversas faixas etárias, os valores decrescentes da frequência relativa para o contexto [+animado], **75%**, **37%** e **3%**, bem como o contínuo crescente expresso em **49%**, **62%** e **71%** referente à frequência relativa para o contexto [-animado].

Quanto aos referentes com o traço [+humano, +nome próprio], os resultados mostram que, efetivamente, só há casos de retomada por **ele** na faixa etária acima dos 60 anos. Destaca-se também o fato de que, na faixa jovem, o único valor em percentual que se encontra significativamente acima da média de 28% é o referente a [-animados] retomados por **ele** (71%); os valores referentes aos outros fatores, a saber, 0%, 11% e 3%, permanecem não só muito abaixo da média, mas também muito distantes do

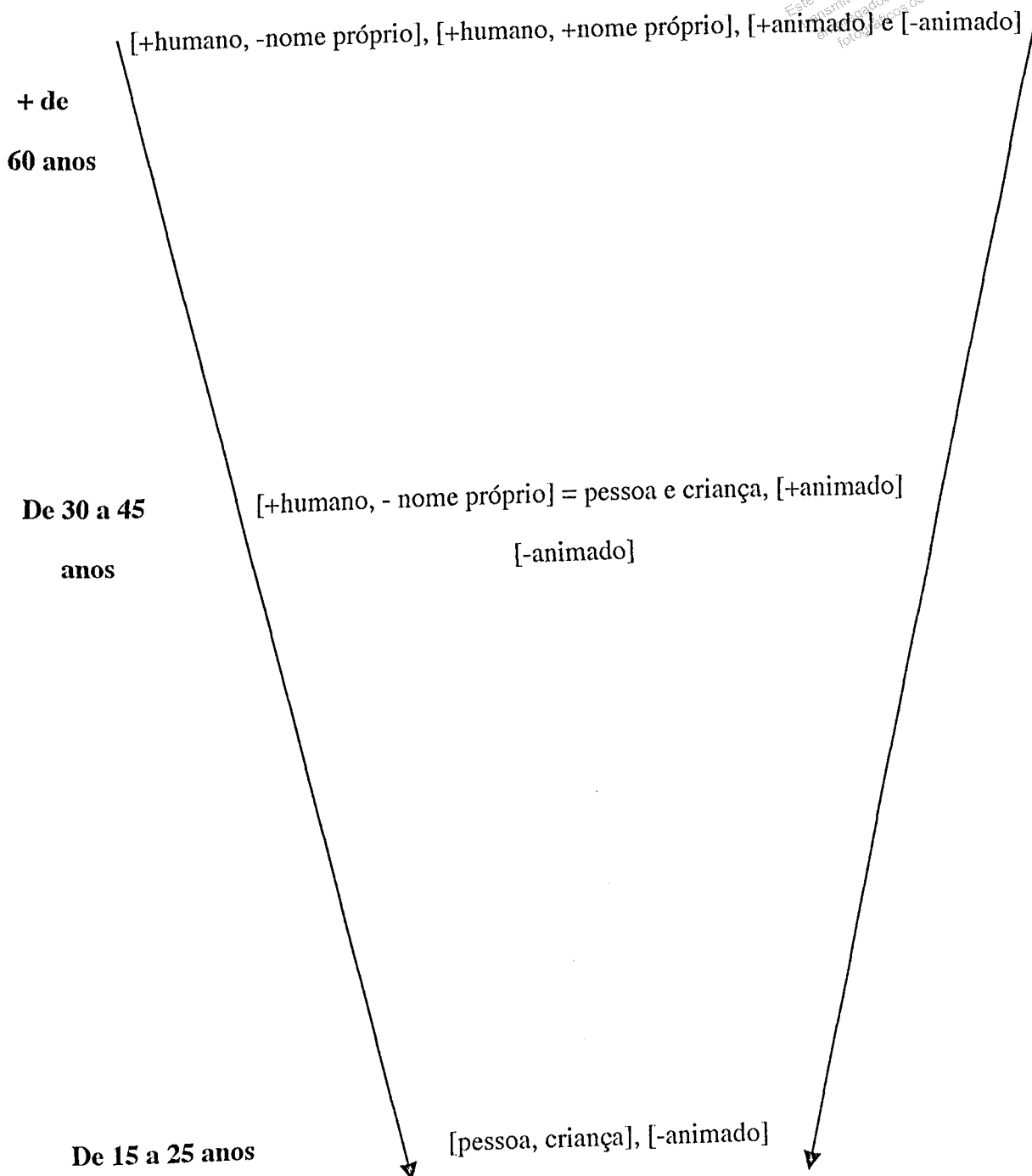
percentual de 71% para os [-animados], corroborando as observações feitas no sentido de que há uma redução da frequência de uso de **ele** em relação aos contextos de animacidade à medida que diminui a faixa etária do informante.

Um outro aspecto que a tabela acima permite visualizar é que num total de 233 ocorrências de **ele** em todo o *corpus*, 130 estão localizadas na faixa dos 30 a 45 anos. A princípio, isto poderia nos levar a pensar que é nesta faixa etária que o fenômeno se produz com mais frequência. Ocorre, porém, que é nesta mesma faixa etária intermediária de 30 a 45 anos que está concentrada a maior porção dos dados, perfazendo um total de 395 construções com retomada anafórica em todo o *corpus*. Note-se que o efeito desta faixa etária na retomada por **ele**, com 33% de frequência relativa, não é drasticamente diferente do efeito da faixa acima de 60 anos, cujo valor está representado em 27%.

Para finalizar esta discussão sobre as particularidades da variável grau de animacidade do referente, proponho a Figura I, a seguir, como ilustração do processo de redução do uso de **ele** nos diversos contextos de animacidade ao longo das três gerações contempladas na análise.

FIGURA 1

Direção da redução dos contextos de animacidade em relação ao uso de ELE



Uma última variável lingüística a ser mencionada é a **função sintática do anafórico na sentença**. Esta variável não foi selecionada pelo programa de regras variáveis em nenhuma etapa da análise. Mesmo assim, durante as várias etapas de

análise, buscou-se reorganizá-la de modo a reavaliar seus possíveis efeitos na produção do fenômeno em estudo.

Em princípio, esta variável estava composta de seis fatores: **sujeito, tópico, objeto direto, objeto indireto, adjunto e predicativo**. Os resultados obtidos na primeira etapa da análise apresentaram valores mais expressivos para as funções **objeto direto e adjunto**, a saber: 48% de frequência relativa e (0,57) de peso relativo para objeto direto e 27% de frequência relativa e (0,56) de peso relativo para adjunto. Estes resultados, embora não fizessem, de imediato, muito sentido, apontavam para um modesto favorecimento dessas duas funções sobre o uso de **ele**. Mesmo assim, esta variável não foi considerada estatisticamente relevante.

Para uma segunda etapa da análise, procedeu-se a uma amalgamação de funções que apresentassem uma configuração sintática semelhante ou mais ou menos próxima. Pensou-se na hipótese de que o contraste entre funções preposicionadas e não-preposicionadas poderia exibir resultados significativos. Além disso, as ocorrências de predicativo e tópico eram em número muito reduzido e pouco contribuíam para uma avaliação mais precisa dos efeitos da variável. Assim, as funções não-preposicionadas de objeto direto e predicativo foram reunidas. O mesmo se deu com as funções de sujeito e tópico, que foram também reunidas. As funções preposicionadas de adjunto e objeto indireto permaneceram como estavam, pois havia uma expectativa de que elas se apresentassem como contextos bastante desfavoráveis ao uso de **ele** (cf. seção 3.2.3, descrição da variável função sintática do anafórico).

Os resultados finais da última etapa da análise não preencheram as expectativas em relação a esta variável, conforme se vê na tabela a seguir:

TABELA XII

Efeito da variável função sintática do anafórico sobre o uso de ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|-----------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Sujeito e Tópico | 123/516 | 24% | (0,48) |
| Objeto direto e Predicativo | 71/150 | 47% | (0,57) |
| Objeto indireto | 9/51 | 18% | (0,39) |
| Adjunto | 30/112 | 27% | (0,54) |
| TOTAL | 233/829 | 28% | (0,21) |

A variável função sintática do anafórico foi, novamente, considerada estatisticamente irrelevante pelo programa de regras variáveis. Em relação às expectativas, estas se confirmam para o fator objeto indireto (0,39 de peso relativo), mas não se confirmam para o fator adjunto (0,54 de peso relativo), dificultando uma interpretação coerente no que diz respeito a estes dois contextos de funções preposicionadas. Por outro lado, a função de objeto direto, que não é preposicionada, apresenta valores quase idênticos (0,57) aos da função de adjunto (0,54), ambas apontando para um discreto favorecimento de **ele**, mantendo os mesmos resultados encontrados na rodada anterior.

Em relação à função de objeto direto, havia uma expectativa de que esta constituísse o contexto mais desfavorável ao uso de **ele** por duas razões. A primeira consiste no fato de ser o objeto direto uma estrutura mais encaixada na sentença do que o sujeito, por exemplo. Isto levou a supor que o anafórico na função de objeto direto estaria mais próximo do antecedente, em termos de estrutura sintática e, neste caso, a hipótese da **distância sintática**, de Corbett (cf. seção 3.2.3, descrição da variável distância entre anafórico e antecedente) se confirmaria ainda mais para este fenômeno. A segunda razão, de caráter mais funcional, refere-se à idéia de que o objeto direto é, em princípio, a

informação nova em relação ao sujeito, que constitui a informação velha ou conhecida. Como estamos tratando de uma retomada pronominal, o objeto retoma o dado e é também, neste caso, uma informação velha. Mas os resultados nos mostram apenas que a função de objeto indireto é a que indica menos favorecimento da presença de **ele**. Quanto às outras funções, não há muito o que dizer sobre elas, a não ser que os resultados não indicam nada de muito significativo em relação ao fenômeno em estudo. Esta é, provavelmente, a razão pela qual este grupo de fatores não foi assinalado, pelo programa de regras variáveis, como um fator condicionador relevante para esta análise.

De resto, vale acrescentar que os resultados obtidos na análise desta variável sugerem também que, em uma oportunidade futura, seja repensada a configuração deste grupo de fatores, no sentido de avaliar se o contraste entre funções preposicionadas e funções não-preposicionadas apresenta um efeito mais condizente com as expectativas.

3.2.4.2 Análise das variáveis sociais

As duas variáveis sociais propostas para a análise foram, em princípio, ambas selecionadas pelo programa como estatisticamente relevantes. A primeira delas, **grau de escolaridade do informante**, está pautada na hipótese de que quanto maior o grau de escolaridade do informante, menos freqüente é a retomada do antecedente por **ele** na sua fala. Os resultados podem ser conferidos na tabela a seguir:

TABELA XIII

Efeito do grau de escolaridade do informante sobre o uso de ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|--------------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Informantes iletrados | 72/195 | 37% | 0,64 |
| Informantes com 4ª série | 130/403 | 32% | 0,53 |
| Informantes com 8ª série | 31/231 | 13% | 0,33 |
| TOTAL | 233/829 | 28% | 0,21 |

A partir da tabela apresentada, percebe-se que tanto a frequência relativa quanto o peso relativo dos fatores têm seus valores diminuídos à proporção que aumenta o grau de escolaridade do informante. Pode-se observar, também, uma nítida divisão entre os informantes sem escolaridade ou que apresentam instrução de nível básico (até 4ª série) e os que possuem o Ensino Fundamental completo ou quase completo. A diferença que separa informantes iletrados de informantes com 4ª série é relativamente pequena, sendo que ambos favorecem (**0,64** e **0,53** respectivamente), em um certo grau, a retomada pelo anafórico masculino. O mesmo não ocorre com os informantes com grau de escolaridade mais alto, em cuja fala os valores (**0,33**) atestam um desfavorecimento da retomada por **ele**.

Estes resultados confirmam a hipótese proposta para esta variável ao permitirem constatar que o grau de escolaridade do falante interfere na produção do fenômeno nos moldes esperados. Na seção 3.2.3, quando foram descritos os grupos de fatores propostos para a análise, bem como as hipóteses a eles relacionadas, falamos também a respeito de uma hipótese mais geral de que o dialeto da baixada cuiabana vem passando por um processo de mudança lingüística, no sentido da perda de traços típicos a favor da aquisição de formas que gozam de maior prestígio. Ora, os resultados da variável social grau de escolaridade mostram claramente uma neutralização da variação

na concordância de gênero na retomada de itens lexicais femininos, em prol da aquisição de um comportamento lingüístico mais prestigiado por parte dos falantes do dialeto. De posse destes resultados, e considerando os fatores propostos por Labov (1972, 1981 e 1994) para a verificação de uma mudança em progresso no tempo aparente, vamos buscar, na análise da variável **faixa etária do informante**, mais elementos para corroborar esta hipótese maior.

Os resultados relativos a esta última variável apresentaram a seguinte configuração:

TABELA XIV

Efeito da faixa etária do informante sobre o uso de ELE

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Frequência relativa | Peso relativo dos fatores |
|------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Acima de 60 anos | 80/295 | 27% | 0,48 |
| De 30 a 45 anos | 130/395 | 33% | 0,59 |
| De 15 a 25 anos | 23/139 | 17% | 0,28 |
| TOTAL | 233/829 | 28% | 0,21 |

Estes resultados apontam um viés inesperado em relação ao efeito desta variável. A hipótese subjacente a este grupo de fatores era a de que, à medida que a faixa etária diminuísse, a produtividade do uso de **ele** tenderia a diminuir também. Não é o que se vê na tabela acima, com a faixa etária intermediária de 30 a 45 anos apresentando valores, em pesos relativos, mais altos (**0,59**) do que a faixa dos idosos (**0,48**). Estes resultados, com esta configuração, nos colocam diante de um problema quanto à confirmação de um processo de mudança lingüística em progresso na baixada cuiabana.

Um exame mais cuidadoso das várias etapas da análise permitiu perceber dois aspectos significativos em relação a esta variável. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, ao examinar uma das etapas da análise quantitativa em que a variável **Informante** foi considerada, foi possível perceber que, na faixa etária de 30 a 45 anos, há dois informantes cuja fala se caracteriza por uma forte produtividade do uso de **ele**. Para melhor visualização deste aspecto, proponho a seguinte tabela:

TABELA XV
Efeito parcial da variável Informante sobre o uso de ELE
(Faixa etária de 30 a 45 anos)

| Informante | | Freqüência relativa | Peso relativo do fator |
|------------|-----|---------------------|------------------------|
| Iletrados | FRA | 14/24 = 58% | 0,77 |
| | MIN | 14/39 = 36% | 0,23 |
| 4ª série | ELN | 76/118 = 64% | 0,81 |
| | BEN | 9/36 = 25% | 0,52 |
| 8ª série | GIG | 15/78 = 16% | 0,50 |
| | CID | 2/85 = 2% | 0,22 |

Com estes resultados, é possível perceber, para os dois falantes, os valores significativos tanto da freqüência (58% e 64%) quanto do peso relativo (**0,77** e **0,81**). Note-se que, destes dois informantes, um é iletrado e o outro apresenta apenas 4ª série do ensino fundamental. Isto reforça, mais uma vez, a relação forte da escolaridade com a produção do fenômeno que pôde ser visualizada anteriormente.

Por outro lado, o segundo aspecto percebido em relação ao comportamento desta variável é que, na faixa etária acima de 60 anos, ao contrário do que se esperava, há um informante com escolaridade de 7ª série do ensino fundamental que faz uso categórico do pronome **ela**. Na faixa etária intermediária, isto não ocorre. Ou

seja, não há nenhum informante, na faixa intermediária, que faça uso categórico de **ela**. Nem mesmo os informantes com grau de escolaridade acima da 4ª série do ensino fundamental apresentam, na faixa intermediária, comportamento lingüístico tão categórico. Esta ocorrência só vai se repetir na faixa etária jovem, na qual três informantes, um iletrado e dois com 7ª série do ensino fundamental, também apresentam efeito categórico em relação ao uso de **ele**.

Considerando a presença, na amostra analisada, de quatro informantes cujo comportamento lingüístico pode estar enviesando os resultados relativos à variável **faixa etária**, optei por submeter os dados a uma nova etapa de análise, da qual foram retirados todos os falantes que apresentavam, em sua fala, efeito categórico sobre o uso de **ele**. Os resultados dessa nova etapa encontram-se na tabela que se segue:

TABELA XVI

*Efeito da faixa etária do informante sobre o uso de ELE
(sem falantes de efeito categórico)*

| Fatores | Nº de ocorrências de ELE | Freqüência relativa | Peso relativo dos fatores |
|------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| Acima de 60 anos | 80/282 | 28% | (0,47) |
| De 30 a 45 anos | 130/395 | 33% | (0,55) |
| De 15 a 25 anos | 23/102 | 23% | (0,39) |
| TOTAL | 233/779 | 30% | (0,24) |

Estes novos resultados, sem os informantes de efeito categórico, mantêm o quadro anterior, com ligeiras alterações na freqüência e nos pesos relativos. A faixa intermediária permanece apresentando os valores mais altos, indicando ser a única faixa etária favorecedora do uso de **ele**. Nesta última etapa de análise, ao contrário da anterior,

o programa de regras variáveis excluiu a variável **faixa etária** dos fatores selecionados como estatisticamente significativos.

Estes resultados são muito relevantes não só porque **não confirmam a hipótese** na qual se baseia a proposição deste grupo de fatores, no sentido de que quanto mais idoso o falante, mais presença de **ele** em sua fala, mas também pelo fato de nos colocarem diante de um impasse em relação à hipótese maior de haver uma mudança lingüística em progresso na baixada cuiabana. Segundo Labov, a percepção de uma mudança depende, entre outros, de uma distribuição do fenômeno variável sob enfoque em diferentes faixas etárias, com a presença mais freqüente da forma inovadora na faixa mais jovem.

Em relação a este aspecto, é interessante notar que, mesmo com a exclusão da variável faixa etária pelo programa de regras variáveis, a expectativa de que a faixa jovem tenderia a apresentar os índices mais baixos de produtividade do fenômeno se cumpriu de acordo com o esperado. Ficou dito acima que, na faixa dos 15 aos 25 anos, há três informantes em cuja fala não foi registrada uma ocorrência sequer do uso de **ele**. Isto indica que há um comportamento lingüístico diferenciado nesta faixa etária.

Com os resultados da variável grau de escolaridade do informante sinalizando um comportamento esperado, ou seja, o fenômeno variável com tendência a diminuir sua produtividade à medida que aumenta o grau de escolaridade do indivíduo, a hipótese de uma mudança lingüística motivada, também, pelo maior acesso do indivíduo à escolarização era bastante promissora, sobretudo se ela fosse corroborada pela distribuição da ocorrência do fenômeno em faixas etárias, com a forma inovadora mais freqüente na faixa jovem. Além disso, como o dialeto da baixada cuiabana vem sofrendo, há algumas décadas, outros processos de perda de características típicas, que são muito estigmatizadas, em prol da aquisição de formas mais prestigiadas do português (Palma, 1984), a hipótese de que a marcação variável do gênero gramatical, neste dialeto, também esteja sugerindo um processo de mudança em curso é bastante profícua.

Diante de todas estas considerações, pergunta-se: não poderiam todas estas condições formar um quadro favorável à instalação de um processo de mudança lingüística na baixada cuiabana? Como este assunto constitui o cerne da discussão do próximo capítulo, retomá-lo-emos em momento oportuno, no qual será possível adotar posições mais conclusivas.

Por ora, o que se pode concluir é que a faixa etária intermediária apresenta-se, na amostra analisada, como o *locus* de maior variação na concordância de gênero na retomada pronominal, contrariando, em parte, a expectativa em relação ao comportamento desta variável social. A mesma expectativa se cumpre, porém, no que diz respeito ao comportamento dos falantes jovens que não só apresentam os índices mais baixos de freqüência do fenômeno, mas também constituem a representação mais expressiva do efeito categórico em relação ao uso de **ele**.

3.2.5 Conclusão

A análise quantitativa da amostra examinada nesta pesquisa permite tecer algumas considerações mais definitivas. Retomando, primeiramente, as duas questões propostas no início deste capítulo (seção 3.2.1), pode-se afirmar, com base nos resultados discutidos, que a marcação de gênero não é um fato gramatical ausente no dialeto da baixada cuiabana. Isto significa, em outras palavras, que a análise fornece elementos suficientes para se refutar a hipótese nula de que, neste dialeto, o masculino é usado indistintamente para ambos os gêneros.

Quanto à segunda questão proposta, no sentido de se poder caracterizar o fenômeno em estudo nesta pesquisa como um caso típico de variação inerente, faz-se necessário examinar dois aspectos. Se considerarmos a variação na concordância de gênero de modo geral, nas diversas construções sintáticas em que ela pôde ser registrada neste dialeto, é possível dizer que temos um caso de variação inerente, no sentido

proposto por Labov (1972). Mesmo na fala de informantes com grau de escolaridade mais alto, jovens ou adultos, pertencentes à classe média, encontram-se construções com variação de gênero, embora em baixa frequência. Vejam-se os seguintes exemplos:

(1) P_ O que se faz na festa de Santo? Come, dança?

E_ É, come, dança, bebe.

P_ Dança rasqueado?

E_ Danço, lambada. **LAMBADA CUIABANO.**

(LEO, 16, 8s)

(2) P_ E aqui em Livramento precisa bastante de polícia, acontece alguma coisa assim? Como é que é a vida aqui?

E_ Sempre acontece muitas coisa. **CIDADE PACATO**, todo mundo se conhece.

(LEO, 16, 8s)

(3) P_ Então tem qualidades variadas, aí vem tudo, banana verde...

E_ Vem, banana verde, **BANANA MADURO**, bananinha, vários tipo de bananinha, São Tomé, bananinha mariquita, banana maçã, enfim tem vários.

(LAR, 39, SU)

Em (1) e (2), temos a fala de um adolescente, cursando a oitava série; em (3) uma amostra singular da fala de um informante adulto, com escolaridade de nível superior, que era, na época da entrevista, o diretor de uma escola pública do município de Nossa Senhora do Livramento.

O segundo aspecto a ser considerado em relação à variação inerente no dialeto da baixada cuiabana diz respeito ao fato de que, se tomarmos como universo de variação as construções com retomada pronominal, que são o objeto de estudo desta

pesquisa, não será mais apropriado falar em variação inerente, uma vez que ficou constatada a não-ocorrência de variação na fala de quatro informantes que compõem a amostra. Acrescente-se ainda que, durante o processo de coleta de dados para esta pesquisa, foram realizadas ao todo trinta entrevistas, das quais apenas dezoito foram selecionadas para compor a amostra analisada. Dessas trinta entrevistas, há mais ou menos oito, realizadas com falantes que possuem escolaridade acima de 4ª série do ensino fundamental, nas quais não há nenhum registro de variação de gênero em construções anafóricas. Isto indica que a neutralização deste fenômeno, no falar cuiabano, já se encontra bastante disseminada, pelo menos na fala de pessoas escolarizadas. Apenas a título de ilustração, relembro, aqui, o caso de AR, citado na seção 3.2.2, que constitui um excelente testemunho do quanto o contato freqüente com a cultura letrada tem contribuído para neutralizar a ocorrência de variação de gênero na fala dos usuários do dialeto.

Em relação à análise das variáveis lingüísticas e sociais tomadas como fatores condicionadores do fenômeno investigado, é possível concluir que, no estado atual do dialeto da baixada cuiabana, a presença de um anafórico masculino na retomada de antecedentes femininos é condicionada, em grande parte, pelo tipo de referência que predomina em um dado contexto de fala. Contextos de referência genérica tendem a favorecer a retomada pelo anafórico masculino, independentemente do gênero gramatical do nome antecedente. Com isso, fica refutada a hipótese inicial de que nomes com o traço [-animado] constituiriam o ambiente mais favorável ao uso de **ele**.

Por outro lado, os resultados revelam, também, que a variação na concordância de gênero na retomada pronominal aqui analisada apresenta condicionamentos gramaticais muito claros. Além da referência genérica, as características morfológicas do antecedente, que pode ser constituído por um nome sem flexão de gênero, associadas à ausência de um determinante junto ao antecedente, também se revelaram fatores favorecedores da retomada pronominal por **ele**. Em síntese,

pode-se dizer que o contexto mais favorável e tipicamente propício à presença de **ele** deve apresentar a seguinte configuração:

< antecedente [+referência genérica, -presença de determinante, -flexão de gênero] >

O quadro atual da variação na concordância de gênero na relação anafórica, na baixada cuiabana, revela, ainda que o acesso, cada vez maior, dos usuários do dialeto a níveis de escolaridade mais altos, tem contribuído para a assimilação de formas de expressão mais prestigiadas da nossa língua, com a conseqüente neutralização das marcas típicas desta variedade regional.

Um último aspecto constatado nesta análise que merece ser destacado refere-se à distribuição do fenômeno variável nas diversas faixas etárias. Ficou constatado que na fala da geração mais idosa, o fenômeno é **mais generalizado**, podendo abarcar antecedentes de características variadas. À medida que se caminha em direção a gerações menos adultas, restringem-se os contextos de ocorrência da variação, de modo que, na fala dos informantes jovens, o fenômeno apresenta-se **mais restrito** em relação aos contextos de ocorrência. O que mais isto pode estar sinalizando a respeito da variedade lingüística da baixada cuiabana constitui o assunto a ser discutido no próximo capítulo.

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados e protegidos
 pela Lei 9.610/1998.
 Esta reprodução pode ser reproduzida ou
 transmitida em quaisquer meios
 empregados, eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou qualquer outros.

4. A MUDANÇA LINGÜÍSTICA NO DIALETO DA BAIXADA CUIABANA

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados
 pela Lei 9.610/1998.
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sejam quais forem os meios
 empregados: eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

"Assim, 'cadju', 'dgente' é mais assim beira do rio, esses:: comunidade Bonsucesso, região aqui de São Gonçalo, é mais beira de rio. O cuiabano não fala mais 'cadju' não, já falou."

João Batista

Neste capítulo, discuto o processo de mudança lingüística pelo qual vem passando o dialeto da baixada cuiabana, no que diz respeito à concordância de gênero na relação anafórica, com base em dados sincrônicos do **tempo aparente**.

De acordo com o que propõe a literatura referente ao assunto (Weinreich, Labov & Herzog, 1968 e Labov, 1972, 1994, 2001), serão abordados os cinco problemas relativos à mudança lingüística, a saber: restrição, transição, encaixamento, implementação e avaliação. Pretende-se, com esta abordagem, oferecer uma explicação para a variação na concordância de gênero no dialeto em estudo, bem como apresentar evidências relativas ao estágio atual de mudança lingüística em andamento na baixada cuiabana.

4.1 Reflexões sobre a mudança em progresso

O estudo da mudança lingüística com base em dados sincrônicos, buscando apreender, a partir da análise do **tempo aparente**, o que pode ter acontecido no **tempo real**, tornou-se possível a partir dos trabalhos desenvolvidos por William Labov, na década de 1960, no Vinhedo de Martha (1963) e na cidade de Nova Iork (1966), ambos relatados em Labov (1972). Labov (1972) argumenta que as melhores soluções

para os problemas relativos à mudança lingüística são encontradas no estudo da mudança em progresso. Para tanto, é necessário operar com base no **princípio uniformitário**, segundo o qual, no dizer de Labov (1972:275), "as forças que atuam para produzir uma mudança lingüística no presente são da mesma ordem de magnitude das que atuaram no passado"³⁹. Por outro lado, o mesmo autor (1994: 20) adverte-nos, porém, para o fato de que o uso do princípio uniformitário não significa, simplesmente, a transferência de dados do presente para o passado ou vice-versa, uma vez que a comunidade que existia no passado já não existe mais, ou seja, a comunidade investigada já não é mais a mesma. Sendo assim, Labov (1994: 20) observa que "o uso do presente para explicar o passado depende, então, não somente de novos métodos e de novos dados, mas também de localizarmos pontos de contato e de similaridade entre o presente e o passado que justifiquem a aplicação dos novos dados"⁴⁰. A observação de Labov alerta-nos para o fato de que o passado não é igual ao presente, pois, caso o fosse, não seria possível falar em mudança; mas, mesmo sendo diferentes, deve haver pontos de contato entre eles que nos permitem falar em um processo de mudança, algo que teve início em algum momento e que está se processando ainda. Esta é uma questão central na investigação de uma mudança lingüística.

O trabalho com o tempo aparente tem como pressuposto fundamental a idéia de que as diferenças lingüísticas que se observam no comportamento lingüístico de gerações distintas de falantes, em uma mesma comunidade e em um mesmo momento, podem ser reflexo de diferentes estágios de desenvolvimento da língua. Neste sentido, entende-se que a fala de uma pessoa de 40 anos, hoje, reflete a fala de vinte anos atrás.

³⁹ No original, Labov afirma "we posit that the forces operating to produce linguistic change today are of the same kind of magnitude as those which operated in the past five or ten thousand years".

⁴⁰ No original, "The use of the present to explain the past then depends not only on new methods and new data, but also on locating points of contact and similarity between the present and the past that would justify the application of the new data".

Sendo assim, no trabalho com o tempo aparente, a distribuição da variação lingüística de acordo com a faixa etária dos falantes é um aspecto fundamental da análise. Por outro lado, Scherre (1988:428) argumenta que:

“Afirma-se, antes de mais nada, que só se pode falar em mudança lingüística através de resultados de análises sincrônicas se se constatar diferença etária, o que ainda não pode ser considerado como condição suficiente para a existência de mudança, uma vez que diferenças etárias podem indicar apenas gradação de idade”.

Em um trabalho recente, Sankoff (2002) discute vários padrões de mudança e mostra que mesmo a existência de um padrão etário inclinado pode não refletir mudança em progresso. Diante da constatação de que a distribuição etária não é uma condição suficiente para atestar mudança em progresso, Labov (1981) sugere que outros fatores como o sexo dos falantes, a sua classe social ou os anos de escolarização sejam também considerados com o objetivo de sanar as dúvidas que possam surgir.

Como se vê, a tentativa de caracterizar uma mudança lingüística identificada pelo lingüista em um dado momento não é tarefa simples. Uma vez que a mudança de uma língua pode se dar concomitante às mudanças sofridas pela sociedade, nada garante que aspectos hoje detectados pelo lingüista em uma dada comunidade não possam se alterar em um futuro próximo, em decorrência do surgimento de novas condições e fatores que não estavam presentes no momento da observação inicial do pesquisador. A confirmação objetiva de uma mudança lingüística em andamento em uma dada comunidade de fala, a partir de dados sincrônicos, esbarra, assim, em uma série de limitações.

Uma delas é o fato de que não se pode saber ao certo qual é o tempo necessário para a realização completa de uma mudança. Embora Labov (1981:177) proponha que o lapso de tempo ideal para se captar uma mudança lingüística em

progresso, eliminando-se a possibilidade de movimento reverso, seria o correspondente, no mínimo, à metade de uma geração e, no máximo, ao período de duas gerações, não é possível saber ao certo qual é o tempo necessário para que uma mudança se complete. Algumas mudanças podem durar mais de um século, enquanto outras podem se completar em um lapso de tempo menor.

Scherre (1988:435) cita três casos em português que exemplificam processos longos de mudança linguística, com evidências em tempo real, que extrapolam o tempo idealmente previsto por Labov e questiona sobre a possibilidade de se constituírem em processos de mudança em progresso. Dentre eles, encontra-se o trabalho de Callou (1979) sobre a fricativização e posteriorização do R, cujas evidências do tempo real datam de 1883.

Um outro problema consiste no fato de que a possibilidade de se obterem descrições de estágios anteriores da língua é algo raro. Conforme observa Labov (1994:11), a sobrevivência de documentos históricos, bem como sua preservação é muito precária; além disso, acrescenta o autor, a linguagem presente nesses documentos é sempre muito distinta do vernáculo de quem os escreveu, de modo que o nosso conhecimento a respeito da linguagem de uma dada época é sempre muito limitado, porque não dispomos do conhecimento do falante nativo.

No que diz respeito a este estudo sobre a variedade do português falada na baixada cuiabana, é muito difícil ter acesso a qualquer registro sobre a marcação de gênero em estágios anteriores do dialeto. No capítulo anterior (seção 3.2.1), informamos que um trabalho pioneiro, e praticamente desconhecido, que registra características da fala da baixada cuiabana é o do Prof. Franklin Cassiano da Silva, publicado em 1921, sob o título de **Subsídios para o estudo de dialetologia em Mato Grosso**. Neste ensaio, o autor registra e comenta algumas características típicas do que ele trata como "linguagem de Mato Grosso", discorrendo sobre as prováveis influências dos bandeirantes paulistas que efetivaram o processo de colonização da região, bem como influências do colonizador português e de migrantes de outras regiões do Brasil. Entre outras

características apontadas pelo autor, encontra-se a fricativização de 'che' e 'je' em 'tche' e 'dje', tão típica do falar cuiabano, mas não há uma referência sequer relativa à marcação do gênero gramatical. A leitura do trabalho de Franklin Cassiano da Silva nos deixa com a impressão de que a variação de gênero não existia no falar cuiabano no início do século. No entanto, na amostra analisada nesta pesquisa, há um informante que possuía 84 anos em 1999, ocasião em que foi realizada a entrevista para coleta de dados. Ou seja, há um informante nascido em 1915. Como teria adquirido esta característica em sua fala se ela já não existisse na fala de seus pais ou de seus pares? Será que a variação de gênero teria surgido nessa época, com esta geração? Por que razão? O único elemento que possui para sustentar a suposição de que este tipo de variação já existia no início do século 20 são os falantes idosos desta pesquisa, em cuja fala encontramos a presença de variação de gênero. Na literatura pesquisada sobre a história de Mato Grosso, não foi encontrado nenhum registro de fatos histórico-sociais importantes que teriam ocorrido nesta data, que possam justificar o despontar de alguma mudança linguística na comunidade investigada.

O único registro mais antigo sobre o falar cuiabano que faz referência à variação de gênero, com possibilidade de consulta a algumas poucas amostras da fala de usuários do dialeto, é o trabalho de Maria Francelina Ibrahim Drummond, **Do falar cuiabano**, publicado em 1978 pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cuiabá. Trata-se, portanto, de um registro recente, do ponto de vista diacrônico, mas que permite, pelo menos, acessar uma geração anterior à atual.

A terceira limitação do trabalho com o tempo aparente é o fato de se ter que recorrer a informações do tempo real para se validar os resultados de uma pesquisa feita a partir de um estado atual de variação. Este procedimento torna praticamente sem efeito a análise feita no tempo aparente, cujo objetivo consiste justamente no fato de se poder chegar a conclusões a respeito do desenvolvimento diacrônico da língua com base em estudos sincrônicos.

De todo modo, pretendo, neste capítulo, registrar as reflexões que tenho feito a respeito do fenômeno em estudo e, também, a respeito do falar cuiabano, de modo

geral, reflexões essas que permitem apontar uma tendência de mudança desta variedade regional no sentido da aquisição de formas mais prestigiadas do português em detrimento das características típicas locais. Tudo isso será feito sem perder de vista o fato de que, segundo Labov (1981:177), "qualquer afirmação sobre mudança é naturalmente uma inferência, pois é muito difícil observar a mudança diretamente".

4.2 A mudança lingüística no dialeto da baixada cuiabana

A literatura sobre mudança lingüística aponta cinco problemas fundamentais relacionados com a explicação de uma mudança, a saber: restrição, transição, encaixamento, avaliação e implementação. Para traçar um panorama do processo de mudança lingüística referente à concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana, vou me concentrar nas cinco grandes questões apresentadas acima, segundo a proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972).

4.2.1 O problema da restrição

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu identificar que a mudança lingüística em curso no dialeto da baixada cuiabana pode ser descrita, atualmente, como a perda da codificação morfossintática do traço semântico [\pm referência genérica].

No eixo temporal, essa mudança deve ter tido seu início antes da segunda década do século XX, considerando a hipótese de que o indivíduo mantém, para o resto de sua vida, o sistema gramatical que internalizou até a adolescência (Labov, 1981:181). Foi dito, na seção anterior, que o informante mais idoso desta pesquisa contava 84 anos em 1999. Considerando, então, que seu nascimento se deu no ano de 1915, segundo essa hipótese, em 1930 ele já estava com seu sistema gramatical totalmente fixado. Ocorre

que, em sua fala, a variação de gênero na retomada pronominal ainda é bastante produtiva e se dá em vários contextos, alguns dos quais, na fala dos informantes jovens, só exibem formas típicas da variedade padrão. Isso nos leva a supor que a fala deste indivíduo reflete um estágio ainda inicial da mudança deste traço morfossintático, um estágio em que a variação ainda era muito presente.

Para tratar do problema da restrição, de acordo com o que propõem Weinreich, Labov e Herzog (1968: 183), faz-se necessário examinar, no dialeto da baixada cuiabana, qual é o conjunto das mudanças possíveis e quais são as possibilidades de mudança para estruturas que envolvem variação de gênero.

Já dissemos que a variação na concordância de gênero, no falar cuiabano, ocorre em três construções sintáticas: no sintagma nominal, na relação sujeito/predicativo e na relação antecedente/anafórico. Em princípio, pode-se pensar em três hipótese referentes a prováveis direções da mudança, na baixada cuiabana: 1. Não marcar o gênero em nenhuma estrutura e usar a forma não-marcada, indistintamente, para o masculino e o feminino; 2. Não marcar propriamente gênero, mas codificar, gramaticalmente, outro aspecto qualquer presente nas línguas; 3. Marcar o gênero gramatical de acordo com o sistema que predomina no português do Brasil.

Quanto à primeira hipótese, ficou esclarecido, no capítulo 3, que não há elementos para respaldá-la. A análise da fala dos dezoito informantes desta pesquisa revelou que há uma série de estruturas no falar cuiabano com marcação explícita de gênero feminino, como se dá na variedade padrão do português. Por outro lado, sabe-se que, nos estudos referentes ao português antigo (cf. Mattos e Silva, 1989 e 1994), não há registro de variação de gênero na língua portuguesa. O que se encontra é uma referência quanto a uma certa flutuação na fixação do gênero gramatical de alguns itens lexicais, que, na fase arcaica da língua, figuravam tanto como masculinos quanto como femininos, como **dor** e **pastor**, ou nomes que, sendo inicialmente masculinos, passaram a femininos e vice-versa, como ocorreu, respectivamente, com **linguagem** e **linhagem**, por um lado, e com **cometa** e **planeta**, por outro. Além disso, na evolução da morfologia de gênero do

indo-europeu ao português, observa-se o enfraquecimento e o posterior desaparecimento do gênero neutro, com o conseqüente fortalecimento da oposição masculino/feminino e um crescente aumento do valor funcional do morfema de feminino⁴¹ (Câmara Jr, 1972; Coutinho, 1954; Mattos e Silva, 1989). Portanto, não há, na história da língua portuguesa, nada que justifique ou que sugira a possibilidade de uma tendência à completa neutralização da marcação do gênero gramatical na estrutura morfossintática da língua.

A segunda hipótese, referente à possibilidade de codificação de outro traço gramatical que não o gênero, também não encontra respaldo em nenhum estudo relativo a qualquer variedade tanto do português do Brasil, como de Portugal (cf. Capítulo 2, seção 2.3). A terceira e última hipótese parece, então, ser a mais viável das três pelas seguintes razões:

- (i) os estudos sobre variação de gênero no português do Brasil (Lucchesi, 2000 e Lucchesi e Macedo, 1997) atestam que o processo de mudança lingüística que tem se verificado em comunidades brasileiras que apresentam, em sua variedade lingüística local, variação na concordância de gênero, revela uma forte tendência à aquisição das formas da variedade padrão do português, com a marcação explícita do gênero feminino nos contextos em que ela esteja prevista para ocorrer;
- (ii) o estigma social que há muito recaiu sobre o dialeto da baixada cuiabana tem funcionado sempre como uma pressão externa favorecedora da neutralização das características dialetais, ridicularizadas e tachadas de 'erradas', em prol da aquisição e fixação de características da variedade padrão do português do

⁴¹ A esse respeito, remeto também à tese de Doutorado de Lucchesi (2000), que trata da variação de gênero no SN, em estruturas do dialeto falado em Helvécia, Bahia.

Brasil, conforme atestam alguns depoimentos dos informantes desta pesquisa.

Quanto ao aspecto tratado em (i) acima, os resultados da análise quantitativa permitiram perceber, com clareza, que a variação de gênero na baixada cuiabana já foi um fenômeno muito mais generalizado na fala dos usuários do dialeto. Atualmente, esta variação ocorre em contextos mais restritos além de só estar presente na fala de pessoas pouco escolarizadas e, assim mesmo, com baixa frequência na fala dos jovens (Cf. Figura 1, seção 3.2.4.1). É justamente nesta faixa etária que se encontram as frequências mais altas de realização da concordância de gênero de acordo com os moldes do português padrão, o que comprova também o que foi dito em (ii) no sentido de estar em andamento, na comunidade investigada, um processo de aquisição e fixação de formas mais prestigiadas do português. Além disso, no que diz respeito à concordância de gênero, o fato de os usuários do dialeto da baixada cuiabana estarem adquirindo e usando formas mais prestigiadas do português em detrimento das formas tipicamente dialetais, situa a mudança linguística no dialeto da baixada dentro de um processo mais abrangente e mais geral de mudanças que vêm ocorrendo em outras variedades do português do Brasil, conforme esclarecido em (i). Estas mudanças têm em comum uma direção no sentido da realização plena da concordância de gênero.

Por essas razões, pode-se, com uma grande margem de segurança, afirmar que a terceira hipótese a respeito da provável direção da mudança no dialeto da baixada cuiabana é a mais viável das três. Ou seja, trata-se de uma mudança que segue na direção de marcar o gênero gramatical de acordo com o sistema que predomina nos dialetos menos marcados do português do Brasil.

A outra questão a ser tratada no problema da restrição está relacionada com o conjunto das mudanças possíveis. No item (ii), falou-se sobre o estigma social que marca, ainda hoje, o dialeto da baixada cuiabana e de como este estigma gerou pressões externas que induziram a uma neutralização das características dialetais, produzindo

mudanças lingüísticas em prol da aquisição de formas mais prestigiadas do português. Este processo de mudança no sentido da substituição de traços do falar cuiabano por traços da variedade padrão do português foi, primeiramente, registrado por Palma (1984), em um trabalho realizado sobre a fricativização de [ʃ] e [ʒ] no falar cuiabano. Note-se que Palma escolheu como objeto de estudo de sua pesquisa o traço lingüístico que mais identifica o cuiabano em relação ao seu falar regional, que é a realização de 'tche' para [ʃ] e 'dje' para /ʒ/. Por se tratar de um traço acusticamente muito saliente, este é também o traço mais perceptível e mais estigmatizado do falar cuiabano. Em relação a este fenômeno, Palma (s/d) registra que:

“dessa análise, constatamos que o falar do cuiabano vem sofrendo um processo de mudança lingüística em estágio avançado. O que isto significa? Significa que cuiabanos de vinte a quarenta anos vêm substituindo os traços tche e dje, que os identifica com sua região, por outros estranhos a ela, porém mais propagados e portadores de maior prestígio, como che e je em, por exemplo, chuva e jeito”.

Embora a variação na concordância de gênero não constitua um dos traços mais marcantes e perceptíveis do falar cuiabano, inclui-se perfeitamente no conjunto das formas estigmatizadas. Mesmo que a mudança lingüística tenha atingido primeiramente o nível fonológico do dialeto, as pressões externas que pesam sobre o falar cuiabano em função do estigma social atingem o dialeto como um todo. Uma das informantes desta pesquisa faz o seguinte desabafo: "Ah, porque como falar cuiabano as pessoa pensa que tá falano errado e eles corrige a gente".

Portanto, pode-se concluir que a mudança na concordância de gênero neste dialeto enquadra-se também em um movimento mais geral de mudanças, que envolvem a neutralização das mais diversas características dialetais e sugerem, para o falar cuiabano, um processo de morte.

Um outro aspecto a ser tratado dentro do conjunto das mudanças possíveis em relação ao falar cuiabano, que funciona como elemento de restrição e que, conseqüentemente, atua na definição do direcionamento da mudança, diz respeito à presença/ausência de artigo nas construções desse dialeto. Como esta questão está, também, diretamente relacionada ao problema do encaixamento linguístico, será abordada, em detalhes, na seção 4.2.3, referente ao problema do encaixamento.

4.2.2 O problema da transição

Para Labov (1972), o problema da transição envolve a descoberta do caminho pelo qual um estágio da mudança evoluiu a partir de um estágio anterior. Para abordar este problema em relação ao processo de mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana, tomarei como ponto de partida a seguinte afirmação de Weinreich, Labov e Herzog (1968:184): "a mudança ocorre (1) quando um falante aprende uma forma alternativa; (2) enquanto duas formas co-existirem em sua competência; (3) quando uma das formas se torna obsoleta"⁴².

Pode-se dizer, em relação ao dialeto da baixada cuiabana, que o processo de mudança linguística encontra-se, atualmente, na transição do segundo para o terceiro momento apontado pelos autores acima. Pelo menos no que diz respeito à variação na concordância de gênero na retomada pronominal, os fatos indicam que o momento é este. Na amostra analisada nesta pesquisa, a maioria dos falantes faz uso alternativo de **ele** e de **ela** na retomada pronominal, o que indica que estas formas co-existem em sua gramática. Por outro lado, já é possível encontrarem-se usuários do dialeto em cuja fala a forma alternativa **ele** já foi totalmente substituída, representados, nesta pesquisa, pelos quatro informantes que fazem uso categórico de **ela**. A presença de quatro informantes

⁴² No original, "Change takes place (1) as a speaker learns an alternate form, (2) during the time that the two forms exist in contact within his competence, and (3) when one of the forms becomes obsolete."

(aproximadamente 25%) com este comportamento linguístico diferenciado em uma amostra de dezoito usuários do dialeto, sugere já haver, na comunidade investigada, um número significativo de indivíduos cuja fala deve refletir este estágio atual da mudança. Além dos seis informantes que compõem a faixa etária jovem da amostra analisada, foram entrevistados mais cinco jovens que não fazem parte da amostra, sendo quatro com escolarização em nível de 7^a/8^a série e um com nível superior, e também, na sua fala, não há registros de nenhuma ocorrência de variação na concordância de gênero na retomada pronominal.

Qual seria, então, o percurso desenvolvido por esta mudança no dialeto da baixada cuiabana? Para responder a esta questão, vou me concentrar na discussão dos seguintes aspectos:

- (i) levantamento de evidências de um estágio anterior de língua, no que diz respeito à atribuição de gênero gramatical no falar cuiabano;
- (ii) demonstração de que a variação de gênero já constituiu um fenômeno mais generalizado na baixada cuiabana e, atualmente, ocorre em contextos mais restritos;
- (iii) constatação de que a variação de gênero na relação anafórica constitui uma das etapas de um processo mais geral de mudança na concordância de gênero como um todo no falar cuiabano;
- (iv) análise e discussão da distribuição do fenômeno variável na faixa etária, nos diferentes níveis de escolarização e de acordo com o sexo do informante.

Em relação ao primeiro item, algumas evidências para a caracterização de um estágio anterior de língua são encontradas, ainda hoje, em construções presentes na fala de informantes mais idosos e menos escolarizados. Tais construções são constituídas

por nomes cujo gênero difere totalmente do gênero atribuído às mesmas formas na variedade padrão do português. Vejam-se alguns expemplos:

- (1) Ali diz que tem, aí com **ESSES TOMBERA, ESSES DRAGA, né, ESSES TOMBERA** carregano areia.
(CLN, 75, I)
- (2) **NESSE CUNDIÇÃO**, aí mudemo pra lá em mil novecento e vinte e sete.
(FEL, 84, I)
- (3) A dgente vai co faca, rapa tudinho **AQUELES COISA**, penudge por penudge dela [da galinha]...
- (4) Daí a senhora vem co **AQUELE COISA**, cua **ELE**, dá aquela farinha.
- (5) Ele [o leite] fica moreninho. Aí põe canela, **O ERVA-DOCE**, fica um doce de [inint].
- (6) É, quando eu vedjo que **O MEUS CRIANÇA** tá doente, eu faço o tchá antes d'eu i pu serviço.
(MIN, 44, I)
- (7) Eu sô separado desse segundo marido que é pai **DESSES DUAS CRIANÇA MAIS NOVO MEU**.
- (8) Eles [as cobras] aparece mais no:: sempre na época de chuva, né? as cobra, **AQUELES ARANHA** que tem, né?
- (9) Já **ESSES ARANHA AÍ**, é só entrá chuva, quando vê tá subindo, porque eu moro assim na COHAB, tem mato aqueles lado, sabe?
(BEN, 41, 3s)
- (10) Seu Otto tchama nós, diz que é pa i tirá um jacaré, tchega lá, é **UM SUCURI**.
- (11) Num sei quem é, num sei quem [inint] falei pra ele que **O MELHOR CARNE** é de sucuri.
(ELN, 39, 4s)

(12) Acho que ele [a quina] deve conter **VÁRIOS: VÁRIOS SUBSTÂNCIA** de medicinais.

(13) Eu já tava com uns dezesseis ano por aí, dezessete ano, que eu fui tomar **O PRIMEIRO INJEÇÃO** na minha vida, que eu nunca tinha tomado injeção.

(MIS, 64, 2s)

(14) Quando vem arrumação de chuva, que vem brabo, ventania, **AQUELE TRIVUADA**, panha a faca e risca ansim.

(15) Diz que naquele pelego bonito, aí muntô [a onça] nele co aquela rédea que é só argola, **AQUELE ARGOLA BONITO** só vê!

(DOM, 76, I)

(16) Aí pararam, uns quatro, cinco ano ficou parado **O BARRAGEM**, aí que, agora no governo do Dante que terminaram.

(17) Domingueira quase todo domingo tem, **TUDO ESSES BARRACA** Aí eles fazem domingueira aí.

(FRA, 40, I)

Em todas essas dezessete ocorrências que acabam de ser exemplificadas, registram-se nomes que são classificados como femininos no português padrão, mas que figuram, neste dialeto, como masculinos, conforme atestam os seus respectivos determinantes. Nomes como **substância, erva-doce, argola, injeção, tombera, draga, barraca e trivuada** não ocorreram outras vezes no *corpus*, de modo que, até prova em contrário, são **masculinos**, pelo menos para estes falantes idosos e de baixa escolaridade. Aliás, vale ressaltar que a maior parte das construções acima foi produzida por pessoas iletradas, conforme atestam as indicações do informante nos exemplos citados. Nomes como **criança, aranha, condição, carne e coisa** aparecem outras vezes, na amostra analisada, com **gênero feminino**, quer na fala do mesmo informante, quer na de outro.

A hipótese que pretendo levantar aqui é a de que a presença destes nomes masculinos, diferentemente do que se dá no português padrão, na fala de informantes idosos e adultos e, em sua maioria, iletrados, reflete um estágio anterior da atribuição do gênero gramatical no dialeto da baixada cuiabana. Parece muito provável que muitos dos nomes que hoje figuram como femininos, na fala dos usuários do dialeto, possam ter sido originalmente masculinos nesta variedade do português. Se esta hipótese for verdadeira, tem-se aí uma explicação razoável para o fato de muitos nomes, mesmo figurando como femininos atualmente, serem ainda retomados pela forma pronominal masculina. Infelizmente, casos como o do exemplo apresentado em (4), em que há uma retomada pronominal do nome com determinante masculino, não foram localizados com mais frequência na amostra analisada. Esta foi a razão pela qual retiramos da variável presença x ausência de determinante o fator **presença de determinante masculino**, conforme foi esclarecido na seção 3.2.3, do capítulo 3.

Com base neste mesmo raciocínio, e tendo em vista as construções anteriormente exemplificadas, proponho que a mudança na marcação do gênero gramatical, no dialeto da baixada cuiabana, em direção a um dialeto de prestígio tenha se iniciado pelo contexto **DETERMINANTE + NOME**, para, em seguida, espalhar-se para outras estruturas. Uma forte evidência para esta suposição consiste no fato de não terem sido encontradas construções, como as exemplificadas de (1) a (17), na fala dos informantes adultos escolarizados, nem na fala dos jovens, quer escolarizados, quer iletrados. Esta é uma forte evidência de que a mudança **ARTIGO + NOME** já se encontra em estágio muito avançado, caminhando em direção a sua completude.

Quanto ao item (ii), vale relembrar a Figura 1, apresentada na seção 3.2.4.1 do capítulo anterior (p.143), que ilustra a redução do uso de **ele** em relação aos contextos marcados pelo traço de animacidade, indicando o caminho que tem sido percorrido pelo fenômeno variável, ao transitar de contextos mais gerais para contextos mais específicos. Um outro tipo de redução de contextos, que também comprova o mesmo percurso para a variação de gênero no falar cuiabano, diz respeito às estruturas

em que o fenômeno pode ocorrer. Desde o primeiro capítulo, foi dito que a variação na concordância de gênero, neste dialeto, pode ser encontrada em três tipos de construção sintática: no Sintagma Nominal, na relação sujeito/predicativo e na relação anafórica. Na conclusão do capítulo três, ao retomar rapidamente a discussão sobre a variação inerente no dialeto da baixada cuiabana, mostrei alguns exemplos de construções com variação de gênero na fala de pessoas com escolaridade de nível superior, mas deixei claro que, na fala desses indivíduos, não há registro de nenhuma ocorrência dessa variação na relação anafórica. Um mapeamento da presença de variação na concordância de gênero no falar cuiabano, nos dias atuais, de acordo com as construções sintáticas possíveis distribuídas nos diversos graus de escolaridade, apresenta a seguinte configuração:

Quadro 1

| Variação de gênero | Grau de escolaridade do informante | | |
|------------------------|------------------------------------|----------|------------------------------|
| | iletrado | 4ª série | De 5ª série a Nível superior |
| No Sintagma Nominal | X | X | X |
| No predicativo | X | X | X |
| Na retomada pronominal | X | X | |

Com este quadro, percebe-se que, atualmente, a mudança está mais avançada nas construções que envolvem a anáfora pronominal, uma vez que na fala de pessoas mais escolarizadas não há registro de variação nesta construção. As outras duas construções revelam-se ambientes mais resistentes à mudança, podendo ser encontradas tanto na fala dos informantes escolarizados que fazem uso categórico de **ela** na retomada pronominal, quanto na fala de pessoas com escolaridade de nível superior. Vejam-se mais alguns exemplos:

(18) Barraco de madeirit, bem arrumadinho, todas madeirit uma certinha com a outra, parecendo **CASINHA PRÉ-MOLDADO**.

(19) [As pessoas] são mais para si assim, mais **RESERVADOS**.

(ANF, 22, 7s)

(20) Minha família toda é **CUIABANO**, né, o meu sotaque acho que é o mais carregado que tem lá de casa.

(21) A comida lá em casa é assim bem apimentada, coisa bem pesada, aquela coisa pesada, bucho, carne de porco, carne seca com arroz, farofa de **BANANA FRITADO NA MANTEIGA**, peixe...

(JAB, 25, SU)

(22) P_ Então tem qualidades variadas, aí vem tudo, banana verde...

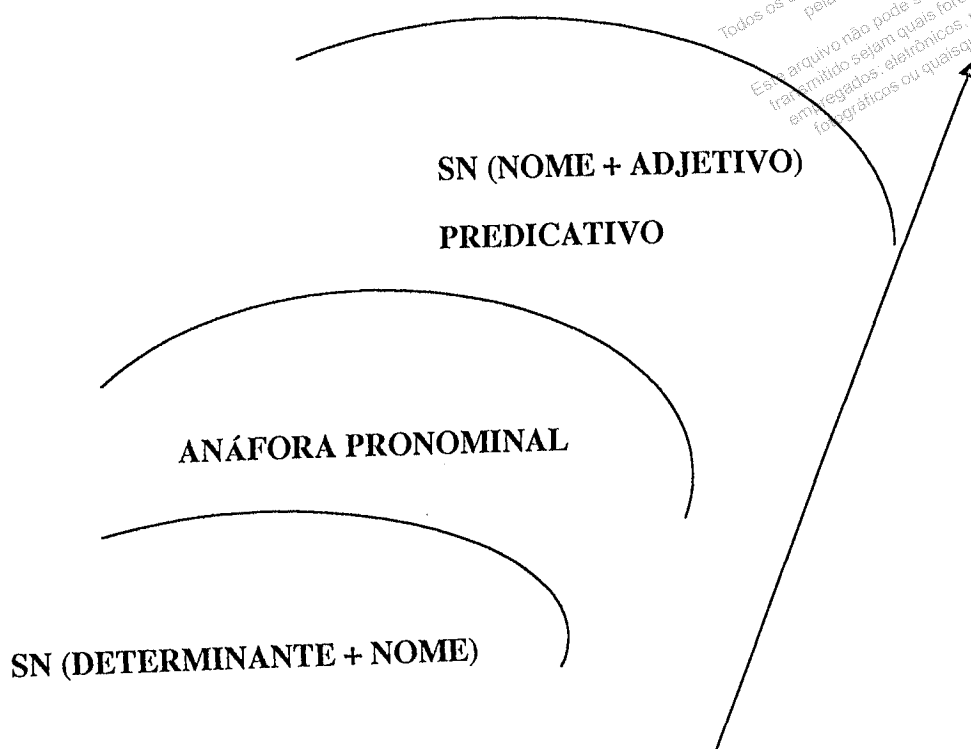
E_ Vem, banana verde, **BANANA MADURO**, bananinha, vários tipo de bananinha, São Tomé, bananinha mariquita, banana maçã, enfim tem vários.

(LAR, 43, SU)

Vale ressaltar que, quando consideramos, no Quadro 1, a variação no Sintagma Nominal, não estávamos nos referindo a construções do tipo DETERMINANTE + NOME, visto estas quase não ocorrerem mais como estruturas variáveis; mas, sim, às construções **NOME + ADJETIVO**, que, como foi demonstrado, ainda estão presentes na fala de usuários de nível superior de escolarização. Portanto, o espraiamento da mudança lingüística na concordância de gênero, no falar cuiabano, está tomando a seguinte direção:

Figura 2

Direção do espriamento da mudança lingüística no falar cuiabano



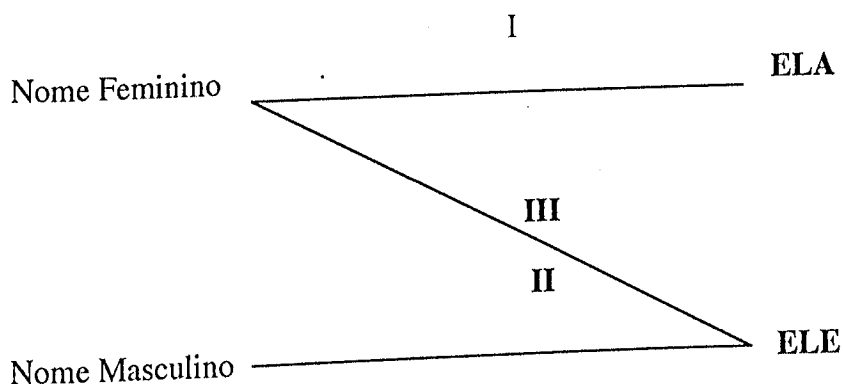
A mudança que teve início na construção DET + NOME alterou o gênero de uma série de nomes que figuravam como **masculinos**, neste dialeto, e que passaram a **nomes femininos**, conforme se apresentam no português padrão do Brasil. Esta mudança, que já se encontra em fase bastante adiantada, interferiu na retomada pronominal dos nomes que, numa relação anafórica, funcionam como antecedentes, os quais passaram a ser retomados ora por **ele**, ora por **ela**. Este suposto desequilíbrio do sistema gerou uma ampla gama de variação na concordância de gênero, que está gradativamente caminhando em direção a um novo ponto, a um novo estado, na medida em que se reduzem os contextos sintáticos favoráveis à variação. O estágio atual já revela mudanças na retomada pronominal, mas sinaliza as construções **NOME + ADJETIVO** e **SUJEITO + PREDICATIVO** como sendo os contextos mais resistentes. Não se quer dizer com isso que, nestes últimos contextos, a concordância de gênero permaneça totalmente inalterada, uma vez que há ocorrências de predicativo e adjetivo com formas flexionadas para

gênero. Dizer que estes contextos são mais resistentes é o mesmo que dizer que, neles, a mudança está menos avançada do que na anáfora pronominal.

Uma observação que não se pode perder de vista em relação a esses contextos estruturais em que a mudança está ocorrendo, no falar cuiabano, diz respeito ao fato de eles refletirem, mais uma vez, o padrão posição à esquerda (DET + NOME) e posição à direita (NOME + ADJETIVO) do núcleo, conforme constatado para a variação na concordância de número, em português, por Scherre e Naro (1995) e Scherre (1988 e 1998). Note-se que o padrão encontrado é o mesmo: posição à esquerda favorece mais concordância e, portanto, menos variação; posição à direita favorece mais variação e menos concordância, o que, em outras palavras significa que a variação na concordância é mais frequente nos elementos posicionados à direita. Ou seja, tanto para a concordância de número nas variedades do português em geral, quanto para a concordância de gênero no falar cuiabano, esta posição é a mais resistente à mudança. Esta constatação indica que estamos diante de um padrão estrutural de mudança bem mais geral em português.

O estágio atual da variação de gênero na relação anafórica, no dialeto da baixada cuiabana, a partir da mudança DET + NOME, pode ser ilustrado de acordo com a Figura 3, a seguir:

Figura 3



Nesta figura, I e II ilustram as retomadas pronominais conforme são previstas e esperadas nos dialetos de prestígio, ou seja, nomes femininos são retomados por **ela** e nomes masculinos, por **ele**. Em III, tem-se a faixa intermediária que representa o universo da variação no falar cuiabano: nomes femininos que são retomados por **ele**.

Uma outra evidência para postular que este estágio intermediário de variação na concordância de gênero, no falar cuiabano, constitui uma etapa de um processo maior de mudança lingüística é a presença de variação na concordância com um mesmo antecedente. Às vezes, isto ocorre na fala de um mesmo informante, conforme exemplos já vistos na seção 3.2.4.1, outras vezes muda de um informante para outro. Vejam-se mais exemplos, a seguir:

(23) P_ Essa [banana São Tomé] eu não conheço. Banana roxa também não.

E_ Banana roxa tem **ELE** aí tamém.

(.....)

P_ Mas essa mariquita tamém não conheço não. (...)

E_ Que a banana mariquita da catchão ansim, dedo **DELE** é ansim, dá desse tamanho, gossinho ansim. **ELA** é boa banana.

(MIN,44, I)

(24) P_ E nao tinha cobra nem nada?

E_ Tinha sim, muita cobra.

P_ Que época elas apareciam muito assim? Não entrava em casa não?

E_ Entrava. **ELES** aparece mais sempre na época da chuva, né. (...) Um dia tava entrando **UMA COBRA** lá dentro, a gente tava assistindo, quando vê **ELE** vinha entrando, sabe?

(BEN, 41,3s)

(25) P_ Mas ela vem no terreiro, a cobra?

E_ Fica no sujo, né, mas o terrero ali de casa é limpo, já limpemo lá, não tem perigo não. (...) É só cuidar pra **ELA** num entrá. Uma vez eu achei uma cobra na áera de casa, pra entrar em casa, tava só eu e a menina lá.

P_ E você sabe matar?

E_ Eu não mato não. (...) que diz que o coração é no rabo, né, aí tem que batê no rabo pra matá **ELA**.

(FIA, 18, 4s)

Em (23), a informante usa as duas formas pronominais, masculina e feminina, para se referir ao mesmo antecedente, **banana**. Em (24) e (25), as duas informantes referem-se a uma cobra, mas usam formas pronominais distintas na retomada.

Um último aspecto a ser tratado no problema da transição refere-se ao comportamento das variáveis sociais. Sabe-se que a diferença etária é considerada um fator de grande relevância para a avaliação de processos de mudança lingüística em progresso, embora, nem sempre, este seja um fator suficiente para fazerem-se afirmações mais conclusivas neste tipo de análise. Em relação à concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana, ficou demonstrado, na análise das variáveis sociais, no capítulo anterior, que a diferença etária não reflete, como se esperava, um comportamento típico de uma mudança em progresso. Para este tipo de mudança, postula-se que as frequências mais altas de uso da variante inovadora estão em relação inversa com a idade, de modo que os falantes mais jovens devem realizar esta variante com mais frequência do que os mais velhos. Mas não é isto o que os resultados apresentados na seção 3.2.4.2 mostram. A análise da variável faixa etária revelou que a variação de gênero, no falar cuiabano, exibe sua maior produtividade na faixa etária intermediária. Mesmo com a retirada, em uma outra etapa da análise, dos quatro falantes que fazem uso categórico de **ela**, os resultados mantiveram essa configuração. Por outro lado, estes mesmos resultados revelaram outros aspectos muito significativos para a investigação de uma mudança em progresso. Um

deles é que a frequência mais alta de uso da variante inovadora encontra-se na fala dos jovens, conforme se espera que aconteça neste tipo de mudança. Além disso, é nesta faixa etária que se encontram, também, três dos informantes (sendo um deles iletrado) que apresentam um comportamento linguístico categórico quanto ao uso da variante inovadora, sinalizando, para a faixa jovem, um comportamento diferenciado do encontrado na fala dos idosos e dos adultos.

Labov (1981:177), ao discutir a possibilidade de se identificar uma mudança em progresso com base em dados sincrônicos, afirma que:

“se quisermos propor que uma mudança em progresso foi detectada em uma dada comunidade de fala, vamos precisar de evidências que mostrem que a variação presente em uma dada comunidade resulta diretamente do fato de que, num passado recente, os aprendizes da língua adquiriram uma forma da língua diferente da que está sendo adquirida agora”⁴³.

A idéia de passado recente, para Labov, envolve um lapso de tempo de, no máximo, duas gerações. Os informantes jovens desta pesquisa têm todos entre 18 e 24 anos e os adultos, entre 30 e 45 anos, o que configura, no máximo, uma geração e meia de diferença entre uma faixa e outra. Se a frequência mais baixa de ocorrência de *ele* na retomada de antecedentes femininos está situada na fala desses jovens, em contraposição à alta produtividade deste fenômeno na fala dos adultos, tem-se que a fala destes últimos ainda reflete o uso de uma forma que está gradativamente desaparecendo da fala dos jovens. Estes estão adquirindo uma nova forma linguística que, no caso do dialeto da baixada cuiabana, é uma forma própria da variedade de prestígio da língua. Isto explica também por que alguns falantes jovens sequer variam mais, tendo alterado

⁴³ No original, "If we want to propose that change in progress has been detected in a given speech community, we will need evidence to show that some variation within the community is a direct result of the fact that in the recent past language learners acquired a different form of the language than they are acquiring now."

significativamente seu comportamento lingüístico em relação à marcação do gênero gramatical na anáfora pronominal.

Um aspecto distoante no comportamento da variável **faixa etária**, nesta pesquisa, diz respeito ao fato de, entre os idosos, onde se esperava encontrar a maior frequência de variação, encontrar-se, por outro lado, um falante que também não varia.

Embora a distribuição do fenômeno variável na faixa etária seja considerada um dos aspectos mais relevantes para o estudo da mudança em progresso, Labov (1981) afirma que esta distribuição não é a única informação sincrônica relevante, devendo ser examinados outros padrões associados. Em geral, a pesquisa sociolingüística (Oliveira, 1982) aponta, para os casos de mudança em progresso, a presença constante de alguns padrões sociais, tais como classe social, faixa etária e sexo. Labov (2001:113) propõe que, para o exame da variável classe social, sejam considerados também alguns indicadores sócio-econômicos, como nível de escolaridade, tipo de ocupação e renda familiar, que já foram testados em outros estudos. Estes aspectos, segundo Labov, formam, mais especificamente, uma hierarquia socio-econômica, e não um conjunto de padrões determinantes de classes, conceito que envolve noções subjetivas de status e poder. Segundo o autor (2001:114), estes indicadores da hierarquia social representam diferentes relações com a trajetória de vida do indivíduo e suas oportunidades. Uma análise que considere tais aspectos permite que se chegue a um perfil do tipo social que lidera a mudança, o que, para Labov, constitui o principal objetivo a ser alcançado com o estudo da influência de variáveis sociais na mudança lingüística. Para este autor (2001:33-34), este tipo de investigação não deve buscar encontrar o indivíduo inovador, mas o tipo social que lidera a mudança, uma vez que:

“os líderes da mudança lingüística não são inventores individuais de uma dada forma, mas são preferencialmente aqueles que, em razão da sua

história e de seus padrões de comportamento social, levarão adiante a mudança em andamento de modo mais definitivo”⁴⁴.

Assim sendo, tendo em vista que a análise de outros padrões sociais além da faixa etária pode ser, também, bastante elucidativa para uma investigação no tempo aparente, como a que se está realizando nesta pesquisa, além da variável grau de escolaridade, que foi testada na análise quantitativa, serão considerados aqui os seguintes aspectos:

- (i) tipo de ocupação, mobilidade social e classe social do informante, com base em nosso conhecimento empírico da realidade dos entrevistados;
- (ii) a variável sexo, que não foi, em princípio, considerada no conjunto dos grupos de fatores estabelecidos para a análise quantitativa, mas que foi testada posteriormente como um possível grupo de controle das variáveis sociais.

Um primeiro passo é identificar o que têm em comum os quatro informantes que não apresentam, na amostra analisada, variação de gênero na retomada pronominal. À exceção de um desses informantes, um jovem que não possui nenhum grau de letramento, os outros três comungam o fato de possuírem um grau de escolaridade mais alto e de apresentarem maior mobilidade social. Os dois jovens de escolaridade alta, além de continuarem estudando, estão inseridos no mercado de trabalho, o que lhes dá também maior mobilidade social. Quanto à informante idosa, trata-se de uma pessoa que participa de grupos de Yoga e de palestras sobre terapias alternativas, faz cursos de alimentação natural e produz, para revenda, pães e bolos

⁴⁴ No original, "the leaders of linguistic change are not individual inventors of a certain form, but rather those who, by reason of their social histories and patterns of behavior, will advance the ongoing change

caseiros. Tais atividades lhe proporcionam, também, mobilidade social, colocando-a numa situação diferente da dos outros informantes idosos, cujas atividades restringem-se aos afazeres domésticos. No entanto, é difícil encontrar uma explicação plausível para a ausência de variação na fala do jovem não-escolarizado, mesmo porque não se trata de uma pessoa que apresente uma mobilidade social que justifique este comportamento linguístico. Este informante não frequenta ambientes sociais diversificados, não gosta da vida na cidade e prefere, sempre que possível, ficar trabalhando na roça. Pertence a uma família pobre e é bastante provável que seu único meio de contato com uma variedade mais prestigiada da língua seja, esporadicamente, a televisão. Portanto, as oportunidades e a trajetória de vida deste indivíduo não o colocam em uma posição de contato frequente com manifestações da variedade padrão da língua que justifiquem o não-uso da variante local, **ele**. Uma possibilidade a ser considerada é atribuir ao acaso o fato de não haver ocorrido nenhuma retomada por **ele** na amostra de fala deste informante, cuja entrevista tem duração de quarenta minutos. Mas, para o programa que analisa as regras variáveis, esta possibilidade não é considerada. O que de fato se tem é uma amostra de fala sem nenhuma ocorrência do fenômeno variável, e isto constitui um dado relevante para a análise em questão: a fala do jovem, mesmo iletrado, reflete o uso da variante inovadora. Na tentativa de encontrar uma explicação mais clara para um uso tão categórico quanto o que se dá na fala deste informante iletrado, fiz uma revisão do texto transcrito da entrevista e pude perceber que uma característica da fala deste informante é o uso frequente do sujeito nulo e da repetição do item lexical como estratégia de referência, como se pode observar nos seguintes exemplos:

(26) P_ Por quê? Você trabalhava, já ajudava em casa?

E_ Ajudava, [inint] trabáio, mas isso aqui tá difícil demar. Num acha.

(27) P_ Tem horta?

E_ Não, **hota** num tem. Pega empreita dos oto pra fazê **tamém**. **Esse que** nós faz lá.

(28) P_ E que mais? Tem, assim, galinha?

E_ Nós tem **umas galinha** lá. Umas vinte cabeça nós temo.

P_ E elas põem ovinho?

E_ Põe. Mas tem bicho que tá comeno tudo tamém (...)

P_ É? Come a própria galinha?

E_ Come não.

P_ Larga ela morta?

E_ Larga ela morta.

(JUS, 20. I)

É possível que esta característica da fala deste informante responda pela baixa frequência de retomadas pronominais explícitas e que a repetição, em alguns casos até mesmo do pronome anafórico, como **ela** em (28) acima, constitua uma outra estratégia que impede o uso da variante **ele**.

No que diz respeito à mobilidade social e ao tipo de ocupação, pode-se dizer que os três informantes escolarizados citados acima apresentam uma experiência diferenciada dos demais. Em relação aos demais informantes, a maioria apresenta uma mobilidade social baixa ou relativamente baixa. Enquadram-se neste último aspecto três informantes da faixa intermediária, dois com escolaridade mais alta e um com 4ª série do ensino fundamental, que se deslocam para trabalhar como auxiliares domésticas em outros ambientes. Todos os outros têm suas atividades restritas à esfera doméstica.

Quanto à classe social do informante, embora esta não tenha sido uma variável considerada criteriosamente na composição da amostra, é possível tecerem-se alguns comentários a esse respeito. Sabe-se que, no Brasil, em função das grandes diferenças sócio-econômicas que caracterizam a estruturação social, é comum associar-se

o maior acesso à escolarização a classes sociais mais favorecidas economicamente. Conseqüentemente, indivíduos com baixo grau de letramento, muito provavelmente, pertencem a classes sociais mais baixas. Em relação à amostra analisada nesta pesquisa, pode-se dizer que a grande maioria dos informantes pertence à classe baixa ou pobre. Justifica esta afirmação a avaliação de aspectos como local de residência do informante, tipo de ocupação, grau de escolaridade e mobilidade social. Tomando como base somente o indicador **local de residência**, pode-se afirmar, com segurança, que todos os informantes iletrados partilham o fato de residirem em áreas pobres, com ruas não-pavimentadas, em alguns casos, sem rede de esgoto e em construções de madeira. Exceção feita a dois falantes idosos iletrados, que vivem, atualmente, em um asilo de velhos, todos os outros informantes deste nível de escolaridade vivem em condições muito humildes.

Os falantes com escolarização situados na faixa etária intermediária de 30-45 anos e falantes com 4ª série da faixa jovem também pertencem à classe baixa. Aqueles que moram em Cuiabá residem em bairros distantes, na periferia, e vivem em condições muito simples; os que habitam em outros municípios da baixada cuiabana, próximos a Cuiabá, são pobres e vivem em ambientes muito humildes dentro daqueles pequenos núcleos urbanos.

Os dois falantes jovens escolarizados, em cuja fala não há registro de nenhuma ocorrência de **ele**, podem ser situados, juntamente com dois falantes idosos, um com 4ª série e outro com 7ª série, na classe média baixa. Estes informantes, apesar de residirem em bairros da periferia de Cuiabá, moram em ruas pavimentadas, possuem casas montadas com eletrodomésticos, seus familiares freqüentam escolas, trabalham fora e, normalmente, algum membro da família possui algum automóvel de modelo mais antigo. Restam dois informantes idosos que podem ser situados na classe média, embora diverjam um pouco em suas ocupações. O primeiro deles é um senhor aposentado com atividades restritas à esfera doméstica; o outro é o informante idoso que faz, juntamente com os jovens escolarizados, uso categórico da variante de prestígio.

Em relação a esta distribuição em classes sociais dos informantes desta pesquisa, pode-se dizer que, à exceção do informante jovem iletrado, todos os outros três usuários da variante de prestígio pertencem a classes mais favorecidas. No caso de se pensar em uma escala relativa a esta amostra, eles se encontram no topo da hierarquia social. Mas para efeito de mudança lingüística em progresso, não há elementos seguros para afirmarmos que, no dialeto da baixada cuiabana, a classe social seja um fator decisivo na neutralização do uso de **ele**, e que o padrão curvilíneo, proposto por Labov (1972), esteja presente nesta comunidade. Não foram entrevistadas pessoas pertencentes a classes mais altas, de modo a permitir uma comparação mais específica. Por outro lado, os três informantes escolarizados que fazem uso categórico da variante de prestígio têm em comum o fato de apresentarem maior mobilidade social e de apresentarem, também, um nível de escolaridade mais alto do que os outros.

A análise quantitativa realizada no capítulo anterior (cf. seção 3.2.4.2) revelou claramente que o acesso a níveis mais altos de escolarização é bastante desfavorável à retomada pronominal por **ele**, tendo sido esta a variável social considerada significativa para o fenômeno em estudo. Já ficou demonstrado também, anteriormente, que a variação na concordância de gênero, no falar cuiabano, é mais generalizada na fala dos idosos do que na fala dos jovens. À medida em que se decresce em idade, verifica-se, paralelamente, uma redução dos contextos mais favoráveis ao uso da forma pronominal **ele**. Proponho, então, que esta distribuição dos contextos mais favoráveis ao uso de **ele** em relação à faixa etária deva ser considerada como a atuação desta variável social no processo de variação e mudança lingüística na concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana. A análise estatística da influência da variável faixa etária em relação ao uso de **ele** na retomada pronominal não reflete regularmente, como já vimos, o padrão descendente comumente encontrado em casos de mudança em progresso. Mas quando se examinam mais diretamente as características semânticas dos antecedentes que favorecem a retomada por **ele**, um certo padrão descendente se configura em relação aos tipos de antecedentes que constituem contextos mais favoráveis à presença dessa

variante. Este padrão representa exatamente a relação entre a maior ou menor generalidade do uso de **ele** de acordo com sua distribuição nas diversas faixas etárias. É somente a partir desta perspectiva que se pode compreender a influência da variável faixa etária em relação à produção do fenômeno em estudo. E não há como negar que, nesse sentido, esta variável também reflete um comportamento diferenciado.

Com o propósito de checar todos os padrões sociais normalmente associados à mudança em progresso, foi testada, numa última etapa da análise, a variável **sexo**. Procedeu-se a uma reorganização da variável **informante**, recodificada de acordo com o sexo do entrevistado, de modo que o programa VARBRUL pudesse fazer uma releitura dos dados considerando sua distribuição em relação à variável **sexo**. Os resultados dessa etapa da análise revelaram ser esta variável pouco significativa do ponto de vista estatístico. O programa VARBRUL não a selecionou entre os grupos de fatores considerados estatisticamente relevantes e não houve nenhuma alteração em relação às variáveis anteriormente selecionadas que foram discutidas no capítulo três. Os pesos relativos para os fatores da variável **sexo** apresentaram os seguintes valores; **(0,51)** para o sexo masculino e **(0,50)** para o feminino.

Considerando tudo o que foi exposto aqui, concluo que a concordância de gênero no falar cuiabano encontra-se em processo de mudança no sentido da neutralização do uso da variante local em prol da aquisição da variante padrão do português. Esta mudança pode ser localizada tanto no eixo lingüístico quanto no social. Em relação a este último, pode-se dizer que os líderes da mudança tendem a ser indivíduos jovens, cujo perfil envolve o acesso a níveis mais altos de escolaridade, com mobilidade social e inserção no mercado de trabalho. Quanto ao eixo lingüístico, a mudança atingiu primeiramente a estrutura **DETERMINANTE + NOME** e encontra-se, hoje, avançando nas construções de anáfora pronominal. Na dimensão mais específica da retomada pronominal, constata-se um movimento de redução dos contextos nos quais se dá a retomada pela forma **ele**, condicionada pelo tipo de referência do antecedente e pelas características semânticas do nome que funciona como antecedente na construção. O

fenômeno, que aparece bastante generalizado na fala dos idosos, tende a ser bem mais restrito na fala dos informantes mais jovens, sugerindo um movimento de redução, cada vez maior, dos contextos e das frequências de uso da forma **ele** na retomada pronominal.

LEI DO DIREITO AUTORAL
 Todos os direitos reservados. Protegidos
 pela Lei nº 9.610/1998
 Este arquivo não pode ser reproduzido ou
 transmitido sejam quais forem os meios
 empregados: eletrônicos, mecânicos,
 fotográficos ou quaisquer outros.

4.2.3 O problema do encaixamento

O problema do encaixamento envolve, segundo Labov (1972), a identificação da matriz lingüística e social na qual a mudança está se processando. A pergunta a ser respondida na análise deste problema é: que outras mudanças concomitantes estão associadas entre si, de modo que não possam ser atribuídas ao acaso?

Na seção 4.2.1, ao tratar do problema da restrição, falou-se a respeito de um processo de mudança sonora instaurado na baixada cuiabana desde meados dos anos 70 e identificado por Palma (1984) em seu trabalho sobre a fricativização de [ʃ] e [ʒ] no falar cuiabano. Esta mudança está atrelada a um forte condicionamento social, visto ter sido desencadeada, principalmente, pelo estigma que sempre recaiu sobre as formas 'tche' e 'dje' típicas da variedade da baixada cuiabana. Por se tratar de uma variedade regional que recebeu e recebe uma avaliação muito negativa por parte dos não-usuários, as mudanças lingüísticas que nela se verificam estão todas, de um certo modo, relacionadas com o estigma e a pressão social externa que funcionam como fatores inibidores das manifestações dialetais e propulsores de uma mudança em direção à aquisição de formas mais prestigiadas do português. É neste sentido que podemos classificar a mudança na marcação do gênero gramatical na baixada cuiabana como uma mudança vinda "de cima" ("*from above*"), na concepção de Labov (1972). Segundo este autor, tais mudanças ocorrem, geralmente, no nível da consciência e constituem empréstimos de formas mais prestigiadas que são tomadas de outros grupos sociais. Os usuários do dialeto da baixada cuiabana não têm consciência plena de uma mudança na marcação do gênero gramatical,

mas têm consciência, de modo bem generalizado, do estigma que envolve as formas de sua fala vernacular. Neste sentido, a mudança fonológica analisada por Palma, que atingiu as formas 'tche' e 'dje', situa-se muito mais no nível da consciência dos cuiabanos do que a mudança na marcação do gênero gramatical, embora ambas façam parte de um mesmo processo de neutralização das formas locais estigmatizadas. Isto decorre também do fato de que o traço que dá ao falante do dialeto o sentido de 'ser cuiabano' é justamente a pronúncia africada de /ʃ/ e /ʒ/ e não a variação de gênero.

Na verdade, é digno de nota o fato de que os usuários deste dialeto nunca exemplificam as características de sua linguagem com um exemplo de variação de gênero. As formas comumente mais citadas por eles mesmos são palavras com 'tche' e 'dje', tais como 'tchuva', 'petche' e 'cadju' para 'chuva', 'peixe' e 'caju' e a construção tipicamente cuiabana 'vou no mamãe', da qual tratamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Em relação ao encaixamento desta mudança lingüística na matriz social da comunidade investigada, é possível identificar, hoje, na baixada cuiabana, os seguintes processos em andamento:

- (i) a transformação de um dialeto regional em um dialeto urbano (Labov, 1972:286) comum à comunidade brasileira como um todo;
- (ii) o espraiamento de traços lingüísticos de prestígio na fala dos usuários do dialeto, em função das pressões sociais recebidas de cima e de fora.

Com a neutralização das características regionais e a adoção de formas de prestígio na fala dos usuários do dialeto cuiabano, o falar local perde suas marcas genuínas para se nivelar às formas da variedade padrão da língua. Tudo isto se dá por um processo impositivo, que se originou nas pressões sociais externas produzidas em função de uma alteração significativa no quadro populacional da Grande Cuiabá, a partir da década de 70, época em que grandes contingentes migratórios, originários principalmente

do sul do país, se deslocaram para o Mato Grosso. Esta onda migratória, conhecida como a **re-colonização** do Mato Grosso, introduziu, na região da baixada cuiabana, em especial na região de Cuiabá, variedades sulistas do português do Brasil que, em contato com a variedade local, começaram a produzir as fricções sociais que envolvem a exclusão e a desvalorização próprias do preconceito lingüístico. Note-se que as diferenças entre o sul e o norte de Mato Grosso sempre existiram e chegaram, até mesmo, a constituir motivo de distanciamento entre essas duas regiões, conforme assinala Palma (1984), em seu trabalho:

“Diferentemente do sul de Mato Grosso, (hoje MS), a ocorrência dessas variações na fala mato-grossense (hoje MT) foi sempre motivo de inúmeras críticas. Repudiados, censurados, constituíram tais fenômenos lingüísticos motivo de distanciamento entre os próprios elementos do sul (MS) e do norte (MT). Assim, a rivalidade era aguçada a começar por motivos que poderemos perfeitamente detectar: não possuíam a mesma tradição cultural”.

Mas as diferenças geográficas, climáticas e culturais entre o Sul e o Norte do Estado, que levaram à sua inevitável divisão em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não foram fortes o suficiente para ocasionar uma mudança lingüística na variedade da baixada cuiabana. Foi somente a partir do contato direto com outras variedades do português que a mudança pôde se percebida.

No que diz respeito ao encaixamento lingüístico, vimos, na seção anterior, quando se discutiu o problema da transição, que o aumento significativo da realização plena da concordância de gênero na relação anafórica insere-se em um processo mais amplo de mudança na marcação do gênero gramatical, no falar cuiabano. A mudança que atingiu primeiramente a estrutura **determinante + nome** espalhou-se para as outras estruturas que envolvem marcação de gênero. O fato de não ter sido registrada nenhuma ocorrência de variação de gênero na anáfora pronominal, na fala dos jovens

escolarizados, sinaliza que esta é a segunda estrutura atingida. Nas construções anafóricas, a mudança já se encontra mais avançada do que nas estruturas **nome + adjetivo e sujeito + predicativo** que, mesmo com baixa frequência, ainda podem ser encontradas, de modo variável, na fala de indivíduos escolarizados de classe média. Vimos também que este padrão de mudança insere-se em um padrão mais geral em relação ao português, sendo o mesmo encontrado na variação na concordância de número, com a posição à esquerda sendo atingida primeiro e a posição à direita permanecendo como a mais resistente à mudança e, conseqüentemente, a mais propícia à conservação da variação.

Por outro lado, a mudança na marcação do gênero gramatical no dialeto da baixada cuiabana pode, por sua vez, ser inserida no conjunto de um movimento mais amplo de mudanças internas a este subsistema do português do Brasil. No primeiro capítulo, na seção 1.1, quando se tratou da caracterização geral do falar cuiabano, falou-se da ausência de artigo em certas construções como uma das características morfossintáticas desse dialeto. Retomo, aqui, a título de ilustração, um exemplo bastante significativo deste tipo de construção, que foi apresentado na seção 1.1:

- (1) Daí, pai dele foi os índio que matô porque num era índio, num era é::
 sangue deles, irmão dele que era; mãe dele e pai dele mataro."

(DOM, 76, I)

Embora este tipo de construção não seja exclusiva do falar cuiabano, tendo em vista já ter sido registrada em outras variedades localizadas do português do Brasil, como por exemplo, no dialeto de Helvécia, sul da Bahia, trata-se de uma construção que já foi muito comum no falar cuiabano e que, ao que tudo indica, vem também desaparecendo da fala das gerações mais jovens. Para me certificar de que, de fato, isto está ocorrendo no falar cuiabano, examinei nove das dezoito entrevistas que compõem a amostra analisada nesta pesquisa. Tais entrevistas foram selecionadas aleatoriamente no

conjunto total da amostra, com o cuidado de que as três faixas etárias e os três níveis de escolaridade fossem contemplados. O objetivo desta tarefa era examinar se a faixa etária e a escolaridade mínima do indivíduo interferiam na produção de construções sem artigo. Para esta verificação, os dados não foram submetidos a nenhum tipo de análise pelo programa de Regras Variáveis. Adotou-se um procedimento muito simples, que consistiu em um levantamento do número de ocorrências na fala de cada informante. Os resultados desta investigação foram os seguintes:

TABELA XVII

Ocorrências de construções sem artigo em relação à Faixa Etária e ao Grau de Escolaridade do informante

| Grau de escolaridade do informante | Faixa etária do informante | | | TOTAL GERAL |
|------------------------------------|----------------------------|------------|------------|-------------|
| | Acima de 60 | De 30 a 45 | De 15 a 25 | |
| Iletrados | 22 dados | 19 dados | 04 dados | 45 dados |
| 4ª série | 15 dados | 03 dados | 01 dado | 19 dados |
| 8ª série | 03 dados | 05 dados | 01 dado | 09 dados |
| Total | 40 dados | 27 dados | 06 dados | 73 dados |

Como se vê, a distribuição na faixa etária e no grau de escolaridade confirma as expectativas de que as construções sem artigo estão cada vez menos frequentes no falar cuiabano. Num total de 73 ocorrências, 45 se localizam na fala dos informantes iletrados, mas desses 45 dados somente 4 foram produzidos na faixa etária jovem. Por outro lado, são 40 ocorrências na fala de informantes idosos em contraposição a apenas 6 na fala de jovens. Na fala do informante jovem com escolaridade mais alta, na qual não foi registrada uma ocorrência sequer de retomada por **ele**, registrou-se a presença de uma única construção sem artigo, reproduzida a seguir:

- (2) Foi ficando difícil porque era só eu e ele [o marido], com uma criança pequena, sem parente nenhum, e a única pessoa que tinha que podia dizer que era parente era o irmão dele.

Com estes resultados, percebe-se que não só níveis de escolaridade mais altos tendem a desfavorecer a produção de construções sem artigo, mas também que a maior frequência deste tipo de construção, no falar cuiabano, caminha em sentido inverso ao da faixa etária.

Quanto à relação entre a concordância de gênero na retomada pronominal e a presença das construções sem artigo, no falar cuiabano, a hipótese que defendo é a de que há um forte entrelaçamento lingüístico entre estas ocorrências. Se examinarmos as características morfossintáticas do falar cuiabano, é possível elencar algumas modificações perceptíveis na estrutura deste dialeto. Na seção anterior, ao discutirmos o problema da transição, vimos que há, no falar cuiabano, vestígios de nomes que teriam sido originariamente masculinos e que, na fase atual, já são identificados como femininos em função da presença de determinantes femininos junto a eles. Por outro lado, acabamos de ver que uma outra característica deste dialeto, que é a presença frequente de construções sem artigo, também já apresenta modificações em sua produtividade. No capítulo 3, na seção 3.2.4.1 (cf. p.129), a análise da **variável presença x ausência de determinante junto ao antecedente** revelou que a ausência de determinante é um fator favorecedor da retomada por **ele**. Ora, se considerarmos, como afirma Câmara Júnior (1972), que o artigo é o marcador de gênero por excelência do português, podemos afirmar que quanto mais presença de artigo houver nas construções, mais marcação de gênero também estará ocorrendo na mesma construção. Em relação, especificamente, às construções anafóricas do falar cuiabano, pode-se dizer que quanto maior for a presença de artigo (ou determinante) junto ao antecedente, maior será também a possibilidade de se marcar o gênero na retomada pronominal. Dito de outro modo, a presença de marcação

de gênero na retomada pronominal é motivada pela presença de morfemas indicadores de gênero no Sintagma Nominal que funciona como antecedente. Uma outra evidência para esta conclusão advém da análise da variável **natureza morfológica do antecedente**, também apresentada na seção 3.2.4.1 (cf.p.126), cujos resultados sinalizaram apenas 7% de retomada por **ele** nos casos de antecedentes flexionáveis em gênero com referência específica e 0% de retomada por **ele** em casos de antecedentes constituídos por nomes que apresentam flexão de gênero com referência genérica.

Ora, todo este encaixamento lingüístico que faz com que o aumento do índice de presença de artigo nas construções do falar cuiabano, implique também um aumento da marcação de gênero nessas construções, o que, por sua vez, influi diretamente na realização da concordância de gênero neste dialeto, é o grande elemento que pode explicar, de modo bem claro, o problema da restrição, conforme sugeri na página 165. Ou seja, por que a mudança que está ocorrendo neste momento, no falar cuiabano, afeta, justamente, a concordância de gênero e não outro aspecto do sistema? A resposta consiste no fato de que há uma mudança anterior na direção de uma maior presença de artigo e, conseqüentemente, mais marcação de gênero nas construções. Portanto, a intensificação da marcação de gênero é um aspecto diretamente envolvido neste conjunto de mudanças, o que restringe a possibilidade de um outro aspecto qualquer do sistema estar mudando, neste momento. E isto é o que comprova a sistematicidade do fenômeno de mudança nas línguas. Labov (1994: 2-3) observa que:

“Em princípio, qualquer mudança verificada está encaixada na matriz estrutural das formas lingüísticas que estão mais estreitamente relacionadas com ela; e a mudança será refreada, redirecionada ou acelerada pela sua relação com as outras formas. Neste sentido, o problema do encaixamento é um aspecto implícito do problema da restrição”.⁴⁵

⁴⁵ No original, “On the one hand, any given change is embedded in the structural matrix of linguistic forms that are most closely related to it, and the change will be restrained, redirected, or accelerated by its relation to other forms. In this sense, the embedding problem is an implicit aspect of the constraints problem.”

Portanto, a variação na concordância de gênero, no falar cuiabano, insere-se em um contexto muito maior de variação e mudança linguística na estrutura morfosintática deste dialeto. Há entrelaçamentos linguísticos visíveis envolvendo várias construções sintáticas que ainda apresentam certo grau de variação no dialeto, de modo que alterações em uma das engrenagens do sistema desencadeiam alterações em outras peças associadas. Neste sentido, pode-se dizer que, independentemente das pressões sociais externas e das mudanças já detectadas no nível fonológico do dialeto, há um conjunto de mudanças morfosintáticas ocorrendo, concomitantemente, no sistema gramatical do falar cuiabano, cujo inter-relacionamento evidencia que não podem ser atribuídas ao acaso.

4.2.4 O problema da implementação

O problema da implementação envolve a seguinte discussão: por que a mudança linguística ocorre nesta data e não em outra, e neste local e não em outro?

Na literatura sociolinguística, há duas propostas relativas à implementação da mudança: a de Labov (1972) e a de Milroy & Milroy (1985) e Milroy (1992), estes últimos citados em McMahon (1994:249). Para Labov (1972:277), a distinção que normalmente se faz entre a origem e a propagação da mudança é secundária, uma vez que não é possível falar em mudança em relação aos hábitos linguísticos de um único indivíduo. A concepção de mudança linguística envolve a presença de padrões diferenciados de comportamento linguístico por parte de um grupo de falantes.

Segundo McMahon (1994:248), para Labov, “só se pode dizer que uma mudança teve início quando uma nova forma passa a ser adotada por um grupo de falantes, torna-se sistemática e adquire um significado social”⁴⁶. As variantes surgem,

⁴⁶ No original, “change is only initiated when the new variant is adopted by a group of speakers, becomes systematic and acquires some social significance”.

primeiramente, como características de grupos particulares e depois se espalham para outros grupos, adquirindo, gradualmente, um certo valor social. Por esta razão, Labov (1972:277) afirma não ser coerente a distinção que se faz entre a origem e a propagação da mudança e propõe que “a origem da mudança é a sua propagação ou sua aceitação pelos outros”⁴⁷. Labov afirma também, segundo McMahon (1994:249), que o destino da variante, bem como a velocidade, a extensão e a direção da mudança dependem do valor social e do prestígio do grupo que primeiramente usou a forma em questão⁴⁸.

McMahon (1994:249) apresenta também a proposta de Milroy (1985, 1992), segundo a qual o problema da implementação consiste essencialmente em explicar por que as línguas, às vezes, mudam, outras não. Romaine (1995) sintetiza, entre outras, a proposta de Milroy (1992, apud Romaine, 1995:483), como segue: “Toda mudança é socialmente motivada e se inicia nos atos de fala individuais, difundindo-se, em seguida, através dos vários tipos de redes de relação social”⁴⁹. Ao contrário de Labov, Milroy destaca o papel relevante das inovações produzidas pelo indivíduo na mudança lingüística e, embora reconheça que nem toda inovação gere necessariamente uma mudança, o autor propõe que as que produzem mudança desenvolvem-se, normalmente, em redes de relações sociais nas quais os laços são mais fracos e os indivíduos inovadores são menos integrados com a comunidade. Desse modo, a propagação da mudança se dá a partir de redes em que as relações são menos coesas e fechadas, nas quais os indivíduos, em função dos laços fracos que os interligam, estão mais propensos a mudar.

McMahon (1994:250) observa que:

“Os inovadores cruciais para a mudança lingüística, que iniciam o movimento de uma forma variante pela sociedade, são, muito provavelmente, indivíduos com

⁴⁷ No original, “therefore the origin of a change is its “propagation” or acceptance by others.”

⁴⁸ No original, “the fate of the variant, and consequently the rate, extent and direction of the change, will depend on that social value and the prestige of the group first using the form in question”.

mobilidade social, que não desempenham um papel central em nenhum grupo, não sendo, assim, constrangidos por seus mecanismos de imposição de normas, mas com laços fracos com um número suficiente de grupos de modo a transmitirem a forma variante a seus membros”⁵⁰.

Pode-se, então, sintetizar as propostas de Labov e Milroy, segundo McMahon (1994), de acordo com os seguintes passos: a mudança se propaga a partir do momento em que ela se espalha do indivíduo inovador em direção a outros grupos sociais, pelos quais passa a ser adotada, sendo difundida entre seus membros. De modo gradual, a variação se torna ordenada e as variantes adquirem um significado social. A mudança se torna, então, perceptível no sistema, podendo receber, em seu estágio final, avaliações sociolinguísticas. Para McMahon (1994:252), as contribuições de Labov e Milroy nos fornecem um arcabouço teórico para compreendermos como se dá a propagação de uma mudança linguística socialmente motivada. Mas o problema crucial da implementação, o ponto inicial em que uma mudança começa a se manifestar, permanece como um objetivo ainda não alcançado.

Em relação à concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana, como compreender, então, por que a mudança ocorre neste momento e não em outro, e neste local e não em outro local? Uma breve revisão da história de Mato Grosso nos permite identificar, na região da baixada cuiabana, a ocorrência de dois diferentes momentos de intenso e repentino contato linguístico, intercalados por um longo período de isolamento. Sendo assim, este breve panorama histórico-social sobre a baixada cuiabana pode fornecer informações bastante elucidativas para a questão acima.

⁴⁹ No original, “All change is socially motivated, introduced by acts of speaking on the part of individual speakers, and then diffused through social networks of various types.”

⁵⁰ No original, “the innovators crucial to linguistic change, who start the movement of a variant through society, are therefore highly likely to be socially mobile individuals who are not central enough in any group to be constrained by its norm-enforcing mechanisms, but who have weak links with enough groups to pass the variant on to their members.”

O processo de colonização de Mato Grosso teve início nas primeiras décadas do século XVIII, com as expedições desbravadoras dos bandeirantes paulistas. Antes destes, registra o historiador mato-grossense Rubens de Mendonça (1970:9) que “a região que hoje constitui o Estado de Mato Grosso foi, antes do advento paulista, perlustrada pelos espanhóis, que a exploraram e devastaram e nela exerceram incontestável predomínio”. Por razões de vária ordem, que não cabe aqui explicitar, alguns desvios no curso da história desfavoreceram a coroa da Espanha e coube, então, a Pascoal Moreira Cabral, bandeirante paulista que penetrou as terras mato-grossenses em busca dos índios coxiponés, o mérito de dar início oficial ao processo de colonização daquela longínqua região a favor da coroa Portuguesa. Tendo se surpreendido com a descoberta de veios auríferos na foz do rio Coxipó com o Cuiabá, Moreira Cabral manda lavrar a ata da fundação do arraial do *Cuyabá* aos oito dias do mês de abril de 1719.

A descoberta de grandes veios auríferos motivou a transferência de aventureiros para a região, iniciando, assim, um processo de povoamento que se intensificou a partir de 1722, com o achado de nova mancha de ouro pelo sorocabano Miguel Sutil, considerada uma das maiores até então existentes. Segundo os registros de Barboza de Sá (1975:12),

“Divulgada a noticia pellos povoados foi tal o movimento que cauzou nos animos que das minas gerais Rio de Janeiro e de toda a Capitania de Sam Paulo se aballaraó muitas gentes deixando cazas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes Sertoens como se fôra a terra de promissam ou o Parahyso incoberto em que Deus pos nossos primeiros paes”.

O intenso movimento migratório e o conseqüente crescimento do arraial permitiram que, em 1º de janeiro de 1727, Cuiabá fosse elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Estas levas de migrantes que se deslocaram para Cuiabá, num momento em que a região do Mato Grosso pertencia,

ainda, à capitania de São Paulo, levaram consigo também muitos negros para trabalharem nas minas. De um momento ao outro, o território mato-grossense, na região de Cuiabá, se constituiu num palco de intenso e variado contato lingüístico. Conviveram, nesta região, em diferentes momentos e em diversos graus de intensidade, as línguas indígenas nativas, a variedade castelhana da fronteira, a língua dos bandeirantes colonizadores, diversas variedades do português ali introduzidas pelos sertanistas migrantes, além da variedade falada pelos escravos para lá transferidos. Foi neste contexto multilíngüe e multidialetal que floresceu e se fixou a variedade do português falada, ainda hoje, na baixada cuiabana.

À medida que a colonização avançava, surgiu a necessidade de uma maior fiscalização das minas e de defesa das fronteiras. Assim sendo, em 1748, D. João V decide separar Mato Grosso de São Paulo, criando, então, a capitania de Mato Grosso. A criação da nova capitania favoreceu o surgimento de novas vilas que foram se estabelecendo tanto em regiões de garimpo, quanto em áreas de aldeamentos bororo ou de outros pequenos grupos indígenas. Desse modo, foram criadas as vilas de Santo Antônio e do Melgaço, atuais Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, ambas situadas às margens do rio Cuiabá; vila de Cocais, atual Nossa Senhora do Livramento e tantas outras que formam os municípios da baixada cuiabana.

Mas, do mesmo modo como a capitania de Mato Grosso, e mais especificamente a região de Cuiabá, sofreu um intenso e abrupto processo de povoamento em função da presença de grandes veios auríferos, a exaustão das minas, associada a crises econômicas, doenças e miséria que assolaram a nova capitania provocou um súbito decréscimo no seu contingente populacional. Póvoas (1982), em conferência proferida na Universidade Federal de Mato Grosso⁵¹ afirma que:

⁵¹ A conferência proferida pelo historiógrafo e jornalista mato-grossense Lenine C. Póvoas data de 6 de junho de 1979, mas foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso no ano de 1982.

“A população de Cuiabá, que crescera espantosamente, no momento mais agudo do **rush** do ouro, decaiu depois com o esgotamento das minas.

Quase um século depois da sua fundação, ou seja, mais precisamente em 1817, a cidade contava com um efetivo de 2.091 moradores, segundo recenseamento da época, citado por Von Den Steinen”.

Com a decadência das atividades mineradoras na região de Cuiabá, Mato Grosso viveu um longo processo de isolamento favorecido, sobretudo, pela precariedade do acesso àquela região, “cujas ligações com o resto do país se limitavam”, segundo Póvoas (1982:43), “à navegação fluvial”. Este período de isolamento, para alguns autores mato-grossenses, termina por volta de 1930, com a política de colonização de Getúlio Vargas implementada pelo programa “Marcha para o Oeste”, o que, de algum modo, chamou a atenção do restante do Brasil para a esquecida região do Estado de Mato Grosso. Para Póvoas (1982:44), porém, é o ano de 1950 que constitui um marco na história do desenvolvimento demográfico de Mato Grosso, época em que se iniciou, naquele estado, a era das rodovias:

“O advento da era das rodovias marca o declínio da navegação fluvial e o início da explosão demográfica em Mato Grosso.

Já na primeira década - de 1950 a 1960 - o efetivo populacional do Estado registrou um aumento, em números absolutos, de cerca de 400 mil habitantes, ou seja, quase 80% do total que o Estado possuía em 231 anos de povoamento.

E Cuiabá assumiu, então, a liderança desse crescimento populacional. Vinte anos depois, os habitantes da 'Grande Cuiabá', que eram 61.707 em 1950, passaram a ser, em 1970, 121.537, sendo 103.427 em Cuiabá e 18.146 em Várzea Grande. (...) Neste ano de 1979 a população da 'Grande Cuiabá' deve estar próxima dos 300.000 habitantes”.

Outros fatos importantes foram surgindo após o advento das rodovias, tais como a criação da Faculdade de Direito de Mato Grosso, a partir de 1956, e a criação do Instituto de Ciências e Letras, em 1966. Para Palma (1984:19), embora o desenvolvimento de Mato Grosso, e mais particularmente de Cuiabá, tenha sido registrado a partir dessa época, “deve ter sido ele muito tênue, quase imperceptível”. A autora baseia sua conclusão nos depoimentos colhidos por ela no início de 1980, nos quais os entrevistados afirmam que o crescimento vertiginoso de Cuiabá teria se dado nos últimos quinze anos, a contar daquela data. De fato, foi no governo do Presidente Médici, no primeiro quinquênio dos anos 70, que se deu a pavimentação de duas grandes rodovias ligando Cuiabá a outros grandes centros do país, o que favoreceu um maior fluxo de migrações para o Mato Grosso. A esse respeito, vale destacar, mais uma vez, o depoimento de Póvoas (1982:47):

“Somos todos testemunhas de que o surto de progresso que avassala a nossa Capital tomou esse ritmo ascendente e irreversível após a pavimentação das rodovias BR-163 e BR-364, que colocaram Cuiabá em contato com os grandes centros do país e com todo o Brasil, via Campo Grande e via Triângulo Mineiro”.

Outros marcos importantes arrolados por Palma (1984) são a implantação do Sistema de Telecomunicações, em Mato Grosso, no final da década 60 e a criação definitiva, em 1970, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, cujo embrião já havia sido implantado desde 1966, com o Instituto de Ciências e Letras. A estes, acrescento a divisão do Estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que se deu também no início dos anos setenta.

Todos esses fatos arrolados anteriormente contribuíram para que a fase de isolamento na qual viveu Cuiabá por muito tempo chegasse ao fim. A abertura de estradas, implantação do Sistema de Telecomunicações, criação de centros de Ensino

Superior entre outros, fizeram com que uma nova onda migratória se deslocasse para o novo Estado de Mato Grosso, tendo, uma boa parte desses migrantes, se concentrado na região de Cuiabá. O estado situado ao norte, cuja capital é Cuiabá, passou a receber indivíduos oriundos, sobretudo, de estados do Sul do Brasil, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como de Minas Gerais e Goiás. Este processo, conhecido como a re-colonização do Mato Grosso, transformou Cuiabá em um novo palco de contatos lingüísticos diversificados, que provocou visíveis mudanças na variedade lingüística local, até então preservada pelo grau de isolamento no qual se manteve a região. Em seu trabalho, Palma (1984:22) faz referência a uma matéria publicada no Jornal do Brasil, em 30/08/1980, na qual encontra-se o seguinte registro: "A própria etnia está sofrendo mudanças profundas e o novo elemento humano mato-grossense tornou-se um caldeamento de gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, goianos e nordestinos, principalmente".

Ao receber migrantes de várias regiões do Brasil, que passaram a compor o seu novo quadro populacional, a população da Grande Cuiabá recebeu também a cultura dessas pessoas, sua tradição, sua língua e também seu preconceito. O contato com outras variedades do português, muito distintas da variedade lingüística local, e, em muitos aspectos, mais próximas da variedade padrão do português do Brasil, gerou o estigma social que passou a marcar a variedade falada na baixada cuiabana.

A estrutura social da comunidade cuiabana também sofreu mudanças em sua organização, em decorrência da chegada de tantos migrantes. Estes últimos trouxeram consigo uma mão-de-obra mais qualificada e mais numerosa em relação à escassa mão-de-obra presente em Cuiabá. Assumiram postos e cargos, inclusive os de professor na Universidade Federal de Mato Grosso; abriram firmas, criaram pequenas empresas e foram se estabelecendo no topo da pirâmide social de Cuiabá, que, conseqüentemente, passou a sofrer uma mudança significativa na constituição das classes alta e média. A elite cuiabana, até então constituída pelas tradicionais famílias da terra, que eram usuárias da variedade lingüística local e cujos filhos, doutores e profissionais

qualificados, haviam feito seus estudos fora de Cuiabá em função do incipiente Ensino Superior na região, começa a ter que dividir seu status social com não-cuiabanos que galgam rapidamente posições de destaque socio-econômico. **Veja-se, a seguir, o depoimento de um dos informantes idosos desta pesquisa, a respeito do deslocamento dos filhos de Cuiabá para efetuarem seus estudos em grandes centros:**

- (1) No tempo que::, de que eu parei de estudá, esses pessoar que formava no Rio de Janeiro, então, sabe como que eles falava que vinha assim formado, então eles falava “fulano é bacharer do Rio de Janeiro”. Num falava assim que ele era:: que esse tempo, mais era sabe o que que tinha? Era adevogado (...) que eu conheci todos adevogado que formaro no Rio de Janeiro, só ia estudá porque aqui nem falava de universidade, né, assim como pai de Dante, Dotô Paraná, foi bacharer do Rio de Janeiro, Dotô José Paes Bicudo, que é gente da casa onde me criô (...).

(IRA, 75, 4s)

Esses indivíduos que realizavam seus estudos fora de Cuiabá travavam contato com outras variedades do português nos grandes centros para os quais se dirigiam, e isto, associado às influências de um intenso processo de escolarização, contribuiu para que retornassem a Cuiabá usando uma variedade lingüística menos marcada, com a neutralização de muitos traços da sua variedade vernacular. Portanto, a classe alta da sociedade cuiabana não só mudou de configuração, mas também passou a usar uma variedade do português mais prestigiada socialmente, que contrastava muito com o falar local.

Com a nova fase de desenvolvimento repentino que assolou Cuiabá a partir do advento das rodovias e do início da re-colonização, mudanças sociais drásticas se implantaram na pacata e provinciana sociedade cuiabana. A população local, que passou a ter acesso mais efetivo ao ensino superior e à influência dos meios de comunicação de massa, ganhou também mais mobilidade social e partiu para a disputa de

um lugar no mercado de trabalho. Este incremento da mobilidade social e a reestruturação da sociedade cuiabana afetou todos os setores sociais, da classe alta às classes trabalhadoras e menos favorecidas socio-economicamente. Tudo isso fez com que o contato lingüístico com as novas variedades trazidas para Cuiabá tenha sido cada vez mais facilitado e incrementado.

Todos esses fatos aqui arrolados formam um complexo conjunto de fatores que explicam a razão pela qual uma mudança lingüística teve início na baixada cuiabana por volta do início dos anos setenta. Ao sair de um longo período de isolamento e entrar numa nova fase de intenso e variado contato lingüístico, que gerou, entre outros, um forte estigma social em relação ao falar local, era inevitável que a variedade lingüística da baixada cuiabana sofresse alterações significativas. A constatação de que, muito provavelmente, um processo de mudança lingüística deva ter se instaurado, nessa região, de modo mais perceptível, a partir dos anos setenta, foi primeiramente assinalada por Palma (1984:), já no início dos anos 80, em seu trabalho sobre a neutralização das africadas /tʃ/ e /dʒ/ no falar cuiabano:

“A algumas conclusões cheguei neste trabalho, dentre elas a de que vem-se efetivando, em Cuiabá, um processo de mudança lingüística, ou seja, o cuiabano vem substituindo, de modo acelerado nos últimos anos, padrões de comportamento lingüístico de sua região por outros estranhos a ela. Afirmando, assim, que o modo de vida do cuiabano vem-se modificando: seu sistema de crenças, seus valores, seus costumes sofrem alterações; as mudanças que se operam no sistema lingüístico são apenas uma delas, a analisada mais detidamente por mim”.

Posteriormente, em um texto em que discute o valor social do falar cuiabano, a mesma autora conclui que (s/d, p.43):

“Dessa análise constatamos que o falar cuiabano vem sofrendo um processo de mudança lingüística em estágio avançado. O que isto significa? Significa que cuiabanos de vinte a quarenta anos vêm substituindo os traços tché e dje, que os identificam com sua região, por outros estranhos a ela, porém mais propagados e portadores de maior prestígio, como che e je em, por exemplo, chuva e jeito. Cuiabanos de faixa etária avançada, de quarenta e cinco a oitenta anos, mostram um comportamento mais conservador”.

Os resultados alcançados por Palma, em seu trabalho, corroboram os que foram obtidos com esta pesquisa, apesar de os fenômenos variáveis em foco serem totalmente distintos. O que se percebe em relação ao falar cuiabano é que há um conjunto de mudanças ocorrendo tanto no nível fonológico, quanto no morfossintático, e isto consolida ainda mais o argumento de que tais mudanças não podem ser atribuídas ao acaso. A impossibilidade de se afirmar qual mudança teria se iniciado primeiramente e em que data, mais precisamente, ela teria se iniciado não impede que se perceba o encadeamento existente entre elas.

Na análise variacionista realizada nesta pesquisa, foi constatado que o grau de escolaridade do informante é o fator que mais favorece a realização plena da concordância de gênero na relação anafórica. Palma (1984:85) chegou à mesma conclusão em relação à neutralização das africadas, tendo registrado que:

“A influência do grupo Nível de Escolaridade foi tão determinante que nos leva a inferir que um mais largo espaço de tempo e uma maior proliferação de estabelecimentos de ensino (o que é proposta da Administração Federal) contribuirão para o cessar destas variações, numa substituição completa das consoantes africadas pelas fricativas”.

Em outro momento de seu trabalho, a autora (1984:98) reafirma ter constatado que “a influência do Ensino Formal vem sendo decisiva, no sentido de prescrever a adoção de formas de prestígio”.

Como se vê, há vinte anos, Palma já vislumbrava, com os resultados de sua pesquisa, a provável extinção a que seria, gradativamente, conduzida a variedade lingüística da baixada cuiabana.

Diante dos fatos aqui expostos e considerando as profundas mudanças sócio-econômico-culturais que afetaram a sociedade cuiabana nos últimos trinta e cinco anos, pode-se sintetizar o processo de implementação da mudança lingüística na baixada cuiabana, segundo as propostas de Labov (1972) e Milroy (1992), de acordo com os seguintes passos:

- (i) em função da precariedade do ensino superior em Mato Grosso até o início dos anos setenta, jovens cuiabanos, pertencentes a classes mais favorecidas economicamente, deslocaram-se de Cuiabá para estudar em grandes centros do país. Com isso, travaram contato com variedades lingüísticas mais prestigiadas do que a sua variedade vernacular, tendo iniciado, em um meio estranho ao seu, uma substituição de traços de seu falar regional por formas mais neutras e mais prestigiadas do português;
- (ii) estes indivíduos, ao retornarem a Cuiabá, trouxeram consigo as novas formas lingüísticas já assimiladas e teriam contribuído para difundir-las nas suas redes de relações, iniciando um lento e gradual processo de mudança;
- (iii) com o início da re-colonização, deu-se a entrada, em Mato Grosso, de usuários de diversas variedades do português, ocasionando uma profunda reestruturação da sociedade cuiabana em seus valores sócio-econômicos e culturais. O intenso e diversificado contato

lingüístico decorrente deste fluxo migratório que invadiu o Mato Grosso acarretou, na dimensão sociolingüística, o estigma social da variedade local, além de promover, ainda mais, o contato com formas mais prestigiadas do português. Nesse momento, a variação passou a adquirir, na sociedade cuiabana, um valor social bastante marcado. Todo esse processo, associado ao anterior, contribuiu de modo muito decisivo para acelerar prováveis mudanças que, conquanto ainda imperceptíveis, já se haviam instaurado;

- (iv) somam-se a todas essas forças envolvidas no jogo das relações sociais a melhoria e o incremento das oportunidades de escolarização na região da Grande Cuiabá, que se deu em época concomitante com o processo de re-colonização.

Instauradas todas estas condições, a mudança se propagou rapidamente para todos os grupos sociais, incluindo os menos favorecidos socio-economicamente, que passaram também a ter mais mobilidade social, e tornou-se, assim, perceptível no sistema lingüístico do dialeto da baixada cuiabana.

Na dimensão lingüística, vimos, na discussão do problema da transição, que a implementação da mudança na concordância de gênero na retomada pronominal, no falar cuiabano, está diretamente relacionada com o aumento significativo da presença do artigo nas construções sintáticas, fixando a marcação de gênero primeiramente no Sintagma Nominal. Se esta mudança constitui um processo consciente ou não é um aspecto que será discutido na seção a seguir.

4.2.5 O problema da avaliação

Antes de entrar propriamente na discussão sobre a avaliação, gostaria de reafirmar que uma das razões que despertaram meu interesse em estudar essa variedade do português reside no fato de se tratar de um dialeto que, ao que tudo indica, já se encontra em processo de extinção. Embora o desaparecimento desse falar regional não constitua o tema central desta investigação, é importante não perdê-lo de vista, mesmo porque é impossível, no atual estágio de mudança linguística em que se encontra a variedade em estudo, examinar os traços linguísticos que lhe são mais típicos, sem esbarrar na perda progressiva desses mesmos traços devido a pressões de natureza sócio-cultural.

Weinreich, Labov e Herzog (1968:165) afirmam que “não deve haver dúvida quanto ao fato de que atitudes sociais muito enraizadas constituem fatores poderosos na determinação do curso da história da língua em comunidades multilíngües”⁵². Embora não se possa dizer que a baixada cuiabana constitua, nos dias atuais, uma comunidade multilíngüe, como ela já o foi em tempos passados, no período da colonização do Mato Grosso (século XVIII), sabe-se que se trata de uma comunidade multidialetal, cuja variedade linguística local tem sido relegada à posição de forma desprestigiada de comportamento linguístico, em razão de uma série de atitudes sociais.

O exame do problema da avaliação nos coloca, assim, diante das seguintes questões: de que modo essas mudanças no dialeto da baixada cuiabana podem ser avaliadas? Qual é o seu efeito sobre a comunidade investigada?

Em relação à variação na concordância de gênero, foi dito, na discussão sobre o encaixamento deste fenômeno na matriz social, que os usuários do dialeto da baixada cuiabana não têm consciência de uma mudança, especificamente, nesta área, como o têm em relação às africadas ‘tche’ e ‘dje’. Portanto, a variação na concordância

⁵² No original, “there can be no doubt that deep-seated sets of social attitudes are powerful factors in determining the course of language history in multilingual communities.”

de gênero não é um fenômeno que recebe uma avaliação social direta e explícita como a que se dá em relação às africadas. Isto nos permite supor, com uma boa margem de segurança, que a mudança lingüística nas construções com variação de gênero ainda constitui um processo bastante inconsciente para os usuários do dialeto.

Labov (1972:308) afirma que “nem toda mudança lingüística recebe uma avaliação social explícita ou é reconhecida. Algumas parecem permanecer muito abaixo do nível das reações sociais manifestas”⁵³. Este é o caso das construções com variação de gênero no dialeto da baixada cuiabana. O mesmo autor (1972:309) afirma ainda que “mudanças recentes raramente atingem o nível dos comentários sociais em seus estágios iniciais, e nem todas as mudanças tornam-se foco de atenção consciente, mesmo em estágios mais avançados”⁵⁴. É difícil saber ao certo se a mudança lingüística na concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana está em um estágio final ou muito avançado, embora a fala de informantes jovens já reflita, em proporções bastante significativas, uma realização da concordância de gênero nos moldes da variedade padrão do português, com a ausência, na fala dos jovens escolarizados, de variação de gênero na anáfora pronominal. O certo é que avançada ou não, esta mudança lingüística, especificamente, situa-se fora do âmbito das avaliações sociais explícitas. Quais são, então, as avaliações sociais explícitas em relação a este dialeto que podem representar um conjunto de atitudes sociais e lingüísticas suficientemente forte para produzir um efeito de mudança no comportamento lingüístico dos falantes?

Ao discutir o problema da avaliação, Labov (1972) afirma que não são somente as pressões sociais que fazem com que um indivíduo deixe de usar uma dada forma lingüística em prol de outra. Segundo o autor (1972:308), deve haver “algum mecanismo de interação social em atuação, que não pode ser tão somente o produto de

⁵³ No original, “Not every linguistic change receives overt social evaluation or recognition. Some seem to lie far below the level of overt social reactions.”

⁵⁴ No original, “To sum up, incoming linguistic changes rarely rise to the level of social comment in their initial stages, and not all changes become the focus of conscious attention even in their advanced stages.”

simples pressões estruturais ou mera imitação"⁵⁵. Para Labov, isto sugere fortemente que a variação social desempenha um papel bastante sistemático na mudança lingüística. Para tanto, é preciso descobrir que tipo de informação social é veiculada pelas formas variantes. O autor sugere também que outras dimensões da informação social subjacente às formas lingüísticas devem ser exploradas. Labov (1972) trabalha com a noção de prestígio e propõe que ela seja definida em função das pessoas que utilizam aquela forma e da situação na qual a forma é usada.

Ao tratar do problema da implementação, tezi comentários sobre o processo de "re-colonização" vivenciado pelos cuiabanos a partir da década de setenta, com a construção e pavimentação de rodovias que passaram a ligar Cuiabá a outras capitais e regiões mais desenvolvidas do país. Ficou esclarecido também que a grande onda migratória que alcançou Cuiabá a partir dos anos 70 levou para lá uma cultura e uma linguagem totalmente distintas das formas locais. Estas manifestações culturais e variedades lingüísticas distintas, uma vez postas em contato, passaram a gerar, dentro do próprio território cuiabano, um forte estigma sobre a variedade lingüística local, que passou a ter muitos de seus traços tachados de marcas de níveis sócio-culturais mais baixos. A atitude sociolingüística dos 'novos colonizadores', em especial os provenientes do sul do país, passou a demarcar não só as suas diferenças lingüísticas com a comunidade cuiabana, mas também as sócio-culturais. Desse modo, o contato social e lingüístico repentino e acelerado com outras variedades do português, em função do processo de re-colonização anteriormente referido, bem como as atitudes sociais decorrentes deste contato fizeram com que os traços lingüísticos da variedade da baixada cuiabana se transformassem, na sua própria região, em marcadores de variação social. O próprio cuiabano escolarizado afirma que os traços que caracterizam o falar local só estão presentes, hoje, na fala das pessoas não-escolarizadas e idosas que pertencem a uma

⁵⁵ No original, "...some machinery of social interaction is at work that cannot be the product of simple structural pressures or simple imitation. It seems that social variation does play a systematic role in linguistic change; to see how, we must see what social information is communicated by these variations".

classe social muito baixa. A esse respeito, compare-se o depoimento registrado por Palma (1984:56) com dois depoimentos de jovens entrevistados para esta pesquisa:

- (1) “Ah! Fulano ainda fala ‘bem carregado’...não é só aqui, o interior de São Paulo também...mas você não vai confundir **pronúncia do interior, de fazenda**, com pronúncia do pessoal já de um **nível melhor...o velho** continua...como diz o ditado: ninguém ensina papagaio velho falar.”⁵⁶

(I., 41, 2º Grau)

- (2) E_ Eu acho... **acho que quem fala mais assim são as pessoa mais idosas, do sítio** assim que fala mais.

P_ Você também nunca falou assim?

E_ Eu não falo muito assim, alguma coisa, de vez em quando assim, mas... (...) quando eu estou lá em casa estou falando de um tipo, estou com minha família, ah::, já conhece a linguagem, aí você sai para fora, **estou conversando com a senhora eu vou mudar minha linguagem** .

P_ Você muda? É? Que pena! Eu não queria que você mudasse, mas você faz isso naturalmente, né? Aqui na escola, de maneira geral, você muda um pouco? Por que você acha que tem que mudar?

E_ Ah porque como falar cuiabano as **pessoa pensa que tá falano errado e eles corrige a gente**.

P_ Você já foi corrigida? Alguém já te corrigiu falando?

E_ Não, mas eu já vi outras pessoa falano petxe, não é petxe, é peixe, fala assim, corrige as pessoas.

(VIV, 17, 8s)

- (3) E_ Eu já reparei muitas vezes o povo de lá:: [bairro Bonsucesso] as pessoa jovens de lá eles falam assim, tudo tranquilo, **mas quando chega assim pra conversar com outra pessoa já, já é mais sério, muda um pouco mesmo a linguagem**.

(JOD, 17, 8s)

⁵⁶ Nas citações dos informantes de Palma, mantive os grifos feitos pela autora no original.

A fala do informante de Palma em (1) espelha claramente o uso do falar cuiabano como marcador de estratificação sócio-cultural, na visão dos próprios nativos. Um outro aspecto também evidente nos depoimentos acima é a visão de que as marcas do falar cuiabano só estão presentes, hoje, na fala de pessoas pouco escolarizadas ou idosas, o que revela um grau de consciência em relação a mudanças no comportamento lingüístico dos cuiabanos. Os depoimentos (2) e (3) confirmam que o cuiabano escolarizado vem inibindo, conscientemente, sua fala, anulando as marcas da sua identidade sócio-cultural em função do estigma social. Neles percebe-se a consciência do preconceito e o grau de alertamento dos usuários do dialeto, que, ao se sentirem sujeitos a uma avaliação negativa em função do seu modo de falar, evitam se expor e alteram, conscientemente, o seu comportamento lingüístico. Uma estudante universitária, informante de Palma (s/d, p.43), declara que "numa roda de estranhos ou de gente de fora, faço força para não pronunciar o tche e o dje, senão é aquela gozação...".

A idéia de **re-colonizar** já traz em seu bojo o sentido ideológico de dominar, de melhorar o local, de muni-lo de coisas que ele não tem. Foi com esta mentalidade que muitos indivíduos se transferiram para Mato Grosso. A esse respeito, vejamos-se mais alguns registros feitos por Palma (s/d, p.44), no início dos anos oitenta:

(4) "...todo mundo no sul pensava que nós aqui seríamos comidos por índios..."

(S.S.)

(5) "...se pudesse ficar lá, ficaria, mas aqui o mercado é aberto...aqui eu mando."

(B.S.)

(6) "Esta terra é santa, corre dinheiro...hoje já gosto..."

(O.G.)

Tal situação causou nos cuiabanos a nítida sensação de serem invadidos em sua própria terra. Esta é a idéia que passa também por meio da expressão 'pau-

rodado', cujo sentido refere-se a pedaços de pau levados pela correnteza, que representam um perigo trazido pelas águas das cheias⁵⁷, expressão esta comumente usada pelos cuiabanos para designar as pessoas de fora do Mato Grosso. Neste sentido, o **'pau rodado'** ganha a conotação de algo com o qual se deve ter um certo cuidado. Vejam-se os seguintes depoimentos registrados em Palma (s/d, p. 45):

(7) “Cuiabá está cheia de gente de fora...ando pelas ruas e, com certeza, não vejo cuiabanos.”

(L.M.)

(8) “Pensamos ocupar os cargos aqui existentes, senão o pessoal de fora ocupa.”

(G.A.)

O processo de re-colonização não deixou boas lembranças na mente dos cuiabanos mais idosos, que o vivenciaram mais de perto, para os quais o sentimento de invasão é mais nítido e presente. Muitos dos informantes desta pesquisa se posicionaram a este respeito, confirmando os depoimentos apresentados por Palma (s/d), conforme ilustram os exemplos a seguir:

(9) É:, Cuiabá, naquela época, era muito bom, era quase assim uma vila grande.

Tinha o jardim que a elite passeava do lado de dentro, cada um mais chique do que outro, né, aquelas roupa linda...(...) Mudou tudo, hoje em dia o progresso chegou, a gente não sabe de mais nada.

(MAJ, 66, 7s)

⁵⁷ Esta significação para a expressão 'pau-rodado' me foi passada por um cuiabano de 50 anos, com nível superior (Mestrado em Literatura), conhecedor das coisas da terra, a quem perguntei a respeito do verdadeiro sentido desta expressão para um cuiabano. Pelo que pude perceber, há conotações no uso desta expressão pelos cuiabanos que não se encontram oficialmente registradas. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986, 2ª Edição), encontra-se, apenas, o seguinte registro: “S.m. Bras., MT e GO. Alcunha que se dá aos forasteiros que ali procuram fixar residência. [Pl.: *paus-rodados*.]”

(10) Mudou muito, cuntinua mudano cada vez mais, o comportamento do povo ficou uma coisa, uma loucura total, como a senhora vê. Porque, bom, primeira coisa, eu acho que divido a imigração, né, que foi chegado muita gente de fora, enquanto tava só povo daqui quase num tinha problema nenhum, era muito difícil. (...) E tá ficando cada vez pior, eu acho que boa parte, o principal parte eu acho que é:: a imigração, porque assim como vem gente boa, a maior parte é gente, gente porcaria, sabe, que::, 'ntão, muita vez vem grilá, chega aqui de qualquer jeito, aí ele chega, vem invadindo, se acha um terreno aberto ele vai invadindo e vai fazendo casa....

(MIS, 64, 2s)

(11) Quando eu mudei pra lá [para Cuiabá] já tinha muita gente de fora, mas aí começô vim muito mais, né, tudo quanto foi tipo de gente que vem, esse migrante, num sei, que falam, vem de todo lugar, de modo que Cuiabá agora tem pouco cuiabano.

(IRA, 75, 4s)

Quanto aos jovens, que experimentam tão-somente as conseqüências desse processo, estes também estão conscientes das mudanças radicais que alteraram profundamente a sociedade cuiabana. Vejam-se, a seguir, depoimentos de informantes jovens desta pesquisa:

(12) Tem muita diferença, está cresceno muito [Cuiabá], e cresceno desestruturado, muita gente de fora vindo pra cá. (...) Está aumentando [a população] e é:, sabe o que que tá acontecendo, tipo assim, vem, vem pra cá esperando acho que, com certeza, uma vida melhor, né, que ninguém sai de um lugar bão pra ir pr'um pior, né, esperando uma vida melhor, ter alguma coisa melhor, e aí chega aqui num é isso que encontra, porque nós num tamo desenvolvido, serviço é pouco (...). Cria a violência, mais violência do que já tem aqui. (...) Eu conheço muito povo do Paraná que tá pra cá, é::

tem pessoal, esses dia, quando eu tava vindo do serviço, tinha um pessoal de::, num sei se era de Goiânia, ah, num sei, que é muita gente assim diferente, tem gaúcho, tem goiano, tem um pouco de cada.

(ANF, 22, 7s)

- (13) Eu acho que mudou. Tem, tem: acho que um bom por cento é do pessoal de fora, Goiás, São Paulo, né, acho que tem muitas coisas, assim:: pessoas de fora. Mudou, mudou muito.

(EVA, 18, 6s)

Há também referências claras, em alguns depoimentos, quanto à correção social explícita, inclusive por parte da escola. Além do depoimento dado em (2), em que a entrevistada afirma já ter presenciado pessoas corrigindo a fala cuiabana, podem-se acrescentar os seguintes:

- (14) P_ Quando você tem aula de português, por exemplo, você acha que é muito diferente do que você fala?

E_ É, um pouco, né.

P_ E a professora corrige?

E_ Corrige.

P_ Quando ela corrige?

E_ Assim::, como posso dizer...ah, eu esqueci

P_ É? Mas não é sempre, ela também não fala como o pessoal daqui?

E_ É, fala, né, espicando.

(LEO, 16, 8s)

- (15) E_ É, mas ela [a namorada] não é de Bonsucesso não, ela às vezes me corrige também o cuiabano, por causa ela não é de lá, ela é nascida em Campo Grande.

P_ Ah, ela é de Campo Grande? Aí ela fica te corrigindo?

E_ Às vezes, aí eu falo pra ela, ‘eu sou cuiabano’, fazer o quê, né?

(ALN, 19, 8s)

A este respeito, Palma (1984:) também registra o seguinte depoimento:

(16) “Cansei de ver professores dizendo: _ não fale assim, é ‘feio’”.

(V. 42, 2º Grau)

O depoimento do entrevistado em (14) revela um fato interessante para o qual Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972) chamam a atenção. Trata-se da regularidade dos padrões de avaliação subjetiva em face da irregularidade dos padrões de comportamento lingüístico. Esta constatação advém, segundo Labov (1972), das pesquisas sobre atitudes lingüísticas desenvolvidas por Lambert e seus associados nos anos sessenta. Os experimentos desenvolvidos por estes pesquisadores revelaram que os padrões que emergem dos testes de percepção sobre os usos lingüísticos são bastante uniformes. Os falantes que avaliam negativamente determinados usos lingüísticos na fala de outros apresentam, com frequência, estes mesmos usos em seu comportamento. Labov (1972:313) levanta, então, a seguinte questão: “por que as pessoas não se comportam de uma forma consistente com os valores normativos que elas mesmas expressam”⁵⁸?

Em (14), o informante afirma que a professora corrige a fala dos alunos, sendo que ela mesma também fala de modo semelhante quando está explicando. No trabalho de Almeida (2000), o autor registra um fato semelhante em relação ao falar cuiabano. Uma senhora de 90 anos, com escolaridade primária (4ª série), dá o seguinte depoimento:

(17) “(...) pois é, todo mundo diz assim mesmo que eu não pareço ser cuiabana, mas eu sou cuiabana, mas os cuiabanos mesmo, porque você sabe que o

⁵⁸ No original, “Why don’t people behave in a way consistent with the normative values that they express?”

cuiabano que é de primeira...vou dizer assim que é discurso muitos tempo...falam direito. Agora os que não fala são muita gente que vinha assim, porque veio muita gente toda parte aqui pra Cuiabá. Então ficou, por exemplo, Livramento, papa banana, né. Ali que eles falam...a gente conhece logo que é papa banana...bem carregado! Pessoal de Livramento, Várzea Grande mesmo já tem uma porção de coisinha esquisita.. Depois vem vindo outros que são até os caipira que vem lá do sítio, de toda parte, porque eu me lembro de minha turma, a turma de Ieda era turma de gente que todos falavam direitinho, não tinha nada de, de 'tchá', de 'tchu', né (...)"

Logo em seguida, o autor comenta que após vinte minutos de gravação a entrevistada esqueceu-se de que estava sendo gravada e produziu formas como 'hodje' e 'tchegar', adotando um comportamento lingüístico semelhante ao que ela própria estava condenando.

Os trabalhos sobre atitudes lingüísticas permitiram chegar a uma série de conclusões, algumas já referidas aqui. No entanto, para Labov permanece a questão a respeito da contradição entre as avaliações que as pessoas fazem a respeito do comportamento lingüístico de outros e o seu próprio comportamento.

Um aspecto relevante decorrente do efeito das atitudes lingüísticas externas em relação à variedade falada na baixada cuiabana consiste no fato de que muitos cuiabanos se convenceram de tal modo da 'feiúra' e inadequação de seu linguajar regional, que é possível encontrarem-se, entre eles mesmos, depoimentos que desprestigiam a variedade local. Em seu trabalho, Palma (1984:57-59) coletou uma série de apreciações dos próprios cuiabanos a respeito da variedade regional, algumas das quais reproduzo a seguir:

- (18) "... Ah! Agora a nossa fala está ficando 'mais bonita'. Quando a pessoa fala até parece que não é daqui".

(A., 35, 2º Grau)

(19) Olhe, já modificou muito... porque acho que tem **muita gente de fora... gente bacana**. Meus pais mantêm o mesmo jeito, porque **não saem de casa, são velhos.**

(C., 20, 1º Grau)

(20) "...A nossa fala está demais modificada, no nosso meio, né? Porque as pessoas de idade, como meu avô, falam do mesmo jeito até hoje. Mamãe já "melhorou" muito."

(F. 25, Superior)

(21) "Pelo amor de Deus, esse nosso 'cha – cha – chá' é horrível!"

(L., 62, 1º Grau)

Note-se que o depoimento expresso em (21) confirma a idéia de que, apesar das muitas características fonológicas e morfossintáticas que tipificam o falar cuiabano, é a realização de [ʃ] e [ʒ] como africadas que se transformou, mesmo para os cuiabanos, no traço lingüístico mais estigmatizado e mais perceptível da sua variedade regional, conforme foi discutido na seção 4.2.3. Um outro aspecto digno de nota, na fala dos entrevistados por Palma, é o valor, o prestígio e o reconhecimento atribuídos às 'coisas vindas de fora': as pessoas de fora são "gente bacana"; a fala do cuiabano "melhorou" e está "mais bonita"; hoje, quando os cuiabanos falam, nem parecem gente de lá, da terra. O verdadeiro conteúdo subjacente às avaliações negativas presentes nestas falas equivale a: (i) as pessoas de fora são melhores e superiores; (ii) falar como as pessoas de fora torna a linguagem do cuiabano mais bonita, melhor, porque a fala do cuiabano é feia, "é horrível" (cf. exemplo 21).

Desse modo, conseguimos acessar a informação social real que está sendo veiculada pelas formas variantes do falar cuiabano, conforme propõe Labov (1972). Há, no mínimo, duas informações distintas subjacentes a todas as falas aqui apresentadas até o momento. A primeira delas equivale, em termos gerais, a "falar como um cuiabano

provoca críticas, é errado; portanto, é melhor falar de outro jeito”. Esta é a informação contida na fala dos que percebem o preconceito e procuram, conscientemente, adotar outro comportamento lingüístico. A segunda informação social identificada assemelha-se a “o cuiabano fala errado e feio; isso é coisa de gente sem estudo e de nível social baixo. É preciso falar como as pessoas de fora, que falam bonito e de modo correto”. Esta informação perpassa tanto a fala de pessoas de fora, como a de alguns cuiabanos que assumiram a verdade do outro como a sua. Os primeiros, ou seja, os que são afetados pela primeira fala, sentem o estigma e se defendem dele, o que não significa, necessariamente, que concordem com a verdade que ele expressa. Os segundos, que compartilham a última visão, não sentem a fala do outro como um estigma, porque se identificam com ela. Aqueles para quem os usos do falar cuiabano se transformaram em marcas de variação sócio-cultural não se incomodam em abrir mão da sua identidade para assumir a identidade do outro, que expressa uma cultura melhor, mais desenvolvida e prestigiada.

Mas há um terceiro grupo, que expressa avaliações mais positivas em relação ao dialeto da baixada cuiabana e que se orgulha do seu falar regional, conforme ilustram os depoimentos a seguir:

(22) No primeiro dia de aula, quando eu dou aula, eu falo pros meus alunos pra nunca perderem essa marca cultural nossa, entendeu? porque a coisa mais rica que nós temos é a nossa fala, eu acho chiquérrimo, professora, quando alguém fala 'vôte', porque eu ainda num vi nenhum lugar nesse país ninguém falando 'vôte', senão o cuiabano e o povo da baixada, eu acho chique. (...) Nunca ninguém debochou do meu sotaque não, e se debocharem eu também debocho de quem eu tô falando, então, sempre respeitaram.

(JAB, 25, SU)

(23) “Modificou muito, tanto a fala como nossos costumes...o que é uma pena”

(P., 30, SU)

Estes últimos compõem o grupo daqueles que valorizam sua identidade regional e que, sendo possível, contribuem para mantê-la viva.

Com base no que foi exposto, percebe-se que o contexto social no qual está inserida a mudança lingüística no dialeto da baixada cuiabana caracteriza-se por uma forte estratificação de valores sócio-culturais. O desenvolvimento que a entrada da população imigrante imprimiu na região de Cuiabá, com o aporte de mão-de-obra mais qualificada do que a existente no local, contribuiu ainda mais para marcar a hierarquia e os papéis sociais na comunidade cuiabana. Note-se que os informantes de Palma, nos exemplos (7) e (8), sugerem que Cuiabá praticamente não é mais dos cuiabanos, pois até mesmo os cargos públicos já estão ameaçados de serem preenchidos por pessoas de fora. Por outro lado, vimos que há três diferentes atitudes sociais em relação ao falar cuiabano: (i) uma que se identifica com o conteúdo das pressões externas e ratifica o estigma; (ii) outra que tem consciência do estigma e se sente pressionada a anular sua identidade local; (iii) uma terceira que procura preservar a identidade cultural, apesar das atitudes contrárias.

Diante dessa diversidade de atitudes em relação ao falar cuiabano, como situar o processo de mudança lingüística nesta comunidade?

Labov (1972:313) conclui, com base em um trabalho de atitudes lingüísticas desenvolvido no Harlem, que “os falantes de classe baixa não querem adotar as normas da classe alta; embora eles endossem as normas das classes dominantes nas situações de teste, há conjuntos opostos de valores que sustentam as formas vernaculares e que não aparecem nos testes de reações subjetivas”⁵⁹. Labov (1972:314) apresenta, então, duas formulações para esta oposição de valores, propostas por Ferguson e Gumperz (1960).

⁵⁹ No original, “Lower-class speakers do not want to adopt the norms of the upper class; although they do endorse the dominant norms in the test situation, there are opposing sets of values that support the vernacular forms, and that not appear in subjective reactions tests”.

- (i) “Qualquer grupo de falantes de uma dada língua que se considere uma unidade social coesa, fechada, tenderá a expressar a solidariedade do grupo por meio do uso das inovações lingüísticas, que os separam de outros falantes que não pertencem ao grupo”;
- (ii) “Em condições de igualdade, se dois falantes A e B de uma mesma língua X se comunicam nessa língua, e se A considera que B possui mais prestígio do que ele e aspira a alcançar o mesmo estatus de B, então, a variedade de X falada por A tenderá a caminhar em direção a uma identidade com a variedade falada por B”⁶⁰.

Com base nos três tipos distintos de atitudes lingüísticas, presentes na comunidade cuiabana, em relação a sua variedade regional, pode-se concluir que a realidade lingüística atual da baixada cuiabana apresenta a seguinte configuração:

- (i) há um conjunto de mudanças lingüísticas em progresso no sistema fonológico e morfossintático do dialeto da baixada cuiabana que não podem ser atribuídas ao acaso;
- (ii) tais mudanças estão estreitamente relacionadas com a variação social altamente estratificada que se instaurou na baixada cuiabana com o processo de re-colonização do Mato Grosso a partir dos anos setenta;
- (iii) há um grupo de falantes que aspira a igualar sua fala à dos indivíduos não-cuiabanos, como forma de ascender ao mesmo

⁶⁰ No original: 1. “ Any group of speakers of language X which regards it itself as a close social unit will tend to express its group solidarity by favouring those linguistics innovations which set it apart from other speakers who are not part of the group; 2. Other things being equal, if two speakers A and B of a language X communicate in language X and if A regards B as having more prestige than himself and aspires to equal B’s status, then the variety of X spoken by A will tend towards identity with that spoken by B”.

status e grau de prestígio que eles mesmos conferem a este últimos;

- (iv) apesar das mudanças, há um segundo grupo de falantes escolarizados que, contrariamente ao primeiro, valoriza e preserva sua fala vernacular, reconhecendo, em seu comportamento lingüístico, um meio de sustentar sua identidade regional face a outros grupos co-existentes na mesma comunidade;
- (v) há um terceiro grupo de indivíduos, pertencentes a classes mais baixas, que, na interação com não-cuiabanos, inibem, conscientemente, sua fala vernacular como forma de se protegerem da discriminação. Em interações mais simétricas, tais indivíduos presevam sua identidade regional e social.

O primeiro grupo de indivíduos pertence, em sua maioria, à classe média, e aspira a uma maior ascensão social. Para tanto, substituem os traços de seu falar regional por outros portadores de maior prestígio, agindo de acordo com a segunda formulação, referida em (b). Por esta razão, este é o grupo que mais contribui para a propagação da mudança, e o faz conscientemente. O segundo grupo, também constituído por indivíduos escolarizados de classes sociais intermediárias, encaixa-se na formulação referida em (a), na medida em que mantém o uso das formas vernaculares como meio de preservar a identidade e sustentar a existência de uma comunidade cuiabana, distinta dos não-cuiabanos. Quanto ao último grupo, constituído por indivíduos escolarizados de classe baixa, tudo indica que pode ser situado no caso proposto por Labov, dos que endossam aparentemente os valores das classes dominantes, mas que apresentam um conjunto de valores opostos que sustentam a vitalidade das formas vernaculares. Para este grupo, a mudança é sentida como uma imposição que vem das classes economicamente mais favorecidas; é o modelo de língua que eles devem seguir.

Com esta discussão sobre o problema da avaliação, compreende-se melhor a forma como a mudança lingüística vem se implementando na estrutura social da comunidade investigada e por que razão ela se caracteriza como uma mudança vinda de cima, no sentido dado por Labov a esta expressão, embora, no que se refere, especificamente, à variação de gênero, não haja um nível de consciência e de avaliações explícitas.

Compreende-se também o porquê de ainda encontrarmos, na comunidade cuiabana, falantes com graus de escolaridade mais altos, pertencentes a classes economicamente mais favorecidas, que ainda conservam em sua fala muitas marcas do seu dialeto materno. Os que se identificam mais como o 'ser cuiabano', pertencem muitas vezes a famílias tradicionais de Cuiabá e, independentemente de sua condição social privilegiada, e, talvez, exatamente por isto, constituem núcleos onde os costumes e a fala tipicamente cuiabana conservam, até os dias atuais, sua vitalidade. Aqueles que, por outro lado, necessitam garantir seu espaço no mercado de trabalho, se vêem forçados a incorporar padrões socialmente mais aceitos de comportamento lingüístico, e, como Cuiabá não é mais tão-somente dos cuiabanos, anulam sua identidade e perdem aquilo que os faz serem verdadeiramente "**cuiabanos de tchapa e cruz**".

Embora permaneça, na comunidade cuiabana, um grupo de falantes que atua no sentido de preservar os valores sócio-culturais de sua região, estes mesmos indivíduos têm plena consciência de que a mudança lingüística está, inevitavelmente, avançando em direção a uma perda dos traços dialetais em prol da aquisição de formas comuns a qualquer variedade urbana padrão do português do Brasil.

Para concluir este tema, reproduzo, a seguir, trechos do depoimento de um cuiabano com escolarização de nível superior⁶¹, licenciado em Letras, que ilustra muito do que acabou de ser discutido:

⁶¹ Na reprodução da fala deste entrevistado, registrei o 's' palatalizado do cuiabano, usando /ʃ/ na grafia, de modo a manter e a ressaltar este traço dialetal típico, ainda bastante presente em sua fala.

(...) Se bem que meus pais também são estudados, né, mas falam, falam o dialeto cuiabano. Mamãe fala mais que tem menos estudo, né, e papai que é engenheiro quase não fala. (...) Talvez o grau de escolaridade interfira, professora, eu já percebi, por exemplo, que meus alunos quando entram no primeiro ano eles, tão com sotaque mais carregado e saem com menos. Também, e... acho que é influência mesmo, o nortão mato-grossense é só de sulista, (...) é como se fosse:: outro estado, outro Mato Grosso mesmo. (...) No primeiro dia de aula, quando eu dou aula, eu falo pros meus alunos pra nunca perderem essa marca cultural nossa, entendeu? porque a coisa mais rica que nós temos é a nossa fala, eu acho chiquérrimo, professora, quando alguém fala 'vôte', porque eu ainda num vi nenhum lugar nesse país ninguém falando 'vôte', senão o cuiabano e o povo da baixada, eu acho chique, lógico que em determinados contextos nós não podemos utilizar esse 'vôte', né, ele é bem coloquial, coloquial e regional, mas é super bonito. (...) 'O espia, o rebuçar, no mamãe, vou no mamãe', ah eu falo 'vou no mamãe', falo vou no mamãe, falo vou comer carne amanhã, eu não sou muito assim de ficar acanhado não com relação ao meu sotaque. (...) Eu acho que a escola ela anda tolhendo muito essa fala nossa, eu acredito, minha família toda é cuiabano, né, o meu sotaque acho que é o mais carregado que tem lá de casa, acho que até mais que de mamãe, e eu já tenho curso superior, você perguntou pra mim entre os dois, papai e mamãe, né, minhas irmãs elas também elas falam, são pequenas marcas, professora, né, infelizmente acho que está perdendo isso. (...) Professora, a população com esse tempo aumentou, né, então vieram mais pessoas de fora, né, o contato mesmo, professora, acho que é só isso que anda prejudicando, a tendência é que acabe mesmo, né.

(JAB, 25, S)

4.3. Conclusão

Ao examinar mais detalhadamente as cinco grandes questões que envolvem um processo de mudança lingüística, foi possível obter-se uma visão mais completa da abrangência e da relevância desse fenômeno na comunidade investigada. Embora seja inegável que fatores sociais exercem uma influência bastante significativa nos processos de mudança lingüística, o que foi mais diretamente tratado nos problemas do encaixamento social, da implementação e da avaliação, é também um fato incontestável que a mudança que está em andamento na concordância de gênero na anáfora pronominal, no dialeto da baixada cuiabana, apresenta um forte condicionamento lingüístico. Não é sem razão que Labov (1972:283) afirma que nem todas as questões que envolvem uma mudança lingüística estão diretamente relacionadas com o encaixamento social.

A discussão do problema da restrição não envolve propriamente nada de social. Ficou demonstrado que a direção da mudança na concordância de gênero, no dialeto da baixada cuiabana, segue uma rota comum a outras variedades bastante localizadas do português do Brasil, que não possuem, em princípio, nenhuma relação direta entre si. As restrições sugerem não só que há algo de coletivo, de supra-regional na direção da mudança, mas também que sua direção está inserida no funcionamento interno do sistema lingüístico envolvido.

O problema da transição permitiu visualizar uma fase significativa do processo de mudança na concordância de gênero no falar cuiabano, ao descrever o percurso realizado pela mudança a partir dos vestígios de um estado anterior de atribuição de gênero no dialeto em estudo até o momento atual. A análise dos dados permitiu inferir que a mudança atingiu primeiramente a estrutura **DETERMINANTE + NOME**, tendo, posteriormente, avançado para as construções de anáfora pronominal, cujos contextos mais favoráveis à retomada pela forma **ele** também têm se reduzido consideravelmente na fala das últimas gerações de usuários do dialeto.

A discussão sobre o encaixamento permitiu concluir que, do ponto de vista social, o aspecto mais significativo envolve o prestígio das formas inovadoras em contraposição ao estigma das formas dialetais, o que tem afetado tanto o nível fonológico quanto o morfossintático do dialeto em estudo. As pressões sociais envolvidas nesse embate têm produzido a transformação de um dialeto regional em uma variedade urbana lingüisticamente mais neutra, comum aos grandes centros do país.

Quanto ao encaixamento na matriz lingüística, ficou demonstrado que o aumento da frequência de construções com artigos, antes pouco produtivas no falar cuiabano, contribuiu, de modo decisivo, para desencadear a marcação do gênero em outras estruturas, dentre elas, as retomadas pronominais. A discussão do encaixamento lingüístico e social permitiu, assim, comprovar a não-aleatoriedade das mudanças que estão ocorrendo, neste momento, no falar cuiabano.

O problema da implementação registra, de modo detalhado, os processos sócio-históricos e culturais que, em épocas distintas, vêm alterando o cenário onde floresceu e se extinguiu o falar cuiabano, exibindo a atuação do princípio uniformitário de que as forças que atuaram no passado são da mesma natureza das que atuam no presente (Labov, 1972). Neste cenário, avultam os diversificados contatos lingüísticos e as forças sociais deles decorrentes atuando, de modo impositivo, sobre a variedade local.

Finalmente, o problema da avaliação põe em destaque o significado social veiculado pelas formas variantes em combate na comunidade investigada. Mais que isso, esta discussão evidencia também, de modo implícito, a questão da representatividade sócio-econômico-cultural de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso no competitivo cenário nacional. Mudanças lingüísticas como as que se verificam no dialeto da baixada cuiabana estão fortemente atreladas aos valores e aos fatores de ordem social.

5. Uma reflexão final

*“Cada roda co seu furo, cada tempo
co seu uso.”*

Sr. Felipe

Iniciei este trabalho com uma breve descrição da variedade linguística falada na baixada cuiabana, apresentando algumas de suas características mais típicas.

O segundo capítulo apresenta o embasamento teórico acerca do gênero gramatical e da anáfora pronominal, além da revisão de um conjunto de trabalhos descritivos sobre variedades populares e regionais do português do Brasil e português europeu no que diz respeito ao gênero gramatical. Incluem-se, nesta revisão, as resenhas de duas análises variacionistas sobre a concordância de gênero em duas variedades do português brasileiro, a saber: o português de contato do Alto Xingu e o dialeto de Helvécia, no sul da Bahia.

No capítulo 3, faço uma análise da concordância de gênero na variedade que constitui o objeto de estudo deste trabalho, na perspectiva da Teoria da Variação laboviana, descrevendo, minuciosamente, todo o processo de coleta de dados e de constituição da amostra. Nesta etapa, algumas conclusões começam a se delinear. A análise variacionista revela que um fator de natureza sintático-semântica, a referência genérica, é o aspecto linguístico que mais favorece a retomada pronominal de antecedentes femininos por *ele*. Esta mesma análise revela ainda que fatores de natureza social têm o seu papel na produção deste fenômeno: quanto maior o grau de escolaridade do informante, menor a probabilidade de uso de *ele*; quanto mais jovem o informante, menor também será a probabilidade de fazer uma retomada com *ele*. Falantes jovens com escolaridade mais alta não apresentaram uma ocorrência sequer da realização do

fenômeno na amostra analisada, sugerindo a possibilidade de uma mudança lingüística em curso no dialeto da baixada cuiabana.

Avaliar a ocorrência de um provável processo de mudança lingüística no dialeto em estudo constituiu o assunto do capítulo 4. Ao abordar as cinco grandes questões da mudança, propostas por Weinreich, Labov e Herzog (1968), foi possível perceber não só que a concordância de gênero no dialeto da baixada cuiabana está mudando de configuração, mas também que não se trata de uma mudança isolada, mas, sim, de uma mudança concomitante a outras que vêm ocorrendo no nível morfossintático e fonológico do dialeto.

Ao longo de toda esta reflexão, questões foram sendo levantadas e respondidas, sendo que três delas permaneceram, até o presente momento, na interrogação: 1. O que, de fato, está sendo marcado, neste dialeto, nas construções em que uma forma masculina é usada pelo falante para fazer referência a nomes femininos (cap.1, p.19)? 2. Considerando a condição essencial para a anáfora, de que o pronome deve concordar em gênero com seu antecedente, como explicar as estruturas do falar cuiabano em que esta condição essencial não é preenchida (cap. 2, p.32)? 3. A concordância de gênero nas estruturas do falar cuiabano pode ser explicada por fatores exclusivamente de natureza gramatical ou fatores pragmáticos também entram em jogo (cap.2, p.32)?

Na reflexão que se segue, proponho uma resposta para cada uma destas questões, de modo a concluir a análise que foi apresentada ao longo deste trabalho.

A primeira pergunta, que coloca em foco o que está sendo realmente marcado sempre que um pronome na forma masculina é usado para retomar nomes femininos, remete ao uso genérico do masculino, que é uma questão maior da língua portuguesa em geral.

Câmara Jr. (1977:78) propõe que, do ponto de vista semântico, a principal diferença entre masculino e feminino não reside propriamente na distinção de sexo, mas consiste no fato de ser o masculino uma forma geral, **não-marcada**, enquanto o feminino

indica uma especialização, uma particularização do masculino, sendo, portanto, a forma **marcada**. Com essa interpretação, o autor entende que há flexão de feminino em **jarra**, que é um tipo especial de 'jarro', do mesmo modo que em **barca**, que é um tipo especial de 'barco', e inclui aí a indicação das fêmeas do reino animal que se faz também por meio da flexão de feminino; ou seja, **ursa** é a fêmea do animal da espécie **urso**.

Não pretendo aqui discutir a validade da proposta de Câmara Júnior quanto à existência ou não de um processo de flexão entre **jarro-jarra** e **barco-barca**, mesmo porque isto foge aos objetivos deste trabalho⁶². Contudo, a distinção, no plano semântico, proposta pelo autor entre **feminino/forma marcada** e **masculino/forma não-marcada** merece ser considerada sob outro aspecto. O gênero feminino é visto como o gênero marcado pelo fato de que a sua significação se aplica exclusivamente aos seres do sexo feminino. O gênero masculino, por outro lado, pode tanto indicar os seres do sexo masculino, em um contexto mais restrito, quanto os seres da espécie em geral, independente do sexo, o que se daria como uma referência mais ampla, não-marcada. Sendo assim, nomes como **mãe, filha, aluna, cadela, gata** vão estar sempre indicando exclusivamente as fêmeas da espécie, enquanto **pai, filho, aluno, cão, gato** podem não só indicar os machos da espécie, mas também podem abarcar, em sua significação, os seres de ambos os sexos, de modo a fazer referência à espécie como um todo. Desse modo, como bem observa Pereira (1987:33), Câmara Júnior “destaca uma característica do masculino, a de ter **interpretação mais genérica**, que é pouco enfatizada nas gramáticas, as quais quase sempre se restringem em atribuir ao masculino o seu papel de indicar o sexo masculino” (grifos meus).

Outra proposta sobre formas marcadas e não-marcadas para gênero em português, além da de Mattoso Câmara Jr., foi elaborada por John Martin (1975).

Neste trabalho, o autor observa que há dois grandes grupos de substantivos em português, como **fogão, espírito e menino** e como **mesa, verdade, menina**, dos quais

⁶² Para uma boa discussão sobre esta proposta de Câmara Júnior remeto ao trabalho de Pereira (1987).

os adjetivos e artigos tomam seu gênero. Partindo da regra básica do português, que afirma que o adjetivo deve sempre concordar em gênero e número com o substantivo ao qual se refere, o autor passa a fazer a seguinte argumentação:

- (i) em "o pé está cheio de limão", costuma-se dizer que **cheio** é uma forma do masculino porque concorda com o substantivo **pé**, que também é masculino;
- (ii) em "um sorvete seria ótimo", é contraditório dizer que **ótimo** é uma forma do masculino, se considerarmos a possibilidade de uma outra estrutura como "uma cerveja seria ótimo", em que, apesar de o item **cerveja** ser feminino, **ótimo** permanece invariável;
- (iii) o que dizer do gênero do adjetivo **cheio** em construções sem sujeito como "está cheio de limão no pé" e "está cheio de crianças na praia", nas quais **cheio** parece não concordar com nada?

Dando prosseguimento a sua argumentação, o autor chama a atenção para o fato de que formas femininas só ocorrem quando há, de fato, um substantivo feminino na sentença (cf. "a praia está cheia de crianças"). As formas masculinas, por outro lado, ocorrem tanto quando há um substantivo masculino ao qual elas se relacionam na sentença (cf. "o pé está cheio de limão"), quanto quando não há nenhum substantivo com o qual se relacionar (cf. "Está cheio de crianças na praia").

Com base nesse raciocínio, Martin propõe que há, em português, adjetivos que admitem duas formas: uma variante que só aparece quando há a presença de substantivos **marcantes** (femininos) e a outra que aparece em todos os outros casos. Por essa razão, o autor entende que não há lugar para se falar em **formas masculinas** em português, mas em formas **não-marcadas**.

Tanto quanto Câmara Júnior, Martin evidencia que o que se denomina **gênero masculino**, nas gramáticas do português, recobre dois tipos distintos de uso. Um,

quando as formas usadas referem-se a nomes com o traço [+masculino], independentemente de haver ou não distinção de sexo, outro quando as formas em questão não são nem masculinas nem femininas, como no exemplo dado por Martin “está cheio de crianças na praia”, em que ‘cheio’ não concorda com nada.

Ora, no capítulo 3, que trata da análise variacionista do fenômeno da retomada pronominal por **ele** na baixada cuiabana, ficou demonstrado que a referência genérica é o fator condicionador mais relevante em relação ao uso de **ele** na retomada pronominal. Os valores, tanto em frequência quanto em pesos relativos, referentes ao efeito desta variável sempre se mostraram estatisticamente significativos, quer nas etapas em que o fator foi medido isoladamente ($65\% = 0,86$), quer nas quais ele teve seu efeito avaliado em conjunto com todas as outras variáveis selecionadas ($0,84$). Mesmo nos cruzamentos que foram feitos entre as outras variáveis e a variável tipo de referência do antecedente, os resultados obtidos sempre mantiveram a **referência genérica** como o fator mais favorecedor da retomada por **ele**. Embora não se trate de um fenômeno categórico e os valores aqui apresentados reflitam, em termos probabilísticos, apenas uma tendência, tais valores nos permitem, então, concluir que verifica-se, no falar cuiabano, uma tendência para marcar a referência genérica nas construções em que há retomada de um antecedente feminino, **forma marcada**, por um anafórico masculino, **forma não-marcada**. Um fenômeno que a princípio nos parecia tão insólito encontra, no uso do masculino como forma genérica, um encaixamento perfeito na morfossintaxe do gênero em português. Ou seja, o masculino, forma semântica e morfologicamente não-marcada, é a forma usada, em português, quando se quer indicar uma interpretação ou referência genérica.

Esta conclusão remete à seguinte questão: o que dizer da concordância de gênero nas construções com referência genérica? A segunda questão a ser respondida aqui, conforme exposto anteriormente, refere-se justamente a este aspecto: como explicar as estruturas do falar cuiabano, tendo em vista que a condição essencial para a anáfora, de que o pronome deve concordar em gênero com seu antecedente, não é preenchida?

Afinal, nas estruturas do português, de um modo geral, quando o masculino é usado para indicar interpretações genéricas, raramente se tem uma estrutura em que o antecedente é constituído por um nome feminino com presença de artigo fazendo a marcação explícita de gênero, como as que ocorrem no falar cuiabano. A esse respeito, Coutinho (1954:231) oferece os seguintes exemplos, em português, com destaque para os adjetivos e participípios: “É necessário paciência”, “é proibido entrada” e “é bom ter cautela”. Segundo o autor, trata-se, em português, de casos em que os adjetivos são considerados neutros, em função de vestígios de uso do gênero neutro latino. Note-se que é bem menos comum dizermos ‘é proibido a entrada’, havendo sempre a preferência pela omissão do artigo nestas construções. Pelo menos, construções deste tipo com presença de artigo não são, normalmente, registradas nas gramáticas do português, embora seja sabido que ocorrem muitos casos, como em “é necessário a apresentação da carteira de sócio”. Por outro lado, estas construções não são percebidas, em português, como casos de violação da concordância de gênero.

Perini et al. (1996:48) observam que, em português, "nos casos em que não há nenhum item pertencente a um gênero, aparentemente não há controle de gênero. Uma consequência disso é que o SN vai para o masculino (gênero não-marcado)". Para ilustrar essa observação, os autores apresentam o exemplo "todos desejam um governo melhor", e consideram que **todos**, nesse caso, não apresenta traço de gênero por não estar em uma relação anafórica, ou seja, **todos** deve aí ser entendido como um **uso genérico**, como sendo, por exemplo, **todo mundo**.

Estas observações podem nos levar à compreensão de que, no falar cuiabano, pode não estar havendo também uma tendência a se estabelecer uma concordância de gênero nas construções analisadas nesta pesquisa, mas, sim, uma relação de referência que se caracteriza pela particularidade de envolver um uso genérico. Daí, não haver uma marcação de traços de gênero na retomada anafórica por **ele**, mas uma marcação do tipo de referência que está em jogo.

Em relação à observação de Perini et al. acima, vale examinar algumas outras construções do falar cuiabano em que o anafórico **ele** está relacionado a um antecedente constituído por um item lingüístico não marcado para gênero, o que supõe não haver controle de gênero, além de se tratar também de casos de referência genérica. Vejam-se os seguintes exemplos:

(1) **QUEM** confessa, comunga e **ELE** ouça a missa, **ELE** confessa e ouça a missa com fé, com fé mesmo, **ELE** santifica. A senhora sabe que **QUEM** vai na missa, amanhã **ELE** é santificado.

(ELN, 39, 4s)

(2) A senhora sabe que **QUEM** come jacaré, **ELE** não sofre de bronquite.

(ELN, 39,4s)

(3) Porque conseio é conseio, **QUEM** uve o conseio, o conseio uve **ELE**.

(DOM, 78, I)

Em todos estes exemplos, **quem**, forma pronominal não-marcada para gênero, significando, neste contexto, 'a pessoa que', é o antecedente de **ele**. Em todos os casos, a referência é genérica, não se trata de alguém ou alguma pessoa específica, mas qualquer pessoa. Note-se também que quase todos os usos de **ele**, nas construções acima, configuram casos que, em uma variedade mais prestigiada do português, seriam construções de sujeito nulo. Seguindo o mesmo raciocínio de Perini, pode-se afirmar que, nestes casos, não há controle de gênero, mesmo porque não há, nas construções apresentadas, um antecedente constituído por um nome marcado para gênero. Nada, a não ser o fato de se tratar de uma referência genérica, justifica também o uso de **ele** nas construções acima. Ou seja, em português, a forma prescrita para os casos de referência genérica é a forma não-marcada, razão pela qual a presença de **ela** e não de **ele**, nas construções acima, soaria totalmente estranha para um falante nativo.

Por outro lado, há, no falar cuiabano, ocorrências de antecedentes marcados para gênero que, por apresentarem referência genérica, são também retomados pela forma não-marcada **ele**. Reproduzo, a seguir, dois exemplos expostos primeiramente, no capítulo 3, à página 136-37.

(4) Eu fiquei naquela área que convivia com **AQUELA GENTE**, atendendo, conversando com **ELES**, falando com **ELES**.

(DAT,63,7s)

(5) O principal parte que eu acho que é a imigração, porque assim como vem **GENTE BOA**, a maior parte é gente, **GENTE PORCARIA**, sabe. Então muita vez vem grilar, chega aqui de qualquer jeito, aí **ELE** chega e vem invadindo, se acha um terreno aberto **ELE** vai invadindo, e vai fazendo casa. Aí o dono vai lá , **ELE** ameaça e **ELE** acaba ficando, né.

(MIS,64, 4s)

A presença de 'aquela gente' em (4) e 'gente boa' em (5) é suficiente para indicar o gênero feminino de **gente**. Por outro lado, trata-se de um nome cuja significação básica já envolve um caráter tão genérico, tão indefinido e coletivo que soaria também totalmente estranho se usássemos, nas construções acima, o anafórico **ela**, marcado para o feminino⁶³. Construções como estas nos permitem perceber o efeito robusto que o aspecto **uso genérico** apresenta nas relações discursivas do português, o que além de explicar os pesos relativos tão altos, apresentados nesta pesquisa pelo programa VABRUL, é corroborado por estes mesmos resultados.

Com base no que foi exposto até este momento, pode-se afirmar, então, que, em português, as construções que envolvem uso genérico não envolvem

⁶³ A esse respeito, remeto ao trabalho de Shirley Eliany Rocha (2003), defendido recentemente como dissertação de Mestrado em Linguística, na UnB, intitulado **Sujeito coletivo singular em português: concordância e referencialidade**.

concordância de gênero. Se isto é correto, será correto também afirmar que não pode haver violação da regra de concordância de gênero nas construções em que este tipo de relação sintática não está em jogo, como no caso das construções com referência genérica. Portanto, as construções do falar cuiabano com referência genérica que, aparentemente, ferem a condição essencial para a anáfora, de que o pronome deve concordar em gênero com seu antecedente, se explicam por este princípio.

No capítulo 2, seção 2.2, ao serem apresentados vários trabalhos que discutem as relações de concordância na anáfora pronominal, mostrou-se a proposta de alguns autores que defendem ser a anáfora uma relação controlada por fatores pragmáticos e não tão-somente por fatores sintáticos. Entre estes autores, Bosch (1987)⁶⁴ propõe que a compreensão do processamento de uma relação anafórica depende da representação mental que é construída pelo falante no ato da referência, de modo que, em relação à concordância, o que ocorre é uma “concordância nocional” (“*notional agreement*”, 1987:73), que o autor explicita em termos de concordância de traços. Com o exemplo “*Nobody took {his/*her/his or her} luggage*” (“Ninguém pegou sua bagagem”, p.74, tradução minha), o autor ilustra o traço **pronome pessoal genérico** para “*nobody*” e entende que o pronome “*his*”, em princípio masculino em inglês, não pode ser aí tomado como uma referência a machos, uma vez que é tão-somente em virtude de esta forma pronominal apresentar também, implicitamente, o traço [+genérico] que permite a sua ocorrência na construção acima. A conclusão de Bosch (1987:77) é a de que os pronomes anafóricos concordam com a representação de traços que resulta do processamento de seu antecedente.

O exemplo do inglês e a explicação proposta por Bosch adequam-se perfeitamente às construções do falar cuiabano apresentadas em (1), (2) e (3), nas quais **quem** é o antecedente do anafórico. Incluindo nesta reflexão também os exemplos (4) e

⁶⁴ Todas as referências que faço, nesta seção, a respeito das idéias de Bernd Wiese e Peter Bosch nada mais são do que retomadas da discussão do trabalho desses autores apresentada, inicialmente, no capítulo 2, seção 2.2, para a qual remeto o(s) leitor(es).

(5) do falar cuiabano, pode-se dizer que tanto **quem** quanto **gente** possuem, em sua matriz, o traço [+genérico], independentemente de o primeiro ser uma forma pronominal e não ser marcado para gênero e o segundo ser um nome classificado como feminino, em português. Se admitirmos a idéia de Bosch de uma concordância nocional que resulta da representação mental que é construída pelo falante no ato da referência, e não mais uma concordância sintática, não haverá problema em compreender as construções do falar cuiabano. Mas, por outro lado, já vimos também que, no caso dos antecedentes **quem** e **gente**, uma outra opção que não **ele**, seria destoante, inaceitável.

Um outro exemplo do falar cuiabano, também citado primeiramente no capítulo 3, seção 3.2.4.1, que vem ao encontro da proposta de Bosch é o seguinte:

(6) Então benzi também **UMA CRIANÇA, LUCAS**, filho de Gervásio. Então **A CRIANÇA** foi pro hospital, veio, **ELE** inchou todinho a viriia sem poder urinar. Então, **ELE** precisava ser operado.

(ELN, 39, 4s)

Neste caso, o antecedente do anafórico é **a criança**, mas o uso de **ele** pode ser explicado pelo fato de se tratar de um menino, Lucas, fato que era do conhecimento prévio do falante. Segundo a proposta de Bosch, o falante processa o SN com base na sua representação, a qual contém, entre outros, a sua matriz de traços, não havendo sequer a necessidade de que o antecedente tenha sido explicitado. Ora, **criança**, classificado como sobrecomum nas gramáticas tradicionais do português, abarca, em sua referência, tanto referentes com o traço [+macho], quanto [-macho]. O falante, neste caso, ao retomar o antecedente explícito **a criança** por **ele**, estava justamente centrado na representação mental de **criança** como **Lucas**, um menino, portanto, [+macho]. Foi em virtude deste processamento, que alguns autores chamam de 'concordância semântica' (cf. Corbett, 1991), que o falante realizou, na construção em (6), a concordância entre **criança** e **ele**.

Mas há casos, no falar cuiabano, em que **criança** constitui um antecedente usado com sentido genérico, sem distinção de sexo, sendo também retomado por **ele**. Nesse caso, o foco incide novamente sobre a referência genérica do nome antecedente, conforme ilustra o seguinte exemplo:

- (7) A CRIANÇA não pediu pra ninguém fazer ELE, não pediu pra nascer. Deus olhou pra gente, deu ELE, vamos assumir a responsabilidade e ter ELE. ELE é nosso sangue, é o mesmo que nós, vamo criá ELE.

(ELN, 39, 4s)

Neste exemplo, o falante não está mais se referindo a uma criança específica, mas às crianças, de modo geral.

O mesmo tipo de processamento se dá em outras construções com antecedentes constituídos por **pessoa**, como as exemplificadas também no capítulo 3, seção 3.2.4.1. (p.137). Retomemos, por exemplo, a seguinte construção:

- (8) Se A PESSOA já vem com aquela intenção de não respeitar você, você mostra que você respeita ELE.

(DAT,63,7s)

É fato que, em português, **a pessoa** é um nome classificado como [+feminino], mas é fato também que, como **criança**, abarca, em termos nocionais, os traços [\pm macho] e [\pm genérico]. Portanto, ao escolher **ele** como anafórico, o falante pode estar também se apoiando em algum desses traços. No caso de (8), tudo leva a crer que seria o traço [+genérico], compartilhado também pelo pronome **ele**, uma vez que o falante não está se referindo a alguém específico do sexo masculino. Como sugere Bosch (1987), é o **gênero conceitual** da representação mental previamente estabelecida da entidade referida que define a concordância.

Essas reflexões permitem levantar uma questão a respeito do comportamento morfossintático dos nomes classificados como **sobrecomuns** em português. Por que razão nomes como **gente, pessoa e criança, que compartilham os mesmos traços morfológicos, [+feminino], e semânticos, [±macho, ±genérico], e recebem a mesma classificação de sobrecomuns, nas nossas gramáticas, não se comportam de modo semelhante quanto ao mecanismo de concordância de gênero? Por que, para um falante nativo de português, é natural dizer algo como ‘esta criança’ → ele/ela, mas é destoante dizer ‘esta pessoa’ → *ele/ela e ‘essa gente’ → *ele/ela em casos de referência específica? Por outro lado, já vimos que, com uso genérico, gente destoa se for retomado por ela, mas fica bem se for retomado por ele⁶⁵. O mesmo não se dá com pessoa, que apresenta o mesmo comportamento de gente nos casos de referência específica, nos quais a concordância deve se dar com o traço morfológico [+feminino], mas que na referência genérica não soa tão natural se for retomado por ele. Ou seja, por que razão itens lexicais nominais que apresentam a mesma matriz de traços, não apresentam o mesmo comportamento em relação à concordância de gênero? Esta é uma questão que faço a partir das reflexões aqui desenvolvidas e para a qual não tenho resposta. Trabalhos futuros a serem desenvolvidos podem lançar mais luz a este respeito.**

A questão da concordância de gênero, nas construções do falar cuiabano, soa mais estranha, para os que não são usuários do dialeto, em casos como os seguintes:

(9) A CANA apodrece, no tudo aquelas djunta **DELE ELE** quebra.

(IRA, 75, 4s)

(10) Uai, **MANDIOCA**, a senhora casca **ELA**, lava bem lavadinho. A senhora vai co **ELE** no ralo, se não tem caititu, rela **ELE** no ralo, daí a senhora imprensa a massa no tipiti (...)

(MIN, 44, I)

⁶⁵ No que diz respeito ao uso de **gente**, remeto ao trabalho de Menuzzi (1999), sobre o uso anafórico da expressão **a gente** em português, resenhado no capítulo 2, seção 2.2.

(11) Sabe, eu fez uma farinha pra mamãe. Fui lá, arranquei **A MANDIOCA**, cheguei aqui amuntuei, casquei **ELE**, as criança lavou, peguemo no ralo, relemo **ELE**, eu com Juliano e Vítor. Aí peguei, torci no saco, botei o saco no carrinho, falei só pra tirar o polvilho. Torci **ELE**, tirei a água **DELE** noutra vasia, marrei o saco, botei na prensa. Graças a **Deus** eu tinha uma tesoura, (inint) nela. Então, a água da mandioca, eu sei que ela mata.

(ELN, 39, 4s)

Tanto em (9) como em (11), tem-se os antecedentes **a cana e a mandioca** devidamente acompanhados de seus respectivos determinantes, não havendo dúvidas quanto a serem itens morfologicamente femininos no falar cuiabano. Em (10), ocorre a omissão do determinante junto ao antecedente **mandioca**, o que não impede que, diferentemente dos outros dois exemplos, o falante faça uma primeira retomada por **ela**, para, logo em seguida, usar **ele**. Os itens lexicais que estão funcionando como antecedentes, nesses exemplos, apresentam em comum não só o fato de serem todos morfologicamente [+femininos], ou [+marcados], mas também o fato de estarem figurando em contextos de referência genérica. Isto é, todos apresentam também, nos usos exemplificados, o traço [+genérico]. Embora este tipo de concordância, em construções como as anteriores, não seja um procedimento comum à grande maioria das variedades populares do português do Brasil, já vimos, anteriormente, que encontra respaldo em uma prescrição prevista para determinados usos do português em geral, inclusive na variedade padrão.

No exemplo (10), e em tantos outros que foram apresentados ao longo deste trabalho, percebe-se que o falante transita de **ela** para **ele**, indicando que, de fato, tais ocorrências estão em um estágio de variação no falar cuiabano.

Bernd Wiese (1983), cuja proposta também foi apresentada na seção 2.2 do segundo capítulo, partilha com Bosch (1987) a idéia de que a anáfora não constitui um fenômeno sintático de concordância, conforme sempre foi tratado pela literatura tradicional, mas é controlada por fatores pragmáticos. O autor provê, inclusive, uma série

de exemplos de construções em que a **condição de identidade**, proposta pela abordagem gerativa, não é satisfeita, sem que disso resultem construções agramaticais (para maiores detalhes, remeto à seção 2.2, capítulo 2). Para este autor, a grande questão que se coloca em relação à anáfora refere-se ao fato de esse fenômeno linguístico ter sido sempre tratado em termos de relação de concordância, quando deveria, preferencialmente, ser examinado na perspectiva de uso das formas pronominais. Segundo Wiese (1983:388), as formas pronominais devem ser tratadas como itens lexicais individuais, para os quais se propõe uma matriz de traços que definirão o **significado conceitual** de cada pronome, bem como o seu **potencial associativo**, o que permitirá delimitar as associações possíveis entre um dado pronome e outros itens lexicais. Se assumirmos a proposta de Wiese como válida, somos levados a concordar com o autor no sentido de que as abordagens tradicionais, que vêem um pronome anafórico como a mera cópia sintática de um antecedente, são parcialmente falhas, pois, segundo Wiese (1983:405), “mesmo quando há um antecedente, é errado assumir que a escolha do pronome seja uma consequência automática da natureza objetiva do referente”.

A proposta de Wiese nos remete à última questão a ser respondida: a concordância de gênero nas estruturas do falar cuiabano pode ser explicada por fatores exclusivamente de natureza sintática, gramatical, ou fatores pragmáticos também entram em jogo?

Para responder esta questão, apresentarei alguns registros mais longos do falar cuiabano, em que retomadas anafóricas estão presentes:

- (12) Esse: Vítor, [fala com o filho] traz **AQUELES BROTO DE LIXA** [lixeira] pra fazer a moqueca pra assar pra mim levar pro coitadinho acabá de limpá a vista. Vai lá buscá pra mamãe, mamãe djá aproveita que vai fazê armoço, nós coloca **ELE** lá. Aí a senhora [fala com a pesquisadora] vai vê como é que eu faço, como é que tira **O SUMO** pra pôr na vista. Pinga com contagotas. Então a senhora pega **AQUELE BROTINHO**, lava **ELE**, dobra

ELE, pega **AQUELA FOLHINHA MOLE DA LIXA**, enleia **NELE**, não, principalmente [inint], dobra **ELE**, panha uma pitadinha de sal pequenininha, põe **NELE**, aí a senhora dobra **ELE**, vem co **A FOLHA**, põe pra lá, põe pra cá, põe assim, até que a moqueca fica grande, que a senhora veja que **ELE** já suou lá dentro e amoleceu. Pega **ELE**, põe num pano e troce. Tirou **AQUELA ÁGUA**, cõa **ELE** no outro pano, porque a nossa vista é muito fina. E aí, pega um conta-gotas bem limpinho pra pingar **ELE** dentro dos olho.

(ELN, 39, 4s)

- (13) Quando eu ia na casa da minha mãe, eu tirava um litro, dois litro de **COCO QUEBRADO**. A senhora vai com **ELE** no fogo, torra **ELE**, põe no pilão, soca. A senhora põe **ELE** lá numa água fria, quando **ELE** começa a ferver, que sube **AQUELA ESPUMA**, cõa co a escumadeira, são a gordura. Eu vendia **ELE** pra engraxar cabelo, temperá comida, (...)

(ELN, 39, 4s)

- (14) (...) hortelã de casa, erva de Santa Maria, falam mentruz, esse:: lombrigueiro, casca de pau de óleo e casca de paratudã. A senhora põe **AQUELAS CASCA TODA** pra ferver. A senhora põe **ELE** todo pra ferver, daí pega **ELE**, cua, aí a senhora põe açúcar que **ELE** vira um melado. Pronto. Tá pronto, lombrigueiro.

(ELN, 39, 4s)

Em (12) o falante introduz pela primeira vez um SN, **aqueles broto de lixa**, que é retomado mais adiante pelo SN **aquele brotinho**. Este último SN é, logo em seguida, retomado duas vezes por **ele**. Na sequência, o falante introduz um novo SN, **aquela folhinha mole da lixa**, e, logo após, diz “dobra ele”. A suposição é de que este último **ele** tenha como antecedente ‘**aquela folhinha mole da lixa**’. Logo a seguir, o falante diz novamente “aí a senhora dobra **ele**, vem co a folha, põe pra lá, (...) que a

senhora veja que **ele** já suou lá dentro e amoleceu”. Neste caso, o primeiro **ele**, que parecia se referir a **folhinha**, parece, agora, referir-se a **broto**; o mesmo parece se dar com o segundo **ele** desta última seqüência. Dando continuidade, o falante diz “pega **ele**, põe num pano e troce”. Qual SN é o referente deste último **ele**? O broto, a folha ou a moqueca? Continuando um pouco mais, encontra-se “tirou aquela água, **côa ele** no outro pano (...) pega um conta-gotas bem limpinho pra pingar **ele** dentro dos olho”. Neste último caso, há fortes indicações de que o primeiro **ele** tenha como referente ‘aquela água’, pois a água deve ser coada em um outro pano. Quanto ao último **ele**, tudo indica que também refere-se à água que foi coada, que é o remédio. Mas como saber exatamente qual era a representação mental do antecedente que estava na mente do falante? Poderia ser água, poderia ser remédio, colírio, etc, mesmo porque, como observa Bosch (1987:77), a concordância nocional não ocorre, necessariamente, com o antecedente explícito, mas com a representação mental que é construída pelo falante no ato da referência.

São casos como estes que fazem com que Wiese (1983) e Bosch (1987) compartilhem a idéia de que a anáfora não pode ser tratada somente como uma relação sintática entre antecedente e anafórico, pois, segundo Wiese (1983:392), frequentemente, é a intenção do falante de atribuir ou destacar certas qualidades do referente que controla a escolha da forma pronominal. Ou seja, as intenções do falante, que estão associadas à representação mental que ele faz do antecedente, determinam muito mais a escolha da forma pronominal presente em uma relação anafórica do que, estritamente, as características gramaticais do antecedente. E isto tem a ver com questões de ordem pragmática.

Quanto aos outros dois exemplos apresentados, ocorrem processos semelhantes aos discutidos para (12). No exemplo 13, as três primeiras presenças de **ele** constituem retomadas de ‘coco quebrado’; mas em “quando **ele** começa a ferver”, a referência começa a ficar menos clara, pois **ele**, que, em princípio, parece se referir a água, se associarmos à idéia de ‘ferver’, pode ser também a mistura do coco com a água.

Já o último **ele**, em “eu vendia ele pra engraxar cabelo”, remete a ‘aquela espuma’, que é formada pela gordura que se desprende do coco e que deve servir para hidratar os cabelos. Mas nada indica que, na mente do falante, este **ele** não possa estar se referindo a ‘um tipo de preparo feito com côco’.

Em (14), o falante está comentando sobre como se prepara um lombrigueiro. Um primeiro SN, **aquelas casca**, é introduzido com a construção “põe aquelas casca toda pra ferver” e, logo em seguida, surge uma primeira retomada em “põe ele todo pra ferver”, o que sugere que **ele** tenha **aquelas casca** como antecedente. Mas, na seqüência os dizeres “pega ele, cua (...) que ele vira um melado”, já não faz mais tanto sentido o antecedente ser exatamente **as cascas**, pois o que é coado é o preparo que surge das cascas com a água, ou seja, o remédio, o lombrigueiro, como afirma o falante no final.

Estes exemplos revelam que, quando se tomam fragmentos mais longos do discurso, evidencia-se a complexidade de se estabelecer, somente em termos sintáticos e estruturais, o antecedente exato de um anafórico. Muitas vezes, em uma dada seqüência discursiva, o falante está discorrendo a respeito de um dado fato e introduz, em sua fala, muitos itens lexicais distintos, que se correspondem naquele contexto. É basicamente o caso acima em que remédio, mistura, preparo, lombrigueiro etc, se correspondem como se, naquele contexto especificamente e naquele momento de produção do discurso, funcionassem como ‘sinônimos’. Nesses casos, percebe-se que, muitas vezes, a concordância não se dá estritamente com o antecedente explícito, ou seja, com a configuração gramatical do item lexical que foi explicitado pelo falante e que está funcionando como antecedente do anafórico. Na verdade, a compreensão deste fenômeno reside na diferença que existe entre o nome explicitado como antecedente e a representação mental do referente que é evocada na mente do falante.

Retomando a proposta de Bernd Wiese (1983) a respeito de uma classificação dos pronomes que especifique os traços semânticos que os caracterizam como itens lexicais individuais, pode-se pensar, então, na matriz de traços que caracteriza

a forma pronominal **ele**, em português. **Ele** apresenta as seguintes características: [+masculino, -marcado], do ponto de vista sintático; e [\pm macho, \pm genérico, -marcado], do ponto de vista semântico. De acordo com Wiese, estes traços, que definem a expressão conceitual de cada pronome, ou seja, seu **significado conceitual** (1983:392), vão delimitar também a extensão dos referentes possíveis para cada pronome, que é o seu **potencial associativo**. É uma vez que isto esteja definido, segundo o autor, problemas de concordância não terão lugar.

Já vimos que, em português, o masculino, por ser a forma não-marcada, é, na falta de um outro gênero mais específico para estas ocorrências⁶⁶, a forma usada em casos de referência genérica, nos quais não há propriamente marcação de gênero. Ora, o que estamos vendo nas construções do falar cuiabano é uma extensão da marcação da referência genérica para outros contextos, além daqueles que já são comuns à variedade padrão do português. Para tanto, os usuários do dialeto se utilizam, variavelmente, da forma pronominal não-marcada, que possui o traço [+genérico], quando retomam um antecedente que está sendo usado também para fazer uma referência genérica. Ou seja, a matriz de traços de **ele**, que define seu potencial associativo, permite que esta forma pronominal se associe a todos os referentes que também estejam sendo usados em contexto de referência genérica, de modo que seu uso se estende a todos estes mesmos contextos. No dialeto da baixada cuiabana, casos como os que em francês seriam usados os chamados **artigos partitivos**, em que se tomam partes de um todo ou que se faz referência a um todo de modo genérico, são marcados pelo uso genérico do português. Por isso, em casos como “a cana apodrece, no tudo aquelas junta dele ele quebra” (cf. exemplos n° 8, 9 e 10), não se trata de uma cana específica, esta cana que comprei hoje ou uma cana qualquer que esteja sendo direta e especificamente indicada pelo falante,

⁶⁶ Corbett (1991) dedica um capítulo inteiro de seu trabalho para tratar das questões de concordância em construções que ele denomina não-prototípicas, nas quais o autor entende que há uma **concordância neutra**. Segundo o autor (Op.cit.p.20), as línguas, em geral, quando não apresentam um gênero específico para estas ocasiões, como o **gênero neutro** em algumas línguas, selecionam um dos gêneros disponíveis para recobrir este tipo de uso.

mas a cana de um modo geral. O mesmo raciocínio se aplica a antecedentes como **mandioca, pessoa, gente, criança** e tantos outros casos que foram, abundantemente, exemplificados ao longo deste trabalho.

A proposta de Wiese (1983) e a de Bosch (1987) não se excluem mutuamente, pelo contrário, se complementam no sentido de que é o significado conceitual e o potencial associativo dos pronomes, conforme propõe Wiese, que esclarecem o significado que eles possuem, o que permitirá ao falante proceder, no dizer de Bosch, a uma representação mental do antecedente do anafórico e fazer uma concordância nocional, mesmo que a representação do antecedente processada mentalmente não coincida com o item lexical explicitado na construção sintática. De tudo isto, resulta a conclusão de que a anáfora é uma relação de referencialidade muito complexa nas línguas, para a qual entram em jogo, na escolha dos pronomes, não só o significado que eles possuem, mas também todo e qualquer tipo de associação mental e de intenção que o falante possa estar elaborando no ato de produção do discurso. Por essas razões, a anáfora e as relações de concordância que a envolvem não podem ser compreendidas e analisadas somente como um fenômeno sintático; devem, por outro lado, ser considerados também os fatores pragmáticos que fogem a um controle sintático mais restrito.

Para concluir, é necessário dar uma palavra a respeito das outras construções do falar cuiabano em que não há referência genérica, mas que, em frequência bem menor, apresentam, vez ou outra, o anafórico **ele**. O que se pode ver nesses casos é um reflexo do estágio de mudança lingüística por que vem passando o dialeto da baixada cuiabana. No capítulo 4, ao discutir o processo de mudança lingüística, foi visto que, no estágio atual, o fenômeno da retomada pronominal de antecedentes femininos por **ele** está ocorrendo cada vez mais em contextos mais restritos, associado ao grau de escolaridade e à idade do informante. Vimos também que há vestígios de que, neste dialeto, muitos itens lexicais tenham alterado o seu gênero gramatical, que anteriormente diferia do português padrão. É muito provável que em um estágio bem anterior, do qual não se tem registro, o

fenômeno fosse mesmo mais generalizado: itens masculinos sendo retomados por **ele** nos mais diversos contextos, conforme alguns exemplos apresentados no capítulo 4. Os dados apresentados nesta pesquisa refletem um estágio já avançado da mudança, mostrando a variação ainda existente como um momento intermediário de um processo maior, o que foi representado pela Figura 3, no capítulo 4, seção 4.2.2 (cf. p. 175). Neste sentido, o aspecto da referência genérica deve ser visto como um forte fator condicionador do estágio atual da variação/mudança nas construções anafóricas do falar cuiabano, que também já está se alterando na fala de usuários jovens com grau de escolaridade mais alto.

Gostaria ainda de mostrar mais um pequeno aspecto a respeito dos usos anafóricos no falar cuiabano. Algumas construções presentes na amostra, relativas a outras retomadas anafóricas não discutidas neste trabalho, revelam que, de fato, este já foi um fenômeno bem mais generalizado no falar cuiabano. Observem-se os seguintes exemplos:

(15) **PRANTAÇÃO DE:: ERVAS MEDICINAIS** aqui não sei se tem, quer dizer, **ARGUM** tem.

(MIS, 64,2s)

(16) **A VASSOURA DE VARRER QUINTAL** era **UM** e de varrer dentro de casa era **OUTRA**, né.

(MIS, 64, 2s)

(17) **P_ E** aí **AS CRIANÇAS** que nascem aqui vão aprendendo a fazer?
E_ Vão, **AQUELES** que::, tem **DELES** já tem aquela idéia de:: pegá aqui,
OUTROS num pega, né?

(CLN, 75, I)

- (18) A senhora panha **AQUELAS FOLHA**, torra **ELE** no fogo, pega de **UM em UM**, assenta no fundo de uma lata, tampa.

(ELN, 39, 4s)

Vê-se, nestes exemplos, outras retomadas com formas masculinas, que ocorrem, ainda hoje, com menor frequência no dialeto. Note-se que todas as ocorrências se dão na fala de idosos, exceto o exemplo (18), que se dá na faixa intermediária. Devo dizer que esta informante, que produziu a construção em (18), apresenta, em sua fala, uma alta frequência de produtividade deste fenômeno, tendo sido avaliada, pelo programa de Regras Variáveis, com a medida de (0,81) de peso relativo, estando abaixo apenas dos dois falantes mais idosos e iletrados da amostra, que apresentam, respectivamente, as medidas de (0,92) e (0,96).

Estes últimos exemplos mostram que a questão da concordância na anáfora pronominal também já ocorreu em outras formas em função anafórica, tendo restringido sua extensão, no estágio atual de mudança do dialeto.

Restam ainda alguns últimos casos que não poderiam deixar de ser mencionados, dada a sua singularidade.

- (19) P_ O senhor conhece alguma reza?

E_ ESSE Aí eu num sei entendê.

(FEL, 84, I)

- (20) P_ É uma planta?

E_ É.

P_ E tem outra? Alguma outra?

E_ Não, lá em casa tem só ESSE.

(FIA, 18, 4s)

- (21) P_ E aranha, lá dá?

E_ Dá, ESSE fica dentro de casa.

(FIA, 18, 4s)

(22) Aqui é mais carne, galinha e ovo. O que come aqui é **ESSE**.

(MIN, 44, I)

(23) P_ Isso que era a distração?

E_ **ESSE** que era a distração.

(24) Só tá estudano só **ESSE AÍ** [a informante indica uma das filhas presente no local].

(MIN, 44, I)

Exemplos como estes vêm mostrar um uso ainda bastante típico, no falar cuiabano, que é empregar **esse** não só como anafórico em diversas ocasiões, mas também como forma substituta de **isso** (cf. Exemplo (23)). Outro fato que merece destaque é o uso dêitico em (24), que nos faz pensar na possibilidade de, também na dêixis, ter havido, em um estágio anterior, retomadas desta natureza. Note-se que nos exemplos (19), (21) e (22), temos casos de referência genérica.

De tudo o que foi visto, permanece, para mim, uma questão que considero fundamental: **gênero é concordância**, do modo como entendemos a concordância como um mecanismo sintático? Pela análise desenvolvida nesta pesquisa, penso que não, gênero não é concordância. Acredito, porém, ser este um caminho de novas reflexões que, no momento, fogem ao objetivo deste trabalho. Penso que a dificuldade que falantes aprendizes de português como segunda língua apresentam na realização da concordância de gênero pode sinalizar um novo foco de pesquisa referente ao processamento deste tipo de relação na nossa língua.

A meu ver, este trabalho contribuiu não só para comprovar, mais uma vez, que a variação e a mudança lingüística não são fenômenos aleatórios nas línguas, mas também para levantar uma série de reflexões sobre o processo de aquisição do mecanismo de atribuição de gênero nas línguas. Além disso, muitos aspectos referentes à

descrição do gênero em português, apresentada de modo tão confuso em nossas gramáticas, merecem ser revistos e considerados em toda sua complexidade.

Como palavra final, a primeira hipótese aventada em relação ao fenômeno estudado nesta pesquisa, e que não foi levada adiante, dizia respeito à possibilidade de interpretar os usos do anafórico no falar cuiabano como um gênero neutro. Como disse, esta idéia não foi desenvolvida por falta de evidências morfológicas para um gênero neutro na baixada cuiabana, mas penso que procede, uma vez que o gênero neutro, nas línguas, recobre muitas vezes os usos genéricos, conforme atesta o próprio trabalho de Corbett (1991, capítulo 7).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Manoel Mourivaldo S. **Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (manuscritos da época das Bandeiras - século XVIII)**. 2000. Tese (Doutorado em Letras – Filologia e Língua Portuguesa) USP, São Paulo.
- AMARAL, Amadeu. **O dialecto caipira**. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1920.
- ANDERSON, Stephen R. Where's morphology? In: **Linguistic Inquiry**, vol.13 (4), p. 571-612, 1982.
- _____. Inflection. In: HAMMOND, Michael; NOONAN, Michael (Eds.) **Theoretical morphology – approaches in modern linguistics**. San Diego: Academic Press, p. 23-45, 1988.
- ARRUDA, Antônio de. **O linguajar cuiabano e outros escritos**. Cuiabá: Escola Técnica Federal, 1998.
- BAPTISTA, Cândida da Saudade. **O falar de Escusa**. 1967. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Lisboa.
- BARBOSA GOMES, José Maria. **Mário de Andrade e a revolução da linguagem (a Gramatiquinha da fala brasileira)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.
- BARBOZA DE SÁ, Joseph. **Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: edições UFMT, 1975.
- BAXTER, Alan N.; LUCCHESI, Dante. A Relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil In: **Revista de Estudos Lingüísticos e Literários**. Salvador: UFBA, n. 19, p.65-83, mar/1997.
- BOSCH, Peter. Pronouns under control? (A reply to Liliane Tasmowski and Paul Verluypen). **Journal of Semantics**, n. 5, p.65-78, 1987.
- BRAGA, Franklin Costa. **Quadrzais - Etnografia e linguagem**. 1971. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, Lisboa.

CALLOU, Dinah M.I. **O falar de Mato Grosso (Bahia) — fonêmica, aspectos da morfossintaxe e do léxico**. 1964. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade de Brasília, Brasília.

_____. Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GROBE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Eds.). **"Substandard" e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am main: TFM: p. 255-272. 1998.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. Considerações sobre o gênero em português. In: **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp.115-29, 1972.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda., 1976.

CARENO, Mary Francisca do. **A linguagem rural do Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras**. 1991. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.

_____. Traços sintáticos do português popular brasileiro usado em comunidades negras rurais. In: ZIMMERMANN, Klaus (ed.) **Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa**. Vervuet: Iberoamericana, p. 503-523, 1999.

CASTILHO, Atalliba T. de (Org.). **Para a história do português brasileiro: primeiras idéias**. São Paulo: Humanitas, v. 1, 1998.

COMRIE, Bernard. Animacy. In: _____. **Language Universals and Linguistic Typology**. 2. Ed. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1996.

CORBETT, Greville. The agreement hierarchy. **Journal of Linguistics**, 15 (2), p. 203-224, 1979.

_____. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

COUTO, Hildo Honório. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

CRUZ, Maria Luisa S. da. **O falar de Odeleite**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Universidade de Lisboa, 1991.

CUNHA, Celso; CYNTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DETONI, Rachel do Valle. Sobre a influência do contato entre línguas na formação do dialeto da baixada cuiabana. Trabalho apresentado na **IV Semana de Eventos da Faculdade de Letras da UFMG**, out/2000, Belo Horizonte, UFMG, inédito.

DIXON, R. M.W. Ergativity. In: **Language**. v. 55, n.1, p. 59-138, 1979.

DRUMMOND, Maria Francelina I. Do falar cuiabano. **Cadernos Cuiabanos**. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, n. 5, 1978.

EMMERICH, Charlotte. O português de contato no Parque Indígena do Xingu, In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 5/6, p.53-71, dezembro/ 1991.

ERNOUT, A. **Morphologie historique du latin**. 3. Ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1953.

FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia – Bahia) In: **Diversidade do português do Brasil – estudos de dialetologia rural e outros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, p. 21-32, 1994.

FREITAS, Moacyr. **Fundação de Cuiabá - História ilustrada**. Cuiabá: Instituto Cultural e Artístico Cuiabália, 2000.

GLEASON, H.A. **Introdução à lingüística descritiva**. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

GREENBERG, Joseph H. How does a language acquire gender markers? In: GREENBERG, Joseph; FERGUSON, C.A.; MORAVCSIK, E.A. (eds.). **Universals of human language**. v. III, Word structure. Stanford: Stanford University Press, p.47-82, 1978.

GUY, Gregory. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: **Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervom, p. 227-245, 1989.

_____. The sociolinguistic types of language change. In: **Diachronica**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. VII, n. 1, p.47-67, 1990.

_____. VARBRUL : análise avançada. In: MATTE, Neusa da Silva (Org.). **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre: UFRS, 1998.

HOCKETT, Charles F.. **A Course in modern linguistics**. New York: The Macmillan Company, 1958.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3ª Ed. revista e ampliada, São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: **Revista Letras**. Curitiba: Editora UFPR, n. 56, p. 195-215, jul/dez 2001.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

_____. What can be learned about change in progress from synchronic descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREEN, Henrietta. **Variation Omnibus**. Edmonton: Linguistic Research Inc. p.177-199, 1981.

_____. **Principles of linguistic change: Internal factors**. Cambridge: Blackwell Publishers, v. 1, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Cambridge: Blackwell Publishers, v. 2, 2001

LUCCHESI, Dante; MACEDO, Alzira. A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. In: **Papia**, n. 9, p. 20-36, 1997.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais da mudança nas normas culta e popular In: GROBE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Eds.). **"Substandard" e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am Main: TFM, p.73-99, 1998.

_____. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira - Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil.** 2000. 364 f. Tese (Doutorado em Linguística). UFRJ, Rio de Janeiro.

LYONS, John. **Introduction to theoretical linguistics.** Cambridge: University Press, 1968.

_____. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University Press, v. 2, 1977.

MARQUES, Maria Casimira Almeida. **O falar de Azoia.** 1968. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, Lisboa.

MARROQUIM, Mário. **A língua do nordeste (Alagoas e Pernambuco).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MARTIN, John W. Gênero? In: **Revista brasileira de lingüística.** Petrópolis: Vozes, n. 2, p. 3-8, 1975.

MATTHEWS, P.H. **Morphology**. 2.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas - elementos para uma gramática do português arcaico.** Imprensa Nacional: Casa da Moeda, Coleção Estudos Gerais, Série Universitária, 1989.

_____. **O Português arcaico - morfologia e sintaxe.** São Paulo: Contexto, 1994.

McMAHON, April M.S. Sociolinguistics – the methodology of sociolinguistic investigation. In: _____. **Understanding Language change.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 232-252, 1994.

MEILLET, A. e VENDRYES, J. **Traité de Grammaire comparée des langues classiques.** 3. Ed.(revue e augmentée). Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1960.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

- MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. 2. Ed. São Paulo: Ave Maria, 1970.
- MENUZZI, Sérgio de Moura. **Topics in Binding Theory**. 1999. Tese (Doutorado em Linguística Geral), Universidade de Leiden Holanda, Holanda.
- MIRA MATEUS et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 4.ed, Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- MIRA, Maria Helena F. G. **Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa**. 1954. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Lisboa.
- MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luíza (Org.) **Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, pp.147-178.
- MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática de Usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MOURA, Constança da Silva Pires. **Faia, aldeia do Concelho de Sernacelhe - Etnografia, linguagem e folclore**. 1960. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, Lisboa.
- MÜLLER, Ana. Anáfora pronominal. In: **Revista Letras**. Curitiba: Editora UFPR, n. 56, p.259-275, jul/dez 2001.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta P. Sobre as origens do português popular do Brasil. In: **D.E.L.T.A.**, v.9, nº Especial: 437:454, 1993.
- _____. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (Org.) **Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, p. 147-177, 2003.
- NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)**. 6.Ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, s/d.

OLIVEIRA, Marco Antônio. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. In: **Ensaio de Lingüística**, ano IV, nº 7, p. 71-89, 1982.

PALMA, Maria Luíza Canavarros. Valor Social do Falar Cuiabano. In: **Revista Educação em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, p.43-45, s/d.

_____. **Variação fonológica de Mato Grosso - um estudo sociolingüístico**. Cuiabá: UFMT, 1984.

PEIXOTO, Maria Ermelinda. **Germil - notas etnográficas e linguagem**. 1968. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, Lisboa.

PEREIRA, Maria Ângela Botelho. **Gênero e número em português**. 1987. Tese (doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro:.

PERINI et al. O SN em português – a hipótese mórfica. In: **Revista de Estudos Lingüísticos**. Belo Horizonte: UFMG, ano 5, número especial, p. 43-56, jul/dez 1996.

PETTER, Maria Margarida T. A linguagem do Cafundó: crioulo ou anticrioulo? In: ZIMMERMANN, Klaus (ed.) **Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa**. Frankfurt am Main: Vervuet, pp. 101-117, 1999.

PINTZUK, Susan. **VARBRUL programs**. 1988.

PÓVOAS, Lenine C. Perspectivas demográficas e econômicas da “Grande Cuiabá”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Ano LIV, Tomos CXVII-CXVII, p. 42-51, 1982.

RATINHO, Maria Filipe Mariano. **Monte Gordo — estudo etnográfico e lingüístico**. 1959. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Lisboa.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RODRIGUES, Ada Natal. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.

ROMAINE, Suzanne. Internal vs. external factors in socio-historical explanations of change: a fruitless dichotomy? In: AHLERS, J. et al. (eds.). **Proceedings of the twenty-first annual meeting of the Berkeley Linguistic Society**. University of California, Berkeley, p.478-491, 1995.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

ROUSSEAU, Pascale; SANKOFF, David. Advances in variable rule methodology. In: SANKOFF, David (ed.). **Linguistic Variation: models and methods**. New York: Academic Press, p. 57-68, 1978.

SANKOFF, David. Variable Rules In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIR, Klaus (Eds.). **Sociolinguistics**. New York: Academic Press, p. 119-127, 1988.

SANKOFF, Gillian. Cross-sectional and longitudinal studies in sociolinguistics. 2002, mimeo.

SARAMAGA DELGADO, Maria Carolina. **O falar de Balcizão**. 1970. Dissertação (Licenciatura em Filologia Românica). Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Lisboa.

SCHERRE, Maria Marta P.; NARO, Anthony Julius. The left is in the control. Comunicação apresentada ao 24º NWAVE. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1995.

SCHERRE, Maria Marta P. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. n.12, p.37-49, 1994.

_____. Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: GROBE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (eds.). **"Substandard" e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am Main, p.153-188, 1998.

_____. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo In: OLIVEIRA E SILVA, G.M. & SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). **Padrões Sociolingüísticos**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a.

- SILVA, Franklin Cassiano da. Subsídios para o estudo da dialectologia em Mato-Grosso. 1921. In: **Cadernos Cuiabanos**. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, n. 5, Apêndice, 1978.
- SILVA NETO, Serafim da. Um traço da pronúncia caipira. In: _____: **Língua, cultura e civilização- estudos de filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, p. 69-90, 1960.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A contribuição de Mato Grosso na constituição da nacionalidade brasileira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Ed. Comemorativa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, Cuiabá: Editora IHGMT, v.58, p.9-32, 2000.
- SOUZA, Ulisdete Rodrigues de. **Fonologia do português mato-grossense: uma perspectiva crioulista**. 1999. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Brasília.
- SPENCER, Andrew. **Morphological Theory – an introduction to word structure in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.
- TAGLIAVINI, Carlo. **Orígenes de las lenguas neolatinas - introducción a la filología romance**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.
- TASMOWSKI-DE RYCK, Liliane & VERLUYTEN, Paul. Linguistic control of pronouns. **Journal of Semantics**, 1 (4), pp.323-346, 1982.
- TASMOWSKI-DE RYCK, Liliane & VERLUYTEN, Paul. Control mechanisms of anaphora. **Journal of Semantics**, 4, pp.341-370, 1985.
- VEADO Rosa Maria. **Comportamento lingüístico do dialeto rural – MG**. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1982.
- WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português**. 4.Ed, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory in language change. In: LEHMANN, W.P.; MAKIEL, Y. (Eds.) **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, p. 95-188, 1968.
- WIESE, Bernd. Anaphora by pronouns. **Linguistics**, 21 (2), p.373-417, 1983.